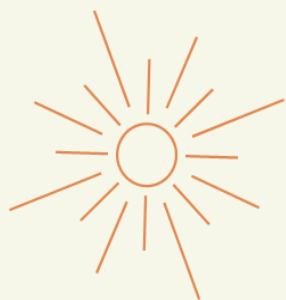


XVII SEMINÁRIO INTERNACIONAL PROCOAS

AMANHÃ
VAI SER
OUTRO DIA



CADERNO DE RESUMOS



As múltiplas crises do presente e
o papel das iniciativas
associativas autogestionárias na
reorganização da sociedade



Asociación de Universidades
GRUPO MONTEVIDEO



Núcleo Multidisciplinar Integrado
de Estudos, Formação e Intervenção
em Economia Solidária



ORGANIZAÇÃO

S471s

Seminário Internacional PROCOAS (17 : 2022 : São Carlos, SP)

Caderno de resumos do XVII PROCOAS / XVII Seminário Internacional PROCOAS, 10-11 de novembro 2022, São Carlos, Brasil ; organizado por Joelson Gonçalves de Carvalho ... [et al.]. – Documento eletrônico. – São Carlos: UFSCar, 2022. – Modo de acesso: <https://www.numiecosol.ufscar.br/pt-br/pesquisa/xvii-seminario-internacional-procoas/caderno-de-resumos>

1. Cooperativas. 2. Economia solidária. 3. Autogestão. 4. Trabalho associado. I. Título.

CDD – 334 (20^a)

CDU – 334

COMISSÃO ORGANIZADORA

Joelson Gonçalves de Carvalho
Ana Lucia Cortegoso
Bernardo Arantes do Nascimento Teixeira
Ioshiaqui Shimbo
Isabela Aparecida de Oliveira Lussi
Maria Lúcia Teixeira Machado
Maria Zanin
Wagner de Souza Leite Molina
Amanda Gonçalves
Ana Beatriz Lopes Raimundo
Camila do Nascimento Cultri
Daniele Francisco
Danilo Malta Ferreira
Diogo Marques Tafuri
Fernanda Siani
Marco Aurélio Maia Barbosa de Oliveira Filho
Mariana Machitte de Freitas
Marinéia Teresinha Duarte
William Retamiro

REALIZAÇÃO



APOIO





Apresentação

Este caderno de resumos é fruto do XVII Seminário Internacional do Comitê Acadêmico de Processos Cooperativos e Associativos (PROCOAS) da Associação de Universidades Grupo Montevideu (AUGM). O evento foi organizado pelo Núcleo Multidisciplinar Integrado de Estudos, Formação e Intervenção em Economia Solidária (NuMI-EcoSol) da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), onde se realizou o evento.

O evento foi estruturado em 12 Grupos de Trabalho (GTs) que têm em comum o fato de versarem, direta ou indiretamente, sobre a economia social e solidária, notadamente sobre papel das iniciativas associativas autogestionárias na reorganização da sociedade em um momento atravessado por múltiplas crises.

Sobre esse momento em particular, é importante ressaltar que as mudanças climáticas deixaram evidente que o capitalismo já prejudicou permanentemente o ambiente; ademais, esse mesmo sistema, gerador de diferentes modalidades de conflitos, em meio a uma crise sanitária mundial, evidenciou sua lógica aumentando a pobreza de muitos e a riqueza de poucos. Somam-se à crise sanitária uma situação de crescimento do desemprego e trabalho informal, agravamento da fome e da insegurança alimentar e nutricional, com forte instabilidade política nos países sul americanos que, a exemplo do Brasil, desafiam a própria democracia.

Depois de retirar o Estado de setores estratégicos por meio de privações e concessões à iniciativa privada e de reduzir direitos sociais por meio de reformas, o neoliberalismo avança na mercantilização da vida cotidiana em que as pessoas portadoras de direitos são substituídas por pessoas portadoras de renda, ainda que se observem forças de resistência em determinados contextos e territórios.

É em meio a essas múltiplas crises que nos juntamos no XVII Seminário. Nosso desafio é enfrentar esse estado de coisas ao pensar o papel e a urgência da participação do trabalho associado autogestionário na reorganização da sociedade, em suas múltiplas dimensões, para transformar tal realidade.

Evoé ao amanhã!



SUMÁRIO

GT 1

Educação e Economia Social e Solidária / Educación y Economía Social y Solidaria

Coordenação:

Adrián Giudice (UNMDP, Argentina)
Alicia Ressel (UNLP, Argentina)
Diego Barrios (UdelaR, Uruguai)
Ioshiaqui Shimbo (UFSCar, Brasil)
Justo Camacho (UNA, Paraguai)
Liandra Caldasso (FURG, Brasil)
Mario Radrigán (USACH, Chile)

A profissionalização em cooperativas como um mecanismo de poder: um estudo de caso da COOPAR

Leandra Holz 21

Matrices de surgimiento de las cooperativas de educación en Uruguay

Rosina Pérez 21

Incorporación de la cooperación en el trabajo pedagógico de cooperativas de educación en Uruguay hasta 2020

Victoria Díaz Reyes 22

Las formas de la direccionalidad en propuestas educativas que buscan incorporar la cooperación y el cooperativismo

Diego Barrios 23

Outras economias no ensino universitário: relato de experiência em um curso de graduação em Psicologia

Letícia Dal Picolo Dal Secco-Oliveira 24

O geoprocessamento como ferramenta de análise da espacialização das cooperativas de educação no Uruguai

Ana Flávia Cechinel 25

La economía social y solidaria en el currículum y las prácticas de la educación de jóvenes y adultos: apuntes desde una revisión bibliográfica

Daniel Alejandro Garcia 26

Economia solidária e juventudes: o caso do projeto canudo azul em uma escola da rede pública municipal de Volta Redonda

Pedro Paulo Souza da Silva / Hélio Antônio Alves / Luís Henrique Abegão 27

Desenhando nossa história: a importância dos encontros de formação interna, no fortalecimento dos nossos vínculos afetivos de trabalho

Desirée Fripp dos Santos / Eduardo Guatimosim / Liandra Peres Caldasso / Márcia Borges Umpierre / Taiane Golulart 28

Economia solidária como perspectiva de inclusão de jovens aprendizes no mundo do trabalho

Flávio Gomes da Silva Lisboa / Marilene Zazula Beatriz 29

Agroecologia e economia solidária como ferramentas político-pedagógicas de justiça ambiental	
Flávia Tostes / Mateus Gonzaga Castro Penha / Andriele Mendes Borba / Yana dos Santos Moysés	30
Princípios educativos transcendentais e comuns a movimentos de trabalhadores: uma análise do movimento anarquista	
Cláudio Rodrigues da Silva / Neusa Maria Dal Ri	31
Tramas da Autogestão: saberes do trabalho associado numa rede de economia solidária	
Betânia Cordeiro / Maria Clara Bueno Fischer	32
Formação de agentes de economia solidária: poder público e sociedade de mãos dadas	
Conrado Marques da Silva de Checchi / Natalia Carvalho de Oliveira Checchi	33
Ensino remoto e a vulnerabilidade nas escolas públicas: impactos evidenciados da pandemia no município de Ituiutaba/MG	
Klivia de Cássia Silva Nunes / Luiz Bezerra Neto	34
Economia solidária como princípio para práticas educativas inovadoras: trajetória do NuMi-EcoSol/UFSCar, de 1998 a 2020	
Danilo Malta Ferreira / Fernanda Siani / Ioshiaqui Shimbo	35

GT 2

Autogestão, Economia Solidária e Extensão Universitária: qual o papel da universidade na crise atual? / Autogestión, Economía Solidaria y Extensión: cual el rol de la universidad en la crisis actual?

Coordenação:

Ana Luzia Laporte (NESOL-USP, Brasil)
Erica Aparhyan Stella (NESOL-USP, Brasil)
Ioshiaqui Shimbo (UFSCar, Brasil)
Reinaldo Pacheco (ITCP-USP, Brasil)
Vanessa M. Sígolo (Centro SoU_Ciência, Unifesp e NESOL-USP, Brasil)

Aspectos conceituais e práticos da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão: a experiência com economia solidária na Universidade Federal de São Carlos

Ana Lucia Cortegoso / Danilo Malta Ferreira / Ioshiaqui Shimbo / Isabela Aparecida de Oliveira Lussi / Maria Lúcia Teixeira Machado / Maria Zanin / Wagner Souza Leite Molina 37

O desafio da incubação em rede de empreendimentos econômicos solidários: o caso da IFSol

Diogo Ferreira de Almeida Rêgo / Emerson de Oliveira Capistrano / Luciana Maria Araújo Rabêlo 38

Reforma agrária, economia popular e solidária e desenvolvimento local solidário: uma relação dialógica

José Raimundo de Oliveira Lima / José Roberto Silva de Souza 39

Turismo como alternativa para agregar valor aos associados dos arranjos produtivos locais (APL's): o caso da atividade de extensão AGROTECH

Telma Darn 40



Outras economias no espaço universitário: a experiência da feira de economia popular e solidária da Face/UFGM

Bruno Siqueira Fernandes / Danielle Silvana Ferreira Maciel / Izabel Santiago Baccarini / João Tonucci / Layla Leandra Grigorio Parreiras Seabra / Nina Fraiha de Faria / Sibelle Cornélio Diniz 41

Contribuições das universidades para a construção de novas perspectivas para o Brasil pós-pandemia: sistematizando iniciativas em economia solidária e soberania alimentar

Jade Percassi / Vanessa Sígolo / Ioshiaqui Shimbo / Pedro Fiori Arantes 42

Fortaleciendo los espacios de la economía social y solidaria desde la universidad

Verónica Lilián Montes / Alicia Ressel / Leandro Ariel Iglesias / Noelia Silva / María Piriz Carrillo 43

Gestão da informação e do conhecimento em incubadora de economia solidária: caso NuMI-EcoSol/UFSCar

Vinicius Pereira / Ariadne Chloe Mary Furnival 44

PET economia solidária: os desafios da extensão universitária em tempos de pandemia

Amanda Gonçalves de Lima / Fernanda Siani 45

Extensão universitária e economia solidária na América Latina: panorama geral das estratégias de disputa do sentido de universidade na ITCP-USP e na UEC Udelar

Ana Luzia Alvares de Laporte 46

GT 3

Novas relações entre produção e consumo de alimentos / Nuevas relaciones entre producción y consumo de alimentos

Coordenação:

Oscar José Rover (UFSC, Brasil)
Pablo Saravia Ramos (UPLA, Chile)
Rodrigo Ferreira Garcia (Udelar, Uruguai)

Papel interescalar das territorialidades ativas na relação campo-cidade do consumo de alimentos à produção do espaço

César Andrés Alzate Hoyos 48

Fortalecimento da comercialização de produtos da reforma agrária: o caso do Armazém do Campo do Rio de Janeiro - MST

Alexandre Trennephol / Vanessa Sartori Rodi / Layssa Ramos Maia de Almeida / Felipe Addor / Andrey Seraphim Guilherme / Ricardo Nazareth Muniz 49

Estrategias asociativas de mejora de campesinos em mercados oligopsonicos: las organizaciones de viticultores de certificadas fairtrade em Chile

Ximena Quiñones / Eduardo Letelier / Marco Coscione 50

Sistemas alimentares sustentáveis: o caso da cooperativa de segundo grau Central do Vale no abastecimento de frutas para escolas públicas da cidade de São Paulo

Gustavo F. de Almeida / Rafael E. Chiodi / Fábio Grigoletto 51

Estrategias de intermediación solidaria desde la UNLP: comercializadora universitaria de la Economía Social y Solidaria “La Justa”	
Paula Fontana / Alejandro Valera / Belen Sendin / Soledad Duré / Mateo Compagnucci / Sergio Dumrauf	52
A experiência do TANDEM – Comunidade de Consumo Responsável de São Carlos-SP: práticas de democracia, autogestão, solidariedade e segurança alimentar	
Beatriz Schwenck / Luana Castelli / Mariana Machitte de Freitas / Daniele Busatto / Daniela de Figueredo / Rafael Luis de Camargo Lima / Flavia Torunsky / Laís Calixto	53
Armazém de economia popular solidária: outra forma de consumir	
Maria Angelica Machado Braga / Lúcia de F. Socoowski de Anello / Lucia Regina Nobre / Maria Cristina Chaves Pires / Dóris Back Perius	54
Perfil da produção orgânica no Estado de Minas Gerais	
Janine Ameku Neves / Adriana Maria Imperador	55
Producción y distribución de alimentos de la economía popular, social y solidaria en el Gran La Plata	
Héctor Luis Adriani / Soledad Rial / Damián Giammarino / Belén Mirallas / Juliana Santa María	56
Alianzas público-privada en la construcción de modelos de circuitos cortos de comercialización. La experiencia de la “Huertita Colaborativa” en Casablanca-Chile	
Pablo Saravia Ramos / Catalina Valenzuela Sobarzo	57
Feira orgânica na cidade: novas representações sobre os assentamentos?	
Viviani Regina Marchi / Henrique Carmona Duval	58
Práticas cidadãs e redes agroalimentares: um novo paradigma?	
Oscar José Rover / Adevan da Silva Pugas	59
Agricultura familiar e o Programa de Alimentação do Trabalhador: uma perspectiva sustentável	
Tânia Corrêa Miller / Ariadne Chloe Mary Furnival	60
A experiência de consumidores e produtores da Coop Livres na construção de outra economia	
Vitória Felipe dos Santos / Guilherme Prado Almeida de Souza / Egeu Gómez Esteves	61
Consumo responsável e/ou consumo militante: o caso da Cooperativa Terra e Liberdade	
Lucca Perez Pompeu / Caio Olivette Pompeu / Carla Victória Ferreira Irrazabal	62
Reciclaje de alimentos como alternativa sustentable de producción en Asunción, Paraguay. Periodo 2017-2019	
Gissella María Aguilera Agüero / Marcela Fernanda Achinelli Báez	63
A questão alimentar para além da economia formal: o potencial das outras economias na promoção de sistemas agroalimentares sustentáveis	
Tomás de Faria Balbino / Bruno Siqueira Fernandes / Sibelle Cornélio Diniz da Costa	64



GT 4

Como estamos utilizando as perspectivas de gênero e feminismos nas experiências da Economia Social e Solidária? / ¿Cómo venimos trabajando las claves de género y feminismos com las experiencias de la ESS?

Coordenação:

Adriana Andrade (UdelaR, Uruguai)
Bruna Mendes de Vasconcelos (UFABC, Brasil)
Daniela Osorio-Cabrera (UdelaR, Uruguai)
Fatima Cruz (UVA, Espanha)
Gabriela Veras-Iglesias (UdelaR, Uruguai)
Isabella Vallin (USP, Brasil)
Lais Silveira Fraga (Unicamp, Brasil)
Lucrécia Saltzmann (UNR, Argentina)
Maria de los Ángeles Dicapua (UNR, Argentina)
Mayara Kise Fujitani (USP, Brasil)
Rosina Pérez (UdelaR, Uruguai)

La sostenibilidad de la vida como clave teórico-política feminista en procesos de formación en extensión en economía social y solidaria	
Daniela Osorio-Cabrera / Gabriela Veras Iglesias	66
Desafios do trabalho associado em empreendimentos econômicos solidários de mulheres	
Eliene Gomes dos Anjos / Alice Nascimento do Sacramento Salomão / Ana Cristina de Assis Silva	67
Os enfrentamentos cotidianos das mulheres quilombolas: o caso das produtoras de remédios fitoterápicos no centro de plantas medicinais do Cedro, GO	
Aline Grigório da Silva / Janine Rodrigues Placeres Borges / Jesiel Souza Silva	68
Relações de trabalho e gênero de mulheres em empreendimentos solidários no contexto da pandemia de COVID-19	
Isabela Bruno de Souza / Sibelle Cornélio Diniz / Bruno Siqueira Fernandes	69
Uma leitura crítica das manifestações do machismo institucional em espaços de representação da economia solidária em São Carlos	
Ana Beatriz Lopes Raimundo / Fernanda Siani / Luciana Furlanetto Pereira / Patricia Zandonade /	70
Articulaciones y desafíos entre economía social y economía feminista y de cuidados en experiencias de la ciudad de Córdoba, Argentina	
Adolfo David Buffa / Silvina Buffa / Nora Ceballos / Ines Díaz / Soledad Gonzalez / Sebastián Vreys	71
Pode a economia solidária incorporar pautas feministas e anti racistas sem perspectivas de transformação da sociedade capitalista?	
Anna Carolina Santana da Silva / Aida Victoria Garcia Montrone	72
Emancipação e alienação de mulheres em empreendimentos de economia solidária	
Tania Cristina Costa Calarge / Élcio Gustavo Benini	73

Aproximaciones al estudio del trabajo en comedores y merenderos comunitarios en la ciudad de Córdoba	
Karina Tomatis	74
A importância da abordagem interseccional na economia solidária – aportes para a compreensão das especificidades da condição das mulheres negras no mundo do trabalho	
Susana Alves dos Santos	75
Trabajo de cuidado no remunerado en Paraguay: efectos, avances y desafíos desde una perspectiva social	
Marcela Achinelli Báez	76

GT 5

Economia Social e Solidária ou economias alternativas? Interrelações, potencialidades e desafios em vista de uma nova direcionalidade de transformação socioproductiva / Economía Social y Solidaria o economias alternativas? Interrelaciones, potencialidades y desafios hacia com nueva direccionalidad de transformación socio-productiva

Coordenação:

Ana Laura Hidalgo (UNSL, Argentina)
Elena Albornoz (UNER, Argentina)
Maria de los Ángeles Di Capua (UNR, Argentina)
Maria Rut Azerrad (UNL, Argentina)

Os desafios da gestão na economia solidária de organizações na cidade de São Carlos-SP	
Juliana Marisol dos Santos Rodrigues de França / Gabriel Costeira Machado	78
Amplitude do campo da economia social e solidária no Brasil	
Ediméia Maria Ribeiro de Mello / Flávia Aparecida Gonzaga Silva	79
Saberes y prácticas cooperativas desde la economía social y solidaria en contexto de crisis socio medioambiental y economía extractivista: experiencias cooperativas en la zona del Secano Costero, de la Región de O'Higgins, Chile	
Catalina Valenzuela Sobarzo / Pablo Saravia Ramos	80
Da hegemonia capitalista para a contra-hegemonia solidária: aproximando Marx, Polanyi e Gramsci	
Hilano José Rocha de Carvalho	81
A reindustrialização solidária e a transformação do Brasil	
Renato Dagnino	82
Economia popular e solidária: uma alternativa ou um alento ao modo de produção capitalista?	
José Raimundo Oliveira Lima / Eduardo José Fernandes Nunes	83
A atuação do terceiro setor no movimento da economia solidária	
Ana Caroline Barros da Silva / Bianca de Carvalho Pereira Campos	84
Superando o capital pelo trabalho associado: decifrando elementos críticos de transição	
Edi Augusto Benini / Elcio Gustavo Benini / Silas Ferrarini Furtado	85



La resiliencia del cooperativismo de trabajo. Cooperativas de Trabajo de Concordia frente a la crisis provocada por la pandemia Covid 2019	
Juan Martín Asueta / Teresita Bocanegra / Eugenia Rader / Fabian G. Tisocco	86
A organização do trabalho e a resistência à autocracia na economia solidária	
Felipe de Lucas Barbosa	87
Outras economias e a perspectiva decolonial: notas para uma aproximação entre os dois campos	
Nina Fraiha de Faria / Bruno Siqueira Fernandes	88

GT 6

Catadoras e catadores de materiais recicláveis / Colectores e colectoras de materiales reciclables

Coordenação:

Ana Maria Rodrigues de Carvalho (UNESP/Assis, Brasil)
Bernardo Arantes do Nascimento Teixeira (UFSCar, Brasil)
Letícia Dal Picolo Dal Secco de Oliveira (UNIFEOB e PUC Poços de Caldas, Brasil)
Maria Zanin (UFSCar, Brasil)

As relações entre educação e gênero em uma cooperativa popular de catadoras/es de materiais recicláveis do oeste paulista	
Bruna Oliveira Martins / Henrique Tahan Novaes	90
Cooperativas de catadores de materiais recicláveis e a economia solidária	
Jessica Corgosinho Marcucci / Ana Claudia Giannini Borges	91
O impacto de contratos públicos na atuação de cooperativas de coleta seletiva: estudo de casos no interior de São Paulo	
Anabella Corrêa / Bernardo A. N. Teixeira	92
O trabalho de cooperativas de catadoras(es) e ações do poder público municipal	
Murilo Mendes Alves / Maria Zanin	93
Empreendimento econômico solidário como fonte de trabalho e renda: a experiência da Associação de Catadores(as) de Materiais Recicláveis de São Lourenço do Sul /RS	
Melissa Duarte Orestes / Marcia Borges Umpierre / Liandra Peres Caldasso	94
Apontamentos da situação tributária de cooperativas e associações de catadores de materiais recicláveis e reutilizáveis do Estado de São Paulo	
Ana Claudia Giannini Borges / Lívia Martinez Brumatti / Ana Cláudia Fernandes Terence / Marcel Britto	95
Conduta de manutenção de máquinas em cooperativas de catadores de materiais recicláveis e reutilizáveis	
Renata Barreto Mendes / Mariana Carolina dos Santos / Victor Jordan Rojas Fronza / João Victor de Oliveira Doshier / Ana Claudia Giannini Borges	96
Economia solidária e o sentido do trabalho: rotatividade e relações de gênero e raça na cooperativa de catadores de materiais recicláveis Acácia em Araraquara	
Thassia Renata Aranha da Silva / Débora da Silva Melo / Julia Volpato Moutropoulos / Luana Benedicto / Milena de Almeida Silva / Natalia Francellin Moretti / Paula Vitória Merthan Gomes / Ana Claudia Fernandes Terence	97



Catção porta a porta: uma prática coletiva na coleta seletiva solidária	98
Conrado Marques da Silva de Checchi	
A potencialidade do encontro: uma reflexão sobre movimentação política das catadoras da região metropolitana de Campinas	99
Verena Teixeira Resca / Mariana Figueiredo Menezes / Danilo Moraes Braga / Ana Caroline de Souza Conceição / Lais Silveira Fraga / Luisa Modolo / Larissa Furlani Blanco	
Mapeamento das condições das cooperativas e associações de catadoras/es de materiais recicláveis de Assis e Região do Vale Paranapanema	100
Ana Maria Rodrigues de Carvalho / Carlos Rodrigues Ladeia / Felipe Arneiro Lopes / Gabriela de Sena Moura / Leandro Franco Campos Pereira / Marta Fleury de Oliveira Gentil Croce / Nei Vinicius Hércules Rodrigues Miranda / Ravine Cirino da Silva	
Cooperativas de catadoras e catadores de materiais recicláveis e o desafio da comercialização das embalagens plásticas	101
Maria Zanin / Letícia Dal Pícolo Dal Secco-Oliveira	
Contratação de cooperativas de catadoras(es) de materiais recicláveis pelo poder público municipal: análise empírica à luz da política nacional de resíduos sólidos	102
Carolina Valente Santos	
A influência da renda e dos processos de gestão para a redução da rotatividade em uma cooperativa de catadoras e catadores no Sul do Rio Grande do Sul	103
Marcia Borges Umpierre / Melissa Duarte Orestes / Alexandre Farias Terra / Thierry Silva Pecke	

GT 7

Iniciativas de economia social e solidária como alternativas ao encarceramento / Iniciativas de economia social y solidaria como alternativas al encierro

Coordenação:

Bernardo Parodi Svartman (USP, Brasil)
Dulcinea Cardozo Carrero (UdelaR, Uruguai)
Isabela A. de Oliveira Lussi (UFSCar, Brasil)
Selva Sena (UNQ, Brasil)
Silvana Melisa Herranz (UNC, Argentina)

Hacia um marco conceptual para las experiencias colectivas de trabajo autogestionado de personas en situación de calle y usuarios de servicios de salud mental

Carla Assandri / Dulcinea Cardozo / Noelia Correa / Cecilia Etchebehere / Alejandro Guevara / Javier Paolillo 105

Co-producción de conocimientos con experiencias colectivas de trabajo de personas usuarias de servicios de salud mental y en situación de calle

Carla Assandri / Dulcinea Cardozo / Noelia Correa / Cecilia Etchebehere / Alejandro Guevara / Javier Paolillo 106

Economia solidária: uma forma contra-hegemônica de organização do trabalho no campo da saúde mental

Lisabelle Manente Mazaro / Isabela Aparecida de Oliveira Lussi 107



Sobre la vida activa en comunidad a pesar de padecer sufrimiento mental: prácticas de empresas sociales en salud mental	
Selva Sena	108
Taller Economía Social Cooperativa de Trabajo Liberté	
Adrián Giudice / Lucas Chromechek	109
Os desafios de egressos do sistema prisional na inserção em ambientes laborais e o papel da política pública de economia solidária	
Larissa Lamoglia Bastos / Hugo Pires Barbosa / Rita de Cássia Arruda Fajardo	110
¿Como hacer sostenible la locura?	
Almiron Pérez Marcos / Amorena De Cola Joaquin / Villalba Alba / Martínez Giorrello Cynthia 00	
Pontecialidades da produção de Cannabis por empreendimento de Economia Solidária	
Rogério de Mambro	111
A questão da promoção de saúde mental para mulheres engajadas em projetos de economia solidária: um estudo a partir de entrevistas	
Bernardo Parodi Svartman / Olivia Kari Nagayama Boarini / Thiago Giancoli Berto	112
Economia solidária e a ITCP-IFRJ: a extensão universitária e os desafios da geração de trabalho e renda na saúde mental	
Neli de Almeida	113

GT 8

Soberania, segurança alimentar e nutricional, e agroecologia: interfaces e diálogos com a economia social e solidária / Soberanía, seguridad alimentaria y nutricional, y agroecologia: interfaces y diálogos con la economía social y solidaria

Coordenação:

Diogo Marques Tafuri (UFSCar, Brasil)
Joelson Gonçalves de Carvalho (UFSCar, Brasil)
Maria Lúcia Teixeira Machado (UFSCar, Brasil)

Hortas urbanas, agroecologia, economia solidária: a horta comunitária da zona norte em Araraquara-SP	
Sergio Azevedo Fonseca / Leandro Pereira Moraes / Caio Luis Chiariello	116
Redes associativas alimentarias	
Cecilia Matonte / Walter Oreggioni / Gerardo Sarachu / Juan Riet Correa	117
Estudo etnoedafológico com mulheres do quilombo Campo Grande (MG): percepções sobre o cuidado com a terra e sistematização de práticas de manejo agroecológico	
Helena Lelli Riga / Ricardo Serra Borsatto	118

A experimentação agrícola realizada por agricultores familiares do agreste paraibano: resistência, permanência na terra, segurança alimentar e nutricional sob os preceitos da agroecologia	
Alexandra Leite de Farias / Janice Rodrigues Placeres Borges	119
Hortas comunitárias: cultivando relações	
Ronaldo Munenori Endo	120
Segurança e soberania alimentar para os indígenas Guarani, Kaiowa e Terena no MS: uma experiência de mini processados na incubadora da UFGD	
Márcio Rogério Silva / Nelson Ávila / Zefa Valdivina Pereira / Mariana Justino Masugossa / Amilton Luiz Novaes / Thais Cremon	121
Agroindústria familiar ecológica: experiências e possibilidades da Cooperativa agroecológica dos produtores e de Água limpa da região sul de São Paulo - COOPERAPAS	
Ana Beatriz França Siqueira / Leandro de Lima Santos / Henrique Carmona Duval	122
Possíveis relações entre os princípios e práticas da agroecologia e economia solidária: experiência do movimento Tô Aqui (2020-2022) Piracicaba - SP	
Ana Luiza Medeiros Bernussi / Stella Pacheco Oliveira / Danilo Malta Ferreira / Savana Marilu Fernandes / Ubirajara Cristiano B. Sabino / Lidianie H. Mansanari	123
Estratégias de enfrentamento da insegurança alimentar no PDS Mário Lago	
Ana Veron / Joelson Gonçalves de Carvalho	124
A teoria das cooperativas camponesas de Chayanov e o debate da soberania alimentar no século XXI	
Paolo Marti Grasson Pereira de Souza Viola	125
Aportes teóricos e metodológicos para a formação de agentes populares de agroecologia	
Eduardo José Rezende Pereira / Joelson Gonçalves de Carvalho	126
Horta comunitária urbana de base popular, agroecológica e solidária. Experiência da horta Gera Juncal, zona Leste, São Paulo, SP	
Paloma Ribeiro Tarrão / Valéria Freixedas / Danilo Malta Ferreira / Uranide Sacramento Cruz / Rita Almeida / Paulo José Pereira dos Santos	127
Escrivência agroecológica	
Camila do Nascimento Cultri	128
A segurança alimentar dos quintais biodiversos na hinterlândia amazônica	
Maria Isabel de Araújo / Silas Garcia Aquino de Sousa	129
Projeto agroecológico e educação autônoma rebelde zapatista: mútuos aportes diante dos desafios conjunturais e estruturais da hidra capitalista	
Cláudio Rodrigues da Silva	130



GT 9

Tecnologia social e economia solidária / Tecnología social y economía solidaria

Coordenação:

Barbara Altschuler, (UNC, Argentina)
Bruna Mendes (UFABC, Brasil)
Daniel Garcia (UNQ, Argentina)
Felipe Addor (UFRJ, Brasil)
Mário Coscarello (UniCal, Itália)

Articulações do software Livre com a economia solidária como tecnologia para inclusão social

Flávio Gomes da Silva Lisboa / Marilene Zazula Beatriz 132

Tecnologias para a economia solidária: a experiência da construção de uma metodologia para o curso de comunicação popular mediado por TICs durante a pandemia da COVID-19

Lino Trevisan / Marcos Antonio Silverio / Rhuan Carlos Borges / Maria Luisa Carvalho / Marilene Zazula Beatriz 133

Cooperativismo de plataforma e indústria 4.0: experiência de comercialização de produtos dos indígenas Guarani, Kaiowa e Terena no MS

Márcio Rogério Silva / Carlos Eduardo Soares Camparotti / Amilton Luiz Novaes / Myllena Araújo de Freitas / João Henrique Ferreira Barbosa da Silva / João Miranda Kikuta 134

Comércio digital de alimentos orgânicos: estudo de caso do uso de suportes tecnológicos digitais pela cooperativa Terra e Liberdade

Caio Olivette Pompeu / Carla Victória Ferreira Irrazabal / Lucca Perez Pompeu 135

Por que tecnociência solidária?

Renato Dagnino 136

Economia solidária e comercialização em tempos de pandemia: um estudo de caso de São Carlos-SP

Amanda G. de Lima / Daniele Francisco / Fernanda Siani / Rafaela dos Reis Martins 137

Reflexões sobre a autogestão: a experiência do sistema de irrigação no pré-assentamento Elizabeth Teixeira

Paulo Henrique Nascimento Cruz / Olívia Blanc / Larissa Uceli / Ana Luisa Farina Souto / Gabriela Varjão Oliveira / Luisa Oliveira Modolo / Bruna Helena Novaes / Raissa Alves Da Purificação / Lais Fraga 138

Projeto Eco Creche

Baltazar Morgado Neto 139

La investigación acción participativa como tecnología de co-construcción de saberes y prácticas

Barbara Altschuler / Gabriela Viviani 140

Tecnologias sociais na apicultura e meliponicultura: análise sobre a produção de conhecimento científico

Camila do Nascimento Cultri / Maria Lúcia Teixeira Machado 141

La economía social en espacios virtuales: el caso de La Cooperativa Cultural Trafkintu

Daniela Soledad Llera / Marina Tortul / Viviana Leonardi 142



GT 10

Finanças solidárias / Finanzas solidarias

Coordenação:

Leonardo Leal (UFAL, Brasil)
Yoshiaqui Shimbo (UFSCar, Brasil)

O papel dos bancos comunitários de desenvolvimento e suas moedas sociais no combate à exclusão financeira

Lucas Ferdinando Rorato / Leandro Pereira Morais 144

Moedas sociais para a economia social: classificação, papéis na economia formal e informal e possibilidades para o microcrédito

Yasuyuki Hirota 145

Finanças solidárias como estratégia para coletivos culturais

Nathália Fernandes da Silva / Maria Zanin / Yoshiaqui Shimbo 146

Economia solidária e finanças solidárias: o papel do banco comunitário do preventório no enfrentamento da pandemia do COVID-19

Pedro Paulo Souza da Silva / Janaina Machado Simões 147

Autossustentabilidade dos bancos comunitários: aplicação de indicadores econômico-financeiros

William Retamiro / Maria Lúcia Teixeira Machado / Wagner Leite Souza Molina 148

Fundos rotativos solidários: potencialidades e limitações no município de Volta Redonda-RJ

Milena dos Santos Cerqueira / Carlos Frederico Bom Kraemer / Thais Soares Kronemberger / Luis Henrique Abegão 149

Microcrédito habitacional do banco comunitário de desenvolvimento banco bem, Vitória-ES - Análise do processo de concessão do financiamento como instrumento autogestionário de melhoria das moradias

Callil João / Hilano José Rocha de Carvalho / Yoshiaqui Shimbo / Patricia Zandonade / Danilo Malta Ferreira 150

GT 11

Desenvolvimento territorial / Desarrollo territorial

Coordenação:

Wagner de Souza Leite Molina

Acceso colectivo a tierras públicas en Uruguay

Juan Riet Correa / Gerardo Sarachu / Walter Oreggioni / Cecilia Matonte 152

Elementos centrais para o desenvolvimento local a partir da economia social e solidária

Juan Fernando Alvarez Rodriguez / Daniel Francisco Nagao Menezes 153

Projeto manejo agroflorestal, por uma identidade territorial	
Joaquim Lauro Sando	154
Racismo ambiental: comunidades do cerrado do Pantanal mato-grossense	
Giovana Rosangela Ferreira Mendes / Hugo Fernandes Lopes Filho	155
Uma análise do direito às terras tradicionalmente ocupadas por indígenas no Brasil na perspectiva dos direitos humanos	
Yuri Pereira Gomes	156
A insegurança jurídica e institucional na luta pela terra: o caso do acampamento quilombo Campo Grande (MG)	
Jadir Eduardo Corrêa Junior / Joelson Gonçalves de Carvalho	157
Mobilização local para inserção produtiva e desenvolvimento local	
Eliane Navarro Rosandiski	158
Garantias de reprodução social camponesa na capital brasileira do agronegócio	
Marina Fernandes / Joelson Gonçalves de Carvalho	159
Pesquisa-ação em territórios interioranos e desenvolvimento na perspectiva latinoamericanista: caminhos para pensar outras economias transformadoras	
Patrícia Zandonade / Fernando Carneiro Pires / Mariana Barbosa de Souza / Leandro Barbosa Rolim / Alessandra de Sant'Anna / Rosane Nauderer / Cecília Maria de Moraes Machado Angileli / Thais de Oliveira / Selma Passos Cardoso / Manuel Joseph Corman	160
Impactos da atividade sucroenergética na reprodução de grupos camponeses na região de Ribeirão Preto	
Victor Marchesin Corrêa / Joelson Gonçalves de Carvalho / Marina Fernandes	161
Economia social e solidária como apoio à implementação dos objetivos de desenvolvimento sustentável: um estudo de caso da associação AMA do município de Araraquara (SP)	
Jorge Ernesto Salvador Bazán Aparicio / Leandro Pereira Moraes	162

GT 12

Economia solidária e políticas públicas / Economía solidaria y políticas públicas

Coordenação:

Valmor Schiochet (FURB, Brasil)
Marco Aurélio Maia Barbosa de Oliveira Filho (UFSCar, Brasil)

Rede de gestores em economia solidária e os marcos normativos municipais: a institucionalização da economia solidária	
Caio Luis Chiariello	164
Marco legal da economia solidária no Brasil: uma alternativa para materialização dos direitos humanos	
Lucas Haygert Pantaleão / Manuela Salau Brasil	165
O espaço das políticas públicas de economia solidária na previsão orçamentária do município de Araraquara-SP	
Julia da Silva Gutierrez Ruiz / Leandro Pereira Moraes	166



É o fim? A política nacional de economia solidária e a análise do ciclo de políticas públicas	
Claudia Maria Barbosa / Yuri Fedrigo Dutra	167
Municipios en la promoción de cooperativas en Chile: la red de municipios por el cooperativismo y la economía social como proceso de co-construcción de política pública local	
Patricio Inostroza Rebolledo / Luis Hernández Astudillo / Mario Radrigán Rubio	168
Estudo de caso: assessoramento a projetos de produção agroecológica para a agricultura familiar em municípios do Vale do Açu/RN	
Sandra Maria Campos Alves / Luiza Mara da Silva / Janine Pereira Peixoto / Francisco Glauber Fonseca / Antonia Gilvanira da Silva	169
A experiência da IPECS - incubadora pública de economia criativa e solidária em Araraquara-SP	
Ana Patricia Ferreira da Silva / Camila Capacle Paiva / Flávia de Jesus Andrade	170
Resoluciones colectivas a problemas individuales. Proceso de construcción de un sistema de ampliación de derechos para asociados/as de cooperativas de trabajo	
Eleonora Feser / Juliana Salvemini / Dalma Borda / Valeria Mutuberría Lazarini	171



AMANHÃ VAI SER
OUTRO DIA

As múltiplas crises do presente e o
papel das iniciativas associativas
autogestionárias na reorganização da
sociedade



GT 01: Educação e Economia Social e Solidária / Educación y Economía Social y Solidaria

A PROFISSIONALIZAÇÃO EM COOPERATIVAS COMO UM MECANISMO DE PODER: UM ESTUDO DE CASO DA COOPAR

Leandra Holz, Universidade Federal de São Carlos,
leandraholtzholz81@gmail.com

Resumo

A temática da profissionalização tem sido amplamente explorada nos trabalhos sobre cooperativas, e em grande parte, são debates favoráveis nos quais a profissionalização aparece vinculada a discursos sobre competitividade e eficiência econômica. Em vista disso, torna-se pertinente trazer uma discussão crítica dos processos de profissionalização e capacitação que acontecem no interior das cooperativas e que, muitas vezes, causam modificações na forma como a cooperativa é gerida e em como os próprios associados organizam o seu trabalho. É nesse sentido que, por meio da teoria foucaultiana sobre poder e também da revisão da literatura, esta pesquisa analisa em que medida a profissionalização, como um mecanismo de poder, opera no interior de uma cooperativa agropecuária, a Cooperativa Mista dos Pequenos Agricultores da Região Sul Ltda. (Coopar) de São Lourenço do Sul, Rio Grande do Sul, Brasil. A ideia foi colocar em debate os processos de capacitação, seus objetivos, metodologias e consequências, o que foi feito por meio de um estudo de caso, no qual os procedimentos metodológicos adotados foram a realização de 3 entrevistas com informantes-chave; a análise documental de 200 atas de reuniões do conselho de administração; e a aplicação de 30 questionários junto aos associados da cooperativa. Os resultados apontam para uma tensão entre práticas democráticas e de cooperação *versus* as exigências de uma gestão considerada mais racional e profissional, centrada na eficiência econômica. No entanto, parece haver uma maior adequação às lógicas de mercado, sendo a profissionalização o mecanismo principal que conduz a cooperativa e os associados sob as normas da racionalidade neoliberal. Uma racionalidade que exige processos de capacitação pessoal constantes com metodologias de aumento da produtividade das propriedades, dos agricultores e da cooperativa, que são conduzidos pelo discurso da competitividade e da eficiência. Por outro lado, os dirigentes da cooperativa e os associados em geral, estão a todo momento produzindo tensionamentos e obstáculos a esta profissionalização baseada na racionalidade neoliberal, como quando a cooperativa é contrária a separação entre propriedade e controle, uma das principais premissas dessa profissionalização, ou quando investe na formação dos associados para a gestão da cooperativa em contraponto ao discurso profissional neoliberal que visa substituir o associado gestor por um administrador contratado, dentre outras discussões deste trabalho que, entre as principais conclusões, aponta que formas cooperativas de organização, como o caso da Coopar, podem propiciar mais reações, resistências e racionalidades outras, numa dinâmica em que alterações nessas relações de poder são sempre possíveis.

Palavras-chave: Cooperativismo; Profissionalização; Processos de capacitação; Poder.

MATRICES DE SURGIMIENTO DE LAS COOPERATIVAS DE EDUCACIÓN EN URUGUAY

Rosina Pérez, Área de Estudios cooperativos y economía solidaria, SCEAM - UDELAR,
perezmenafra@gmail.com

Resumo

El objetivo general del trabajo es analizar las matrices de surgimiento de las cooperativas de trabajo que gestionan centros, programas y proyectos educativos en Uruguay, poniendo especial atención en aquellas cooperativas que surgen a partir de procesos de transición con relación a modalidades preexistentes. A partir de un debate teórico centrado en el abordaje empírico de empresas recuperadas por los trabajadores y trabajadoras, así como de una clasificación de matrices de surgimiento (Vanek 1985, Guerra 1997, Riero 2009, Camiletti 2005) se analizan las cooperativas de educación en Uruguay y se realiza una descripción de sus principales características. El trabajo utiliza datos cuantitativos, originados en un censo de cooperativas de educación realizado en 2021, en el marco del Proyecto de Investigación “Cooperativas de trabajo que gestionan centros y propuestas educativas en Uruguay. Relevamiento, dimensionamiento en el campo de la educación, principales características, propuestas pedagógicas y cooperación”, que identificó 92 cooperativas activas en 2020 y que logró acceder a información de primera mano de 64 de ellas. Combina el abordaje cuantitativo, con entrevistas en profundidad realizadas a cooperativas con distintos perfiles. La información relevada muestra que las cooperativas de educación creadas a partir del cierre de fuente laboral (por quiebra de empresa o centro educativo) o por transición a cooperativa por reorganización de anterior modalidad (OSC, por ejemplo) representan la mitad de los casos relevados, es decir 32 cooperativas. Al profundizar en la manera en que se da la transición en relación con la modalidad anterior, se identifican casos que pasaron por una “transición amigable”, muchas veces con aval de la organización anterior, que fomenta que los trabajadores asuman la gestión de la cooperativa. En otros casos, la transición se da de forma más abrupta, ante dificultades de gestión que comprometían la continuidad de la fuente de recursos o ante la amenaza de cierre repentino de la institución preexistente. Como consideraciones finales, el trabajo pone en evidencia que la formación de cooperativas de educación a partir de procesos de reconversión de modalidades anteriores es un fenómeno de una magnitud importante en Uruguay. Por otro lado, la matriz de surgimiento es una dimensión que puede resultar clave para entender diferentes aspectos de la organización y desarrollo de las cooperativas, como por ejemplo la forma de gestión, la organización del trabajo, la propuesta educativa y el lugar que se le da al cooperativismo y la cooperación en la propuesta.

Palavras-chave: cooperativas de educación; matriz de surgimiento; gestión colectiva.

INCORPORACIÓN DE LA COOPERACIÓN EN EL TRABAJO PEDAGÓGICO DE COOPERATIVAS DE EDUCACIÓN EN URUGUAY HASTA 2020

Victoria Díaz Reyes, Instituto de Educación, Facultad de Humanidades y Ciencias de la Educación
Udelar, dz.victoria@gmail.com

Resumo

A partir de un debate teórico centrado en los planteos de Martí, Rodríguez y Camilletti (2005) en relación a las afectaciones que provoca la matriz de surgimiento en las cooperativas, la mirada de Rockwell (2005) en cuanto a los procesos de apropiación y las aportaciones de Moreno, Rojo, Real, De Pena y Cosse (2013), sobre la internalización de la cooperación, el presente trabajo tiene por objetivo analizar los desafíos que emergen en cuanto a la incorporación de la cooperación en el trabajo pedagógico que llevan adelante cooperativas de trabajo que gestionan centros educativos en Uruguay. Para ello, se utilizan datos cualitativos de un censo efectuado en el año 2021, en el marco de un proyecto de investigación¹ financiado por la Comisión Sectorial de Investigación Científica de la Udelar, emergido como iniciativa del Área de Estudios Cooperativos y Economía Solidaria conjuntamente con la Federación de Cooperativas de producción del Uruguay y el Instituto Nacional del Cooperativismo, que tiene como uno de sus cometidos principales estudiar el tipo de propuesta educativa que desarrollan cooperativas de educación y sus formas organizacionales. Mediante el mismo se accede a información de 64 cooperativas de un total de 92 activas relevadas en 2020 dentro del país, que gestionan 72 centros educativos, entre los cuales se encuentran Centros de Atención a la Infancia y la Familia, centros para jóvenes, centros de apoyo escolar y socialización para niños y niñas fuera del horario escolar, centros de educación inicial, primaria, secundaria, así como 31 programas y proyectos diversos que no necesariamente se desarrollan en ello. La información relevada, permite problematizar entorno a cómo si bien un 72% de las cooperativas explicitan la incorporación de la cooperación en su propuesta pedagógica, al combinar esto con datos cualitativos, específicamente obtenidos a través de entrevistas en profundidad a cooperativas con distintos perfiles, se visibiliza un gran contraste en tal incorporación, al especificarse que esto se realiza de forma natural dentro de la cotidianeidad sin planificación previa, demostrando su ausencia. Como consideraciones finales, el trabajo coloca en evidencia la gran influencia que posee la matriz de surgimiento, el proceso de internalización y apropiación de la cooperación que se desprende de ella y se da en el marco de cada cooperativa para lograr incorporar efectivamente dicha cooperación en las propuestas pedagógicas.

Palavras-chave: cooperativas de educación, cooperación, trabajo pedagógico.

¹ Denominado "Cooperativas de trabajo que gestionan centros y propuestas educativas en Uruguay. Relevamiento dimensionamiento en el campo de la educación, principales características, propuestas pedagógicas y cooperación"



LAS FORMAS DE LA DIRECCIONALIDAD EN PROPUESTAS EDUCATIVAS QUE BUSCAN INCORPORAR LA COOPERACIÓN Y EL COOPERATIVISMO

Diego Barrios
Universidad de la República
diego.barrios@cseam.udelar.edu.uy

Resumen

La presente contribución propone relevar las percepciones de docentes de distintos sub-sistemas educativos, que participan del Curso Taller de cooperación y cooperativismo en la educación (INACOOOP/UdelaR). El objetivo de las/os educadoras/es participantes del Curso Taller, busca incorporar, en su cotidianidad educativa, perspectivas relacionadas a la cooperación y la autonomía (desde su aspcpción colectiva). La perspectiva teórica parte del concepto de “direccionalidad” en educación, sustentada en los aportes de Ellsworth 2009 y Acaso 2018. La direccionalidad es entendida como el “posicionamiento (yo soy esto), y con la transmisión de ese concepto a través del lenguaje..” (Acaso 2018), es el resultado que surge a partir de múltiples factores como el tono de voz, el manejo del espacio del aula, la selección de útiles y recursos en el aula e incluso del lenguaje corporal, es la forma de “materializar el inconsciente en la educación” (Acaso 2018). La inclusión de la cooperación y la autonomía en educación tiene una relación inversa a la forma escolar tradicional (Stevenazzi/Díaz/Barrios 2022). En ese sentido construir “otra” direccionalidad es una construcción que se experimenta desde múltiples contradicciones. La pregunta de investigación que sustenta este trabajo puede ser planteada de la siguiente manera; ¿que rupturas en la direccionalidad son necesarias para incorporar perspectivas de la cooperación y la autonomía en la práctica educativa?. Esta interrogante busca aproximarse a la reflexión sobre el concepto de direccionalidad en la propuesta pedagógica cuando se ponen en juego conceptos como la cooperación y la autonomía. Para dar coherencia a las distintas percepciones sobre la pregunta central, será necesario reconocer otro tipo de percepciones sobre la posición docente, desde otro tipo de interrogantes complementarias como ¿que piensan los demás (estudiantes) que soy yo?, y ¿que pienso que soy yo para los demás (estudiantes)?, ¿cuales son mis posiciones en relación a los distintos componentes que delimitados desde la idea de direccionalidad”. La investigación en curso, (con resultados esperados para presentar en el XVII Seminario), permite recrear la experiencia de educadoras/es que buscan alterar las formas de lo escolar a partir de la incorporación de la cooperación y la autonomía desde la experimentación pedagógica.

Palabras clave: direccionalidad, cooperación, autonomía



OUTRAS ECONOMIAS NO ENSINO UNIVERSITÁRIO: RELATO DE EXPERIÊNCIA EM UM CURSO DE GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

Secco-Oliveira, Letícia Dal Pícolo Dal, Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, campus Poços de Caldas/MG, le.dalpicolo@gmail.com

Resumo

Os processos educativos no âmbito das “outras economias”, são essenciais para a negociação de ideias que possibilitem a produção de novas subjetividades e, conseqüentemente, de novas ações em vias de superar as diversas problemáticas que as envolvem. Outras economias em suma podem ser consideradas aquelas que se contrapõem aos princípios capitalistas que propiciam desigualdade e injustiça social. Na literatura, encontram-se muitos estudos voltados aos processos educativos junto a trabalhadoras/es de empreendimentos sociais e/ou solidários de variadas naturezas, além de formações no âmbito extensionista. Porém, ainda é relativamente escassa a produção sobre a inserção desses temas no ensino universitário formal. Por isso, objetiva-se refletir sobre uma experiência de ensino de outras economias em disciplina ministrada ao último período de um Curso de Graduação em Psicologia de uma universidade particular do estado de Minas Gerais. Para isso realizou-se um relato de experiência com a apresentação: 1) da construção do Plano de Ensino de disciplina ofertada como “Outras Economias”, que abarcou a realização de um diagnóstico inicial; 2) dos conteúdos teóricos discutidos (economia criativa, economia social, economia solidária, economia de Clara e Francisco, empreendedorismo social, inovação social, cooperativismo, assessoria e incubação, tecnologia social, objetivos de desenvolvimento sustentável - ODS); e 3) das estratégias pedagógicas e avaliativas realizadas (estudos de caso, elaboração de projetos atrelados às outras economias em temáticas e campos da psicologia, e compartilhamento de experiências de membros de cooperativas de profissionais de formação superior, psicólogos ou não, para articulação entre teoria e prática). Ao final dos processos pedagógicos construídos e realizados, foi aplicado um questionário de opinião junto às/ aos 21 estudantes da turma. No diagnóstico inicial, percebeu-se que a maioria das/ dos estudantes não tinham conhecimento sobre os temas e/ ou não reconheciam a relação deles com a psicologia. Abordou-se questões adjacentes às outras economias tanto na perspectiva de um psicólogo trabalhador se inserindo no mercado de trabalho, quando de um psicólogo que presta serviços a pessoas e organizações de outras economias. Ao final, com a resposta de 7 estudantes, percebeu-se que abordar os temas em disciplina formal apenas ao final do curso foi limitante para a aprendizagem e compreensão dos mesmos, ainda que algumas estudantes os tenha considerado totalmente ou parcialmente importantes para a psicologia e/ ou suas carreiras, ao passo que apenas uma estudante respondeu não ter nenhum interesse sobre os temas estudados. Espera-se contribuir para uma discussão crítica sobre a inserção desses tópicos no ensino superior formal.

Palavras-chave: Outras economias; Empreendedorismos; Psicologia; Ensino de graduação.

O GEOPROCESSAMENTO COMO FERRAMENTA DE ANÁLISE DA ESPACIALIZAÇÃO DAS COOPERATIVAS DE EDUCAÇÃO NO URUGUAI

Ana Flávia Cechinel, Área de Estudios Cooperativos y Economía Solidaria, SCEAM - UDELAR, Facultad de Humanidades y Ciencias de la Educación Udelar, ana.cechinel@gmail.com

Resumo

O presente trabalho é parte do projeto de pesquisa “Cooperativas de trabalho que gerenciam centros e propostas educativas no Uruguai. Análise dimensional no campo da educação, principais características, propostas pedagógicas e cooperação.”, financiado pela Comissão Setorial de Investigación Científica (CSIC), da Universidade da República, no Uruguai. Leva a cabo a pesquisa, a Área de Estudios Cooperativos e Economía Solidaria, vinculada ao departamento de Extensão Universitária da Udelar, conjuntamente à Federação de Cooperativas de Produção do Uruguai (FCPU) e do Instituto Nacional de Cooperativismo (INACOOOP). A pesquisa propõe apresentar um panorama quantitativo e qualitativo da experiência cooperativista no setor da educação, no território uruguaio. A metodologia incluiu a aplicação de um formulário fechado no qual questionou-se desde informações referentes à formação e formalização da cooperativa, até o significado das propostas pedagógicas das instituições. Das 92 cooperativas identificadas em 2020, 64 responderam, gerando informações que foram processadas e interpretadas, produzindo insumos para entrevistas de aprofundamento, para análises nos campos do ensino, do trabalho e da geografia do fenômeno. A partir da georreferenciamento das cooperativas foi possível reconhecer um padrão majoritariamente urbano na espacialização do fenômeno, entretanto, a presença e a importância de iniciativas no interior do país e em zonas com menor densidade demográfica é uma realidade constatada com base nos trabalhos de campo e no contraste com dados socioeconômicos do último censo demográfico. Essas percepções e sistematizações contribuem para uma leitura geográfica preliminar. O que se anseia, a partir das variáveis que já temos, é estabelecer relações com indicadores territoriais de exclusão/inclusão social (GENOVEZ; MONTEIRO; CÂMARA; FREITAS, 2007); para tal, pretende-se estabelecer uma modelagem considerando as transformações territoriais desde o marco da Lei Geral das Cooperativas (n.º 18.407), baseando-nos em dados censitários, para que seja possível assim, verificar os reflexos espaciais de iniciativas educativas com um modelo contra hegemônico.

Palavras-chave: cooperativas de educação; dinâmicas territoriais; ordenamento territorial.

LA ECONOMÍA SOCIAL Y SOLIDARIA EN EL CURRÍCULUM Y LAS PRÁCTICAS DE LA EDUCACIÓN DE JÓVENES Y ADULTOS: APUNTES DESDE UNA REVISIÓN BIBLIOGRÁFICA

Daniel Alejandro Garcia, Universidad Nacional de Quilmes,
daniel.a.garcia@unq.edu.ar

Resumen

El objetivo de este artículo es analizar los estudios sobre la incorporación de contenidos de la economía social y solidaria (ESS) en las prácticas y en el currículum de la educación de jóvenes y adultos (EDJA), entendiendo el currículum en su sentido integral, como currículum en acción, y en su correlato documental en las jurisdicciones educativas. Teniendo en cuenta que la política de educación de personas adultas es el área de acción que más evidencia el modo de cuestionamiento que la educación hace a la exclusión social (Ezpeleta, 1997), nos concentramos en esta revisión bibliográfica en los modos de explicación sobre las dificultades para la inclusión en los procesos socioeconómicos globales, de las personas adultas que estudian en la modalidad de jóvenes y adultos/as. Para analizar este aspecto definido en la relación de las personas con sus contextos, escogemos una de sus dimensiones posibles: el enfoque sobre la economía. Puntualmente, nos enfocamos en la vinculación de la EDJA con prácticas y contenidos propios de la ESS o de otros modelos económicos heterodoxos y contrahegemónicos que posibilitan interpretaciones coherentes con el marco político pedagógico de la EDJA. A tal efecto, se analizaron 12 libros y artículos del sistema científico tecnológico no universitario, 13 textos de producción académica localizados en repositorios institucionales y 20 artículos de Revistas Científicas, que describen y problematizan experiencias formativas en esta modalidad educativa vinculadas al desarrollo de la ESS o bien que incluyen explícitamente contenidos de este campo de investigación-acción. Los artículos fueron relevados con una metodología propia de los estudios bibliométricos. Los resultados obtenidos dan cuenta de que aún es incipiente la incorporación prescriptiva de estos contenidos, los cuales vienen siendo traccionados desde hace más de 20 años desde experiencias no formales y formales en países francófonos y latinoamericanos, aunque no necesariamente debería plantearse proponiendo planificaciones normativas. Inaugurar marcos referenciales de contenidos, a partir de contextos problematizadores estratégicos y núcleos conceptuales que integren contenidos propios de los enfoques económicos heterodoxos, es un camino que asume la creatividad de la EDJA en los escenarios actuales. Es notable el poder instituyente de la EDJA, sobre todo desde sus experiencias no formales que vinculan la ESS con la EDJA y el compromiso de algunos sectores de las políticas públicas que apoyan estas iniciativas.

Palabras clave: currículum, educación de jóvenes y adultos, economía social y solidaria.

ECONOMIA SOLIDÁRIA E JUVENTUDES: O CASO DO PROJETO CANUDO AZUL EM UMA ESCOLA DA REDE PÚBLICA MUNICIPAL DE VOLTA REDONDA

Pedro Paulo Souza da Silva, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, pedropaulosilva@id.uff.br
Hélio Antônio Alves, Universidade Federal Fluminense, helio13633@gmail.com
Luís Henrique Abegão, Universidade Federal Fluminense, lahbegao@id.uff.br

Resumo

A Incubadora Tecnológica de Empreendimentos de Economia Solidária (InTECSOL) desde 2018 possui um eixo específico de trabalho, onde são fomentadas experiências de Juventudes e Economia Solidária. Isso se deve ao fato de que a maioria dos empreendimentos econômicos solidários, assessorados pela InTECSOL, eram compostos por adultos e que havia pouca participação dos jovens na Economia Solidária da região. Diante disso, a InTECSOL e outros parceiros, idealizaram um projeto que integrasse os jovens na discussão da Economia Solidária chamado Canudo Azul. O objetivo geral desta pesquisa é apresentar as experiências de Economia Solidária com Juventudes a partir do caso do projeto Canudo Azul na cidade de Volta Redonda no RJ. O Canudo Azul é um projeto de Educação Ambiental desenvolvido com quatro turmas de nono ano, com idades entre 14 e 16 anos, desde agosto de 2018. Tem como premissa inicial provocar a preocupação com o meio ambiente, a partir de atitudes e ações que possuem princípios da Economia Solidária como a coletividade, sustentabilidade, autogestão e autonomia. A base teórica da pesquisa está sob o olhar da Educação Popular princípios da Economia Solidária. As principais atividades desenvolvidas com os jovens partem do princípio metodológico de escuta das motivações e das suas múltiplas realidades, onde a apesar de estarem inseridos em uma mesma escola, suas experiências e contexto de vida são únicos e que se correlacionam em alguns aspectos sociais como a violência, relações pessoais, gênero e o estudo. Após essas escutas, ações realizadas foram: Visita ao Parque Municipal do Ingá; Dia de Lazer no Sítio; Rodas de Conversa Sobre Juventude e Economia Solidária no Festival de Economia Solidária de Volta Redonda; intercâmbios com experiências econômicas solidárias de juventude, venda de marmitex para financiamento coletivo das atividades do grupo e a produção de produtos a partir da reciclagem dos plásticos. Todas essas ações transcorreram de forma autogestionária e coletiva, pois os jovens participaram desde o momento de cogitação e preparação das atividades até a sua implementação. No segundo semestre de 2022, nota-se uma maior autonomia dos jovens e uma consolidação do grupo que já pratica o consumo responsável, hábitos mais sustentáveis e o senso crítico das suas realidades em territorialidade que compreende a escola, família, relações de amizade e afetividade. Em suma, o Canudo Azul promove um resgate dos valores humanos, utilizando a Economia Solidária como ponte para a transformação dessas realidades que as juventudes estão inseridas.

Palavras-chave: Juventudes; Economia Solidária; Educação Popular.



DESENHANDO NOSSA HISTÓRIA: A IMPORTÂNCIA DOS ENCONTROS DE FORMAÇÃO INTERNA, NO FORTALECIMENTO DOS NOSSO VÍNCULOS AFETIVOS DE TRABALHO

Desirée Fripp dos Santos, Universidade Federal do Rio Grande, desifripp@gmail.com
Eduardo Guatimosim, Universidade Federal do Rio Grande, e.guatimosim@furg.br
Liandra Peres Caldasso, Universidade Federal do Rio Grande, email@email.com
Márcia Borges Umpierre, Universidade Federal do Rio Grande, marciaumpierre@gmail.com
Taiane Golulart, Universidade Federal do Rio Grande, rdona218@gmail.com

Resumo

Compreendendo a importância da experiência de atividades remotas autogestionárias, que a Incubadora de Empreendimentos de Economia Solidária (INEESOL)/FURG realizou nesse período pandêmico, o presente trabalho apresenta o relato de experiência das formações internas, descrevendo os momentos pedagógicos e organizacionais dos encontros, relatando os encaminhamentos realizados e analisando a importância das místicas e dinâmicas para manter os vínculos solidários de trabalho. Na perspectiva da extensão universitária popular, comprometida com as demandas sociais e comunitárias, a INEESOL desenvolve seus trabalhos em economia solidária. Para que as atividades atendam essas demandas, a equipe realizou formações sobre temáticas pertinentes aos trabalhos efetuados e, encontros organizativos internos. Com a pandemia do Covid-19, as atividades de campo tiveram que ser reorganizadas e, nessa atipicidade nos reinventamos, criamos novos processos de trabalho e manejamos com maior intensidade a tecnologia. As atividades em casa aumentaram a carga de trabalho mental, levando cada uma/um a picos de ansiedade. Toda essa conjuntura afetou nossa laboridade e, foi preciso criar maneiras de manter fortes nossos vínculos internos, assim como com os grupos incubados e gestados. Compreendendo a educação como um processo permanente, as formações foram importantes para o amadurecimento das ações efetuadas e, essenciais para fortalecer o afeto e a alteridade entre todas/os nós. Nesses momentos remotos, via meet, fomos nos conhecendo mais através de círculos de diálogos virtuais, apresentação das pesquisas realizadas por docentes e discentes, formação com pesquisadoras/es externas e reuniões organizativas e deliberativas da ITCP. Esses encontros foram fundamentais para fortalecer nossa identidade social e, para nutrir nosso vínculo com a comunidade que a universidade está inserida.

Palavras-chave: Economia Solidária; Educação; Trabalho Remoto.

ECONOMIA SOLIDÁRIA COMO PERSPECTIVA DE INCLUSÃO DE JOVENS APRENDIZES NO MUNDO DO TRABALHO

Flávio Gomes da Silva Lisboa, UTFPR, flavio.lisboa@fgsl.eti.br

Marilene Zazula Beatriz, UTFPR, marilenez@utfpr.edu.br

Resumo

Este artigo pretende discutir a Economia Solidária como uma primeira alternativa de ingresso no mundo do trabalho. Segundo o sociólogo Ricardo Antunes, as duas alternativas que se apresentam atualmente para o jovem em relação ao trabalho são o emprego precarizado (o que inclui o empreendedorismo precarizado) e o desemprego. A saída desse dilema passa pela construção de uma alternativa de trabalho para geração de renda e a Economia Solidária poderia ser essa alternativa. Entretanto, os dados do último mapeamento nacional da Economia Solidária, promovido extinta Secretaria Nacional de Economia Solidária indicam baixa participação da juventude em empreendimentos econômicos autogestionários, o que sugere que essa forma de organização para o trabalho não é atrativa para os jovens. Pressupõe-se, portanto, que a Economia Solidária precisa ser apresentada adequadamente para a juventude, não como a última opção daquele que perdeu o emprego após anos, mas como uma opção de trabalho a qualquer momento da vida. Com base nesse pressuposto, o objetivo deste artigo é elaborar uma proposição de apresentação da Economia Solidária como alternativa de trabalho em programas de aprendizagem profissional realizados em empresas, para o cumprimento da Lei 10.097/2000. Essa proposição é delimitada especificamente para a área de Tecnologia da Informação, uma das áreas promissoras em demandas de trabalho de acordo com as previsões de intensificação da automação das atividades produtivas elaboradas pelo Fórum Econômico Mundial. Para elaborar essa proposição, inicialmente faremos uma revisão da literatura que relaciona Economia Solidária com juventude, para determinar o estado da arte das ações de inclusão de jovens no mundo do trabalho por meio de empreendimentos solidários. Em seguida, apresentaremos o cenário da aprendizagem profissional realizada por empresas por obrigação legal. A partir desse cenário buscaremos identificar oportunidades para inserir a formação em economia solidária a partir de uma proposta que apresente para as empresas de Tecnologia da Informação não somente a vantagem de promoção de imagem como empresas socialmente responsáveis, mas também da possibilidade de inovação a partir da incubação de empresas autogestionárias.

Palavras-chave: Economia Solidária; Inclusão Social; Jovem Aprendiz; Tecnologia da Informação;

AGROECOLOGIA E ECONOMIA SOLIDÁRIA COMO FERRAMENTAS POLÍTICO-PEDAGÓGICAS DE JUSTIÇA AMBIENTAL

Flávia Tostes, Mestranda em População, Território e Estatísticas Públicas (ENCE/IBGE), tostes_flavia@hotmail.com;

Mateus Gonzaga Castro Penha, Graduando de Engenharia de Produção (Celso Lisboa), mateusgonzaga84@gmail.com;

Andriele Mendes Borba, Graduanda de Engenharia Civil (Celso Lisboa), andrielebor@gmail.com;

Yana dos Santos Moysés, Doutora em Geografia (UFF), Professora da Escola de Engenharia da Celso Lisboa, yanasmoyses@hotmail.com

Resumo

O papel primordial de uma instituição acadêmica é participar na transformação do seu meio social, sendo necessário a contribuição desta com ações que visem (re) pensarmos formas de produções locais mais criativas e solidárias, tendo como base princípios agroecológicos, os quais se baseiam em formas de produção/consumo mais plural, diversa, saudável, sustentável, justa e democrática que fazem girar a economia local e proporcionam garantias à segurança e soberania alimentar. A partir dessas reflexões, o objetivo deste trabalho é analisar os significados político-pedagógico(s) da implementação de um projeto político-pedagógico de articulação entre a *agroecologia* e a *economia solidária* como ferramenta de *justiça ambiental*, o qual está sendo realizado na Fundação Darcy Vargas (FDV), localizada na Zona Portuária do Rio de Janeiro, com os alunos do sexto e nono ano do ensino fundamental, como disciplina obrigatória no ano letivo de 2022. No primeiro semestre, a partir de um levantamento bibliográfico aprofundado (CARSON, 1962; BRASIL, 1999; LEFF, 2001; BRANDENBURG, 2002; CAPORAL & COSTABEBER, 2002; LUZZI, 2007; TOLEDO & BASSOLS, 2008; VIEIRA, 2008; WEZEL et al., 2009; ALTIERI, 2012; DAROLT, LAMINE e BRANDEMBURG, 2013; ABRASCO, 2015; LONDRES, 2011; TENDLER, 2011, 2014; PINTON e YANNICK, 2019; CAMPANHA PERMANENTE CONTRA OS AGROTÓXICOS E PELA VIDA, 2021) foram construídos e aplicados diversos artefatos de aprendizagem voltados à agroecologia: apresentação de filmes, aplicação de jogos, trabalhos de campo no território da escola- zona portuária da cidade do Rio de Janeiro, como no Instituto Pretos Novos (IPN), elaboração e realização de um questionário de Pegada Ecológica, elaborado a partir de princípios agroecológicos, construção de mapas mentais, entre outros. Verifica-se, nesta primeira etapa do projeto, a formação de maior criticidade entre os sujeitos envolvidos de seus próprios territórios, principalmente a partir dos mapas de racismo e justiça ambiental do território da escola, os quais foram elaborados pela(os) próprias(os) alunas(os) no final do semestre e que representam também um instrumento de resistência. Ainda como uma ferramenta de justiça ambiental já pensada, destaca-se a organização de uma feira agroecológica na FDV pelas(os) próprias(os). Acredita-se que esse seja o primeiro passo para a segunda etapa do projeto político-pedagógico: o (re) pensar e a criação e/ou fortalecimento de ações e espaços mais solidários, criativos e justos, a partir de relações mais próximas entre terra-alimento-produtor-consumidor.

Palavras-chave: Agroecologia; Economia Solidária; Justiça ambiental; projeto político-pedagógico.

PRINCÍPIOS EDUCATIVOS TRANSCENDENTES E COMUNS A MOVIMENTOS DE TRABALHADORES: UMA ANÁLISE DO MOVIMENTO ANARQUISTA

Cláudio Rodrigues da Silva, Universidade Estadual Paulista (UNESP)/Marília, silvanegrao@email.com
Neusa Maria Dal Ri, Universidade Estadual Paulista (UNESP)/Marília,
neusamdr@terra.com.br

Resumo

Partindo de uma perspectiva contra-hegemônica de análise da educação em movimentos sociais, o projeto de pesquisa do qual resulta este texto tem como objetivo investigar proposições e experiências educacionais do Movimento Anarquista em diferentes países e momentos históricos. Trata-se de pesquisa bibliográfica e documental, que envolve a leitura, a análise e a interpretação dos materiais atinentes. Essa pesquisa é vinculada a um projeto mais amplo, intitulado “Educação democrática e movimentos sociais: antecedentes da pedagogia do trabalho associado”, que abrange proposições e experiências de movimentos de trabalhadores do século XIX – Anarquismo, Cartismo, Marxismo e Socialismo Utópico –, analisando-as e comparando-as com proposições e experiências de movimentos atuais, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra e o Movimento Zapatista, com vistas a identificar os principais princípios educativos que embasam os respectivos projetos educacionais. Esses princípios são: a) elaboração e implantação de projeto próprio de educação; b) negação da educação oficial; c) autogestão das escolas do Movimento; d) formação dos próprios educadores; e) articulação entre educação e trabalho produtivo. A hipótese é de que esses princípios embasam proposições e iniciativas de educação levadas a termo por anarquistas, desde o século XIX até a atualidade. Dos resultados levantados até esse momento, destaca-se a identificação de proposições e experiências de educação formal e não formal vinculadas a organizações anarquistas, em diferentes países e continentes, extintas e em funcionamento, consoantes com esses princípios. Constatam-se diversas especificidades no que se refere a proposições e a configurações de experiências anarquistas na área da educação, como, por exemplo, repercussão, tempo de atuação, abrangência territorial, porte, organização e funcionamento das escolas ou organizações de operacionalização dessas experiências, dentre outros aspectos. Aliás, essas especificidades ocorrem inclusive no que se refere à aplicação dos princípios educativos delimitados para essa pesquisa. Esses princípios, se levados ao extremo de sua radicalidade, apresentam potencialidade de contribuição para o processo de autogestão, de autoeducação e de resistência das classes trabalhadoras, com vistas a avanços rumo a outras concepções de trabalho e de sociabilidade que não a do sistema do capital. Ressalta-se a relevância do Anarquismo para o conjunto das lutas das classes trabalhadoras em diferentes países e momentos históricos, inclusive no que se refere à área da educação.

Palavras-chave: Anarquismo; Educação; Trabalho Associado.

TRAMAS DA AUTOGESTÃO: SABERES DO TRABALHO ASSOCIADO NUMA REDE DE ECONOMIA SOLIDÁRIA

Betânia Cordeiro, UFRGS, betaniascordeiro@gmail.com
Maria Clara Bueno Fischer, UFRGS, mariaclara180211@gmail.com

Resumo

A pesquisa que originou esse resumo se insere no campo de estudos Trabalho-Educação e se dedicou a identificar, descrever e explicar saberes do trabalho associado implicados na constituição de redes de economia solidária em uma perspectiva autogestionária. Para isso, experiências de trabalhadores e trabalhadoras associados e autogestionários, entendidas como experiências históricas num contexto de luta de classes, foram postas sob análise. A constituição e a consolidação de redes e de cadeias produtivas solidárias têm sido tarefa tomada como estratégica pelos sujeitos da economia solidária. Eles dão vida a redes e cadeias por meio de uma práxis permanentemente tensionada por relações que privilegiam o fortalecimento do capital e também promovem a emancipação do trabalho. No cotidiano de trabalho, esses sujeitos desenvolvem processos de aprendizagem alimentados pela criação, pelo compartilhamento, pela sistematização de saberes do trabalho associado. Desenvolvem processos formativos que, a partir de sua materialidade histórica, contribuem para a criação de uma cultura da produção associada e para a formação dos trabalhadores, individual e coletiva. A pesquisa se realizou tendo como posicionamento de método o materialismo histórico-dialético e como abordagem a observação participante, complementada por entrevistas semi-estruturadas. As principais categorias utilizadas para orientar a análise foram práxis, autogestão, experiência, redes de economia solidária e saberes do trabalho associado. O sujeito privilegiado da pesquisa foi a Cooperativa Central Justa Trama, uma cadeia produtiva solidária do setor têxtil e de confecção que utiliza somente algodão agroecológico. Na época, ela reunia cerca de 500 trabalhadores e trabalhadoras, organizados em seis empreendimentos de economia solidária e que, por meio da autogestão, responsabilizavam-se pela execução das principais etapas do processo de produção: plantio do algodão, beneficiamento de fios, tecidos e malhas, confecção de peças de vestuário e outros objetos, produção de acessórios para as peças e de adereços e comercialização dos produtos. Os resultados da pesquisa indicam que o estabelecimento de redes autogestionárias modifica e complexifica os processos formativos vividos e o repertório de saberes exigido desses trabalhadores e trabalhadoras, impactando suas práxis. São apresentados alguns saberes de natureza técnico-produtiva, ético-política e subjetiva identificados na experiência estudada, além de reflexões sobre os processos de criação e de consolidação desses saberes. Também se produz uma síntese conceitual possível do conceito de rede de economia solidária, como forma de contribuir com essa discussão.

Palavras-chave: Saberes do Trabalho Associado; Autogestão; Práxis; Economia Solidária; Trabalho-Educação.

FORMAÇÃO DE AGENTES DE ECONOMIA SOLIDÁRIA: PODER PÚBLICO E SOCIEDADE DE MÃOS DADAS

Conrado Marques da Silva de Checchi, UFSCar/PPGE, conradomarg@gmail.com

Natalia Carvalho de Oliveira Checchi, Fundação Araporã, natalia.carvalho.gea@gmail.com

Resumo

O presente artigo visa apresentar as ações de formação realizadas no âmbito do projeto direcionado ao público atendido pelo “Programa Municipal de Combate à Fome e Incentivo à Inclusão Produtiva - Bolsa Cidadania”, realizado entre os meses de abril a junho de 2022 na cidade de Araraquara/SP. Este programa atende atualmente em torno de 250 beneficiários em todo o município, promove a transferência de renda por meio de auxílio alimentar para pessoas em situação de extrema vulnerabilidade social e/ou risco social (LEI N° 9.585, 2019). Além desta ação, o bolsa cidadania também realiza o acompanhamento social, a qualificação profissional para geração de renda. A partir desta última propostas, a Coordenadoria Executiva do Trabalho e de Economia Criativa e Solidária criou em 2022 o “Fórum de Desenvolvimento Territorial, Economia Solidária e Sustentabilidade” com o objetivo de incentivar a formação de agentes de economia solidária junto aos atendidos pelo programa bolsa cidadania e estabelecer possíveis parcerias nos bairros, visando desenvolvimento territorial, social, econômico e humano nas localidades atendidas. Neste ensejo, apresentamos os tópicos abordados ao longo de três oficinas que ocorreram neste primeiro semestre de 2022, preparatórios para o Fórum que ocorrerá em novembro deste mesmo ano. Para tanto, aprofundamos os aportes teóricos, práticos e conceituais desenvolvidos nas atividades orientadas sob três eixos programáticos: “Formação de agentes de economia solidária e sustentabilidade”, que visou expor os princípios e fundamentos da economia solidária a partir de sua contextualização histórica e contradições com o sistema econômico capitalista, moderno e extrativista; “Diagnóstico participativo local”, que buscou a partir de mapas participativos e matriz FOFA (Forças, Oportunidades, Fraquezas e Ameaças) identificar de forma participativa a realidade dos bairros representados em cada Centro de Referência e Assistência Social (CRAS) do município; “Plano de desenvolvimento local”, que teve por objetivo a elaboração de projetos de impacto social colaborativo para geração de trabalho e renda, pensando desde a ação ou produto até os recursos necessários para transformar o projeto em ação, destacando os papéis desempenhados pela população, poder público, empresas e organizações do terceiro setor. Para conclusão, apresentamos uma síntese do diagnóstico sobre os levantamentos realizados no município de Araraquara por meio das oficinas.

Palavras-chave: Economia Solidária; Desenvolvimento local; Formação

ENSINO REMOTO E A VULNERABILIDADE NAS ESCOLAS PÚBLICAS: IMPACTOS EVIDENCIADOS DA PANDEMIA NO MUNICÍPIO DE ITUIUTABA/MG

Klívya de Cássia Silva Nunes, Universidade Federal e Uberlândia, klivianunes67@gmail.com
Luiz Bezerra Neto, Universidade Federal de São Carlos, lbezerra.ufscar@gmail.com

Resumo

O presente trabalho tem o objetivo de analisar os impactos da oferta do ensino remoto nas escolas que atendem as crianças em situação de vulnerabilidade na primeira fase do Ensino Fundamental no período pandêmico entre os anos de 2020 a 2021, em três escolas públicas no município de Ituiutaba/MG. Trata-se de uma pesquisa de abordagem qualitativa com análise documental e pesquisa de campo. Trata-se de uma pesquisa de abordagem quali-quantitativa, que realizada por meio de pesquisa bibliográfica, documental e de campo, baseada no método descritivo analítico. Como procedimento metodológico, utilizou-se de questionário virtual (*Google Forms*) para professores e familiares de alunos e entrevista semiestruturada que foi realizada virtualmente (*Google Meet*) com os professores. Como resultado, podemos inferir que a oferta do ensino remoto não é a mesma para todos, embora as redes de ensino tenham realizado planos de atuação para dar continuidade aos estudos. As fragilidades no país são imensas e cada contexto tem suas peculiaridades. Para contrapor a todas essas ingerências na condução da crise sanitária que vivemos e os reflexos na educação, são necessárias ações de resistência na defesa da educação como um bem comum de direito universal. Neste sentido, a proposta deste trabalho visa proporcionar ao poder público reflexões e problematizações sobre as escolas vulneráveis no contexto da pandemia, contribuindo com dados que demonstre os impactos do ensino remoto nos territórios vulneráveis no atendimento aos alunos que se encontram em desvantagem social e educacional. Deste modo, espera-se que estes dados ajudem a Secretaria Estadual e a Secretaria Municipal a procurar caminhos de minimizar o período de ausência das aulas presenciais, que, em certa medida, acabou contribuindo com o agravamento das desigualdades escolares.

Palavras-chave: Educação; Ensino Fundamental; Ensino Remoto; Vulnerabilidade social.

ECONOMIA SOLIDÁRIA COMO PRINCÍPIO PARA PRÁTICAS EDUCATIVAS INOVADORAS: TRAJETÓRIA DO NUMI-ECOSOL/UFSCAR, DE 1998 A 2020

Danilo Malta Ferreira, NuMI-EcoSol/UFSCar, dnylon@gmail.com
Fernanda Siani, NuMI-EcoSol/UFSCar, fernandalopes@estudante.ufscar.br
Ioshiaqui Shimbo, NuMI-EcoSol/UFSCar, ishimbo50@gmail.com

Resumo

Tornar o conhecimento científico e tecnológico acessível à população historicamente excluída é um dos desafios para as Universidades Públicas. Principalmente quanto à produção de conhecimentos que procuram questionar os modos de produção, distribuição e consumo de bens e serviços hegemônicos que enfatizam a competição, o individualismo, a degradação ambiental e que por outro lado busque privilegiar a cooperação, a solidariedade e a autogestão, princípios fundamentais da Economia Solidária. O conhecimento pode se tornar acessível por meio da educação formal e da educação não formal, entendendo a primeira como aprendizagens que têm lugar próprio para ocorrer, em ambiente organizado e está relacionada aos sistemas institucionalizados de ensino, como escolas e universidades, com conteúdos planejados. A educação não formal também permite aprendizagens intencionais, planejadas e estruturadas, porém ocorre fora do sistema de ensino regular. O objetivo do presente trabalho é analisar a trajetória do NuMI-EcoSol, em relação a aspectos inovadores na educação formal e não formal considerando os princípios, práticas e experiências da economia solidária. As estratégias gerais da pesquisa foram: 1. pesquisa pós-fato: a partir da análise de documentos e depoimentos; 2. estudo de um caso: a experiência da atuação do NuMI-EcoSol desde sua origem em 1998 até 2020. A linha de tempo foi uma ferramenta para a sistematização da experiência. Os produtos obtidos foram: 1. Linha de tempo; 2. Identificação dos territórios, empreendimentos, atividades econômicas e número de trabalhadores associados incubados; 3. Programas e projetos do Programa de Extensão Universitária do Ministério da Educação (PROEXT/MEC) em que o NuMI-EcoSol foi contemplado, com levantamento do número de estudantes de graduação da UFSCar participantes; 4. Número de estudantes, cursos e semestres que cursaram a disciplina "Cooperativismo Popular e Economia Solidária", do Programa: Atividade Curricular de Integração Ensino, Pesquisa e Extensão (ACIEPE); 5. Cursos de graduação dos integrantes do Programa de Educação Tutorial - PET Economia Solidária e; 6. Ofertas de disciplinas sobre Economia Solidária em programas de pós-graduação da UFSCar, a partir de iniciativa de docentes vinculados ao NuMI-EcoSol. Os resultados obtidos indicam a importância da educação formal e da educação não formal contínua e permanente em economia solidária, que devem incluir a formação: 1. dos trabalhadores associados nas várias situações das iniciativas econômicas solidárias; 2. de estudantes de todos os níveis e, 3. dos atores do movimento de economia solidária, como condição para a garantia de políticas públicas mais perenes e efetivas.

Palavras-chave: Educação em Economia Solidária; Educação Formal e não Formal e; Inovação em Educação.



**GT 02: Autogestão, Economia Solidária e Extensão
Universitária: qual o papel da universidade na crise atual?
/ Economía Solidaria y Extensión: cual el rol de la
universidad em la crisis atual?**

ASPECTOS CONCEITUAIS E PRÁTICOS DA INDISSOCIABILIDADE ENTRE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO: A EXPERIÊNCIA COM ECONOMIA SOLIDÁRIA NA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS

Ana Lucia Cortegoso; NuMI-EcoSol/UFSCar; ana.lucia.cortegoso@gmail.com

Danilo Malta Ferreira; NuMI-EcoSol/UFSCar; dnylon@gmail.com

Ioshiaqui Shimbo; NuMI-EcoSol/UFSCar; ishimbo@gmail.com;

Isabela Aparecida de Oliveira Lussi – Departamento de Terapia Ocupacional e NuMI-EcoSol/UFSCar; belussi@ufscar.br

Maria Lúcia Teixeira Machado; NuMI-EcoSol/UFSCar; mluciatmachado@gmail.com

Maria Zanin; NuMI-EcoSol/UFSCar; mariazanin55@gmail.com

Wagner Souza Leite Molina; Departamento de Ciências Sociais e NuMI-EcoSol/UFSCar; wagmolina@ufscar.br

Resumo

A extensão universitária tem sido objeto de análise e discussão de longa data na UFSCar, nos Fóruns de Pró-Reitores brasileiros e em diversos meios acadêmicos. No entanto, recentemente este tema ressurgiu com a discussão sobre *Curricularização da Extensão Universitária*, visando atender a necessidade de sua inclusão nos projetos pedagógicos dos cursos de graduação até dezembro de 2022, conforme a exigência das Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira (Resolução nº 7 CNE/CES de 2018) e nas novas Diretrizes Curriculares Nacionais. Na tentativa de contribuir com a discussão, constitui objetivo desta proposta apresentar e examinar conceitos e práticas universitárias no contexto da Economia Solidária a partir da Incubadora Regional de Cooperativas Populares e de seu sucessor, o Núcleo Multidisciplinar de Estudos, Formação e Intervenção em Economia Solidária, da Universidade Federal de São Carlos (NuMI-EcoSol/UFSCar), como contribuição para superar perspectivas que apartam, e muitas vezes antagonizam ensino, pesquisa e extensão, entendidas aqui como atividades-fim, ou próprias e específicas da Universidade para garantir o cumprimento de seu objetivo de produção de conhecimento. O trabalho parte da sistematização da história do NuMI-EcoSol, com a recuperação de conceitos que, desde seu início, foram apropriados e endossados pela equipe a partir de perspectiva institucional sobre o papel da Universidade e dos avanços proporcionados por ocasião da implantação da Pró-Reitoria de Extensão. Evidencia, com situações concretas, como tal perspectiva tem sido operacionalizada, quais resultados e barreiras são encontradas e impostas a partir de diferentes esferas, incluída aí a própria instituição, o sistema de educação, agências de financiamento e práticas de indivíduos voltadas para a competição no contexto acadêmico. São examinadas, assim, atividades implementadas pela equipe do NuMI em contextos como: curso de especialização, disciplinas, projetos de pesquisa e projetos de extensão. Em todos os casos, colocando em evidência as diretrizes e decisões da equipe ao propor e implementar tais atividades no contexto do NuMI, assim como aspectos da estrutura institucional, normas para obtenção de recursos para desenvolvimento dos diferentes tipos de atividades, exigências para publicação etc. Por fim, são evidenciadas contribuições da perspectiva da economia solidária para revisão e aprimoramento de conceitos referentes ao papel da Universidade, sua relação com a sociedade e condições para o desenvolvimento das atividades de ensino, pesquisa e extensão de forma compatível com exigências contemporâneas às quais a Ciência deve responder.

Palavras-chave: Papel da universidade; Indissociabilidade das atividades-fim da universidade; Extensão; Curricularização; Economia solidária



O DESAFIO DA INCUBAÇÃO EM REDE DE EMPREENDIMENTOS ECONÔMICOS SOLIDÁRIOS: O CASO DA IFSOL

Diogo Ferreira de Almeida Rêgo – professor do IFAL, diogofar@gmail.com
Ermerson de Oliveira Capistrano – professor do IFRN, ermerson.capistrano@ifrn.edu.br
Luciana Maria Araújo Rabêlo – professora do IFRN, luciana.rabelo@ifrn.edu.br

Resumo

A economia solidária possibilita o desenvolvimento de territórios em rede, gerando emprego e renda para os envolvidos. A Incubadora Tecnológica para Fortalecimento de Empreendimentos Econômicos Solidários do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte - IFSol/IFRN – é uma incubadora nova, mas que tem como diferencial a atuação em rede e interdisciplinar, buscando suprir a demanda dos Empreendimentos de Economia Solidária (EES) nos territórios. O objetivo desse artigo é compreender o desafio da Incubação de empreendimentos econômicos solidários em rede, tendo como fonte de estudo a IFSol. O artigo está dividido em 4 partes. A primeira diz respeito a presente introdução, onde é possível verificar o contexto desta pesquisa e o objetivo geral do estudo. A segunda parte trata da economia solidária e suas redes de incubação, sem a pretensão de apresentar todas as linhas teóricas acerca do tema e nem definir todas as iniciativas que têm a economia solidária como bandeira. Porém, traz considerações importantes para entender o que é este movimento, como se articula em rede, e como estão as iniciativas de incubação dentro dela. A terceira parte apresenta a Incubadora Tecnológica para o Fortalecimento dos Empreendimentos Econômicos Solidários do IFRN - IFSol, sua criação, histórico de participação em eventos, assessorias desenvolvidas até o presente momento e metodologia de incubação utilizada pelos núcleos para desempenhar o acompanhamento dos EES envolvidos. Na última parte são apresentadas a metodologia para coleta de dados, os resultados da aplicação do instrumento de pesquisa junto aos núcleos, juntamente com as conclusões do trabalho, as limitações da pesquisa e respectivas indicações para trabalhos futuros. O artigo é um estudo de caso qualitativo, baseado numa pesquisa participante. Para a construção das suas considerações utilizou-se ainda a revisão bibliográfica e documental, bem como foi aplicado um instrumento de coleta de dados junto aos membros da Incubadora (servidores e discentes). Foi possível verificar que a ação em rede é bem internalizada dentro da Incubadora e como desafios a necessidade da maior integração dos núcleos, desenvolvimento de canais de comunicação eficientes e maior integração com a comunidade interna e externa.

Palavras-chaves: economia solidária; incubação; rede; IFSol

REFORMA AGRÁRIA, ECONOMIA POPULAR E SOLIDÁRIA E DESENVOLVIMENTO LOCAL SOLIDÁRIO: UMA RELAÇÃO DIALÓGICA

José Raimundo Oliveira Lima, Doutor em Educação e Contemporaneidade pelo PPGDUC - UNEB;
Professor Titular UEFS, zeraimundo@uefs.br
José Roberto Silva de Souza, Mestre em Planejamento Territorial – PLANTER/UEFS. Bacharel em
Direito pela UEFS, zerobertouefs@gmail.com

Resumo

O objetivo deste trabalho é apontar elementos da organização política-educativa-socioeconômica do acampamento Estrela Vive, pertencente ao Movimento dos trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), no município de Feira de Santana - BA, que demonstrem relação com a prática da Economia Popular Solidária em vista do Desenvolvimento Local Solidário. Esta pesquisa foi desenvolvida no acampamento do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), em Feira de Santana na Bahia, ocupação de um imóvel rural pertencente ao Estado da Bahia, local onde os trabalhadores e trabalhadoras se encontraram desde o ano de 2010. A Incubadora de Economia Popular e Solidária da UEFS de algum modo, desde essa data, nos envolve com a pesquisa-ação, delineada por Thiollent (2011). Observamos uma forma de organização em que cada sujeito tem o compromisso de participar de equipes que, coletivamente, tratam de assuntos relacionados à saúde, à produção, à educação e à infraestrutura do acampamento. Os acampados têm processo organizativo próprio, de protagonismo orgânico, por vezes articulado ou acompanhado pela relação universidade/sociedade, seja na perspectiva da pesquisa ou da extensão. Do ponto de vista político-socioeconômico, em se tratando de uma política de distribuição de terras, a reforma agrária, pode ser um instrumento que possibilita uma mudança social, e quando apontamos como referência a luta pela terra organizada pelo MST, entendemos que o movimento pretende promover um modelo de desenvolvimento que foge aos padrões de exploração capitalista, caminhando, por vezes, para a perspectiva de uma outra economia (LIMA, 2016). Com efeito, podemos afirmar que não há sentido em implementar uma reforma agrária com a lógica capitalista, com um modelo que tem por objetivo apenas o lucro, sem nenhuma preocupação com a deterioração da natureza ou com o futuro da humanidade. Neste trabalho, observamos que outra economia é possível, compreendemos a Economia Popular e Solidária como meio de se promover um modelo de assentamento produtivo mais justo, preocupado com o meio ambiente e com as gerações futuras. Acreditamos que o tipo de desenvolvimento possibilitado pela Economia Popular e Solidária é capaz de construir uma reforma agrária mais qualificada, um modelo que se contraponha ao pensamento da burguesia agrária brasileira. Com efeito, em vista a prática solidária, compreendemos que as experiências de um movimento social no que se refere ao cuidado com o outro e à relação de companheirismo ajuda bastante para nos inspirarmos à construção de um mundo mais justo e fraterno. Além disso, inferimos que esta prática está presente no assentamento e vem se desdobrando, a partir de uma relação comprovadamente dialógica que tem efeito real e objetivo no desenvolvimento local e comunitário, em uma configuração que tem se tornado uma realidade no assentamento Estrela Vive.

Palavras-chave: Economia popular e solidária, Desenvolvimento Local Solidário, MST

TURISMO COMO ALTERNATIVA PARA AGREGAR VALOR AOS ASSOCIADOS DOS ARRANJOS PRODUTIVOS LOCAIS (APLs): O CASO DA ATIVIDADE DE EXTENSÃO AGROTECH

Telma Darn, Universidade Federal de São Carlos,
telmatur@ufscar.br

Resumo

Os Arranjos Produtos Locais (APLs) destinam-se a fortalecer os empreendimentos existentes num território, por meio de articulação, interação, cooperação e aprendizagem entre si e com outros atores, tornando-se ambientes propícios para trocas, que encontram na extensão universitária uma possibilidade de contribuir na construção de conhecimento, compartilhando os saberes entre a sociedade e universidade. O Parque Tecnológico de Sorocaba (PTS), parceiro de universidades em vários projetos, abriga 5 APLs: Aeronáutico, Metal Mecânico, Energias Renováveis, Cervejeiro e AGROTECH, num total de 824 empresas apoiadas e com atuação em 27 municípios. O APL AGROTECH conta com 777 produtores rurais dos municípios de Araçoiaba da Serra, Ibiúna, Itapetininga, Piedade, Pilar do Sul, São Miguel Arcanjo, São Roque e Sorocaba. Entre os desafios e problemas a serem enfrentados, as reuniões apontaram o turismo como alternativa para agregar valor às atividades já desenvolvidas pelos produtores rurais. Como uma das ações deste APL foi criada a Câmara Temática de Turismo (CTT) como projeto de atividade de extensão da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). A metodologia da 1ª. ação da CTT incluiu: a) etapa de pesquisa que pode ser classificada como grupo focal consistindo em reuniões remotas com participantes diretamente envolvidos com turismo das 8 cidades. b) etapa de visita de campo com reuniões presenciais e diferentes atores sociais dos municípios do APL. Nas reuniões remotas quinzenais, foram desenvolvidos trabalhos técnicos, workshops, palestras, treinamentos e apresentações. Os dados e análises foram agrupados pelas variáveis SWOT permitindo identificar o estado da arte atual e potencial para o turismo rural e turismo no espaço rural. Nas visitas de campo foram aprofundados os levantamentos. Como considerações iniciais foi identificada a oportunidade de começar com cicloturismo como indutor das atividades turísticas no território. Para isto está sendo desenvolvido um projeto piloto junto ao município de Araçoiaba da Serra, com objetivo de ser implantando posteriormente nos outros municípios que compõe o APL AGROTECH. Com o resultado dessa atividade de extensão, espera-se contribuir com os produtores rurais no desenvolvimento de novas alternativas de produção e renda e contribuir com o debate sobre a questão do turismo vinculado com as estratégias dos APLs. Também estão em fase de finalização dois trabalhos de conclusão de curso de graduação, fortalecendo a presença da extensão, no ensino e na pesquisa.

Palavras-chave: Arranjo Produtivo Local; Turismo; Cicloturismo

OUTRAS ECONOMIAS NO ESPAÇO UNIVERSITÁRIO: A EXPERIÊNCIA DA FEIRA DE ECONOMIA POPULAR E SOLIDÁRIA DA FACE/UFMG

Bruno Siqueira Fernandes, doutorando em Geografia, IGC/UFMG, brunosiqfer@gmail.com
Danielle Silvana Ferreira Maciel, graduanda em Ciências Econômicas, Face/UFMG, daniellemacielufmg@hotmail.com
Izabel Santiago Baccarini, graduanda em Ciências Econômicas, Face/UFMG, izabelsantiago06@gmail.com
João Tonucci, professor do Cedeplar-Face/UFMG, joaotonucci@cedeplar.ufmg.br
Layla Leandra Grigorio Parreiras Seabra, graduanda em Relações Econômicas Internacionais, Face/UFMG, laylagrigorioseabra@gmail.com
Nina Fraiha de Faria, graduanda em Ciências Econômicas, Face/UFMG, ninanff@gmail.com
Sibelle Cornélio Diniz, professora do Cedeplar-Face/UFMG, sibelled@cedeplar.ufmg.br

Resumo

A Feira de Economia Popular e Solidária da Face/UFMG é um projeto abrigado dentro do programa de extensão Colmeia e tem como objetivo promover um espaço de comercialização, trocas e produção de conhecimento sobre as outras economias na Faculdade de Ciências Econômicas da UFMG. Este artigo busca refletir sobre a metodologia adotada no projeto e sobre seus resultados, além de discutir o perfil dos empreendimentos e dos produtores participantes. A análise foi feita a partir de questionários estruturados aplicados durante as 3 feiras realizadas no primeiro semestre de 2022. Também foram analisadas as falas ocorridas nas rodas de conversa realizadas durante essas feiras. Os dados coletados junto a 30 empreendimentos participantes indicam a predominância de produtoras mulheres e negras, que se organizam em grupos informais e associações e que veem na economia popular solidária uma possibilidade de trabalho mais compatível com suas demandas individuais e familiares. Os produtores têm as feiras como principal espaço de vendas, e boa parte relata dificuldades no uso das mídias e redes sociais para este fim. O rendimento obtido através dos empreendimentos é de até 2 salários mínimos para cerca de dois terços da amostra. Além disso, a feira é vista pelos participantes como um lugar importante de realização de contatos, parcerias e trocas não monetárias. Desde sua primeira edição, em 2013, a Feira vem se constituindo como um espaço de formação de outros imaginários sobre a economia, permitindo à comunidade universitária, especialmente os estudantes, no contato direto com os produtores, aproximar-se de formas não convencionais de organização da produção e do trabalho. Do ponto de vista dos produtores, o espaço universitário é privilegiado para a discussão e debate sobre as outras economias, bem como para a comercialização e divulgação de seus produtos. A retomada da Feira, após 2 anos de interrupção das atividades presenciais do projeto, em função da pandemia, significa a reocupação do espaço universitário com os afetos, as histórias, os sabores e as cores da economia popular e solidária.

Palavras-chave: Economia Popular Solidária; Feira; Extensão universitária; Comercialização; Outras economias.

CONTRIBUIÇÕES DAS UNIVERSIDADES PARA A CONSTRUÇÃO DE NOVAS PERSPECTIVAS PARA O BRASIL PÓS-PANDEMIA: SISTEMATIZANDO INICIATIVAS EM ECONOMIA SOLIDÁRIA E SOBERANIA ALIMENTAR

Jade Percassi, Centro SoU Ciência - Unifesp, jade@alumni.usp.br
Vanessa Sígolo, Centro SoU Ciência - Unifesp, vanessa.sigolo@gmail.com
Ioshiaqui Shimbo, Centro SoU Ciência - UFSCar, ishimbo50@gmail.com
Pedro Fiori Arantes, Centro SoU Ciência - Unifesp, pedro.arantes@unifesp.br

Resumo

Este trabalho está inserido em pesquisas do Centro SoU_Ciência voltadas ao estudo das contribuições das universidades para a construção de novas perspectivas para o Brasil pós-pandemia. Diante da crise do neodesenvolvimentismo e do neoliberalismo, cada vez mais em matriz necropolítica e predatória, e do crescimento de desemprego, pobreza, fome e desigualdades sociais, pretende-se avaliar o que as universidades públicas estão propondo como alternativas de desenvolvimento, epistemológicas e de bem-estar social para inspirar um novo ciclo de reconstrução (ou reinvenção) nacional no pós-pandemia (e pós-Bolsonaro). À luz das formulações de Darcy Ribeiro sobre a Universidade Necessária, e compreendendo a extensão universitária como forma dialógica de produção de conhecimentos socialmente direcionados (para além das ações assistenciais), conforme aprendemos com Paulo Freire, pretende-se mapear grupos e ações desenvolvidas nas universidades nas últimas duas décadas que apontam perspectivas epistemológicas, sociotécnicas, educacionais e matrizes de desenvolvimento interseccionais e alternativas ao modelo neoliberal e ao determinismo tecnológico, destacando temas emergentes, centros de referência, polos/questões regionais e suas assimetrias, arranjos institucionais, redes acadêmicas, fomento, formas de colaboração com sociedade e governos, e casos de impacto/relevantes. Tal mapeamento tem-se baseado principalmente na revisão bibliográfica e organização de referências conceituais, na pesquisa e seleção de bancos de dados e fontes de informação, e na realização de entrevistas com atores sociais relevantes com atuação histórica à frente de articulações nacionais e na interlocução com políticas públicas em cada eixo temático da pesquisa. Tendo em vista os resultados de Levantamentos de Opinião Pública realizados previamente pelo Centro SoU Ciência sobre os principais desafios da sociedade brasileira na atualidade, os dois eixos prioritários definidos para esta primeira fase são “Economia solidária e outras economias emancipatórias” e “Soberania Alimentar”. As prospecções iniciais de iniciativas das universidades públicas, realizadas em meio virtual, propiciaram o estabelecimento de um conjunto de tipologias de ações relacionadas a diferentes aspectos dos campos de conhecimento teórico e prático, criando um léxico de termos e palavras-chave e a permitindo a definição de categorias e subcategorias preliminares de análise. Como resultado desse processo, será constituído um painel colaborativo contendo I - Perspectiva histórica: marcos na linha do tempo e ciclos da ação das universidades nos eixos temáticos; II - Balanço crítico sobre a relação do tema com as universidades - no debate acadêmico e político; III - Perspectivas de futuro no engajamento e na relação das universidades com movimentos sociais, políticas públicas e na construção de projetos transformadores para o país.

Palavras-chave: Universidade; Extensão Universitária; Economia Solidária; Soberania Alimentar.

FORTALECIENDO LOS ESPACIOS DE LA ECONOMÍA SOCIAL Y SOLIDARIA DESDE LA UNIVERSIDAD

Verónica Lilián Montes. Directora del Instituto de Estudios Cooperativos. Facultad de Ciencias Económicas. Universidad Nacional de La Plata. iecoop@econo.unlp.edu.ar

Alicia Ressel. Secretaria del Instituto de Estudios Cooperativos. Facultad de Ciencias Económicas. Universidad Nacional de La Plata. alicia.ressel@econo.unlp.edu.ar

Leandro Ariel Iglesias. Instituto de Estudios Cooperativos. Facultad de Ciencias Económicas. Universidad Nacional de La Plata. leandro.iglesias@econo.unlp.edu.ar

Noelia Silva. Instituto de Estudios Cooperativos. Facultad de Ciencias Económicas. Universidad Nacional de La Plata. noelia.silva@econo.unlp.edu.ar

María Piriz Carrillo. Instituto de Estudios Cooperativos. Facultad de Ciencias Económicas. Universidad Nacional de La Plata. maria.pirizcarrillo@econo.unlp.edu.ar

Resumen

En esta presentación pretendemos dar cuenta de las actividades y proyectos que se desarrollan desde la Universidad Nacional de La Plata (UNLP), más precisamente desde el Consejo Social y el Instituto de Estudios Cooperativos (IECoop), para acompañar a los productores de la feria “El Paseo de la Economía Social y Solidaria” ante la crisis sanitaria generada por el Covid 19 y sus consecuencias socioeconómicas. En el año 2009 la UNLP crea el Consejo Social, un espacio válido para reunir a la comunidad de la región con la finalidad de discutir y llevar adelante políticas que persigan el bien común, el desarrollo productivo y la recuperación de los derechos esenciales del conjunto de la población². En este marco surge “El paseo de la economía Social y Solidaria” como ámbito de comercialización de los productos de la treintena de productores que agrupa. El funcionamiento se desarrolla de manera ininterrumpida en el predio del Rectorado de la UNLP hasta verse afectado por las restricciones derivadas de la Pandemia. Situación que pone en jaque a los productores y la propuesta del proyecto. Conviene indicar que esta experiencia se suma a las diversas iniciativas que desde la ESS proponen la necesidad de *“discutir la institución del mercado que plantea el neoliberalismo, como ese espacio histórico donde agentes económicos ofertan y demandan bienes y servicios de forma aislada”* (IGLESIAS y otros³). La nueva realidad impone generar alternativas en los canales de venta, el vínculo con los consumidores, el funcionamiento interno del grupo de productores y la práctica extensionista. En relación directa con el Consejo Social, desde el IECoop se gestionan dos proyectos imbricados de intervención social: “Comercializadora El Paseo te lo lleva. Hacia la formación de una cooperativa” y “Fortaleciendo El Paseo. Consolidación y formalización de emprendimientos”. Estas iniciativas buscan generar mecanismos de autonomía de las entidades de la economía social y solidaria (en particular de las cooperativas⁴) y su sustentabilidad socioeconómica en el tiempo. Asimismo; visibilidad, reconocimiento de la sociedad y de organismos públicos y una autogestión rentable.

Palabras clave: Economía Social. Cooperativas. Comercialización.

²https://unlp.edu.ar/institucional/consejo_social/resolucion-de-creacion-del-consejo-social-16194-21194/ (julio 2022)

³ Iglesias F., Lima M. y equipo docente (2018), Apuntes de Lectura 8: Gestión Asociada y Comunicación Comunitaria. Materia: Trayectorias Empíricas y Políticas Públicas en Economía Social y Solidaria (EGESS).

⁴ACI (1995). Declaración sobre la identidad y principios cooperativos

GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DO CONHECIMENTO EM INCUBADORA DE ECONOMIA SOLIDÁRIA: CASO NUMI-ECOSOL/UFSCar

Vinicius Pereira, Mestrando – PPGCI/UFSCar, viniciuspereirainf2@gmail.com
Dra. Ariadne Chloe Mary Furnival, PPGCI e PPGCTS/UFSCar, chloe@ufscar.br

Resumo

A Gestão da Informação e do Conhecimento (GIC) é um campo da Ciência da Informação (CI) que consiste na gestão dos processos que envolvem conhecimentos tácitos e explícitos, desde sua criação a seu descarte, buscando otimizar sua recuperação, disseminação e uso, para geração de novos conhecimentos e para tomada de decisão. Na CI, a revisão bibliográfica aponta que as incubadoras universitárias de economia solidária aparentam ser um objeto de estudo subexplorado, especialmente em relação a como GIC pode potencializar sua atuação como agente de transformação e inovação social através do uso de conhecimentos. Para esta pesquisa, o objetivo geral foi descrever e analisar a gestão da informação e do conhecimento do Núcleo Multidisciplinar Integrado de Estudos, Formação e Intervenção em economia solidária (NuMI-EcoSol) da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) através de um estudo de caso com entrevistas semiestruturadas, análise documental e observação direta não participante, objetivando compreender as práticas informacionais e analisar como a GIC pode contribuir para sua capacidade produtiva, formadora e inovadora em Economia Solidária. Até o momento, foram realizadas a análise documental, onze sessões de observação direta e duas entrevistas. Os resultados parciais apontam o NuMI-EcoSol como uma organização *tacit knowledge intensive* (*uso intensivo de conhecimento tácito*), baseada na multidisciplinaridade, com estilo de tomada de decisão processual e autogestionária, forte memória organizacional, participação em redes de conhecimento e em espaços de políticas públicas. No entanto, apresenta limitações quanto à estruturação de seus processos informacionais e em sua capacidade interdisciplinar. Ademais, há a prevalência da socialização como forma de transferência de conhecimento tácito; risco de fuga de conhecimento tácito; recuperação parcial de conhecimento explícito e fragilidades oriundas das condições político-econômicas além de seu controle. Como conclusões parciais, indica-se que a inserção de ações estruturadas de GIC levam a redução de retrabalho, fortalecimento da comunicação interdisciplinar, otimização no tempo de resposta às demandas, maior transferência de conhecimento nas redes e na possibilidade de construção de um repositório de conhecimento autogestionário, agregando melhorias que beneficiam a rede de economia solidária local e nacional, permitindo o fomento ao desenvolvimento de tecnologias sociais e no fortalecimento da relação universidade-sociedade. Por fim, as questões deste estudo de caso podem ser aplicadas para outras incubadoras universitárias, incentivando a aproximação multidisciplinar e interdisciplinar entre os dois campos, além de apontar para o papel das incubadoras enquanto agente de disseminação de informação e conhecimento para além das barreiras formais e institucionais da universidade.

Palavras-chave: Gestão da Informação; Gestão do Conhecimento; Inovação Social; Conhecimento Tácito; Transferência de Conhecimentos.



PET ECONOMIA SOLIDÁRIA: OS DESAFIOS DA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA EM TEMPOS DE PANDEMIA

Amanda Gonçalves de Lima, PET- EcoSol/UFSCar, agoncalveslima001@gmail.com

Fernanda Siani, PET-EcoSol/UFSCar, fernandalopes@estudante.ufscar.br

Resumo

O PET Conexão de Saberes/Economia Solidária é um programa vinculado ao Núcleo Multidisciplinar Integrado de Estudos, Formação e Intervenção em Economia Solidária (NuMI-EcoSol) e tem como objetivo realizar atividades de ensino, pesquisa e extensão por meio da interação dialógica entre alunos de graduação de diferentes áreas do conhecimento e os agentes ligados ao movimento de economia solidária, gerando impacto na realidade social dos envolvidos, além de valorizar o protagonismo dos estudantes universitários. Dito isso, o presente trabalho busca refletir sobre a rearticulação da atuação do grupo PET EcoSol junto ao movimento de economia solidária em meio a pandemia do Covid-19. Com a necessidade do isolamento social, o grupo teve que reorganizar suas ações para cumprir seus objetivos. O resultado desta reorganização autogestionária foi a articulação de atividades do PET EcoSol com as demandas do movimento de economia solidária por meio de ações extensionistas ligadas à divulgação do movimento de economia solidária e seus empreendimentos constituintes nas redes sociais, além da participação ativa de petianos em espaços políticos como Conselho e Fórum municipais ligados à temática. Além disso, houve a organização de grupos de estudos sobre a economia solidária, além da sistematização do conhecimento e sua divulgação por meio da submissão de artigos em eventos acadêmicos. Metodologicamente, esse trabalho se vale da “pesquisa-ação” dada a participação orgânica das autoras no grupo em questão. O trabalho também se vale dos conceitos de extensão universitária e princípios da Economia Solidária, como autogestão e o cooperativismo para avaliar e refletir sobre as atividades do grupo e o papel da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão na economia solidária. As conclusões indicam que, embora o cenário pandêmico tenha imposto uma distância física entre os sujeitos sociais, empreendimentos e instituições da EcoSol, também propiciou a soluções criativas para formas de extensão, gerando significativa interação não presencial que permitiu a continuidade de linhas e frentes de ação do movimento, mesmo em um contexto pandêmico.

Palavras-Chave: economia solidária, extensão universitária, programa de educação tutorial

EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA E ECONOMIA SOLIDÁRIA NA AMÉRICA LATINA: PANORAMA GERAL DAS ESTRATÉGIAS DE DISPUTA DO SENTIDO DE UNIVERSIDADE NA ITCP-USP E NA UEC UDELAR

Ana Luzia Alvares de Laporte, Universidade de São Paulo, laporte@gmail.com

Resumo

Este trabalho é uma apresentação da etapa atual de minha pesquisa de doutorado, ainda em desenvolvimento, que tem como tema a relação entre a extensão universitária, a economia solidária e a luta pela democratização da universidade pública na América Latina. A análise desta relação, a partir dos estudos de caso da ITCP-USP e da UEC-Udelar, visa explicitar a contribuição específica da extensão em economia solidária na disputa do sentido da universidade pública, a partir da retomada das trajetórias dos casos estudados e das estratégias utilizadas nas diferentes conjunturas. De forma geral, entendemos, nesta pesquisa, que a extensão em economia solidária é aquela voltada ao fortalecimento das iniciativas de geração de trabalho e renda associativas e autogestionárias. Para realizar a análise, partimos da caracterização dos distintos contextos históricos das universidades estudadas (situando-os em uma conjuntura mais ampla, de avanço das políticas econômicas neoliberais na América Latina e suas diversas implicações), demonstrando que nos dois países a universidade pública se caracteriza como uma instituição em disputa. Esta disputa envolve sua progressiva transformação em uma universidade voltada para si mesma, atrapada em uma racionalidade instrumental que a afasta de uma atuação democrática orientada à transformação das desigualdades sociais estruturais das sociedades de classe, que na América Latina também têm suas raízes nos processos de colonização. A análise da especificidade da extensão em economia solidária para a democratização da universidade pública, teve como base a investigação, a partir dos casos estudados, das experiências e concepções que inspiraram suas estratégias, tanto no campo da economia solidária, como da extensão universitária, explicitando diferentes filiações teóricas e práticas, e como estas se traduziram em distintas estratégias de ações, segundo os contextos específicos vividos desde a constituição das iniciativas, a UEC em 1988 e a ITCP-USP em 1998, até os dias atuais. Como características comuns a ambos casos, que delimitam e ajudam a caracterizar a especificidade da extensão em economia solidária, podemos destacar, de forma preliminar, que são casos que tem como orientação à sua organização interna a autogestão, a indissociabilidade entre o ensino, a pesquisa e a extensão, tem suas ações orientadas pelo diálogo com as pautas de luta dos trabalhadores da economia solidária e de outros movimentos sociais e a intenção transformadora em relação à sociedade de classes, patriarcal e racista.

Palavras-chave: Extensão universitária; Economia Solidária, Autogestão



AMANHÃ VAI SER
OUTRO DIA

As múltiplas crises do presente e o
papel das iniciativas associativas
autogestionárias na reorganização da
sociedade



GT 03: Novas relações entre produção e consumo de alimentos / Nuevas relaciones entre producción y consumo de alimentos

PAPEL INTERESCALAR DAS TERRITORIALIDADES ATIVAS NA RELAÇÃO CAMPO-CIDADE: DO CONSUMO DE ALIMENTOS À PRODUÇÃO DO ESPAÇO

César Andrés Alzate Hoyos, csalzate@gmail.com

Resumo

Tendo como estudos de caso a cidade de Medellín – Colômbia e Curitiba – Brasil, buscou-se identificar o papel das territorialidades ativas nas diferentes experiências abordadas na reconstituição do tecido territorial, isto é, pensar na relação campo-cidade como uma relação cindida historicamente, porém, tensionada na práxis de diversas Redes Agroalimentares Alternativas (RAAs). Desde o ponto de vista do método de abordagem, pensou-se a partir do consumo de alimentos como uma parte integrante de uma escala maior do consumo-produção do espaço, quer dizer, há um reescalonamento do consumo como categoria de análise, o que se traduz, em termos espaciais e temporais, em uma expansão reflexiva do papel das RAAs (as suas potencialidade e limites), que desde a sua prática, desafiam dita divisão. Para desenvolver esta discussão, abordaram-se as territorialidades ativas a partir de Governa (2005); Sharp et al. (2000) e Dematteis (2011), assim como, a construção da categoria consumo, baseou-se em Marx (1983) e Dussel (1991). Os resultados aqui apresentados são decorrentes de uma abordagem qualitativa, composta por produtos obtidos a partir de trabalho de campo em ambas as cidades pesquisadas, além de uma reflexão alicerçada em diferentes fontes teórico-conceituais que permitiram orientar o debate sobre a função que as escalas do trabalho familiar, das temporalidades, das redes de cooperação, da proximidade produção-consumo, das redes de confiança, da tecnologia social, da economia circular etc., exercem, em sua totalidade, com uma maior potencialidade para o rompimento dos diversos encadeamentos de dependência, que o sistema de produção e comercialização capitalista de alimentos, utiliza para controlar e subsumir as práticas não hegemônicas. Desta maneira, poder-se-ia concluir, de maneira parcial, que se por um lado, a expansão dialética da categoria consumo, permite enxergar com maior claridade as estratégias que o capital utiliza para capturar valor que se produz na fonte de produção, ou seja, na base da agricultura familiar; por outro lado, as territorialidades ativas podem ser abordadas como respostas contra-arrestantes dessas estratégias complexas de extração e captura de valor, que partem de um princípio alienante entre o trabalhador, a terra e os alimentos que produz.

Palavras-chave: Territorialidades ativas; Redes Agroalimentares Alternativas; consumo; produção do espaço; relação campo-cidade.

FORTALECIMENTO DA COMERCIALIZAÇÃO DE PRODUTOS DA REFORMA AGRÁRIA: O CASO DO ARMAZÉM DO CAMPO DO RIO DE JANEIRO – MST

Alexandre Trennephol, Soltec/Nides/UFRJ⁵, a.trenepol@gmail.com
Vanessa Sartori Rodi, Soltec/Nides/UFRJ, vanessa.rodi@fau.ufrj.br
Layssa Ramos Maia de Almeida, Soltec/Nides/UFRJ, layssarma@gmail.com
Felipe Addor, Soltec/Nides/UFRJ, felipe@nides.ufrj.br
Andrey Seraphim Guilherme, Soltec/Nides/UFRJ, andrey.seraphim@poli.ufrj.br
Ricardo Nazareth Muniz, Soltec/Nides/UFRJ, ricardo.nazareth@poli.ufrj.br

Resumo

Diante do cenário global atual no qual as ações da era do Antropoceno estão cada vez mais vorazes, somos convidados a uma reflexão sobre o hoje para o amanhã. Em um planeta com abundância e riqueza de biodiversidade, cerca de 811 milhões de pessoas vão dormir com fome todas as noites. No Brasil, houve um aumento de pessoas que passam fome, também impactadas pela pandemia da Covid-19, chegando a cerca de 14 milhões em 2020. Nesse contexto, é dever do Estado se mobilizar para garantir o acesso justo ao alimento, podendo cooperar em conjunto com a academia, podendo responder aos processos tão alarmantes e propor tecnologias que deem conta das necessidades urgentes da sociedade. Dado isso, este trabalho apresenta a atuação do projeto de extensão Campo Cidade: fortalecendo coletivos de trabalho da reforma agrária (CaCi) junto ao Armazém do Campo, espaço de comercialização de produtos agroecológicos vindos de assentamentos e acampamentos da reforma agrária. O Armazém do Campo é uma rede de espaços de comercialização, composta atualmente por 34 pontos de comercialização espalhados por 13 estados do Brasil, e que tem como objetivo fazer chegar aos grandes centros urbanos os produtos de cooperativas e coletivos de produção de assentamentos. Possui, portanto, o enfoque na comercialização de produtos industrializados e in natura elaborados pelas cooperativas e coletivos do movimento, produzidos sem o manejo de agrotóxicos e contra a lógica do monocultivo do latifúndio. Além disso, o Armazém busca reforçar o elo entre o produtor familiar rural e o consumidor urbano, mostrando o objetivo produtivo dos assentamentos da reforma agrária e da importância dos trabalhadores/as urbanos/as também se engajarem nessa luta. O CaCi vem contribuindo com um projeto que visa capilarizar a atuação do Armazém na cidade do Rio de Janeiro, por meio de uma série de ações com o objetivo de viabilizar um contato mais próximo e constante com esses consumidores. A partir de uma estratégia de Núcleos de Consumidores, uma série de ações vem sendo construídas: participação em feiras de diferentes bairros da cidade, com venda de produtos e divulgação de atividades do Armazém; criação de um evento periódico de cinema, o Cine Armazém, incluindo debate com convidados; da entrega de cestas nos bairros; e da criação de grupos de WhatsApp para enviar informes sobre o Armazém.

Palavras-chave: Núcleo de consumidores; Feiras Agroecológicas; Tecnologia Social; Assentamentos da Reforma Agrária; MST.

⁵ Núcleo de Solidariedade Técnica (SOLTEC) do Núcleo Interdisciplinar para o Desenvolvimento Social (NIDES) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

ESTRATEGIAS ASOCIATIVAS DE MEJORA DE CAMPESINOS EM MERCADOS OLIGOPSONICOS: LAS ORGANIZACIONES DE VITICULTORES CERTIFICADAS FAIRTRADE EM CHILE

Ximena Quiñones, Universidad Católica del Maule, xquinones@ucm.cl

Eduardo Letelier, Universidad Católica del Maule, eletelier@ucm.cl

Marco Coscione, Gestión Social, marco.coscione@gmail.com

Resumo

Por su trayectoria, relevancia económica, social y cultural, la vitivinicultura es una de las actividades económicas más importantes de la zona central de Chile. Los campesinos participan de este mercado como proveedores de uva vinífera y como productores de vinos de diversas calidades. Sin embargo, ante la elevada concentración del mercado doméstico, el despliegue de prácticas no competitivas por parte de las grandes empresas vitivinícolas y ante la debilidad regulatoria del Estado, los campesinos han debido implementar diversas estrategias asociativas, a fin de reducir costos, mejorar calidad, asegurar volúmenes, precios competitivos y acceder a mercados dinámicos. Una de estas estrategias, corresponde a la certificación de organizaciones de viticultores bajo las normas del sistema de comercio justo Fairtrade International. El presente artículo realiza un análisis comparado de cinco casos, que corresponden al universo de organizaciones de pequeños viticultores certificadas por Fairtrade en Chile, el presente artículo utiliza el marco conceptual de la estrategias de mejora (i.e. upgrading strategies), a fin de analizar las diversas innovaciones incorporadas con el fin de incrementar el valor agregado de la actividad vitivinícola. De este modo, utilizando entrevistas a representantes de organizaciones certificadas Fairtrade, e información secundaria, son caracterizados: (1) los modelos de negocios y fuerzas de la industria (2) las fortalezas, oportunidades, debilidades y amenazas que enfrentan las organizaciones, (3) las estrategias asociativas de mejora, y (4) los resultados económicos obtenidos. En este último aspecto, se realiza la prueba no paramétrica Kruskal-Wallis para datos de precios mensuales promedio entre los años 2017- y 2019, demostrándose que los precios promedio pagados a productores certificados bajo comercio justo fueron significativamente superiores a los precios promedio pagados a productores en el mercado regional de uva vinífera. Bajo el análisis desarrollado se muestra que la certificación de Comercio Justo, junto a otras estrategias de mejora, aparece relacionada con resultados económicos positivos para los productores, permitiendo superar la estructura oligopsonica del mercado interno.

Palavras-chave: Comercio justo; Campesinos; Viticultura; Oligopsonio

SISTEMAS ALIMENTARES SUSTENTÁVEIS: O CASO DA COOPERATIVA DE SEGUNDO GRAU CENTRAL DO VALE NO ABASTECIMENTO DE FRUTAS PARA ESCOLAS PÚBLICAS DA CIDADE DE SÃO PAULO

Gustavo F. de Almeida, Universidade Federal de São Carlos – Centro de Ciências da Natureza,
gufoal@ufscar.br

Rafael E. Chiodi, Universidade Federal de Lavras, Departamento de Administração e Economia,
rafaelchiodi@ufla.br

Fábio Grigoletto, Universidade Federal de São Carlos – Centro de Ciências da Natureza,
fabio.grigoletto@ufscar.br

Resumo

Cadeias produtivas lineares e as relações de governança impostas e embasadas na competição se beneficiam da produção em escala e do poder econômico para concentrar o fornecimento de alimentos, na maior parte das vezes industrializados, às principais redes varejistas nas grandes cidades do país. Nesses sistemas alimentares convencionais, o “*business as usual*” deixa nas mãos de poucas corporações e de poucos agentes intermediários associados a elas, a maior parte da renda gerada com a produção e com a comercialização dos alimentos. Nesse modelo, conhecido como regime alimentar “*food from nowhere*”, os consumidores sabem muito pouco sobre a origem e sobre o teor nutricional dos alimentos adquiridos, na grande maioria das vezes, nas gôndolas dos supermercados. Para estudar alternativas aos sistemas alimentares convencionais, que definitivamente não são vistos por nós como uma opção sustentável e justa para o futuro da população, utilizamos uma abordagem de sistemas alimentares na perspectiva cidade-região, introduzindo a lógica de um regime do “*food from somewhere*”. Neste sentido, o objetivo é apresentar um estudo de caso de uma cooperativa de segundo grau, localizada no Vale do Ribeira em São Paulo, criada para atender a política de compras institucionais da merenda escolar da região metropolitana de São Paulo sob o enfoque da compreensão dos desafios com a logística de entrega das frutas. A partir da organização social embasada nos conceitos da economia solidária, 12 entidades associativas da agricultura familiar se organizaram para produzir e entregar frutas de qualidade para mais de duas mil escolas municipais da cidade de São Paulo em colaboração com uma cooperativa de transportes da cidade. Foram realizadas entrevistas com os gestores e funcionários da cooperativa para entender a logística de fornecimento das frutas para alimentação escolar em São Paulo. Algumas dificuldades na entrega ponto a ponto foram observadas, como, por exemplo, a de concentrar todo o volume necessário para as entregas em um único entreposto localizado no município de Santo André – SP, além de uma forte dependência de documentação comprobatória com documentos físicos em cada entrega o que dificultava o atendimento a um elevado número de rotas para abastecer as frutas nas mais de duas mil escolas da cidade. A digitalização dos romaneios, e suas assinaturas em formato digital, foi proposto pelos entregadores entrevistados como possibilidade de agilizar os registros e atender todas as escolas das rotas sugeridas. A organização social evidenciou a existência de uma lógica inclusiva, contra hegemônica de operação, embasada nos princípios da economia solidária, permitindo aos colaboradores atender aos compromissos assumidos e assim distribuir de forma mais justa a renda gerada com a produção de alimentos.

Palavras-chave: Agricultura Familiar; Coopercentral VR; Bananas; Agroecologia

ESTRATEGIAS DE INTERMEDIACIÓN SOLIDARIA DESDE LA UNLP: COMERCIALIZADORA UNIVERSITARIA DE LA ECONOMÍA SOCIAL Y SOLIDARIA “LA JUSTA”

Fontana, Paula (Facultad de Ciencias Veterinarias, Universidad Nacional de La Plata, Bs. As, Argentina)

pfontana@fcv.unlp.edu.ar

Valera, Alejandro (Facultad de Ciencias Veterinarias, Universidad Nacional de La Plata, Bs. As, Argentina)

avalera@fcv.unlp.edu.ar

Sendin, Belen (Secretaría de Políticas Sociales, Universidad Nacional de La Plata, Bs. As, Argentina)

belensendin@gmail.com

Duré, Soledad (Secretaría de Políticas Sociales, Universidad Nacional de La Plata, Bs. As, Argentina)

sole_dure@hotmail.com

Compagnucci, Mateo (Secretaría de Políticas Sociales, Universidad Nacional de La Plata, Bs. As, Argentina)

compagnuccimateo@gmail.com

Dumrauf, Sergio (Facultad de Ciencias Veterinarias, Universidad Nacional de La Plata, Bs. As, Argentina/ Instituto Nacional de Tecnología Agropecuaria-INTA)

sdumrauf@fcv.unlp.edu.ar

Resumen

El objetivo del presente trabajo consiste en analizar la experiencia “La Justa”, comercializadora de la Economía Social y Solidaria (ESS), como estrategia de intermediación solidaria desde la universidad.

El fortalecimiento de la comercialización trae aparejadas mejoras en los ingresos de los productores locales, de la ESS, al ampliar sus ventas. Sin embargo, el horizonte de acción busca promocionar la ESS entre los consumidores locales, y de generar nuevas relaciones sociales que promuevan otra producción, otro consumo, otros intercambios, otra economía. Desde la integralidad, se trata de promover dispositivos que generen diálogo de saberes entre las y los actores universitarios y la comunidad. “La Justa” es una comercializadora de la ESS, que surge en la ciudad de La Plata en el inicio de la pandemia por CoViD-19, en marzo de 2020, a partir del cierre de las Ferias “del productor al consumidor” ligadas a la Universidad Nacional de La Plata (UNLP), con el fin de acercar la producción local a los consumidores de la ciudad, intermediando solidariamente. Durante el tiempo transcurrido se expandió territorialmente, organizando compras colectivas en torno nodos de consumo en red con organizaciones sociales, políticas y culturales. Los principales resultados se centran en la consolidación de una estructura para la comercialización, con alrededor de 300 productos diversos, 200 familias productoras, y 500 consumidores que compran en rondas quincenales a través de un carrito virtual y retiran en 13 nodos de cercanía. Los desafíos actuales se encuentran con relación a mejorar los procesos de logística y distribución, mejorar la comunicación con consumidores y fortalecer y establecer nuevas alianzas con comercializadoras y productores, que permitan ampliar el volumen y los canales de venta. Asimismo, la promoción de la organización consumidores, en tantos actores relevantes al momento de debatir en conjunto como y que se produce, cuáles son los precios justos, involucrarse en sistemas de garantías participativas, y otras acciones dentro de los entramados territoriales. Podemos concluir que este dispositivo -además de un acrecentamiento progresivo de ventas e ingresos- ha logrado promocionar otro consumo, más consciente, responsable y reflexivo respecto de las condiciones sociales y ambientales en las que se han producido los alimentos, y el tipo de producción que sostiene, las relaciones de trabajo y de intercambio que promueve, y en general la promoción de un comprar local y de proximidad, que favorece los entramados comunitarios, con acento en el debate de la soberanía alimentaria

Palabras-clave: Economía Social y solidaria; Intermediación Solidaria; Soberanía Alimentaria-Integralidad

A EXPERIÊNCIA DO TANDEM - COMUNIDADE DE CONSUMO RESPONSÁVEL DE SÃO CARLOS-SP: PRÁTICAS DE DEMOCRACIA, AUTOGESTÃO, SOLIDARIEDADE E SEGURANÇA ALIMENTAR

Beatriz Schwenck, PPGS-Unicamp e TANDEM, bia.schwenck@gmail.com

Luana Castelli, TANDEM

Mariana Machitte de Freitas, TANDEM

Daniele Busatto, TANDEM

Daniela de Figueredo, TANDEM

Rafael Luis de Camargo Lima, TANDEM

Flavia Torunsky, TANDEM

Laís Calixto, TANDEM

Resumo

Tandem é uma bicicleta onde pedalam duas ou mais pessoas juntas rumo a um mesmo destino, sob a mesma direção. E este foi o nome e uma estratégia escolhida para a Comunidade de Consumo Responsável de São Carlos/SP/Brasil. A partir de 2016, um grupo de amigos de São Carlos se organizou para realizar a compra de alimentos orgânicos, biodinâmicos e oriundos da economia solidária diretamente com produtores e agroindústrias familiares com boas práticas de cultivo e fabricação de alimentos. Uma alternativa de abastecimento do que ainda não era produzido na região. De lá pra cá, esse grupo se estruturou como um Grupo de Consumo Responsável (GCR), construindo coletivamente seus pilares políticos, econômicos e organizacionais. Hoje, reúne uma comunidade autogestionada de 70 famílias consumidoras e uma dezena de empreendimentos e estabelecimentos comerciais, onde a maioria das pessoas atuantes (gestoras e consumidoras) são mulheres. Esse grupo circulou no ano de 2021 mais de 75 mil reais e mais de 3 toneladas de produtos. Além disso, ocupa cadeiras em conselhos, fóruns, redes e espaços de organização e participação da sociedade civil; promove eventos de educação para o consumo e educação popular em economia solidária; e está em fase de estruturação de um canal de escoamento de produtos frescos (hortifruti) junto aos agricultores/as do Assentamento Rural Santa Helena, de São Carlos/SP. Este texto apresenta a experiência do Tandem como um grupo auto organizado cujo objetivo é fortalecer os circuitos econômicos solidários e locais, fomentar a produção e o abastecimento alimentar local e justo, promover espaços de participação social, e democratizar o acesso a alimentos orgânicos e de produção responsável. Registramos a nossa história, nossos avanços e desafios ao longo dos últimos 7 anos. Em diálogo com pensadores clássicos da economia solidária como Paul Singer e Euclides Mance, também a partir de uma perspectiva feminista da economia e das práticas de autogestão, debatemos o papel e a importância dos GCR no atual momento de crise econômica e democrática do Brasil, onde o quadro da fome só amplifica e a participação e organização popular estão ameaçadas. A partir da descrição da experiência do Tandem, argumentamos que os GCR se mostram experiências preciosas de construção democrática e de alternativa econômica e alimentar orientada para o bem viver.

Palavras-chave: Grupo de Consumo Responsável; Economia Solidária; Autogestão; Soberania Alimentar; Democracia

ARMAZÉM DE ECONOMIA POPULAR SOLIDÁRIA: OUTRA FORMA DE CONSUMIR

Maria Angelica Machado Braga, Universidade Federal do Rio Grande, mangiel9@hotmail.com
Lúcia de F. Socoowski de Anello, Universidade Federal do Rio Grande, luciaanello@hotmail.com
Lucia Regina Nobre, Universidade Federal do Rio Grande, lucianobre@furg.br
Maria Cristina Chaves Pires, Universidade Federal do Rio Grande, mcristina.pires@hotmail.com
Dóris Back Perius, Universidade Federal do Rio Grande, doh_perius@hotmail.com

Resumo

O consumo no mundo da sociedade capitalista é uma prática que acontece de forma descomedida, em que as pessoas não têm compreensão do que causa ao Planeta, porém existem experiências como os Grupos de Consumo Responsável (GCRs), mais especificamente o GCR Armazém de Economia Popular Solidária (Armazém de EPS), que são fomentados pela Economia Popular Solidária (EPS). Esta economia é igualitária, autogestionária, cooperativa e que tem como centro o ser humano e os recursos da natureza. Os GCRs são grupos formados por consumidores e produtores preocupados com a sua saúde, com a do outro e com os recursos da natureza, bem como buscam desenvolver um Comércio Justo e Solidário (CJS) para todos e um Consumo Responsável (CR), em que suas práticas e reflexões transformam o ato de consumir em um ato político e cidadão. Nestes grupos os consumidores se preocupam com os produtores de pequena escala e da sua comunidade, bem como valorizam os produtos de qualidade e o produtor se empenha em ofertar produtos orgânicos e de forma agroecológica, assim como se preocupam com preços justos a todos. Portanto, os GCRs desenvolvem relações diretas entre produtor e consumidor, que estão preocupados com todo o processo da cadeia produtiva. O Armazém de EPS é incubado pelo Núcleo de Desenvolvimento Social e Econômico da Universidade Federal do Rio Grande (NUDESE/FURG) e têm como objetivo o escoamento dos produtos dos empreendimentos econômicos solidários e o desenvolvimento da conscientização para o CR, ações para um bem viver humano e do planeta. Este estudo tem como objetivo geral apresentar uma experiência de consumo, distinto do capitalismo. A metodologia utilizada é a revisão bibliográfica sobre os temas EPS, embasamento do Armazém de EPS; CJS, comercialização desenvolvida neste grupo; CR, prática de conscientização dos sujeitos; GCR, fenômeno desta pesquisa e o que já tem constituído sobre o Armazém de EPS, objeto de estudo deste artigo, assim como as observações realizadas pelas pesquisadoras, visto que são associadas ao Armazém de EPS e fazem parte da coordenação desta associação. Os resultados encontrados são que o Armazém de EPS é um grupo novo e que vem buscando seguir a lógica da EPS, desenvolver o CJS e oportunizar a conscientização ao CR. Conclui-se que este grupo é uma prática distinta do modo de produção capitalista e recomenda-se mais estudos sobre os GCRs, bem como investigar ações que podem instigar a conscientização das pessoas a ingressarem nestes movimentos.

Palavras-chave: economia popular solidária; comércio justo e solidário, consumo responsável, grupo de consumo responsável.

PERFIL DA PRODUÇÃO ORGÂNICA NO ESTADO DE MINAS GERAIS

Janine Ameku Neves, doutoranda do Programa de Pós Graduação em Ciências Ambientais da Universidade Federal de Alfenas – PPGCA/UNIFAL, janine.neves@sou.unifal-mg.edu.br

Adriana Maria Imperador, docente do PPGCA/UNIFAL, adriana.imperador@unifal-mg.edu.br

Resumo

Há tempos o Brasil lidera o ranking mundial de consumo de agrotóxicos, uma problemática que vai além da questão ambiental da fertilidade do solo como também envolve a saúde dos produtores e dos consumidores. Em contrapartida, é crescente a percepção da necessária transformação do modelo produtivo convencional traduzida pelo aumento da demanda por produtos isentos de contaminantes e com selos que atestam a qualidade. O objetivo do trabalho foi identificar o perfil da produção orgânica no estado de Minas por meio da análise do sistema de avaliação da conformidade adotado, da distribuição espacial e da diversidade produtiva. A partir dos dados do cadastro nacional de produção orgânica de junho de 2022, do Censo Agropecuário de 2017 e das 12 mesorregiões mineiras definidas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, identificou-se que os produtores, em sua maioria, são homens entre 55 e 64 anos presentes em 26% dos municípios do estado. A mesorregião sul e sudoeste de Minas Gerais apresenta maior número de registros por município, onde também estão contidos organismos participativos de avaliação da conformidade orgânica de maior expressividade do estado. Ainda que a legislação brasileira equipara os diferentes tipos de produção de base ecológica, os mecanismos participativos de controle da qualidade orgânica se diferenciam por articular redes de proximidade transparentes e gerar confiança entre produtores e consumidores. No geral, o escopo principal dos registros do estado de Minas Gerais é a produção primária vegetal, que apresenta uma diversidade de itens agrícolas. Juntos, o organismo participativo de avaliação da conformidade e a organização de controle social responsáveis por 43% de produtores regularizados enquanto as certificações por auditoria prevalecem. A rastreabilidade do controle social e dos sistemas participativos de garantia sinalizam novas relações entre produção e consumo de alimentos derivado do encurtamento de cadeia, uma vez que produção e abastecimento ocorrem por meio das vendas diretas nas feiras, entregas de cestas ou em programas e editais específicos. Finalmente cumpre lembrar a presença marcante de uma rede de articulação de ambientalistas que construíram coletivamente os polos agroecológicos tornando-os marco legal em três mesorregiões, Zona da Mata em 2018, Sul e Sudoeste em 2021 e o Norte de Minas Gerais em 2022.

Palavras-chave: Redes agroalimentares; Certificação orgânica; Produtos da sociobiodiversidade; Agricultura familiar.



PRODUCCIÓN Y DISTRIBUCIÓN DE ALIMENTOS DE LA ECONOMÍA POPULAR, SOCIAL Y SOLIDARIA EN EL GRAN LA PLATA

Héctor Luis Adriani, Centro de Investigaciones Geográficas IdIHCS UNLP CONICET
Soledad Rial, Consejo Social UNLP
Damián Giammarino, Centro de Investigaciones Geográficas IdIHCS UNLP CONICET
Belén Mirallas, Centro de Investigaciones Geográficas IdIHCS UNLP CONICET
Juliana Santa María, Consejo Social UNLP

Resumen

Esta ponencia presenta el estado de avance del proyecto “Elaboración, disponibilidad, acceso y consumo de alimentos en barrios populares del Gran La Plata” cuyo objetivo general es analizar las dimensiones espaciales, socioeconómicas y las prácticas de la elaboración, disponibilidad, acceso y consumo de alimentos en Sitios de Distribución de Alimentos (SDA) y hogares de barrios populares del aglomerado Gran La Plata, Argentina. El avance que se pone a consideración son las conclusiones preliminares de un relevamiento de Unidades Productivas (UP) de alimentos pertenecientes a organizaciones sociales que integran el Consejo Social de la UNLP. El relevamiento incluyó tres instancias: observación, entrevista y encuesta en las UP, la mayoría de las cuales es asimismo SDA. Conceptualmente se parte de las perspectivas de Coraggio quien propone un proyecto político y social orientado hacia la constitución de otra economía a partir de la crítica a la economía mixta compuesta por la economía empresarial capitalista dominante, la economía pública y la economía popular; y de la de Haesbaert quien plantea la multisimensionalidad y multiescalaridad del territorio. Los resultados obtenidos a la fecha permiten concluir que las UP se inscriben en las múltiples dimensiones de los territorios: son lugares de producción y comercialización, de distribución solidaria de alimentos, construyen política barrial, y son ámbitos materiales y simbólicos de trabajo y militancia y de referencia para la población de los diferentes barrios. Su emplazamiento y crecimiento redefine las espacialidades barriales y urbanas mediante el establecimiento de múltiples relaciones: productivas, comerciales, políticas, comunitarias. En relación a la dimensión económica, un importante número de las Unidades Productivas presenta condiciones que les permitirían consolidarse como establecimientos de producción alimenticia. Entre ellas se destacan: los saberes con los que cuentan las y los trabajadores, la inserción en circuitos de comercialización barrial, las sucesivas mejoras con las que las van equipando y los proyectos que los y las trabajadoras/es prevén llevar a cabo para ampliar los espacios productivos, de comercialización y de distribución, entre otros.

Palabras clave: Economía Popular, Social y Solidaria – Problemática alimentaria -Territorio – Gran La Plata



ALIANZAS PÚBLICO-PRIVADA EN LA CONSTRUCCIÓN DE MODELOS DE CIRCUITOS CORTOS DE COMERCIALIZACIÓN. LA EXPERIENCIA DE LA “HUERTITA COLABORATIVA” EN CASABLANCA-CHILE

Dr. Pablo Saravia Ramos, Departamento de Estudios Territoriales y Diálogos Interculturales UPLA,
pablo.saravia@upla.cl

Lic. Catalina Valenzuela Sobarzo, Observatorio de Participación Social y Territorio UPLA,
catalina.valenzuela@upla.cl

Resumen

Existe una vasta literatura que ha enunciado la importancia de reflexionar y problematizar el tema de la comercialización de la producción agroecológica. Existe una cantidad generosa de modelos y formas de enfrentar este desafío que van desde las compras directas a los productores, su participación en ferias públicas, ventas públicas, pedidos por medio de plataformas digitales, tiendas especializadas y distribución de canastas o cestas. Todos y cada uno de ellos tiene potencialidades, características y desafíos logísticos que los hacen más o menos practicables dependiendo de las condiciones de trabajo de las unidades productivas como de la escala del modelo o el tipo de ciudad en la cual están insertas. En esta oportunidad trabajaremos sobre la experiencia de la llamada: “Huertita Colaborativa”, que es un grupo de 15 agricultoras y agricultores agroecológicos ubicados en la ciudad de Casablanca, Región de Valparaíso-Chile. Este grupo, con apoyo del equipo universitario, ha diseñado e implementado un sistema de reparto de canastas de hortalizas y frutas basados en los principios de los circuitos cortos de comercialización (CCC). El objetivo consiste en reflexionar y problematizar sobre la potencialidad de una alianza público-privada en la construcción de una experiencia de CCC en una ciudad intermedia. El enfoque metodológico se ha construido desde la mirada de las metodologías participativas por intermedio de la aplicación de una cartografía social participativa que permitió identificar tres tipos de capas diferentes: comunes, su despojo y alternativas de gobernanza. Algunas paradojas que plantean estas temáticas tiene que ver con el vínculo con la empresa privada que permite subsanar algo que está lejos de poder ser solucionado por las agricultoras o por el estado, que es el tema de acceso al agua. Sin embargo, al mismo tiempo son ellas mismas las que reconocen que son las viñas una de las principales responsables en despojo hídrico en la zona. Por otra parte, esta experiencia cuenta con el apoyo del gobierno local (municipio) su base electoral y su potencial ubicación de consumidores en tanto trabajadores del sector público, no termina de ponerse al servicio de la profundización de modelo por el lado de los consumidores, mostrando limitaciones y áreas peligrosas para la sustentabilidad del mismo. La universidad, como una acompañante de la cual se esperaba un trabajo de capacidad y de enseñanza y termina favoreciendo la posibilidad de construir una relación de largo aliento y basada en la cooperativa y la co-construcción.

Palabras claves: agroecología; gobierno local/empresa privada; circuitos cortos de comercialización.

FEIRA ORGÂNICA NA CIDADE: NOVAS REPRESENTAÇÕES SOBRE OS ASSENTAMENTOS?

Viviani Regina Marchi, UNIARA, vivimarchi@gmail.com
Prof. Dr. Henrique Carmona Duval, UNIARA, henriquecarmona@hotmail.com

Resumo

Este estudo trata das relações estabelecidas entre os consumidores e os produtores assentados na feira de alimentos orgânicos na cidade de Araraquara/SP. Ao adquirir alimentos nas feiras, os consumidores estabelecem uma sociabilidade com os produtores, porém ainda falta ser investigado se esta relação desfaz possíveis representações pejorativas sobre os assentamentos rurais e seus moradores. A pesquisa tem a intenção de investigar essa relação de sociabilidade e se ela tem a capacidade de ressignificar o espaço social do assentamento para o público que frequenta as feiras. O objetivo principal da pesquisa é analisar a representação social dos consumidores da feira sobre os assentamentos e se a feira transforma esta representação. **A pesquisa possui caráter exploratório e descritivo, sendo conduzida a partir de pesquisa bibliográfica, além de entrevistas com consumidores acerca de suas representações e padrões de consumo e com produtores para caracterizar seu modo de vida e de produção.** Espera-se com a pesquisa entender a percepção das pessoas que vivem no espaço urbano sobre os assentamentos rurais, a relação estabelecida entre os produtores e os consumidores através da feira enquanto um circuito curto de comercialização e as diferenças dos alimentos da feira em relação aos alimentos adquiridos em supermercados quanto à confiabilidade, custos e segurança alimentar. O presente trabalho está focado em compreender as representações sociais sobre os assentamentos rurais por parte de consumidores urbanos da feira “Da Roça para a Mesa: feira de alimentos orgânicos”, em Araraquara/SP. Com o intuito de analisar como as pessoas da cidade que compram nas feiras passaram a ver os moradores do campo, tem-se como hipótese que as feiras formam um tipo de circuito curto de comercialização que estreita as relações sociais presentes. A feira é o local de encontro entre os produtores e os consumidores que desenvolvem relações exteriores a de venda e compra, sendo de amizade, confiança, cooperação entre os frequentadores da feira possivelmente não desenvolveriam em outros ambientes de encontro, sendo a feira um espaço de sociabilidade.

Palavras-chave: Agricultura Familiar; Feira Livre; Representação Social; Mercados Socialmente Construídos.

PRÁTICAS CIDADÃS E REDES AGROALIMENTARES: UM NOVO PARADIGMA?

Oscar José Rover, Universidade Federal de Santa Catarina, oscar.rover@ufsc.br
Adevan da Silva Pugas, Universidade Federal de Santa Catarina, vanpugas@gmail.com

Resumo

Há um conjunto de questões que marcam as sociedades contemporâneas e geram mudanças na forma como elas lidam com o tema da alimentação. Dentre eles destacamos a crescente urbanização das sociedades; a percepção coletiva da crise ambiental, que mobiliza para criação de novas soluções; e os riscos da alimentação à saúde humana, a partir de escândalos alimentares ligados ao sistema agroalimentar dominante. Nesse contexto, crescentemente pessoas e organizações percebem a centralidade dos alimentos para a saúde, a sociedade e o ambiente. Como consequência dessas questões, emergiu o fenômeno contemporâneo do campo agroalimentar denominado de “virada para a qualidade”, no qual muitos consumidores buscam nos alimentos perfis de qualidade superior, ligados à tradição, origem, seu caráter artesanal e ambiental. Embora muitos estudos tenham abordado a emergência de novas dinâmicas agroalimentares, sobretudo enfocando aspectos estruturais e o papel dos atores nos processos sociotécnicos, produtivos e nas práticas de consumo, pouco se avançou sobre as implicações da organização social em redes no exercício de uma cidadania agroalimentar. O presente artigo é um ensaio acadêmico que tem por objetivo colocar luz sobre um tema chave das ciências sociais aplicadas: as redes agroalimentares como mecanismo de ação cidadã e transformação social. Sua metodologia, predominantemente, resgata referências acadêmicas que demarcam o estado da arte desse tema e se pergunta: qual o potencial das novas formas de ação cidadã e organização em redes em torno dos alimentos? Elas explicitariam elementos de um novo paradigma de produção e abastecimento alimentar? Novos problemas e percepções têm gerado novas escolhas dos atores sociais, que ativam sua cidadania para além de reivindicações junto ao Estado e ação junto à sua comunidade, intervindo na construção social de mercados alimentares, promovendo novas formas de trocas, mercantis e não mercantis, práticas definidas aqui como expressão de uma cidadania agroalimentar. Organizações de agricultores e consumidores, envolvidas com o abastecimento de alimentos agroecológicos e orgânicos, têm formado novas redes, que ampliam a escala da sua organização social, gerando circuitos curtos de comercialização e reivindicando políticas públicas. Essas redes têm potencial de ampliação, em número de envolvidos e capacidade organizativa, especialmente quando estimuladas por mediadores que auxiliam na articulação entre consumidores, agricultores e suas organizações. Só o tempo dirá se isso levará a um novo paradigma agroalimentar, contudo vem se configurando novos mecanismos de se organizar socialmente, agir nos mercados e demandar políticas públicas.

Palavras-chave: Agroecologia; Produção Orgânica; Agricultura familiar; Circuito curto de comercialização de alimentos; Redes agroalimentares alternativas

AGRICULTURA FAMILIAR E O PROGRAMA DE ALIMENTAÇÃO DO TRABALHADOR: UMA PERSPECTIVA SUSTENTÁVEL

Tânia Corrêa Miller, Universidade Federal de São Carlos, tania_cmiller@hotmail.com

Ariadne Chloe Mary Furnival, Universidade Federal de São Carlos, chloe@ufscar.br

Resumo

A Segurança Alimentar e Nutricional da população brasileira pode ser assegurada por meio de políticas públicas que destinam recursos para a produção de alimentos que tenham origem em sistemas alimentares sustentáveis. Entre estes, tem-se a agricultura familiar, que tem foco na economia de qualidade para os cidadãos a partir de iniciativas locais como integração de comunidades inseridas no contexto da Economia Solidária (ES). A pandemia do COVID-19 expôs vulnerabilidades no sistema alimentar e enfatizou a necessidade de um redirecionamento às metas e objetivos globais da Agenda 2030. Este texto tem como objetivo apresentar parte de pesquisa de doutorado em andamento, na qual considera-se os sistemas alimentares sustentáveis como potenciais abastecedores do Programa de Alimentação dos Trabalhadores (PAT). Trata-se de um estudo teórico, de caráter exploratório e composto pelo método de pesquisa bibliográfica e documental, por meio de buscas por informações e conhecimentos que permeiam a temática, nas bases de dados do Portal de Periódicos da CAPES/MEC e Scientific Electronic Library Online (SciELO-Br). O PAT foi criado em 1976 e atualmente beneficia cerca de 20 milhões de funcionários no Brasil. Estudos vêm demonstrando inadequação nas refeições oferecidas pelas empresas e organizações/instituições cadastradas no PAT e não há evidências de participação da agricultura familiar neste programa. O arcabouço legislativo que o Governo Federal proporciona para a agricultura familiar contempla o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), para o qual no mínimo 30% da compra de alimentos pelo município deve ter origem na agricultura familiar. Estas políticas contribuem para garantir a sobrevivência no campo, mas na prática apresentam grandes limites, dentre eles: reforma agrária, elevada burocratização, descumprimento do mínimo de compra, atraso nos pagamentos, logística etc. Esses limites são desafios que os agricultores familiares, entidades e movimentos sociais precisam enfrentar em ação coletiva para mantê-los ativos. Por outro lado, significativos resultados vêm sendo obtidos na implementação de tais políticas, tais como o fortalecimento da agricultura familiar, com aumento da renda, da produção e da qualidade da alimentação das famílias agricultoras envolvidas, a dinamização da economia local e regional e a melhora da qualidade da alimentação das populações que acessam esses alimentos pela via institucional. Diante dos resultados positivos observados na implementação do PAA e PNAE, as autoras consideram a importância de as mesmas modalidades de compra da agricultura familiar serem incorporadas no PAT.

Palavras-chave: Alimentação Coletiva; Economia Solidária; Políticas Públicas.

A EXPERIÊNCIA DE CONSUMIDORES E PRODUTORES DA COOP LIVRES NA CONSTRUÇÃO DE OUTRA ECONOMIA

Vitória Felipe dos Santos, Coop Livres, vitoriafelipe025@gmail.com
Guilherme Prado Almeida de Souza, Coop Livres, Prado.guilherme50@gmail.com
Egeu Gómez Esteves, Coop Livres / Unifesp, egeu.esteves@unifesp.br

Resumo

Pretendemos apresentar nossa experiência como membros de uma plataforma cooperativa que une consumidores, produtores e entregadores e que vive um cotidiano de atividades que articula trabalho e política. O grupo da Coop Livres é guiado pelos valores socialistas da autogestão e da autonomia coletiva e é movido pela vontade de construir uma sociedade igualitária, democrática e inclusiva -onde caibam todas as diferenças, assim como pela necessidade de gerar trabalho e renda para os integrantes do grupo. Em nosso folder nos apresentamos assim: “Quem somos? O Livres é uma Rede Agroecológica que organiza produtores de alimentos e da economia local, grupos de consumidores conscientes, feiras e lojas que funcionam em sistema de permutas de prestação de serviços, créditos solidários, transações monetárias, dentre outros. O objetivo é ir construindo, no aqui e agora, outra economia: sem agrotóxicos, sem atravessadores e sem exploração. Funcionamos de três formas: Comboio Agroecológico - nossa comunidade solidária, onde os produtores e os consumidores são ligados diretamente por uma aliança/compromisso onde há preferência no fornecimento de alimentos frescos, mais saudáveis e a preços entre 10% e 15% mais baixos do que o “livre mercado” oferece, enquanto os agricultores têm rendimentos mais estáveis por isso. Pré-comunidade - é um grupo onde se recebe as listas do que teremos a ser colhido e entregue fresco assim que recebermos do agricultor. Pronta entrega - modelo onde temos à pronta entrega os alimentos processados da agricultura familiar e o excedente da colheita dos nossos agricultores.” Afinal: “ Produzir, consumir e se relacionar de outra forma é a saída!” Compreendemos que a atuação do Livres estabelece relações duradouras de reciprocidade a partir de vínculos anteriores de afinidade política, de proximidade territorial e/ou de identidade social, estabelecendo uma plataforma de relações sociais e econômicas solidárias. Também entendemos que, ao equacionar o desafio de aproximar e reunir pessoas de diferentes origens, condições e situações sociais, que sofrem de forma desigual os processos de reprodução social próprios da economia capitalista, os integrantes da rede demonstram a real possibilidade de construção de uma nova sociedade a partir de uma nova economia, solidária.

Palavras-chave: Trabalho; Política; Consumo; Autogestão; Coop Livres

CONSUMO RESPONSÁVEL E/OU CONSUMO MILITANTE: O CASO DA COOPERATIVA TERRA E LIBERDADE

Lucca Perez Pompeu (NESOL-USP), lucca.tks@gmail.com
Caio Olivette Pompeu (ITCP-USP), cpolivette@usp.br
Carla Victória Ferreira Irrazabal (ITCP-USP), carla.irrazabal@usp.br

Resumo

Este trabalho resulta de reflexões construídas a partir de um projeto de extensão da ITCP-USP junto à cooperativa Terra e Liberdade, ligada ao setor de produção da Regional Grande São Paulo do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), com a função da comercialização dos alimentos orgânicos produzidos em assentamentos de reforma agrária na Região Metropolitana de São Paulo. A cooperativa comercializa a produção tanto junto a grupos organizados de consumo, quanto através de um site para qualquer pessoa interessada. Durante o percurso junto ao movimento, foram realizadas discussões sobre o que engaja os consumidores no que estamos chamando de “Consumo Militante”, no qual as pessoas tomam papel ativo no processo, assumindo tarefas e se comprometendo com o consumo em dimensões que vão além das preferências individuais por qualidade e motivos de saúde (alimentos orgânicos). O “consumo militante” é resultado da integração dos sujeitos em um projeto coletivo de construção da matriz agroecológica de produção, que pressupõe a luta por reforma agrária, trabalho cooperado, outro paradigma de relação com a natureza, adquirindo uma postura anticapitalista. Mas esse papel ativo em um ecossistema de cooperação depende de um processo pedagógico, de formação (política, afetiva e de práticas cotidianas de consumo) contínua, além de uma rotina de trabalho que suporte esse projeto nas tarefas cotidianas ao mesmo tempo em que mantém minimamente claras as conexões com o horizonte do projeto, fazendo frente aos desafios e conflitos inerentes à toda prática coletiva. Iremos explorar como se desenvolve esse consumo militante, o que o sustenta, quais conflitos ocorrem (qualidade, variedade, estabelecimento e quebras de acordos, sazonalidade, etc) e quais desafios são enfrentados na prática da cooperativa através de entrevistas semiestruturadas com participantes dos Grupos de Consumo Militante e da aplicação de questionários junto ao público mais amplo, utilizando o aporte teórico da ergonomia da atividade e da psicodinâmica do trabalho para decifrar aspectos de como o cotidiano prático de trabalho suporta esses processos.

Palavras-chaves: consumo responsável; consumo militante; cooperativismo; alimentos agroecológicos.

RECICLAJE DE ALIMENTOS COMO ALTERNATIVA SUSTENTABLE DE PRODUCCIÓN EN ASUNCIÓN, PARAGUAY. PERIODO 2017-2019

Gissella María Aguilera Agüero, estudiante de Economía. Universidad Nacional de Asunción, Facultad de Ciencias Económicas. San Lorenzo, Paraguay, gismaraqui.ga@gmail.com
Marcela Fernanda Achinelli Báez, magister en Entidades de la Economía Social, Universidad Nacional de Asunción, Facultad de Ciencias Económicas. San Lorenzo, Paraguay, machinellib@gmail.com

Resumen

El reciclaje de alimentos es una alternativa sustentable que contribuye en la reducción del hambre. La inseguridad alimentaria es una situación en que las personas carecen de acceso seguro a una cantidad de alimentos suficientes para su desarrollo, de manera activa y sana. Todos los que padecen de hambre sufren de inseguridad alimentaria, pero no todos los afectados por la inseguridad alimentaria sufren de hambre, pues existen otras causas de inseguridad alimentaria, incluidas la ingesta insuficiente de micronutrientes. En América Latina y el Caribe, en el 2018, la subalimentación afectó a 42,5 millones de personas. Paradójicamente, los desperdicios en la región alcanzan un tercio de la producción, es decir, lo cual se traduce en 220 millones de toneladas de alimentos mientras más de 40 millones de personas sufren inseguridad alimentaria severa. El desperdicio de alimentos puede producirse en todos los eslabones de la cadena alimentaria: en el campo, en las industrias de transformación, en la fase de distribución, en los comedores escolares y restaurantes y en las casas de los propios consumidores. A nivel regional y local, existe una situación de inseguridad alimentaria. En ese sentido, en Paraguay se aprovechan las pérdidas y desperdicios de alimentos perecederos y no perecederos, a partir del Banco de Alimentos y la empresa Mboja'ó. La metodología fue documental bibliográfico, con apoyo de entrevistas semi estructuradas para conocer la problemática en particular, siendo el nivel exploratorio-descriptivo. Los principales resultados muestran que, si bien la incursión de la empresa Mboja'ó contribuye a la reducción del hambre en Asunción, es necesario aumentar este tipo de iniciativas sobre todo a nivel país. Desde el punto de vista económico, se recomienda que impulsar este tipo de iniciativas por ser rentables y sustentables, ya que, además, contribuyen a disminuir el hambre en las personas que se encuentran en vulnerabilidad.

Palabras Claves: ODS, nutrición, sustentabilidad, sostenibilidad

A QUESTÃO ALIMENTAR PARA ALÉM DA ECONOMIA FORMAL: O POTENCIAL DAS OUTRAS ECONOMIAS NA PROMOÇÃO DE SISTEMAS AGROALIMENTARES SUSTENTÁVEIS

Tomás de Faria Balbino, Universidade Federal de Minas Gerais, tomasbalbino09@gmail.com
Bruno Siqueira Fernandes, Universidade Federal de Minas Gerais, brunosiqfer@gmail.com
Sibelle Cornélio Diniz da Costa, Universidade Federal de Minas Gerais, sibelle.diniz@gmail.com

Resumo

O presente trabalho se insere no contexto de crise do antropoceno, intensificado pelo capitalismo neoliberal, onde se tem o aumento da fome acompanhado pela estruturação de um sistema agroalimentar globalizado e repleto de contradições. Além disso, é um contexto em que a economia não consegue mais absorver toda a mão de obra no setor formal, gerando um contingente cada vez maior de pessoas que garantem a reprodução da vida através de práticas econômicas que fogem da economia formal. Desse modo, o objetivo geral do estudo é analisar as contradições e as possibilidades nas relações que existem entre a questão alimentar, a perspectiva dos sistemas agroalimentares e a das outras economias, e discutir como arranjos institucionais e princípios econômicos presentes em formas de organização econômica diferentes da economia de mercado capitalista, apresentam atributos importantes para a construção de sistemas agroalimentares sustentáveis e para a promoção da Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (SSAN). Para tanto, foi feita uma pesquisa bibliográfica em estudos sobre a questão alimentar e a temática das outras economias, apontando para as conexões conceituais e para o reconhecimento de experiências que expressam as relações apontadas. Utiliza-se os conceitos de economia de mercado e economia substantiva, propostos por Karl Polanyi, como pano de fundo para a discussão proposta. Com base nesses, o estudo evidencia as contradições do sistema agroalimentar hegemônico e a sua incapacidade em garantir o acesso ao alimento de qualidade de maneira universal. Por outro lado, destaca-se como a existência de outras formas de organização econômica, fundamentadas em arranjos institucionais distintos do padrão de mercado, e presentes especialmente entre os grupos sociais populares, revelam o grande potencial das outras economias na construção de sistemas agroalimentares sustentáveis. Portanto, percebe-se fragilidades do sistema agroalimentar hegemônico, fundamentado na economia de mercado, que impedem o acesso universal ao alimento de qualidade e, ao mesmo tempo, é perceptível uma maior capacidade das outras economias, fundamentadas na noção da economia substantiva, em promover sistemas agroalimentares mais justos, saudáveis e sustentáveis, com maior capacidade de prover a Segurança e Soberania Alimentar Nutricional (SSAN) e garantir o Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA).

Palavras-chave: outras economias; sistemas agroalimentares sustentáveis; segurança alimentar e nutricional; economia substantiva.



GT 04: Como estamos utilizando as perspectivas de gênero e feminismos nas experiências da Economia Social e Solidária? / ¿Cómo venimos trabajando las claves de género y feminismos com las experiencias de la ESS?

LA SOSTENIBILIDAD DE LA VIDA COMO CLAVE TEÓRICO-POLÍTICA FEMINISTA EN PROCESOS DE FORMACIÓN EN EXTENSIÓN EN ECONOMÍA SOCIAL Y SOLIDARIA.

Daniela Osorio-Cabrera, Área Estudios Cooperativos y Economía Solidaria- SCEAM-UDELAR,
dosoriocabrera@gmail.com

Gabriela Veras Iglesias, Área Estudios Cooperativos y Economía Solidaria- SCEAM-UDELAR,
gv.iglesias@gmail.com

Resumen

Desde nuestra labor como docentes e investigadoras, venimos trabajando los diálogos fértiles que se abren entre la Economía Social y Solidaria (ESS) y la Economía Feminista (EF). En las últimas tres ediciones (2019-2021-2022) del Curso-Taller Cooperativismo y Economía Solidaria abordamos esta intersección, en el taller “Feminismos y Economía Solidaria”. El objetivo de la comunicación, es generar una reflexión sobre cómo las claves teóricas que se desprenden de la EF, en especial Sostenibilidad de la Vida (SDV) y la centralidad de los cuidados en esta propuesta, han aportado a los procesos de extensión y experiencia pedagógicas enmarcadas en el curso-taller. Mirar al campo de la ESS a partir de la idea de SDV que desarrollan Cristina Carrasco (2001), Amaia Pérez-Orozco (2015) y Daniela Osorio-Cabrera (2018), nos nutre de nuevas preguntas, interpelando los trazos patriarcales presentes tanto en sus prácticas, como en las formas que se produce conocimiento. También nos permite poner a jugar lo afectivo-relacional en el trabajo en aula abriendo algunas preguntas en torno a los dispositivos pedagógicos: ¿Cómo ponemos el cuerpo en clase?, ¿Cómo se construyen los vínculos?, ¿Cómo aparecen los cuidados?. Por otro lado, la perspectiva de la extensión crítica-feminista y la epistemología feminista nos aportan herramientas para pensar cómo queremos producir conocimiento reconociendo nuestras posiciones situadas y parciales. Para llevar adelante esta propuesta tomaremos en cuenta los trabajos finales estudiantiles y las notas personales acerca de nuestra experiencias como docentes durante estos tres años en el curso-taller. Nos interesa visibilizar y compartir las resonancias y efectos que han tenido las claves teóricas abordadas en el curso, tanto en la construcción de la mirada de lxs estudiantes, así como en las prácticas que llevaron a cabo en sus trabajos.

Palabras-claves: Extensión, Sostenibilidad de la Vida, Cuidados, Feminismos, Economía Social y Solidaria.



DESAFIOS DO TRABALHO ASSOCIADO EM EMPREENDIMENTOS ECONÔMICOS SOLIDÁRIOS DE MULHERES

Eliene Gomes dos Anjos, Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, elieneanjos@ufrb.edu.br

Alice Nascimento do Sacramento Salomão, allicens@bol.com.br

Ana Cristina de Assis Silva, crys177@outlook.com

Resumo

As iniciativas de trabalho da economia solidária são constituídas pelos segmentos que estão mais submetidos à subordinação e a relações de dominação. São compostas pelas minorias que historicamente sofrem a desqualificação social, como os negros, as mulheres, especialmente as negras, os sem qualificação profissional e aqueles com baixa escolarização. O objetivo desta comunicação é demonstrar a dinâmica dos processos associativos e visibilizar os desafios enfrentados pelos segmentos que utilizam do trabalho associado como estratégia de superação das diversas formas de desigualdades que caracterizam suas trajetórias. Trata-se de uma reflexão oriunda da pesquisa-ação desenvolvida na Incubadora de Empreendimentos Solidários (Incuba), da Universidade Federal do Recôncavo (UFRB), que atua para contribuir com a construção de uma sociedade menos desigual, estimulando a organização coletiva como estratégia para suplantar as desigualdades socioeconômicas tão presentes nos rincões do Brasil, sobretudo nas localidades rurais do Norte e Nordeste. Os dois grupos de mulheres sujeitos das experiências narradas foram constituídos em períodos distintos do processo de fortalecimento dos empreendimentos econômicos solidários. O primeiro, uma Associação de materiais recicláveis, criada em 2008, o segundo, criado em 2017, um Grupo de Costura, formado exclusivamente por mulheres quilombolas. O comum aos dois grupos é o desafio de gerar trabalho e renda de forma associada, contando com a iniciativa das participantes e a assessoria prestada pela Incuba para possibilitar novas parcerias e viabilidade econômica dos empreendimentos. A perspectiva de análise adotada dialoga com os diversos atributos que são utilizados como mecanismo de opressão das mulheres, além do gênero, a raça e a classe interagem em um cenário de adversidades que persiste desde os tempos coloniais. O relato das duas experiências de empreendimentos coletivos que foram acompanhadas pela Incuba contribui para dimensionar os desafios do trabalho associado para se afastar do trabalho precário. Esses desafios não podem ser restritos àqueles/as que necessitam da renda gerada nessa modalidade, pois constatar que a segmentação de gênero e raça persiste também nos empreendimentos econômicos solidários impõe a rearticulação política das diversas organizações que atuam nesse campo para travar as lutas necessárias para construir outro mundo menos desigual.

Palavras-chave: Interseccionalidade; Feminismo negro; Trabalho associado.

OS ENFRENTAMENTOS COTIDIANOS DAS MULHERES QUILOMBOLAS: O CASO DAS PRODUTORAS DE REMÉDIOS FITOTERÁPICOS NO CENTRO DE PLANTAS MEDICINAIS DO CEDRO, GO

Aline Grigório da Silva, line9gregorio@gmail.com
Janice Rodrigues Placeres Borges, CCA/UFSCar - Ar, janice@ufscar.br
Jesiel Souza Silva, IFG, zielslva@hotmail.com

Resumo

O estudo realizou uma investigação sobre as práticas cotidianas, enfrentamentos e resistências das mulheres da comunidade de remanescentes de quilombolas do Cedro, Mineiros, GO, dentro e fora do quilombo, com ênfase na produção tradicional de remédios fitoterápicos. Com o objetivo de verificar os entraves e os enfrentamentos cotidianos das mulheres quilombolas na realização de suas práticas da vida social, o Cedro acabou sendo um território de relevância, devido à história de sua formação e proximidade com a cidade de Mineiros e, especialmente, pelo fato das mulheres cedrinhas produzirem, de forma tradicional, remédios a partir de plantas medicinais do Cerrado. O desenho da pesquisa foi realizado a partir da revisão bibliográfica, da pesquisa exploratória com o intuito de conhecer melhor as mulheres e suas atividades, as lideranças e gerar a hipótese norteadora do estudo descritivo. Foram, também, realizadas entrevistas semiestruturadas. Assim, empreendeu-se o trabalho de campo, empregando-se a metodologia etnográfica e alguns de seus procedimentos: observação direta do pesquisador e anotações no diário de campo com o intuito de uma descrição densa da área de estudo e das práticas cotidianas dessas mulheres quilombolas entrevistadas. As mulheres cedrinhas são as principais responsáveis pela manutenção dos traços identitários da comunidade, que estão diretamente ligados à relação que os quilombolas estabeleceram, ao longo de décadas, com o bioma cerrado, via produção tradicional de remédios variados a partir de plantas medicinais coletadas por elas, sazonalmente e de forma preservacionista, assim como, aproveitam e repelem as influências positivas (acesso à educação) e negativas (especulação imobiliária do entorno do quilombo, destruindo o bioma) da cidade de Mineiros. Observou-se que as mulheres da comunidade aumentaram sua participação no mercado de trabalho urbano, mas, que continuam à frente de suas famílias. Foi possível averiguar que estão acontecendo transformações nos padrões de valores relativos ao papel sociocultural das cedrinhas no interior do quilombo e na cidade. As mulheres têm se dividido entre o espaço doméstico, social e político, demonstrando engajamento para assumir papéis de liderança dentro e fora da comunidade.

Palavras-chave: Conhecimento Tradicional; Autonomia; Empoderamento; Liderança Feminina; Quilombo.

RELAÇÕES DE TRABALHO E GÊNERO DE MULHERES EM EMPREENDIMENTOS SOLIDÁRIOS NO CONTEXTO DA PANDEMIA DE COVID-19

Isabela Bruno de Souza, bacharel em Relações Econômicas Internacionais, Face/UFMG, isabela_wm@hotmail.com

Sibelle Cornélio Diniz, professora do Cedeplar-Face/UFMG, sibelled@cedeplar.ufmg.br
Bruno Siqueira Fernandes, doutorando em Geografia, IGC/UFMG, brunosiqfer@gmail.com

Resumo

A quarentena imposta pela pandemia de Covid-19 inclinou-se a ser discriminatória para alguns grupos sociais, especialmente as mulheres. O estresse de se ter crianças e outros familiares confinados em casa, junto à maior demanda por afazeres domésticos, tende a recair sobre elas. Há décadas, as teóricas feministas vêm evidenciando as desigualdades de gênero como aspecto central do capitalismo. Por outro lado, a Economia Solidária pode ser entendida como um espaço de resistência, fundamentado na solidariedade, reciprocidade, igualdade e cooperação, que busca, entre outros objetivos, levar em conta as especificidades femininas e construir soluções para tais desigualdades. Este artigo buscou avaliar a situação das mulheres envolvidas na economia solidária durante a pandemia de COVID-19. Para isso, foram realizadas entrevistas semiestruturadas junto a sete produtoras inseridas em empreendimentos solidários, residentes no município de Belo Horizonte, Minas Gerais. Os resultados permitem levantar a hipótese de que as mulheres produtoras da economia solidária tiveram suas relações de trabalho e domiciliares significativamente alteradas durante o período de distanciamento social. Além da redução significativa da renda, devido às dificuldades de comercialização com a interrupção das feiras, verificou-se sobrecarga com tarefas domésticas para a maioria das entrevistadas. Apesar da consciência dessas mulheres acerca das questões de gênero dentro do movimento da economia solidária no município, como a maioria feminina nos fóruns e demais espaços de decisão, verifica-se, a partir dos relatos, que essa consciência não necessariamente altera as relações de gênero dentro dos lares, o que se torna ainda mais evidente com o distanciamento social.

Palavras-chave: Mulheres; Economia Popular Solidária; Pandemia; Distanciamento social.

UMA LEITURA CRÍTICA DAS MANIFESTAÇÕES DO MACHISMO INSTITUCIONAL EM ESPAÇOS DE REPRESENTAÇÃO DA ECONOMIA SOLIDÁRIA EM SÃO CARLOS

Ana Beatriz Lopes Raimundo, NuMI-EcoSol (UFSCar), ana.raimundo@estudante.ufscar.br
Fernanda Siani, NuMI-EcoSol (UFSCar), fernandalopes@estudante.ufscar.br
Luciana Furlanetto Pereira, NuMI-EcoSol (UFSCar), lufurlanetto@ufscar.br
Patricia Zandonade, Universidade Federal da Integração Latino-Americana (Docente Adjunta)/
Universidade Federal de São Carlos (NuMI EcoSol - Pós Doc), patzand@gmail.com

Resumo

Este trabalho tem como objetivo estudar sobre as relações de gênero e suas manifestações nas experiências de representação em diferentes instâncias do movimento de Economia Solidária, tendo como base empírica o Núcleo Multidisciplinar e Integrado de Estudos, Formação e Intervenção em Economia Solidária, da Universidade Federal de São Carlos, NuMI EcoSol - UFSCar, o Conselho municipal de economia solidária e o Fórum Municipal de Economia Solidária da cidade de São Carlos. A metodologia se vale de entrevistas abertas e relatos de experiências com mulheres que atuam ou já atuaram enquanto representantes do NuMI-EcoSol em diferentes espaços de construção coletiva da Economia Solidária, fazendo uma leitura crítica do machismo institucional nas suas experiências. Como resultados parciais observamos manifestações tais como silenciamento, interrupções, subalternização, retrabalho, infantilização e divisão desigual de tarefas, ainda presentes nas diversas instâncias e espaços de representação, mesmo que predominantemente compostas por mulheres comprometidas com a emancipação, igualdade social e que buscam se organizar através de relações horizontais democráticas. O estudo proposto fundamenta-se, principalmente, a partir das discussões do Ecofeminismo e do Feminismo Comunitário, tais como visão horizontal, igual dignidade, reciprocidade, autonomia, autogoverno e articulação. Essa fundamentação é justificada neste trabalho por serem práticas políticas decoloniais que buscam problematizar as consequências do patriarcado, capitalismo, bem como as diversas opressões estruturais enraizadas na sociedade. Além disso, esses movimentos atuam com a preservação ambiental, regeneração ecológica, com a construção de políticas justas, condições dignas de vida e uma sociedade mais igualitária construindo assim relações de horizontalidade, reciprocidade e autogestão, princípios esses que também fundamentam a Economia Solidária. Esse estudo se mostra, então, como uma pesquisa crítica dentro do movimento de Economia Solidária no sentido de identificar as manifestações do machismo institucional, embasando a possibilidade de evolução nas relações de gênero na busca da superação do patriarcado, que consideramos incompatível com o desenvolvimento de economias transformadoras.

Palavras-chave: Gênero, Machismo Institucional, Economia Solidária, Feminismos

TÍTULO: ARTICULACIONES Y DESAFÍOS ENTRE ECONOMÍA SOCIAL Y ECONOMÍA FEMINISTA Y DE CUIDADOS EN EXPERIENCIAS DE LA CIUDAD DE CÓRDOBA, ARGENTINA.

Buffa, Adolfo David, UNC, adolfo.buffa@unc.edu.ar
Buffa, Silvina, UNC, silvina.buffa@unc.edu.ar
Ceballos, Nora, UNC, noraceb@gmail.com
Díaz, Ines, UNC, dines949@gmail.com
Gonzalez, Soledad, UNC, mariasoledad.unc@gmail.com
Vreys, Sebastián, UNC, sebastian.vreys@gmail.com

Resumen

Este trabajo analiza prácticas y sentidos contruidos entre participantes de experiencias de Economía Social y Solidaria (ESS) en Córdoba, Argentina. En investigaciones previas, identificamos que quienes más sostenían tales experiencias eran mujeres, por lo que propusimos incluir aportes de los Estudios de Género para analizar las experiencias. Sin embargo, tal como los mismos desarrollos de la Economía Feminista (EF) lo advierten, la cuestión no debería limitarse a “cuantificar” la participación por sexo-género en esas experiencias, sino interpelar al estudio del origen de un sistema sostenido en asimetrías de poder y relaciones desiguales para cada rol de género. Así, reconocemos la necesidad de incluir los aportes y cuestionamientos de la EF a la economía hegemónica. Buscamos profundizar desde una mirada interdisciplinaria, en los debates, intersecciones y colisiones que se presentan entre ESS y la EF. Diversas perspectivas feministas formulan cuestionamientos e interrogantes a la ESS en pro de advertir los riesgos de asumir una perspectiva patriarcal. Estos supone que la relación entre ESS y EF no es una relación natural ni obvia, pues diferentes trabajos vienen advirtiendo los riesgos de que la ESS reproduzca invisibilización y sesgos que produce la economía hegemónica y a la vez cuestiona y “trae al debate y a la práctica de la ESS dimensiones inherentes a la estructura de la economía capitalista: la división sexual del trabajo y la separación entre producción y reproducción” (Nobre, 2015: 9). Cabe destacar que tanto la EF como la ESS se caracterizan por poner en el centro a la reproducción ampliada de vida de las personas y su trabajo y no al capital. La preocupación no está en optimizar la asignación de los recursos económicos, sino en la mejor provisión para sostener y reproducir la vida (Rodríguez Enriquez, 2015). Aquí analizaremos organizaciones intermedias que trabajan con organizaciones de base en proyectos asociados a la ES y/o a la EF. Se indagan tópicos como: trabajo, autogestión, procesos socioculturales, cuidados y la relación con el Estado. La metodología utilizada consistió en administrar entrevistas en profundidad y el análisis de documentos y producciones de dichas organizaciones. Los resultados parciales obtenidos ofrecen una aproximación a las producciones y disputas de sentido que se construyen al interior de dichas organizaciones, los contenidos que producen en espacios públicos y digitales, los vínculos que se producen y su impacto en la subjetividad de quienes participan de tales experiencias. En ciertos casos encontramos que los desarrollos y articulaciones sobre ESS y EF son más bien propositivos, como horizontes a conquistar, mientras que en otros refieren a realidades y prácticas vividas. En todos los casos las experiencias pueden ser leídas en clave de la ESS y la EF, aunque ello no implica necesariamente que las mismas sean definidas con estas categorías por sus protagonistas. Destacamos como postulan Larrañaga y Jubeto (2014) que “los vínculos entre la ESS y la EF parecen evidentes en la teoría y ahora el reto es que se materialicen en la práctica”.

Palabras clave: Economía social y solidaria - Economía feminista - trabajo y autogestión



PODE A ECONOMIA SOLIDÁRIA INCORPORAR PAUTAS FEMINISTAS E ANTI RACISTAS SEM PERSPECTIVAS DE TRANSFORMAÇÃO DA SOCIEDADE CAPITALISTA?

Anna Carolina Santana da Silva, Doutoranda PPGE UFSCar, anna.s.catu@gmail.com
Aida Victoria Garcia Montrone, Profa. Associada do Depto de Metodologia de Ensino – UFSCAR,
Programa de Pós-graduação em Educação- PPGE-UFSCar montroneufscar@gmail.com

Resumo

O atual contexto político de avanço de neofascismo, neoconservadorismo e neoliberalismo coloca para a classe trabalhadora grandes desafios, sobretudo para as mulheres que sofrem com violências históricas. No entanto, movimentos feministas têm mostrado força em novas miradas, com outras leituras de realidade, priorizando a perspectiva de grupos historicamente marginalizados e a incorporação de práticas com o protagonismo de mulheres negras, indígenas e/ou transsexuais. Nas experiências da economia solidária ainda se percebem práticas machistas e racistas, afinal estamos inseridas em uma sociedade que utiliza o patriarcado e o racismo como estruturas de organização em todas as esferas. Para a autora Lélia Gonzalez (2020), é um comprometimento do sistema hegemônico capitalista, racista e patriarcal que garante a uma massa marginal crescente na perpetuação da exploração de classe e opressões de gênero e raça às mulheres negras, reunindo questões raciais, classistas e de gênero. Porém as mulheres racializadas seguem fazendo enfrentamentos e reivindicando mais espaços para suas pautas. A economia solidária, que tem sua base bastante composta por mulheres, tem incorporado essas chaves na leitura da realidade para de fato caminhar no sentido de transformação da sociedade? Quais outros aspectos diferenciam movimentos feministas da América Latina e de outros países do Sul Global dos países inseridos no centro de poder? O objetivo desse trabalho é traçar uma relação entre as pautas da econômica solidária, relações gênero, étnico-racial nos movimentos feministas latino-americanos, refletindo com uma revisão bibliográfica como elas têm sido incorporadas. Assim como problematizar se há uma potencialidade teórico-prática que pode ser evidenciada e quais são os principais desafios das mulheres para a construção desses movimentos.

Palavras-chave: Movimentos feministas; Economia Solidária; América Latina

EMANCIPAÇÃO E ALIENAÇÃO DE MULHERES EM EMPREENDIMENTOS DE ECONOMIA SOLIDÁRIA

Tania Cristina Costa Calarge, UFGD, taniacalarge@ufgd.edu.br

Élcio Gustavo Benini, UFMS, elciobenini@yahoo.com.br

Resumo

Os empreendimentos de economia solidária são espaços de colaboração e trabalho associado em primeira instância como alternativa de trabalho, renda e sobrevivência, porém tem potencialidades para a busca da superação das determinações degradantes do capital. Este trabalho tem como objetivo analisar a emancipação social feminina e os espaços de desenvolvimento e apoio feminino em empreendimentos de Economia Solidária. O método utilizado é o materialismo histórico-dialético, que permite a compreensão da existência dos seres humanos dentro de um contexto histórico e de acordo com as relações materiais da sociedade. Como referencial teórico serão utilizadas três frentes: as relações de gênero no mundo do trabalho, elementos teóricos da economia solidária e feminismo marxista. O método de análise de dados será a Análise Crítica de Conteúdo – ACC, proposta por Faria (2015), que se resume a aproximação precária, aproximação valorizada e aproximação do objeto, expresso enfim pelo real pensado. As categorias investigadas são: trabalho doméstico, constituição familiar, educação formal e política, subsunção real e formal das trabalhadoras, características dos empreendimentos autogestionários, presença das instituições de apoio e/ou fomento, entre outros. Os resultados preliminares indicam que as mulheres trabalhadoras não têm como horizonte próximo a extinção – ou até mesmo a luta - das opressões e violências de gênero, porém têm na solidariedade social, para além da produção, a conduta do cotidiano em seus grupos sociais. A solidariedade está presente nas atividades que são tipicamente exercidas pelas mulheres, como o cuidado com crianças, doentes e idosos, tarefas domésticas, garantia de alimentação para a família, compartilhamento de oportunidades de trabalho nas associações autogestionadas. Pode-se identificar que as mulheres trabalhadoras tem entendimento e compreensão sobre a divisão sexual do trabalho e duplo exploração, de gênero e capital, a que estão submetidas, entretanto não é possível, neste momento, estabelecer se há ou não há emancipação ou alienação, quando se compara com outros grupos de mulheres. O desenvolvimento deste trabalho irá avançar no sentido de compreender como a alienação do trabalho contribui para a manutenção das desigualdades de gênero.

Palavras-chave: Trabalho; Divisão Sexual do Trabalho; Materialismo Histórico-dialético; Feminismo Marxista.

APROXIMACIONES AL ESTUDIO DEL TRABAJO EN COMEDORES Y MERENDEROS COMUNITARIOS EN LA CIUDAD DE CÓRDOBA

Karina Tomatis, Universidad Nacional de Córdoba, karina.tomatis@unc.edu.ar

Resumo

En la contribución presentamos los avances de la investigación “(Re)mapear las respuestas contra el hambre. Procesos y condiciones de trabajo en comedores y merenderos desde una perspectiva de género en la ciudad de Córdoba”, que se propone reconocer los procesos y las condiciones de trabajo que se dan en los comedores y merenderos en la ciudad de Córdoba desde una perspectiva feminista, aportando a la comprensión del trabajo como un soporte fundamental en el sostenimiento de la alimentación y otras actividades que amplían los niveles de reproducción social. Los comedores y merenderos comunitarios son espacios colectivos y organizados que de manera integral atienden la problemática alimentaria, en conjunto con otras actividades de cuidado que permiten la reproducción social de los sectores más desprotegidos. El trabajo socio-comunitario, que se despliega en estos espacios principalmente sostenido por mujeres, en la última década ha crecido exponencialmente, como parte de la infraestructura popular que contribuye a la reproducción de la vida cotidiana. Ello refleja su centralidad en la provisión de bienestar, como una cuarta esfera entre la familia, el Estado y el mercado, con especial protagonismo en los momentos de crisis económicas. Las referencias históricas de estos espacios nos permiten reconstruir los momentos de crisis que fueron dibujando en los territorios un entramado comunitario, como expresión del antagonismo social y desde una capacidad concreta, práctica y creativa de cooperación y reciprocidad. A partir de la intensificación de los procesos de empobrecimiento y la creciente necesidad de resolver sus consecuencias, estas mujeres han devenido en efectoras comunitarias de derechos humanos fundamentales. Así, el trabajo femenino, históricamente confinado a la esfera privada, se resignifica y problematiza en espacio público de manera colectiva; en la comunidad se despliegan redes, relaciones sociales, se gestiona de manera colectiva lo que principalmente se encontraba relegado en el ámbito privado. En el trabajo recuperaremos algunas referencias que permitan situar históricamente y territorialmente el trabajo socio-comunitario en la ciudad de Córdoba, en términos de un mapa que da cuenta de su extensión e intensificación tempo-espacial. A partir de ello, avanzaremos en caracterizar este trabajo desde información cuantitativa primaria que surge de un relevamiento realizado en el marco de la investigación, dando cuenta de la filigrana productivo-reproductivo expresada en los procesos y condiciones de trabajo, las brechas de género y feminización en las tareas.

Palavras-chave: trabajo socio-comunitario; procesos y condiciones de trabajo; brechas de género; feminización de las actividades socio-comunitarias

A IMPORTÂNCIA DA ABORDAGEM INTERSECCIONAL NA ECONOMIA SOLIDÁRIA – APORTES PARA A COMPREENSÃO DAS ESPECIFICIDADES DA CONDIÇÃO DAS MULHERES NEGRAS NO MUNDO DO TRABALHO

Susana Alves dos Santos, PROLAM-USP, asantosu@gmail.com

Resumo

As mulheres negras, estão em grande número na economia solidária, ou seja, representam uma boa parcela do contingente para o qual a economia solidária tem representado fonte de geração de trabalho e renda. Estas mulheres vêm, historicamente, de uma realidade de sobreposição de inúmeras vulnerabilidades em diversos âmbitos da vida. Desta forma, vê-se necessário abordar e enfrentar as desigualdades de gênero e de raça na economia solidária, movimento social de luta por uma outra economia baseada em relações mais justas e igualitárias. O objetivo deste trabalho é trazer aportes para melhor compreender as fragilidades históricas na inserção das mulheres negras no mundo trabalho e estimular o debate sobre a importância da perspectiva interseccional para que a economia solidária possa, efetivamente, representar uma alternativa para transformação social. O estudo se apoiará na perspectiva interseccional e nas contribuições teóricas sobre as especificidades da realidade das mulheres negras de autoras como Lélia Gonzalez, Sueli Carneiro e Beatriz Nascimento, principalmente. Trata-se de pesquisa exploratória e descritiva, predominantemente qualitativa, apoiada por discussão teórica do tema proposto e na análise de dados estatísticos sobre as mulheres negras no mundo do trabalho e na economia solidária. O estudo aborda o fato de as mulheres negras serem as que acumulam os piores dados estatísticos no que diz respeito às questões fundamentais para a reprodução da vida. Na pirâmide social temos no topo o homem branco, em seguida as mulheres brancas, abaixo os homens negros e mais abaixo ainda as mulheres negras. Este fato indica o quanto o racismo é uma questão que impacta as realidades desta parcela da população, antes mesmo que o gênero e aponta também para a importância da abordagem interseccional nas propostas e implementação de políticas da economia solidária. Não há construção de uma “outra economia” se todas as relações de desigualdades que estruturam a economia que estamos questionando não forem enfrentadas e desconstruídas.

Palavras-chave: Economia solidária; interseccionalidade; racismo.

TRABAJO DE CUIDADO NO REMUNERADO EN PARAGUAY: EFECTOS, AVANCES Y DESAFÍOS DESDE UNA PERSPECTIVA SOCIAL

Marcela Achinelli Báez, Universidad Nacional de Asunción-Facultad de Ciencias Económicas,
machinellib@gmail.com

Resumen

El concepto de trabajo tuvo sus quiebres en distintos momentos de la historia, lo cual llevo a que la mirada multidisciplinar evidencie las desigualdades existentes entre hombres y mujeres tomando como punto de partida los trabajos remunerados y no remunerados. La economía marxista-feminista pone de manifiesto que los trabajos del hogar son realizados por las mujeres por dos motivos: la sociedad patriarcal y el sistema económico capitalista. Si bien es cierto que, desde la creación de las Naciones Unidas los estados miembros abogaron por políticas a favor de la igualdad de oportunidades, pocos son los países que lo ejecutan exitosamente. Existen costos que en la mayoría de los países del mundo siguen financiando las familias, principalmente el colectivo de mujeres, todos ellos asociados a la situación de los dependientes. Rompiendo paradigmas, los países del mundo abordaron políticas de cuidado de manera a coadyudar el esfuerzo de las familias por cargar con este peso, poniendo en práctica el diamante del cuidado, donde las puntas del mismo están representadas por el Estado, la sociedad civil, las familias y las empresas respondiendo a las necesidades de todos los seres humanos. En el caso de Paraguay, la encuesta de uso del tiempo del 2016 permitió visibilizar la carga del trabajo no remunerado para hombres y mujeres. El documento tuvo como objetivo general estimar el efecto del trabajo de cuidado no remunerado en el ingreso del Paraguay en el 2016. Para ello, a partir de los datos del Instituto Nacional de Estadística y el Banco Central del Paraguay se estimó escenarios de formalización de trabajo de cuidado a partir los supuestos de costos de oportunidad, capital humano adquirido y trabajo decente. Así también se realizaron propuestas de formalización de oferta de cuidados a partir de la visión de cuidadores en domicilio, desde un enfoque comunitario. Los resultados reflejaron que, si se hubiera empleado al menos al 60% de la población inactiva, el Producto Interno Bruto del 2016 pudo haberse incrementado en 1,5%. La formalización propuesta plantea una expansión de la oferta de cuidados a partir de alianzas entre sector público y las cooperativas principalmente, con información simétrica entre oferta y demanda de cuidado. Se concluye que, el proceso de formalización sumado a la información disponible es posible a partir de la articulación de instituciones como las realizadas. Se recomienda que la formalización del cuidado contribuya al cambio cultural necesario para la valoración del servicio típicamente feminizado, mal pagado y subvalorado.

Palabras-clave: Mujeres; Cuidado; Trabajo-no-remunerado; Paraguay



GT 05: Economía Social e Solidária ou economias alternativas? Interrelações, potencialidades e desafios em vista de uma nova direccionalidade de transformação socioproductiva / Economía Social y Solidaria o economias alternativas? Interrelaciones, potencialidades y desafios hacia com nueva direccionalidad de transformación socio-productiva_

OS DESAFIOS DA GESTÃO NA ECONOMIA SOLIDÁRIA DE ORGANIZAÇÕES NA CIDADE DE SÃO CARLOS -SP

Juliana Marisol dos Santos Rodrigues de França, USP/ Esalq, ju_marisol@hotmail.com

Gabriel Costeira Machado, Pecege USP, gabrielmachado@pecege.com

Resumo

As organizações que atuam no campo social assumem atualmente um papel cada vez mais relevante em diversos países. A expansão acelerada e o surgimento de cooperativas e associações sociais, principalmente a partir da década de 1980, fez com que muitas pessoas se aliassem a essas organizações como uma forma de obter renda, recuperar trabalho e autonomia econômica, aproveitando as novas forças produtivas. Na última década, o campo da economia solidária materializou-se e conquistou um importante espaço nos mais diversos setores da produção, comercialização e consumo, baseando-se na cooperação, na autogestão e na solidariedade, além de sintetizar uma diversidade de experiências organizacionais e de sociabilidade, que se contrapõem à hegemonia que é centrada nos resultados econômicos. Além disso, o processo de constituição de um empreendimento solidário envolve toda uma dinâmica por parte de seus integrantes, representantes de múltiplas ideologias, interessados em constituir alianças e oferecer novos caminhos em termos de geração de trabalho, renda e mudança no modo de vida e essa diversidade de relações de produção, pode gerar um desconforto nessa práxis, já que essas relações podem ser conflituosas, pois há uma pluralidade de interesses, valores, expectativas e muitas maneiras distintas de pensar e agir desses integrantes. Nesse sentido, o presente trabalho tem por objetivo investigar quais são os desafios da gestão nos empreendimentos de economia solidária no município de São Carlos-SP sob a ótica dos integrantes desses empreendimentos. Para a consecução de tal objetivo, foram realizadas análise bibliográfica e pesquisa qualitativa. Foi utilizado um formulário com questões estruturadas como instrumento de coleta de dados que foi disponibilizado de forma online em um fórum de empreendimentos de economia solidária no mesmo município. O estudo teve a participação de 15 pessoas que permitiram caracterizar os empreendimentos solidários considerando todas as suas especificidades, além de verificar quais as dificuldades enfrentadas na gestão. Houve uma convergência nas opiniões relacionadas aos desafios vivenciados pelos integrantes, como por exemplo, dificuldades no relacionamento interpessoal, falta de aporte financeiro do poder público e questões relacionadas à legislação. Os integrantes também sugeriram melhorias para a autogestão.

Palavras-chave: Autogestão; Empreendimentos solidários; Organização do trabalho.

AMPLITUDE DO CAMPO DA ECONOMIA SOCIAL E SOLIDARIA NO BRASIL

Ediméia Maria Ribeiro de Mello, membro da Associação Brasileira de Pesquisa em Economia Solidária (ABPES) e da Articulação Brasileira pela Economia de Francisco e Clara (ABEFC),

profa.edimeiamaria@gmail.com

Flávia Aparecida Gonzaga Silva, membro da Associação Brasileira de Captadores de Recursos (ABCR), fagsbh@gmail.com

Resumo

Este artigo objetiva oferecer pistas para que se forme uma ideia da amplitude do campo da economia solidária no Brasil, a partir da compreensão contra hegemônica da prática econômica e da percepção do alcance das iniciativas populares. Os fundamentos teóricos que sustentam a argumentação encaminhada são os seguintes: economia solidária e social; economia popular; movimentos sociais; e, agroecologia, no apoio à economia solidária no rural e à agricultura urbana. A metodologia aplicada envolve pesquisa bibliográfica e documental, essa última, especialmente, para o acesso às estatísticas disponíveis sobre a economia solidária no Brasil, bem como, à política pública, no que diz respeito às legislações que apoiam essas iniciativas. Contribuem, ainda, para a realização da análise, os conhecimentos construídos pelas pesquisas e experiências das autoras, dedicadas durante vários anos a iniciativas que se enquadram como participantes da economia social e solidária, sejam as hortas comunitárias urbanas, sejam as associações de catadores de materiais recicláveis. A exposição dos argumentos e dos achados é realizada na forma de um texto dissertativo-argumentativo, na direção da apresentação e justificativa de indicadores que permitem intuir a extensão desse modo de exercício da atividade econômica no Brasil. A análise teórica, associada aos dados da pesquisa documental e ratificada pela experiência prática das autoras, demonstra que iniciativas econômicas fundadas na solidariedade têm uma grande participação nas atividades desempenhadas pelos trabalhadores e trabalhadoras ocupados(as) em cuidar da reprodução ampliada da vida. Essa solidariedade se realiza de modos variados, preenchendo um intervalo que transita de pequenas atitudes solidárias e trocas informais entre vizinhos, não registradas pelas pesquisas quantitativas, até as associações e cooperativas estruturadas legalmente. Dados dessas últimas estruturas são informados, no cadastro elaborado pela antiga Secretaria da Economia Solidária, atualmente Departamento da Economia Solidária, vinculado à Secretaria de Inclusão Produtiva Urbana do Ministério da Cidadania, disponíveis no Atlas Digital da Economia Solidária. As informações divulgadas no Atlas permitem conhecer além de parte desse setor produtivo brasileiro, os desafios enfrentados pelos sujeitos que lhes dão vida, assim como as necessidades reveladas importantes para a construção de políticas públicas. Esses eventos desenham uma amplitude, que atinge grande parte da população brasileira, especialmente contemporânea, frente ao elevado número de trabalhadores sem vínculo formal, que alcançou 38 milhões de pessoas, no segundo semestre de 2021.

Palavras-chave: Campo da economia social e solidária; Trabalhadores informais; Políticas públicas para a economia solidária.

SABERES Y PRÁCTICAS COOPERATIVAS DESDE LA ECONOMÍA SOCIAL Y SOLIDARIA EN CONTEXTO DE CRISIS SOCIO MEDIOAMBIENTAL Y ECONOMÍA EXTRACTIVISTA: EXPERIENCIAS COOPERATIVAS EN LA ZONA DEL SECANO COSTERO, DE LA REGIÓN DE O'HIGGINS, CHILE.

Lic. Catalina Valenzuela Sobarzo, Observatorio de Participación Social y Territorio UPLA,
catalina.valenzuela@upla.cl

Dr. Pablo Saravia Ramos, Departamento de Estudios Territoriales y Diálogos Interculturales UPLA,
pablo.saravia@upla.cl

Resumen

La presente investigación, se sitúa territorialmente en la zona del Secano Costero de la Región de O'Higgins, ubicada en la zona central de Chile. El Secano Costero ha sido una denominación geográfica a las zonas con clima mediterráneo y que poseen como característica principal ser zonas históricamente no regadas, en donde su abastecimiento hídrico provenía de lluvias estacionales, lo que generó un asentamiento de prácticas agrícolas y ganaderas dependientes de estas características climáticas y territoriales. Este estudio busca conocer los saberes y las prácticas cooperativas agrícolas y ganaderas ubicadas en esta zona, desde una perspectiva de la economía social y solidaria, todo esto, atravesada por un contexto de crisis hídrica y medioambiental en la región y zona central del país. Para este fin, se estudió a dos Cooperativas de la zona: Cooperativa Cooproquinua y Cooperativa Arco. En específico, se pretende conocer cómo estas experiencias enfrentan las problemáticas que trae consigo el modelo económico extractivo; cómo el cooperativismo se relaciona con las instituciones del Estado dentro de esta realidad territorial; y del mismo modo, lo profundo que ha permeado el sistema económico, ya sea sustentado en las prometedoras contribuciones de este, y/o por la percepción de los escasos efectos sociales que los extractivismos poseen. El estudio se llevó a cabo, a partir de una metodología con enfoque cualitativo, desde el paradigma interpretativo, el que contó con un diseño descriptivo-exploratorio; una muestra de siete instancias de entrevistas en profundidad, más dos instancias de observación participante. A su vez, cuenta con un apartado teórico-conceptual, que va desde líneas de la sociología latinoamericana, avanzando desde conceptualizaciones del proyecto de la modernidad en América Latina; líneas conceptuales de economías extractivistas y de economías solidarias; para terminar en torno a perspectivas desde la ecología política y la ecología de saberes. Con respecto al análisis de resultados, estos se llevaron a cabo desde un análisis de objetivos específicos, a través de análisis de discursos de la investigación, que tuvieron como principales ejes la caracterización del territorio y sus historias; los discursos desde las experiencias de cooperativismos y de ESS; análisis de las experiencias de extractivismos y crisis hídricas y de las relaciones con actores institucionales en torno al trabajo cooperativo. Para finalizar, las conclusiones del trabajo estuvieron delimitadas por la identificación de saberes comunes en torno al territorio; consecuencias del modelo extractivo y los efectos socio naturales y, por último, las transformaciones y las nuevas fronteras hídricas.

Palabras claves: Extractivismos– saberes - cooperativismo – Economía social- Secano Costero

DA HEGEMONIA CAPITALISTA PARA A CONTRA-HEGEMONIA SOLIDÁRIA: APROXIMANDO MARX, POLANYI E GRAMSCI

Hilano José Rocha de Carvalho, Universidade Federal do Ceará, hilanocarvalho@gmail.com

Resumo

Reconhecendo-se a hegemonia capitalista, as Economias Alternativas pré-capitalistas subsistentes e as que surgem com ela submetem-se à primazia da lógica de mercado e do lucro em maior ou em menor grau. Ainda que não necessariamente as elimine, a Economia Capitalista, ao mesmo tempo que pode criar as condições e mesmo alimentar o surgimento de novas formas econômicas, procura mantê-las sob sua influência, assimilando, inclusive, novos princípios que as determinam. Daí que essa coexistência entre formas econômicas diversas não conforma uma Economia Plural realmente, pois esta pressupõe um equilíbrio entre princípios mercantis e não mercantis e impede o domínio de um sobre todos os outros. No entanto, em face da condição de hegemonia, o surgimento de uma forma econômica alternativa contra-hegemônica, como se refere Gramsci, não pode ser eliminada, mas depende da capacidade dessa em aglutinar condições e princípios que conformem uma nova hegemonia em substituição à vigente, que possa levar a uma Economia Plural efetivamente. Dentre as formas econômicas alternativas, a Economia Solidária se realiza concretamente em diferentes territórios mundo afora. Por conta disso, sob um contexto europeu, ocorre uma maior aproximação com as teorias sociais e econômicas de Polanyi, presentes, por exemplo, em Jean Luis Laville. Já sob um contexto latino-americano, especialmente no caso brasileiro, ocorre uma maior aproximação com as teorias sociais e econômicas de Marx, presentes, por exemplo, em Paul Singer. Dá-se então um problema de ausência de uma unidade teórico-conceitual sobre as diversas realizações práticas da Economia Solidária, o que dificulta a construção de uma perspectiva contra-hegemônica. Por conseguinte, a questão passa a ser mais de natureza teórica e epistemológica do que propriamente prática, uma vez que a conciliação entre as teorias marxistas e polanyianas torna-se condição *sine qua non* para superar as contradições teórico-práticas da Economia Solidária pensada mundialmente. Diferentemente de autores e pensadores que insistem em aplicar os preceitos do pensamento social e econômico de Polanyi sem a perspectiva crítica de Marx às várias realidades da Economia Solidária, encerrando-se em contradições e limitações teóricas e práticas, o objetivo desse artigo é discutir as condições de possibilidade de uma práxis realmente contra-hegemônica, para além dos ditames do Capital, plural e substantiva, a partir da Economia Solidária, empreendendo-se a tarefa de estabelecer pontes de conciliação entre Marx e Polanyi, visando uma unidade teórico-conceitual necessária, tendo Gramsci como elo central.

Palavras-chave: Economia Solidária; Hegemonia Capitalista; Contra-Hegemonia; Economia Plural; Economia Substantiva.

A REINDUSTRIALIZAÇÃO SOLIDÁRIA E A TRANSFORMAÇÃO DO BRASIL

Renato Dagnino (Unicamp), rdagnino@unicamp.br

Resumo

É necessário colocar a Ecosol no centro da estratégia de transformação do Brasil para reverter a resultante das decisões tomadas nas últimas décadas pela classe proprietária para a acumulação de capital. Elas levaram a uma crise do estilo de desenvolvimento econômico-produtivo adotado que está penalizando a grande maioria do povo brasileiro. A vocação primário-exportadora desta elite, sua habilidade de adaptação subordinada aos poderes globais e sua capacidade de definir a forma mais lucrativa de utilizar os fatores de produção disponíveis (terra, trabalho, recursos naturais, conhecimento, etc.) levaram a escolhas no campo econômico e produtivo que estão na raiz dessa crise. Coerentemente com isso, e consciente de sua responsabilidade histórica, surgem no seio da esquerda duas propostas.

A proposta da reindustrialização empresarial: Seu objetivo imediato é provocar o crescimento do emprego e do salário e desencadear um ciclo de desenvolvimento semelhante ao que se iniciou vinte anos atrás. Ela demanda, entre um conjunto amigável de políticas, a alocação de fundo público em benefício da empresa. Mais do que isso, é possível que, como ocorreu com a proposta de industrialização via substituição de importações que se converteu numa “política de Estado” e sobreviveu a significativas rupturas ideológicas, a reindustrialização empresarial venha a se tornar o eixo das políticas públicas de nosso próximo governo. **A proposta da reindustrialização solidária:** Cabe ao movimento de Ecosol reafirmar a pertinência de uma estratégia alternativa (não excludente, obviamente) de geração de trabalho e renda. Ela se baseia, em termos ideológicos, nos valores feministas, de solidariedade, de autogestão, da propriedade coletiva e do respeito à natureza. E, em termos das relações sociais de produção, em arranjos de produção, consumo e financiamento típicos da Ecosol. Diante de seu potencial ela deverá receber um apoio proporcional à importância que seu impacto econômico, social e político possui para a esquerda. Políticas públicas orientadas para viabilizar no âmbito das diversas instâncias institucionais o apoio organizativo, cognitivo e de alocação do poder de compra do Estado aos empreendimentos solidários serão imprescindíveis para fazer com que os 80 milhões que nunca tiveram nem terão emprego possam inserir-se com autonomia em circuitos alternativos de geração de renda e riqueza. Empreendimentos situados no campo e na cidade serão espaços de realização cidadã para nossa juventude e para os que são hoje excluídos. Bens e serviços de natureza industrial, que passarão a ter seus processos de produção e circulação realizados por redes de Ecosol irão disputar a demanda das famílias e a compra pública (estimada em até 18% do PIB). Empresas falimentares cujo número tenderá a permanecer elevado serão recuperadas e modificadas pelos seus trabalhadores e incluídas em programas de apoio específicos.

Palavras-chave: reindustrialização solidária, reindustrialização empresarial, Tecnociência Solidária

ECONOMIA POPULAR E SOLIDÁRIA: UMA ALTERNATIVA OU UM ALENTO AO MODO DE PRODUÇÃO CAPITALISTA?

José Raimundo Oliveira Lima

Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS)

E-mail: zeraimundo@uefs.br

Eduardo José Fernandes Nunes

Universidade do Estado da Bahia (UNEB)

E-mail: eduardojosf2@gmail.com

Resumo

Ao longo dos últimos 10 anos (2012-2022) de trabalho de incubação de iniciativas de economia popular e solidária no Programa Incubadora de Iniciativas de Economia Popular e Solidária da UEFS (IEPS-UEFS), orientações no Programa de Pós-graduação em Planejamento Territorial (PLAN TERR), discussões e reflexões no Estágio de pós-doutorado em Estudos Avançados de Educação Popular, bem como em diversas atividades como rodas de conversas, palestras, laives, círculos de cultura, entre tantas outras atividades que envolvem debates e reflexões temos sido inqueridos repetidas vezes com a mesma pergunta: até que ponto ou em que medida a economia popular e solidária pode ser considerada uma alternativa ou um alento ao modo de produção capitalista?. Responder a esta indagação não seria tarefa fácil, sabemos disso! Também não temos a pretensão de responde-la em curtas respostas, entretanto, nossas observações tangenciam sustentação teórica com base em Singer (2005) que considera a economia solidária um modo de produção, França Filho (2002) que ver entre outras possibilidades nesta economia, a de política pública e por fim; Lima (2016) que além de considera-la uma economia política dos setores populares, ver nesta, a possibilidade de uma outra economia, cuja articulação se dar no processo de incubação envolta da educação popular (FREIRE, 2005). Com efeito, este trabalho tem como objetivo fazer uma reflexão sobre a relação economia popular e solidária e o modo de produção capitalista, tendo como centralidade do processo político-educativo de trabalho (incubação), a educação popular. Do ponto de vista metodológico, esta pesquisa tem sustentação teórica nas discussões e/ou reflexões exigidas para o processo de Incubação de Iniciativas de Economia Popular e Solidária, nos Encontros do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Economia Popular e Solidária e Desenvolvimento Local (GEPOSDEL), com base em referências que discutem a forma como a sociedade se organiza para produzir e viver socialmente, seja pela economia convencional de mercado, seja por uma outra economia, em uma perspectiva de economia substantiva, plural conforme aponta Polanyi (1968). Como resultado parcial, mesmo reconhecendo todas as dificuldades, percalços, limitações de todas as ordens impostas a economia popular e solidária, permanecemos enxergando resistências nossa luta, nos movimentos sociais, acreditando que somos capazes historicamente de inverter o processo que caracterizou o modo de produção capitalista como individualista, competitivo, excludente e egoísta na separação dos trabalhadores dos meios produção. E assim, inferimos que se segue construindo um projeto político de sociedade que vem ganhando a dimensão suficientemente necessária para ser capaz de destruir o modo capitalista por dentro, criando alternativas e fazendo enfrentamento, em nenhum momento nos vamos como alento!

Palavras-chave: Economia popular e solidária, Modo de produção, Alternativa ou alento.

A ATUAÇÃO DO TERCEIRO SETOR NO MOVIMENTO DA ECONOMIA SOLIDÁRIA

Ana Caroline Barros da Silva, mestrande do PPGTDS - NIDES/UFRJ, accarolinebarros@gmail.com
Bianca de Carvalho Pereira Campos, mestrande do PPGTDS - NIDES/UFRJ, biancadecarvalho@hotmail.com

Resumo

Organizações sem fins lucrativos e outras instituições do terceiro setor têm se preocupado a respeito da geração de trabalho e renda. Como saída para o desemprego estrutural oriundo da crise econômica brasileira, muitas famílias estão sendo incentivadas ou levadas a empreender. No entanto, é notável que a maior parte desses empreendimentos conservam, ainda, fendas sistêmicas resultantes da racionalidade capitalista. Questiona-se, então, qual concepção de empreendedorismo vem sendo mobilizada e estimulada pelo terceiro setor atualmente? Podem essas organizações e instituições contribuir para o movimento da economia solidária? Suas formas de produção, organização do trabalho e de mercado compõem uma economia social ou uma economia alternativa? Pretende-se, portanto, investigar o processo de desenvolvimento organizacional desses empreendimentos, as potencialidades e desafios enfrentados pelas organizações do terceiro setor enquanto instituições de fomento à economia solidária. Primeiramente, faz-se necessário entender os conceitos de terceiro setor e compreender a sua relação com a sociedade civil. No segundo momento, busca-se encontrar, na teoria da economia solidária, as possibilidades de atuação das referidas instituições na cadeia produtiva solidária. Posteriormente, será adotada abordagem de pesquisa qualitativa, de caráter exploratório, que pretende minuciar experiências de duas organizações sem fins lucrativos, quais sejam, o programa de inclusão sócio-produtiva do Banco da Providência e o assessoramento oferecido pela ONG CAPINA (Cooperação e Apoio a Projetos de Inspiração Alternativa) a empreendimentos associativos. Por meio dessa análise, serão observadas as proximidades e as contradições dessas organizações em relação às proposições da economia solidária. O resultado esperado é atinar os possíveis caminhos de coesão entre as instituições do terceiro setor e o movimento da economia solidária. Serão realizados levantamentos e revisões bibliográficas dos temas citados a partir de autores como Carlos Nelson Coutinho (2006), Euclides André Mance (2005), José Luis Coraggio (2000), Martin Carnoy (1986), Luciana Corrêa do Lago (2019) e análise histórica e documental das referidas organizações.

Palavras-chave: Terceiro setor; Economia Solidária; Empreendedorismo.

SUPERANDO O CAPITAL PELO TRABALHO ASSOCIADO: DECIFRANDO ELEMENTOS CRÍTICOS DE TRANSIÇÃO

Edi Augusto Benini, Universidade Federal do Tocantins, edibenini@uft.edu.br
Elcio Gustavo Benini, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, elciobenini@yahoo.com.br
Silas Ferrarini Furtado, silas.furtado_ferrarini@outlook.com

Resumo:

Neste ensaio apresentamos proposições teórico-normativas, consubstanciadas na perspectiva emancipatória de construção de novas sociabilidades. Cientes dos limites estruturais, fincados pelo sistema sociometabólico do capital, às experiências históricas de trabalho associado e solidário, principalmente àquelas delimitadas em organizações econômicas cujo objetivo imediato é a geração de trabalho e renda, nosso objetivo é contribuir com o debate sobre o conjunto de mediações necessárias para a transformação socioprodutiva pelo trabalho associado. Com este objetivo, o texto articula problemas históricos, evidenciados pela literatura, para a formação de uma economia alternativa que seja também solidária, equitativa e autogestionária, com a possível e vigorosa sinergia em potencial, ao se compor algumas alternativas socioprodutivas, que atualmente se apresentam desconexas. Tendo como base empírica de reflexão e inovação a experiência dos autores em um Projeto de Extensão Universitária em um território quilombola, a pesquisa-participante adensou um conjunto de reflexões e artefatos que já vinham sendo enumeradas em outras pesquisas e debates, mas que ainda se encontram em processo de formulação. Reconhecendo que o sociometabolismo do capital impõe a fragmentação múltipla do trabalho, a saber, a alienação dos seus meios de produção, a interdição do controle entre produção/distribuição/consumo, o imperativa da lei do valor e a gestão da sociedade pelo Estado burocrático, e se a aspiração do trabalho, ao se associar, intenta ir além da reação ao desemprego ou como um recurso de sobrevivência, ou melhor, busca a sua emancipação social efetiva, por dedução lógica, temos a necessidade de articulação intencional que supere tais fraturas, substituindo as mediação de alienação do capital por mediação efetivamente do trabalho associado, derivadas justamente das experiências da economia solidária, a saber, a propriedade orgânica ou comum dos meios de produção, a autogestão societária dos seus trabalhadores associados e fluxos equitativos e integrados de circulação e distribuição da riqueza produzida, constituindo assim um sistema-território orgânico do trabalho associado. Nesse processo histórico de transformação, defendemos um caminho alternativo de transformação social, por meio de um projeto estruturante de um sistema orgânico do trabalho associado que combine: robustez teórica, criatividade metodológica, sensatez estratégica, sensibilidade humana e viabilidade histórica, logo, transitando um conjunto/matriz de vetores e mediações a serem desenvolvidas em cinco estágios - frágil, sobrevivência, resistência, enfrentamento e superação -, com destaque para a questão da propriedade, amplitude da autogestão, forma de intercâmbio socioprodutivo e recuperação de forças produtivas, sendo o movimento desse conjunto uma possível chave para se superar o capital.

Palavras-chave: Trabalho Associado; Autogestão; Economia Solidária; Sistema Orgânico.

LA RESILIENCIA DEL COOPERATIVISMO DE TRABAJO. Cooperativas de Trabajo de Concordia frente a la crisis provocada por la pandemia Covid 2019

Juan Martín Asueta, UNER, juan.asueta@uner.edu.ar
Teresita Bocanegra, UNER, teresita.bocanegra@uner.edu.ar
Eugenia Rader, UNER; eugenia.rader@uner.edu.ar
Fabian G. Tisocco, UNER, fabian.tisocco@uner.edu.ar

Resumen

El artículo propone analizar y reflexionar sobre la capacidad de afrontar la adversidad por parte de las cooperativas de trabajo y en particular cómo enfrentaron la situación de crisis generada por la pandemia. Para ello se propone realizar un análisis del marco teórico y conocer las experiencias de 8 cooperativas de trabajo de la ciudad de Concordia y evaluar sus discusiones y estrategias adoptadas para superar los desequilibrios económicos generados por las medidas de aislamiento a causa del Covid 2019. Como aspecto metodológico se utilizaron entrevistas en profundidad con directivos de ocho cooperativas de trabajo, agrupadas en cuatro identificadas como de tipo reivindicativas y otras cuatro de tipo integradas y en ambos casos con más de 5 años de actividad. En el estudio no se analizaron casos de cooperativas de tipología inducidas por el Estado dado que en nuestro caso no pudimos constatar la autogestión, participación democrática y autonomía que son pilares necesarios y fundamentales para poner en práctica el trabajo cooperativo. En especial se evaluaron los distintos modelos retributivos del trabajo y la capacidad de introducir cambios al mismo y de acordar distintas acciones de ajustes o esfuerzos compartidos para enfrentar crisis. En el caso de las Cooperativas de trabajo, son los propios trabajadores quienes autoregulan su modelo retributivo y la resiliencia es la capacidad para superar situaciones adversas, saliendo fortalecido de ellas. Entre las principales conclusiones del trabajo se destacan que en su mayoría las entidades adoptan criterios retributivos basados en principios igualitarios, principalmente en función del tiempo trabajado, sin establecer categorías o adicionales por antigüedad o función. En todos los casos las entidades pudieron establecer o implementar modificaciones en sus criterios de retribución del trabajo a fin garantizar la sostenibilidad y el crecimiento del emprendimiento. Los cambios en el modelo retributivo fueron introducidos de manera democrática y sin mayores conflictos internos, pudiendo evidenciar como las entidades han desarrollado distintas iniciativas que no solo les han permitido subsistir a la crisis sino que se han visto fortalecidas.

Palavras-chave: Resiliencia, cooperativas de trabajo y modelos retributivos.

A ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO E A RESISTÊNCIA À AUTOCRACIA NA ECONOMIA SOLIDÁRIA

Felipe de Lucas Barbosa, Universidade de São Paulo, felipe.l.barbosa@usp.br

Resumo

Não é segredo que grande parte das organizações atuais, e em especial sob o contexto do capitalismo, apresentam uma distribuição desigual de poder. O trabalho é organizado de forma muito hierárquica. Histórias sobre abuso de poder, hierarquias extremas, e falta de autonomia são comuns. Mesmo nas organizações mais horizontais, não se vê o poder de decisão estratégico nos funcionários, sendo relegado a uma diretoria ou entidade superior semelhante. Essa estrutura baseada em acúmulo de poder no topo é o natural em organizações capitalistas, mas também é presente na economia solidária. As pressões de mercado, as expansões dos empreendimentos e mudanças de estratégia levam as cooperativas a adotarem práticas conhecidas e testadas no mercado por organizações tradicionais. Mas isso significa que aos poucos elas vão se desviando de suas estruturas para se assemelhar ao resto do mercado. Quando cooperativas envelhecem ou crescem, o poder tende a acumular em algum lugar e elas se degeneram em organizações tradicionais. Assim, através da revisão bibliográfica de casos reais de , se buscam padrões que levam à degeneração estudada com o objetivo de analisar cooperativas de trabalhadores e entender o processo de degeneração, parcial ou total, em empresas tradicionais e propor uma possível solução. Em um momento futuro o trabalho também incluirá suas próprias investigações de campo com cooperativas. Apesar de haver ainda muito a ser estudado sobre o tema, mas já se entende que os principais fatores de degeneração são as forças de mercado, sendo movidas pela competição presente em mercados capitalistas. A decisão estratégica comum de visar lucro acima do bem dos trabalhadores leva a preços competitivos que forçam as cooperativas a fazer cortes para manter sua relevância, muitas vezes copiando estratégias capitalistas em detrimento dos trabalhadores. Ainda não se sabe como isso pode ser evitado, se é que é possível, ou se isso significa que cooperativas só podem manter seus ideais em mercados menos competitivos, ou sob um mercado operando sobre uma lógica competitiva não capitalista.

Palavras-chave: Economia solidária; Organização do Trabalho; Autogestão; Cooperativas trabalhistas.

OUTRAS ECONOMIAS E A PERSPECTIVA DECOLONIAL: NOTAS PARA UMA APROXIMAÇÃO ENTRE OS DOIS CAMPOS

Nina Fraiha de Faria, graduanda em Ciências Econômicas, FACE/UFMG, ninanff@gmail.com

Bruno Siqueira Fernandes, doutorando em Geografia, IGC/UFMG, brunosiqfer@gmail.com

Resumo

O campo das Outras Economias faz parte de um movimento global, que ganha corpo a partir da década de 1990, que busca criticar a hegemonia do capitalismo e propor práticas econômicas alternativas, baseadas nos princípios de solidariedade e reciprocidade. A teoria decolonial é um movimento político e acadêmico, gestado no mesmo período, que entende o capitalismo como parte fundamental e co-constitutiva da colonialidade/modernidade. O artigo tem como objetivo explorar uma possível aproximação entre as Outras Economias e a Teoria Decolonial, evidenciando algumas convergências presentes nas duas propostas e como ambos os lados poderiam se beneficiar deste cruzamento epistêmico. É possível observar que ambos os campos possuem críticas ao capital muito próximas. De um lado, as Outras Economias buscam contestar a dicotomia capitalista/não-capitalista a fim de ampliar o imaginário sobre aquilo que se considera economia. Há uma aposta de que um dos primeiros passos para começarmos a pensar em alternativas seria a visibilização discursivas de práticas que já existem e que operam a partir de princípios que contestam a lógica capitalista de acumulação. De outro lado, a teoria decolonial compreende que a própria produção de conhecimento passou a ser dominada por um aspecto eurocêntrico que desvaloriza os discursos e as epistemes do Sul Global. Em comum aos dois campos vemos 1) o foco na desconstrução das dicotomias que constituem o paradigma moderno/capitalista/colonial e uma aposta no tensionamento dessas dicotomias como forma de visibilização da multiplicidade escondida pelos binarismos; 2) um retorno à dimensão do corpo e do território que re-localiza o conhecimento e o situa numa dimensão corpo-geo-política; e, por fim, 3) a tentativa de constituir uma teoria latino-americana para falar de dinâmicas que são frequentemente invisibilizadas pelas teorias hegemônicas e mainstream. Um outro ponto em comum e que aponta para uma possível convergência entre as duas propostas se encontra na leitura da economia como construção política e não como bloco monolítico. Assim, em ambos os casos, o capitalismo é lido a partir de sua capacidade de se colocar como única alternativa possível, se assentando sobre dicotomias constituídas pelo período colonial. Superar o capitalismo, nesse sentido, implica em um compromisso com a superação da colonialidade e das dicotomias forjadas para o controle dos corpos subalternos.

Palavras-chave: Decolonialidade, Outras economias, Matriz Colonial de Poder, Colonialidade do saber.



AMANHÃ VAI SER
OUTRO DIA

As múltiplas crises do presente e o
papel das iniciativas associativas
autogestionárias na reorganização da
sociedade



GT 06: Catadoras e catadores de materiais recicláveis / Colectores y colectoras de materiales reciclables

AS RELAÇÕES ENTRE EDUCAÇÃO E GÊNERO EM UMA COOPERATIVA POPULAR DE CATADORAS/ES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS DO OESTE PAULISTA

Bruna Oliveira Martins, Unesp Marília, oliveira.martins@unesp.br

Henrique Tahan Novaes, Unesp Marília, hetanov@gmail.com

Resumo

A presente pesquisa está em andamento e possui o objetivo principal de verificar se o processo de autoeducação de catadoras/es de materiais recicláveis e se as atividades formativas promovidas pela Incubadora de Cooperativas Populares da Unesp Assis (Incop Unesp Assis) contribuem para a promoção da igualdade de gênero em um Empreendimento Econômico Solidário do Oeste Paulista. O capitalismo e as relações sociais e de trabalho capitalistas não permitem a inserção de todas as pessoas no mercado de trabalho. Ainda que esse sistema tenha integrado as mulheres de forma massiva no mercado de trabalho, tal inserção foi dada de forma periférica, em trabalhos que já não eram tão valorizados pelos homens e desde que elas continuassem a exercer suas funções dentro de casa. Essa realidade é aprofundada a partir da ascensão do neoliberalismo, uma vez que, os princípios e valores capitalistas são intensificados. A atividade de catação de materiais recicláveis é expandida no cenário neoliberal, como uma alternativa de trabalho e renda, inclusive para mulheres que não têm disponibilidade para trabalhar de forma integral, devido ao trabalho doméstico e cuidado das/os filhas/os. A organização desse trabalho (que é desvalorizado e precário) na forma associada permitiu a formalização da categoria e a luta por melhores condições sociais e trabalhistas e demonstrou a necessidade da formação. A formação para o trabalho associado pode compreender processos de autoeducação (modos de aprender com o próprio fazer do trabalho e com os movimentos sociais) e práticas formativas promovidas por entidades de apoio e fomento, como as Incubadoras de Cooperativas Populares. Pode-se afirmar que as mulheres são a maioria nesses empreendimentos e que, portanto, a temática de gênero atravessa o cotidiano e seus processos formativos. Para a realização desta investigação, utilizamos como procedimentos metodológicos a pesquisa bibliográfica, a pesquisa documental, a observação direta e as entrevistas individuais semiestruturadas. Como resultados parciais, identificamos que as experiências das/os catadoras/es em congressos, fóruns e na prática formativa das rodas de conversas promovidas pela Incubadora com o empreendimento demonstram um potencial reflexivo no que tange à consciência crítica das relações de gênero no local mas, concomitantemente, uma necessidade de acomodação por parte das mulheres a papéis sociais de gênero desiguais e desfavoráveis. Ademais, constatamos potencialidades no que diz respeito a possibilidades de ascensão a cargos de gerência e de participação política das mulheres na Cooperativa, acompanhadas de uma grande sobrecarga de trabalho.

Palavras-chave: Catadoras/es de Materiais Recicláveis; Educação; Gênero; Incubadoras de Cooperativas Populares.

COOPERATIVAS DE CATADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS E A ECONOMIA SOLIDÁRIA ⁶

Jessica Corgosinho Marcucci, Doutoranda na Pós-Graduação em Geografia- Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Rio Claro/SP - Brasil, jessicacmarcucci@gmail.com

Ana Claudia Giannini Borges, Docente na Pós-Graduação em Geografia -Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Rio Claro /SP, e na Faculdade de Ciências Agrárias e Veterinárias UNESP Jaboticabal - SP - Brasil, ana.qiannini@unesp.br

Resumo

A problemática dos resíduos sólidos permeia desde questões da origem e volume de resíduos gerados nos municípios até a necessidade de destinação final ambientalmente adequada dos mesmos. Um dos processos para a separação de resíduos recicláveis compreende a coleta seletiva que, em muitos casos, pode ser realizada por catadores de materiais recicláveis organizados no formato de associações ou cooperativas. Com o advento da Economia Solidária tem-se o surgimento de propostas de estabelecimento de Empreendimentos Econômicos Solidários (ESS) pautados nos princípios de autogestão, solidariedade, cooperação, respeito a natureza e valorização do trabalho humano. Desse modo, à luz da Economia Solidária, objetiva-se destacar a formação de associações e cooperativas de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis como estratégia de inclusão produtiva e social. Como procedimento metodológico realizou-se busca de referenciais teóricos sobre Economia Solidária, associações e cooperativas de catadores de materiais recicláveis, Política Nacional de Resíduos Sólidos do Brasil, bem como informações derivadas do Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento (SNIS). No país, a Economia Solidária desenvolveu-se como uma fonte de oportunidade de geração de empregos com iniciativas pautadas principalmente na autogestão. Os catadores organizados em associações ou cooperativas contribuem com o meio ambiente, tendo em vista o desenvolvimento sustentável, mediante coleta, triagem e comercialização de diferentes tipologias de resíduos que são destinados a reciclagem. Assim, a formação de associações e cooperativas mostra-se como uma das alternativas para geração de emprego e renda. Igualmente, é importante destacar que os planos municipais de gestão integrada de resíduos sólidos (PMGIRS) devem expressar as metas relacionadas a coleta seletiva e reciclagem dos materiais abrangendo as cooperativas e associação de catadores. A articulação de diferentes atores, como poder público, sociedade civil, universidades e outras organizações mostra-se necessária para vislumbrar novas perspectivas de políticas públicas e ações para resistência de projetos existentes pautados na Economia Solidária, visando um futuro com uma proposta de desenvolvimento pautada na sustentabilidade e solidariedade.

Palavras-chave: Economia Solidária; cooperativa de catadores; cooperação; autogestão; resíduos sólidos.

⁶O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

O IMPACTO DE CONTRATOS PÚBLICOS NA ATUAÇÃO DE COOPERATIVAS DE COLETA SELETIVA: ESTUDO DE CASOS NO INTERIOR DE SÃO PAULO

Anabella Corrêa, PPGEU - UFSCar, anabella@estudante.ufscar.br

Bernardo A. N. Teixeira, PPGEU - UFSCar, bernardo@ufscar.br

Resumo

A coleta seletiva é importante do ponto de vista ambiental, econômico e social, porém, os agentes autônomos que realizam informalmente essa coleta não possuem auxílio, proteção ou visibilidade, sendo recomendável seu agrupamento em formato de associações ou cooperativas. Algumas legislações ambientais instituídas a partir de 2007, tendo como marco legal a Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei Federal 12.305/2010), fomentaram a contratação dessas cooperativas pelo poder público, com dispensa de licitação, reconhecendo sua importante função na cadeia da gestão dos resíduos sólidos. Há um consenso de que a existência de contrato com o poder público seja favorável para a sustentabilidade das cooperativas, mas talvez somente isso não seja suficiente. Assim, o presente artigo tem como objetivo avaliar o impacto e as consequências da existência de instrumentos contratuais entre entidades públicas e organizações de catadores com relação à atuação e ao desempenho destas últimas. Para tanto, foram selecionados municípios de mesmo porte populacional do interior do estado de São Paulo para estudo de casos. Foram feitos levantamentos bibliográficos, pesquisas documentais, além de busca por instrumentos contratuais. Também foram definidas variáveis para possibilitar análise dos aspectos econômicos, sociais, ambientais e de governança das cooperativas e das coletas seletivas municipais. Os resultados apontam que os contratos, quando bem planejados, são importantes para o sucesso tanto da cooperativa, como da coleta seletiva. A existência de acordo de cooperação ou convênio ainda é melhor do que a inexistência de qualquer parceria formalizada com o poder público, embora ainda não reconheça esses catadores como prestadores de serviço, conforme institui as legislações de resíduos sólidos. Aponta-se, além da celebração de contratos, a importância de redes de apoio, a instituição da taxa de manejo de resíduos e o incremento nas parcerias de logística reversa com os fabricantes e comerciantes aplicando a responsabilidade compartilhada a todos os elos da cadeia.

Palavras-chave: Catadores; Cooperativas; Contratos públicos; Coleta seletiva

O TRABALHO DE COOPERATIVAS DE CATADORAS(ES) E AÇÕES DO PODER PÚBLICO MUNICIPAL

Alves, Murilo Mendes. Universidade Federal de São Carlos. murilomendes@ufscar.br

Zanin, Maria. Universidade Federal de São Carlos. mariazanin55@gmail.com

Resumo

Existem aproximadamente 800 mil catadoras(es) de materiais recicláveis informais ou organizados em cooperativas nos 5.570 municípios brasileiros que realizam importante trabalho na coleta, triagem e comercialização destes resíduos, contribuindo com 90% dos materiais para as indústrias de reciclagem. No entanto, poucas destas cooperativas são reconhecidas pelo poder público e contratadas pelo serviço prestado. Problema que persiste mesmo com a existência da política nacional de resíduos sólidos, que incentiva a contratação/parceria com organizações de catadoras(es). Este trabalho pretende analisar de que maneira as ações do poder público municipal, bem como as políticas públicas municipais, podem favorecer ou desfavorecer o trabalho das(os) catadoras(es). Para a análise, foram selecionadas quatro cidades do Estado de São Paulo (Brasil): Araraquara, São Carlos, Americana e Rio Claro, que possuem área urbana entre 50 e 80 mil km² e população entre 205 e 255 mil habitantes. A coleta de dados foi realizada por meio documental, levantamento bibliográfico e complementada por questionários com gestores públicos e representantes de cooperativas. Identificou-se que todos os municípios estudados concedem espaço físico para que as cooperativas executem suas atividades. As cidades de Araraquara e São Carlos têm sua relação com as cooperativas formalizadas por meio de contratos de prestação de serviços, aspecto importante para consolidar e valorizar o trabalho das(os) catadoras(es). As cidades de Americana e Rio Claro não possuem contrato firmado com suas cooperativas, no entanto existem aspectos favoráveis à atuação das(os) catadoras(es) na legislação municipal: previsão de investimentos na conscientização da população referente à importância da coleta seletiva; aporte para capacitação de catadoras(es). Americana conta com dispositivos que incentivam a reciclagem e estimulam parcerias para conscientização da população. Além dos dispositivos identificados nas legislações municipais, Araraquara, São Carlos e Americana disponibilizam equipamentos, funcionários ou arcam com algumas despesas para que as cooperativas executem seus trabalhos. As cooperativas estudadas apresentam renda média de R\$ 1.300 a R\$ 1.600 por cooperado, valor superior ao salário mínimo brasileiro. O apoio por parte do poder público traz maior segurança para as cooperativas desenvolverem seu trabalho e pode contribuir com maior longevidade e sustentabilidade destes empreendimentos. Neste sentido, os resultados do trabalho indicam que com apoio do poder público por meio da contratação formal das cooperativas ou pela implementação de ações dos governos que gerem efetivos benefícios ao trabalho dos catadoras(es), as cooperativas têm maiores condições de prestar os serviços de forma apropriada, bem como a inclusão de mais trabalhadoras(es) na cadeia produtiva da reciclagem.

Palavras-chaves: Ações de governos municipais. Cooperativas de Catadoras(es). Catadoras(es) de materiais recicláveis.

EMPREENDIMENTO ECONÔMICO SOLIDÁRIO COMO FONTE DE TRABALHO E RENDA: A EXPERIÊNCIA DA ASSOCIAÇÃO DE CATADORES(AS) DE MATERIAIS RECICLÁVEIS DE SÃO LOURENÇO DO SUL/RS

ORESTES, Melissa Duarte. Universidade Federal do Rio Grande – FURG, Incubadora de Empreendimentos de Economia Solidária – INEESOL-FURG/SLS, melissaorestes@gmail.com
UMPIERRE, Marcia Borges, Universidade Federal do Rio Grande – FURG, Incubadora de Empreendimentos de Economia Solidária – INEESOL-FURG/SLS, marciaumpierre@gmail.com
CALDASSO, Liandra Peres, Universidade Federal do Rio Grande – FURG, Incubadora de Empreendimentos de Economia Solidária – INEESOL-FURG/SLS, liandra.caldasso@gmail.com

Resumo

No âmbito dos Empreendimentos Econômicos Solidários - EESs as características fundamentais são: a livre associação, democracia, cooperação, solidariedade e a distribuição coletiva dos meios e dos frutos do trabalho, tendo como foco o ser humano e a manutenção do empreendimento unido, confrontando a lógica da apropriação dos meios de produção e da competição capitalista, que tem como fim essencial o lucro. Os EESs surgem como um modelo alternativo de organização produtiva contrário àqueles empreendimentos tradicionais, mesmo que convivendo em condição subordinada a ele. Os EESs referem-se a um meio democrático de produção capaz de aliar práticas de autogestão, cooperativismo, associativismo e economia solidária em prol do bem comum para todos(as) os(as) trabalhadores(as) envolvidos no processo. Porém, deve-se levar em conta que o processo de organização de empreendimentos com o viés da economia solidária é mais complexo do que em uma organização tradicional, pois são muitas as variáveis que influenciam no seu desempenho. Desse modo, não se deve analisar apenas como está a situação do empreendimento, mas considerar como está a situação dos trabalhadores(as), que em grande parte é constituída por pessoas com baixos níveis de escolaridade e qualificação profissional. Sendo assim, esse artigo pretende conhecer a dinâmica de funcionamento de um destes empreendimentos solidários que se baseia no regime de economia solidária - a Associação de Catadores(as) de Materiais Recicláveis de São Lourenço do Sul/RS - ASSER. A pesquisa contou com a participação de 13 catadores(as), que atuam na associação. O trabalho está fundamentado em uma abordagem qualitativa a partir do estudo de caso selecionado. As etapas da pesquisa foram a observação participante, a análise documental, aplicação de entrevistas semiestruturadas, culminando com a análise dos dados. Constatou-se que o trabalho realizado pelos(as) catadores(as) de materiais recicláveis ainda conta com desafios a serem superados, principalmente no que diz respeito à valorização junto à comunidade e ao poder público. Por fim, conclui-se que os catadores(as) de materiais recicláveis associados(as) da ASSER são um grande e verdadeiro exemplo das contradições da sociedade capitalista. Entre a lucratividade tão almejada pelas empresas capitalistas, no outro lado da moeda da exploração do trabalho, na busca de uma sociedade mais humanizada, igualitária e solidária, estão os milhares de trabalhadores(as) que vivem sob um regime de precariedade.

Palavras-chave: Empreendimentos Econômicos Solidários; Empreendimentos de Reciclagem; Geração de Trabalho e Renda.

APONTAMENTOS DA SITUAÇÃO TRIBUTÁRIA DE COOPERATIVAS E ASSOCIAÇÕES DE CATADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS E REUTILIZÁVEIS DO ESTADO DE SÃO PAULO

Ana Claudia Giannini Borges, Universidade Estadual Paulista - UNESP – Brasil, ana.giannini@unesp.br

Livia Martinez Brumatti, livia.brumatti@hotmail.com

Ana Cláudia Fernandes Terence, Universidade Estadual Paulista - UNESP – Brasil,

ana.terence@unesp.br

Marcel Britto, Universidade Estadual Paulista - UNESP – Brasil, marcel.britto@unesp.br

Resumo

As cooperativas e associações de catadores de materiais recicláveis e reutilizáveis são parte fundamental para a gestão de resíduos sólidos, como evidenciado na Política Nacional de Resíduos Sólidos, Lei nº 12.305/2010. Tais entidades realizam coleta, triagem e processamento, atividades com classificações distintas pela legislação tributária brasileira, cuja alta complexidade impacta a gestão dessas cooperativas e associações, dificultando o cumprimento de suas obrigações legais e a sua viabilidade econômica. Assim, objetiva-se analisar a situação tributária de cooperativas e associações de catadores de materiais recicláveis e reutilizáveis do estado de São Paulo, apontando a heterogeneidade e os tipos de tributos pagos por esses empreendimentos. Inicialmente, fez-se revisão bibliográfica sobre cooperativas e tributos, com destaque para as legislações, visando trazer um panorama tributário para os coletivos de catadores. Para a obtenção dos dados, foram entrevistadas 17 cooperativas/associações sobre sua situação e o processo de pagamento de tributos. Para a seleção desses grupos, considerou-se dos 645 municípios do estado, aqueles com mais de 20 mil habitantes e que tivessem Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos instituído, o que reduziu a amostra para 111 municípios. Após, por acessibilidade foram selecionados 15 municípios, sendo um por mesorregião, tendo dois municípios com dois coletivos de catadores. Esses coletivos apresentam uma situação heterogênea quanto: ao número de associados (8 a 100); a renda dos associados (de 63% do salário mínimo a quase 2 salários mínimos); e o valor e o registro da receita total, em que alguns casos, os associados não sabem identificar a receita de suas atividades, enquanto outros discriminam quanto recebem de recursos das vendas, bem como dos serviços ambientais prestados. No mesmo sentido, os dados apontam que a condição de pagamento dos tributos é diversa, há cooperativas que não sabem os tributos que deveriam pagar e/ou não têm condição para tal, ao mesmo tempo que outras discriminam o pagamento desses. Em relação aos tributos, 4 cooperativas indicam pagar COFINS e ISS, 3 mencionam PIS e IRPJ, 2 recolhem ICMS e 1 paga IPI. É importante ressaltar que alguns cooperados por desconhecerem os tributos que devem ser pagos, relatam que a falta desse conhecimento é minimizada com a contratação de escritório contábil. Além da dificuldade em relação à falta de informação contábil e jurídica por parte dos cooperados, é possível apontar características do sistema tributário que prejudicam esses sujeitos que sobrevivem desempenhando funções econômicas, ambientais e sociais essenciais para a sociedade.

Palavras-chave: Tributos; Cooperativas e associações; Catadores; Reciclagem.

CONDUTA DE MANUTENÇÃO DE MÁQUINAS EM COOPERATIVAS DE CATADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS E REUTILIZÁVEIS

Renata Barreto Mendes, Universidade Estadual Paulista - UNESP - Brasil, barreto.mendes@unesp.br

Mariana Carolina dos Santos, Universidade Estadual Paulista - UNESP - Brasil, mariana.carolina@unesp.br

Victor Jordan Rojas Fronza, Universidade Estadual Paulista - UNESP - Brasil, v.fronza@unesp.br

João Victor de Oliveira Doshier, Universidade Estadual Paulista - UNESP - Brasil, joao.doshier@unesp.br

Ana Claudia Giannini Borges, Universidade Estadual Paulista - UNESP - Brasil, ana.giannini@unesp.br

Resumo

O avanço da sociedade de consumo tem como problemática principal os impactos da ação antrópica no planeta, com a crescente geração de resíduos sólidos. Nesse contexto, há a figura dos catadores de materiais recicláveis e reutilizáveis, organizados em associações e cooperativas, que atuam como protagonista ambiental na coleta e triagem dos resíduos. Apesar da importância atribuída a esses coletivos de catadores(as), eles encontram diversos desafios que limitam sua operação e renda, dentre os quais destaca-se a ausência de máquinas e equipamentos adequados e de cultura de manutenção de máquinas, a fim de reduzir paradas no fluxo de trabalho e custos com a indisponibilidade de máquinas e urgência de manutenção. Posto isso, este trabalho tem por objetivo principal identificar a conduta de manutenção de máquinas presente em associações e cooperativas de catadores de materiais recicláveis. Para tal, têm-se como objetivos específicos: a) mapear as máquinas presentes nos coletivos e sua criticidade; b) coletar informações referente à manutenção; c) comparar o impacto da manutenção na receita dos coletivos. Para tal, realizou-se revisão bibliográfica, bem como a utilização de um questionário semiestruturado, aplicado em entrevista aos representantes de três coletivos (duas cooperativas e uma associação) do interior do estado de São Paulo. Os resultados foram tabulados e inseridos em quadros para fins de comparação e análise. A partir das entrevistas, pode-se identificar uma cultura predominante de manutenção corretiva, uma vez que as máquinas são encaminhadas para manutenção quando param de funcionar, o que aumenta os gastos mensais com manutenção, reduzindo a renda e interferindo no fluxo operacional de trabalho dos catadores. Considera-se que, diante da identificação da cultura de manutenção corretiva, é possível melhorar a operação ao diminuir os gastos com manutenção de máquinas. No entanto, faz-se necessário resoluções quanto às limitações estruturais, em especial da viabilidade econômica, a falta de apoio e suporte por parte dos poderes públicos municipais, estaduais e federal e ausência de informações relacionadas à gestão de ativos.

Palavras-chave: Manutenção; Custo indisponibilidade; Catadores de materiais recicláveis.

ECONOMIA SOLIDÁRIA E O SENTIDO DO TRABALHO: ROTATIVIDADE E RELAÇÕES DE GÊNERO E RAÇA NA COOPERATIVA DE CATADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS ACÁCIA DE ARARAQUARA

Thassia Renata Aranha da Silva, FCLAr-UNESP, thassia.renata@unesp.br
Débora da Silva Melo, UNESP- FCLAr, debora.melo@unesp.br
Julia Volpato Moutropoulos, UNESP- FCLAr, julia.moutropoulos@unesp.br
Luana Benedicto, UNESP-FCLAr, l.benedicto@unesp.br
Milena de Almeida Silva, FCLAr-UNESP, milena.a.silva@unesp.br
Natalia Francellin Moretti, FCLAr- UNESP, natalia.moretti@unesp.br
Paula Vitória Merthan Gomes, FCLAr-UNESP, paula.merthan@unesp.br
Ana Cláudia Fernandes Terence, FCLAr-UNESP, ana.terence@unesp.br

Resumo

As cooperativas de reciclagem têm sido objeto de investigação, principalmente em abordagens econômica e ambiental. Este trabalho aborda o âmbito social ao retratar o sentido do trabalho para os catadores de cooperativas de recicláveis. Para tanto, pretende-se identificar as variáveis que levam os cooperados ao abandono do trabalho, bem como traçar o perfil das catadoras e catadores afetados com a rotatividade, considerando uma perspectiva de raça e classe social que sustenta a dificuldade no alcance pleno da autogestão. Esse enfoque permite compreender a realidade das cooperativas brasileiras - cerca de 70% dos cooperados são mulheres, sendo em sua maioria mulheres pardas ou negras). Pensando nisso, tem-se como finalidade a vivência do ambiente de trabalho inserido na economia solidária de catadores, possuindo como objetos de estudo os processos de trabalho e a visibilidade desses trabalhadores, bem como os desafios que enfrentam. Com este propósito, esta pesquisa possui caráter quali-quantitativo, na medida em que busca compreender a dinâmica social e organizacional e, quanto aos procedimentos técnicos ou de coleta é caracterizada como um estudo de caso único desenvolvido na cooperativa Acácia, tecendo observações e formulando conclusões sedimentadas em um arcabouço teórico sobre economia solidária com recortes específicos em autogestão, classe social, gênero e raça. Os instrumentos de coletas de dados são: para a abordagem quantitativa, questionário aplicado junto aos cooperados para traçar e compreender o perfil; a qualitativa que se constrói com a realização de uma entrevista semi estruturada, no formato de rodas de conversa, junto aos cooperados, para a sistematização dos processos, histórias de vida e significado atribuído ao trabalho, procurando trazer um sentido humanizado às atividades realizadas na cooperativa. O cooperativismo autogestionário possui problemas estruturais a serem enfrentados como a precarização, a falta de reconhecimento pela sociedade e a dificuldade de implementação da autogestão. Acrescente-se as dificuldades e desafios, como a falta de identificação, satisfação e motivação dos trabalhadores com os benefícios subjetivos deste modelo.

Palavras-chave: Economia Solidária; Cooperativa de Catadores; Rotatividade; Gênero e Raça.

CATAÇÃO PORTA A PORTA: UMA PRÁTICA COLETIVA NA COLETA SELETIVA SOLIDÁRIA

Conrado Marques da Silva de Checchi, UFSCar/PPGE, conradomarq@gmail.com

Resumo

O presente artigo propõe a apresentação de processos educativos provenientes da coleta porta a porta de materiais recicláveis realizados por mulheres participantes da cooperativa Acácia, do município de Araraquara. A investigação, ocorrida em 2018, integra a dissertação de título “Mulheres catadoras fotografando o mundo-vida, revelando processos educativos”, que se deu a partir de entrevistas individuais e rodas de conversa acerca de fotografias tiradas pelas próprias catadoras a partir do seguinte questionamento: O que é isto, coleta seletiva solidária para você? A metodologia utilizada para esta pesquisa qualitativa foi pautada em método fenomenológico com enfoque no fenômeno situado. A análise dos dados desvelou diferentes processos educativos que permeiam a prática da coleta realizada pelas onze cooperadas participantes, os quais apresentam os sentidos cultivados no interior da prática social e que estão presentes na vida das diferentes catadoras, anunciando assim, as densas tramas em que estão inseridas, as quais revelam olhares transformadores, de superação de obstáculos e adversidades presentes na cadeia da reciclagem e que recaem principalmente nas catadoras. Nos deteremos, para tanto, em uma das categorias encontradas na pesquisa e que desvelam os significados provenientes dos relacionamentos entre catadoras ao se constituírem como comunidade de trabalho, e emergem da organização diária da coleta seletiva. Compreendemos deste modo, que através das ações coletivas, catadoras alcançam direitos e se representam para a sociedade, ao promovem a competência de se educarem para a vida em comum união, como grupo de catadoras que, ao se desenvolverem como grupo, trocam saberes e compartilham experiências adquiridas na prática do trabalho solidário. Catadoras assim, ao realizarem suas ações, elaboram qualidade de vida para si e ao grupo com que convivem, esperando e projetando no dia a dia, as condições de superação do estágio de bens como posse, para os dons da troca e da partilha. Nesta prática, ao entenderem a vida a partir das experiências comunitárias construídas em interação umas com as outras, dinamizam o próprio bem viver através das atenções geradas no interior do grupo, onde superam processos individuais ou corporativos de conquista para se enxergarem como comunidade de catadoras.

Palavras-chave: Coleta Seletiva; Economia Solidária; Comunhão; Esperançar.

A POTENCIALIDADE DO ENCONTRO: UMA REFLEXÃO SOBRE MOVIMENTAÇÃO POLÍTICA DAS CATADORAS DA REGIÃO METROPOLITANA DE CAMPINAS

Verena Teixeira Resca, ITCP/Unicamp, contato.verenat@gmail.com
Mariana Figueiredo Menezes, ITCP/Unicamp, marianafmene@gmail.com
Danilo Moraes Braga, ITCP/Unicamp, danilomoraesbraga@gmail.com
Ana Caroline de Souza Conceição, ITCP/Unicamp, anasouzacei@gmail.com
Lais Silveira Fraga, ITCP/Unicamp, lais.fraga@fca.unicamp.br
Luisa Modolo, ITCP/Unicamp, luisa.modolo.3@gmail.com
Larissa Furlani Blanco, ITCP/Unicamp, larissa.fblanco@gmail.com

Resumo

A partir do século XVIII, com a intensificação da industrialização, percebe-se o aumento da ação antrópica sobre o meio natural. À medida que o modo de produção capitalista foi se expandindo ocorreu um aumento do consumo e, conseqüentemente, do descarte indevido de resíduos sólidos. É no século XX, no entanto, que essa questão ganha ares de desastre, colocando a necessidade de mitigar as conseqüências ambientais causadas pelo consumo desenfreado. Catadores e catadoras, por sua vez, se inserem e passam a ser protagonistas nos processos de coleta e triagem de materiais recicláveis. Um aspecto marcante desse trabalho se dá pelo protagonismo de mulheres negras, presentes em associações ou cooperativas, sendo de extrema relevância para geração de trabalho e renda, que devido a questões assimétricas de cunho histórico-estrutural, possuem baixa renda. Com isso, através da Economia Solidária, em oposição ao atual regime de acumulação e concentração de capital, o cooperativismo garante que muitos desses grupos, socioeconomicamente excluídos, possuam o direito de trabalho. Esse artigo tem como objetivo apresentar o processo autogestionário de articulação política nas conquistas do movimento das catadoras. A metodologia utilizada foi a prática extensionista de acompanhamento do trabalho das cooperativas de Campinas, sistematização de dados obtidos ao longo desse processo e leitura de bibliografia relevante na área da Economia Solidária e Autogestão. A partir disso, observou-se que na Região Metropolitana de Campinas (RMC), o trabalho das cooperativas de materiais recicláveis se baseia somente na triagem dos resíduos, havendo uma grande dependência de acordos políticos firmados com as prefeituras para que os resíduos sejam recolhidos e cheguem a seus locais de trabalho. Esses acordos se mostraram frágeis, visto que as prefeituras têm pouco interesse em investimento em educação ambiental, como pode ser observado durante a pandemia, na qual as catadoras passaram meses recebendo pouco material e assim sem ter sustento para manterem o trabalho. Logo, existe a necessidade de uma organização política dessas trabalhadoras para reivindicarem seus direitos. O “1º Encontro de Catadoras e Catadores de Hortolândia da Macro Região” surge na perspectiva de articulação política, como forma de levantar demandas das catadoras, junto ao ministério público. Esse evento é organizado por mulheres negras, com um protagonismo voltado para a causa, afirmando sua identidade de catadora como pessoa digna perante a sociedade e a importância de seu trabalho. Por fim, espera-se com esse trabalho dar subsídio para amplificação da discussão sobre a importância da movimentação política das catadoras da RMC.

Palavras-chave: Materiais recicláveis, autogestão, movimentação política, cooperativismo, sistematização.

MAPEAMENTO DAS CONDIÇÕES DAS COOPERATIVAS E ASSOCIAÇÕES DE CATADORAS/ES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS DE ASSIS E REGIÃO DO VALE PARANAPANEMA

Ana Maria Rodrigues de Carvalho; Universidade Estadual Paulista, Campus Assis; ana.mr.carvalho@unesp.br

Carlos Rodrigues Ladeia; Universidade Estadual Paulista, Campus Assis; carlos.ladeia@unesp.br

Felipe Arneiro Lopes; Universidade Estadual Paulista, Campus Assis; felipe.arneiro190995@gmail.com

Gabriela de Sena Moura; Universidade Estadual Paulista, Campus Assis; gabriela.sena@unesp.br

Leandro Franco Campos Pereira; Universidade Estadual Paulista, Campus Assis; leandro.franco@unesp.br

Marta Fleury de Oliveira Gentil Croce; Universidade Estadual Paulista, Campus Assis; marta.croce@unesp.br

Nei Vinicius Hércules Rodrigues Miranda; Universidade Estadual Paulista, Campus Assis; nvhr.miranda@unesp.br

Ravine Cirino da Silva; Universidade Estadual Paulista, Campus Assis; ravine.silva@unesp.br

Resumo

Este estudo, em andamento, tem por objetivo geral mapear a realidade atual de associações e cooperativas de catadoras/es do Oeste Paulista, microrregião de Assis, bem como efetuar a caracterização de suas/eus trabalhadoras/es, visando subsidiar processos de intervenção junto a essa categoria, com o apoio de órgãos governamentais e/ou privados. Além de investigar os contratos firmados entre cooperativas e prefeituras, os demais aspectos referem-se às condições sob as quais as cooperativas e associações se organizam e funcionam: modelo de gestão; organização do trabalho; quadro de trabalhadoras/es; estrutura física, instalações, veículos, máquinas e equipamentos; aspectos administrativos, econômicos, sociais e legais. De igual relevância é a caracterização do grupo de catadoras/es em cada empreendimento: sua composição (gênero, raça/etnia, escolarização, entre outros) e o valor da retirada mensal obtida pelas/os sócias/os trabalhadoras/es. Os referenciais teóricos e metodológicos baseiam-se em pressupostos críticos, transversais a diversas áreas do conhecimento (Educação Popular, Economia Solidária, Pesquisa Participante e Psicologia Sócio-Histórica). Os dados serão levantados junto a seis empreendimentos já abordados, a partir de entrevistas semidirigidas, preferencialmente presenciais, observações participantes de cunho etnográfico e pesquisa documental. Resultados parciais: as cooperativas, conforme previsto na Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei 12.305/2010), encontram-se contratadas pelas respectivas prefeituras para prestação de serviços de coleta seletiva, triagem e destinação dos resíduos recicláveis. Constata-se que os modelos de contrato são diversos, por vezes, penalizando as/os catadoras/es e comprometendo sua renda, restando aprofundar a análise das bases desses contratos e das condições de trabalho e renda nas cooperativas. Quanto à única associação pesquisada, a realidade se diferencia, pois a prefeitura apenas oferece convênio e/ou algum apoio pelos serviços de coleta seletiva prestados, tornando as relações e condições de trabalho, em geral, muito mais precárias. Com relação ao perfil socioprofissional das/os catadoras/es nesses empreendimentos, há predominância da presença de mulheres, muitas das quais arrimo de família. A grande maioria possui escolaridade de ensino fundamental incompleto, sendo que a renda varia significativamente nos empreendimentos, de menos de um até dois salários mínimos nacionais. Quanto à organização dos empreendimentos, de modo geral há processos democráticos instalados, mesmo com algumas fragilidades na gestão e na estrutura de trabalho. Apesar de a investigação estar apenas na fase inicial, já se percebe uma diversidade na realidade dos empreendimentos, cujas condições se deterioraram com o retrocesso nas políticas públicas setoriais nos últimos anos.

Palavras-chave: Catadoras/es de Materiais Recicláveis; Coleta Seletiva; Condições de Trabalho; Relações com Gestores Públicos



COOPERATIVAS DE CATADORAS E CATADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS E O DESAFIO DA COMERCIALIZAÇÃO DAS EMBALAGENS PLÁSTICAS

Zanin, Maria. Universidade Federal de São Carlos. mariazanin55@gmail.com
Secco-Oliveira, Letícia Dal Picolo Dal. Curso de Graduação em Psicologia, Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Campus Poços de Caldas/MG. le.dalpicolo@gmail.com

Resumo

O trabalho das catadoras e dos catadores de materiais recicláveis informais ou organizados em cooperativas representa um elo fundamental para a sustentabilidade da cadeia produtiva da reciclagem. Além de contribuir para o desenvolvimento econômico e social do país, estas trabalhadoras e trabalhadores atuam como agentes ambientais, pois o seu trabalho reduz a quantidade de resíduos sólidos dispostos inadequadamente e propiciam a sua destinação adequada. No Brasil, esta atividade contribui com 90% dos resíduos direcionados para as indústrias de reciclagem. No entanto, há uma diversidade de problemas que envolvem o trabalho das catadoras e dos catadores, como: informalidade do trabalho; oscilação dos preços de mercado dos resíduos; ausência de recursos técnicos, materiais e financeiros; a não aceitação no mercado de determinados resíduos coletados devido ao seu baixo valor de mercado, ainda que sejam passíveis de tratamento, como por exemplo, as novas embalagens de Polietileno Tereftalato (PET) multicamadas; ausência de reconhecimento pelo poder público e pela sociedade; ausência de pagamento pelos serviços prestados; riscos diversos no trabalho; dificuldades de implantação de políticas públicas de resíduos; entre outros. Baseado neste cenário brasileiro, este trabalho tem como objetivo elaborar reflexões e proposições para que o trabalho das catadoras e dos catadores de materiais recicláveis possa ser desenvolvido com melhores condições, dignidade e reconhecimento por parte da sociedade e dos gestores públicos. Para isso, além de ser realizado um levantamento bibliográfico, foi relatada a experiência de observações registradas em cooperativas de catadores que revelam a existência de grandes quantidades armazenadas de resíduos plásticos sem comercialização. Os resultados indicam a necessidade de continuar, intensificar e/ou iniciar a organização destes trabalhadores em três frentes: 1) no movimento social da categoria e na organização em empreendimentos de coletivos autogestionários e em redes solidárias de cooperativas; 2) efetivação das diretrizes da Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), com a implantação e/ou implementação de ações que favoreçam a logística reversa, a responsabilidade compartilhada e os acordos setoriais para os resíduos coletados, com a implantação e/ou implementação de planos municipais de gestão integrada de resíduos que favoreçam as cooperativas e a criação de normativas para as embalagens, entre outras proposições; e 3) pela contratação pelo poder público municipal com o pagamento adequado pelos serviços prestados. Espera-se com isso contribuir para o aprimoramento das políticas e ações já existentes, fomentar as já em andamento, e incentivar a implantação de outras que contribuam para a melhoria da realidade apresentada.

Palavras-chave: Catadoras e catadores de materiais recicláveis; Resíduos plásticos; Comercialização; Políticas públicas.

CONTRATAÇÃO DE COOPERATIVAS DE CATADORAS(ES) DE MATERIAIS RECICLÁVEIS PELO PODER PÚBLICO MUNICIPAL: ANÁLISE EMPÍRICA À LUZ DA POLÍTICA NACIONAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS

Carolina Valente Santos, Incubadora Tecnológica de Empreendimentos Populares da Universidade Estadual do Norte Fluminense (ITEP/UENF), vsantos.carol@gmail.com

Resumo

Os catadores(as) de materiais recicláveis são trabalhadores(as) que atuam como elemento fundamental na manutenção da cadeia produtiva da reciclagem, mas representam seu elo mais frágil, por conta da elevada precariedade característica da atividade que desenvolvem, além de sua histórica condição de invisibilidade social. A partir do final da década de 1990, o processo de organização destes catadores em cooperativas, assim como a criação do Movimento Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis, se tornaram elementos fundamentais na luta destes trabalhadores por reconhecimento e melhores condições de vida e trabalho. Do mesmo modo, o movimento de Economia Solidária, que recebeu destaque no país a partir do final da década de 1990, também exerceu protagonismo no apoio à organização de catadores e formação de suas cooperativas como empreendimentos solidários. Este processo esteve associado à elaboração e sanção de leis e políticas públicas, como a Política Nacional de Resíduos Sólidos em 2010, que trazem instrumentos favoráveis ao reconhecimento e incorporação formal dos catadores nesta cadeia produtiva, como a possibilidade de contratação destas cooperativas como prestadoras de serviços pelo poder público municipal. Neste contexto, a presente pesquisa tem como objetivo explorar analiticamente as condições favorecedoras e dificuldades no papel que vem sendo desempenhado por contratos entre cooperativas de catadores e poder público municipal, a três cooperativas, como ferramenta para efetivamente representar um avanço neste processo de inclusão formal destes trabalhadores. O método para realização da pesquisa foi o estudo exploratório, e o objeto empírico focalizado no estudo foram três cooperativas do interior do estado de São Paulo, que mantiveram contratos de prestação de serviços com o poder público municipal no período de realização da pesquisa. Concluiu-se que os processos de contratação de cooperativas de catadores pelo poder público municipal ainda estão associados a diversas limitações quando se considera seu potencial de atribuir melhores condições de trabalho aos catadores, o que, por sua vez, se relaciona à manutenção de atores políticos favoráveis nas respectivas prefeituras municipais, à elevada complexidade nos processos de implementação de políticas públicas, e ao modelo de federalismo altamente descentralizado do Brasil, que complexifica o processo de implementação de políticas e planos federais a nível dos municípios.

Palavras-chave: Catadores de materiais recicláveis, Cooperativas, Políticas públicas, Contratação, Cadeia produtiva da reciclagem.



INFLUÊNCIA DA RENDA E DOS PROCESSOS DE GESTÃO PARA A REDUÇÃO DA ROTATIVIDADE EM UMA COOPERATIVA DE CATADORAS E CATADORES NO SUL DO RIO GRANDE DO SUL

Marcia Borges Umpierre, Universidade Federal do Rio Grande, mbumpierre@furg.br
Melissa Duarte Orestes, Universidade Federal do Rio Grande, melissaorestes@hotmail.com
Alexandre Farias Terra, Universidade Federal do Rio Grande, alexandrefariasterra@yahoo.com.br
Thierry Silva Pecke, Universidade Federal do Rio Grande, thierrirs@gmail.com

Resumo

O trabalho em uma cooperativa é desafiador, pois além de realizar as atividades a qual a cooperativa se propõe, ainda deve ser feita a gestão da mesma, e considerando o setor da reciclagem o desafio é maior ainda, visto que as pessoas que constituem esses empreendimentos normalmente estão à margem da sociedade e possuem demandas imediatas, que exigem processos simplificados para que a cooperativa atinja os seus objetivos: que é o de gerar trabalho e renda aos seus associados. Nesse contexto o presente trabalho tem como objetivo verificar os fatores que levaram a redução da rotatividade em uma cooperativa de catadoras e catadores no sul do Rio Grande do Sul. Para tanto analisou-se a cooperativa durante seis anos. A cooperativa é um empreendimento incubado na INEESOL da FURG, e no decorrer dos anos de incubação passou por diversas situações, desde o aprimoramento dos processos de gestão administrativa, financeira, e do setor produtivo. Esse conjunto de fatores culminou na melhoria da renda dos cooperados em mais de 500%. Ao analisar esses fatores foi possível constatar que a rotatividade dos catadores e das catadoras reduziu, visto que a cooperativa, tem uma média de 13 cooperados, nos últimos 2 anos a saída deles deu-se apenas por questões de falecimento ou de doença. Verificou-se que em anos anteriores as saídas normalmente eram em função de o catador ou a catadora, conseguir um serviço que remunerava mais, mesmo que essa remuneração fosse sem a carteira assinada. Dentre as informações apresentadas pelos cooperados destacam-se as motivações que levaram muitos deles a sair da cooperativa: a baixa renda e a falta de transparência sobre a gestão financeira. E ao questionarmos os motivos pelos quais atualmente a rotatividade na cooperativa é praticamente inexistente, cooperados e cooperadas que inclusive haviam saído e agora retornaram destacam, a melhoria da renda, resultando poder realmente viver com mais qualidade de vida tanto para o cooperado, bem como para seus familiares, além de ter acesso a todas as informações financeiras, e a participação efetiva nos processos decisórios da organização.

Palavras-chave: Economia Solidária; Reciclagem Popular; Rotatividade.



AMANHÃ VAI SER
OUTRO DIA

As múltiplas crises do presente e o
papel das iniciativas associativas
autogestionárias na reorganização da
sociedade



GT 07: Iniciativas de economia social e solidária como alternativas ao encarceramento / Iniciativas de economía social y solidaria como alternativas al encierro

HACIA UN MARCO CONCEPTUAL PARA LAS EXPERIENCIAS COLECTIVAS DE TRABAJO AUTOGESTIONADO DE PERSONAS EN SITUACIÓN DE CALLE Y USUARIOS DE SERVICIOS DE SALUD MENTAL

Carla Assandri - carlaassandri@gmail.com, Área Estudios Cooperativos y Economía Solidaria del Servicio Central de Extensión y Actividades en el Medio de la Universidad de la República (Uruguay)
Dulcinea Cardozo, Área Estudios Cooperativos y Economía Solidaria del Servicio Central de Extensión y Actividades en el Medio de la Universidad de la República (Uruguay)
Noelia Correa - noecorreagarcia@gmail.com, Área Sector Productivo y Organizaciones Sociales del Servicio Central de Extensión y Actividades en el Medio de la Universidad de la República (Uruguay)
Cecilia Etchebehere - cecilia.etcbehere@cienciassociales.edu.uy, Departamento de Trabajo Social de la Facultad de Ciencias Sociales de la Universidad de la República (Uruguay)
Alejandro Guevara - alejandroguevara.alvarez@gmail.com, Área Estudios Cooperativos y Economía Solidaria del Servicio Central de Extensión y Actividades en el Medio de la Universidad de la República (Uruguay)
Javier Paolillo - paolillojavier@gmail.com, Área Estudios Cooperativos y Economía Solidaria del Servicio Central de Extensión y Actividades en el Medio de la Universidad de la República (Uruguay)

Resumen

A partir del desarrollo del proyecto de investigación “Gestión colectiva en emprendimientos de la Economía Social y Solidaria. Aportes para la viabilidad de iniciativas de inclusión socio-económica de personas usuarias de servicios de salud mental y personas en situación de calle en Uruguay”, llevada adelante por un equipo interdisciplinario de SCEAM⁷ y FCS⁸ y financiado por el Programa de Inclusión Social de la CSIC⁹ de la Udelar¹⁰, compartimos algunos aportes teórico-conceptuales transversales. Nos enfocamos en el desarrollo de una conceptualización de sostenibilidad que simultáneamente considera las viabilidades en términos productivos y de cuidados, teniendo en cuenta que las experiencias que abordamos están atravesadas por múltiples violencias institucionales, la lógica manicomial y múltiples vulneraciones de derechos. Se busca, por un lado, generar insumos para las discusiones sobre autonomía en los colectivos y luchas sociales y a su vez visibilizar algunas tensiones que surgen en la implementación de programas de inclusión social a través de proyectos autogestionados. Para ello, partimos de algunos de los aportes conceptuales que entendemos transversalizan el problema de investigación y nos permiten problematizar lo antes mencionado, en particular la noción de trabajo. Las epistemologías feministas y el pensamiento decolonial nos aportan la perspectiva de imbricación de opresiones (Correa, 2021; Olivera, 1973), y las discusiones sobre trabajo productivo y reproductivo, colocando la vida en el centro. Las perspectivas de desmanicomialización nos permiten cuestionar los procesos de normalización, entender la locura como una producción social y visibilizar otras prácticas de acogida y vida. La economía social solidaria y autogestión pone en el centro las personas y no el capital, la transformación de las relaciones de producción-comercialización-distribución y promueve prácticas de horizontalidad y autogobierno. Estos ejes transversales nos han permitido construir referencias teóricas críticas y abiertas como también las bases comunes del equipo para posicionarnos ética y políticamente en relación de la temática y a los procesos de investigación en este campo.

Palabras clave: sostenibilidad de la vida, trabajo productivo y reproductivo, autogestión, desmanicomialización, situación de calle.

⁷ Servicio Central de Extensión y Actividades en el Medio

⁸ Facultad de Ciencias Sociales

⁹ Comisión Sectorial de Investigación Científica

¹⁰ Universidad de la República (Uruguay)

CO-PRODUCCIÓN DE CONOCIMIENTOS CON EXPERIENCIAS COLECTIVAS DE TRABAJO DE PERSONAS USUARIAS DE SERVICIOS DE SALUD MENTAL Y EN SITUACIÓN DE CALLE

Carla Assandri - carlaassandri@gmail.com, Área Estudios Cooperativos y Economía Solidaria del Servicio Central de Extensión y Actividades en el Medio de la Universidad de la República (Uruguay)
Dulcinea Cardozo, Área Estudios Cooperativos y Economía Solidaria del Servicio Central de Extensión y Actividades en el Medio de la Universidad de la República (Uruguay)
Noelia Correa - noecorreagarcia@gmail.com, Área Sector Productivo y Organizaciones Sociales del Servicio Central de Extensión y Actividades en el Medio de la Universidad de la República (Uruguay)
Cecilia Etchebehere - cecilia.etcbehere@cienciassociales.edu.uy, Departamento de Trabajo Social de la Facultad de Ciencias Sociales de la Universidad de la República (Uruguay)
Alejandro Guevara - alejandro.guevara.alvarez@gmail.com, Área Estudios Cooperativos y Economía Solidaria del Servicio Central de Extensión y Actividades en el Medio de la Universidad de la República (Uruguay)
Javier Paolillo - paolillojavier@gmail.com, Área Estudios Cooperativos y Economía Solidaria del Servicio Central de Extensión y Actividades en el Medio de la Universidad de la República (Uruguay)

Resumen

La presente ponencia aborda la metodología de investigación implementada en el proyecto “Gestión colectiva en emprendimientos de la Economía Social y Solidaria. Aportes para la viabilidad de iniciativas de inclusión socio-económica de personas usuarias de servicios de salud mental y personas en situación de calle en Uruguay”, llevada adelante por un equipo interdisciplinario de SCEAM¹¹ y FCS¹² y financiado por el Programa de Inclusión Social de la CSIC¹³ de la Udelar¹⁴. Para abordar los objetivos de la investigación, desde la perspectiva de la extensión crítica, se propuso una estrategia metodológica cualitativa e interdisciplinaria, con un importante énfasis en la co-producción de conocimiento, con técnicas participativas que permiten el diálogo de saberes (Ghiso, 2000). Explorar las perspectivas de los y las participantes de emprendimientos pensados como inclusión social busca ser congruente con una perspectiva de restitución de derechos. El proyecto se despliega en dos fases: la de diagnóstico y la de construcción de soluciones. En esta ponencia profundizaremos sobre la fase diagnóstica que tendrá un importante foco en técnicas narrativas (Gandarías, 2014) puesto que son descritas como una estrategia idónea y pertinente que permite por un lado, producir conocimiento desde las experiencias a través de sus propias voces y al mismo tiempo evita objetivar y perpetuar las miradas estigmatizantes hacia las personas en situación de calle y usuarias de servicios de salud mental. Se construirá una narrativa colectiva de cada emprendimiento sobre los procesos de gestión colectiva, como por ejemplo, la toma de decisiones, la organización del trabajo, el rol de los equipos técnicos, resolución de conflictos, fortalezas grupales, viabilidad, entre otros. Esto nos permitirá una sistematización y análisis de la información producida para identificar patrones emergentes o características comunes sobre los procesos de gestión colectiva y la viabilidad de los emprendimientos, en clave de sostenibilidad de la vida. Este enfoque metodológico también se enmarca dentro de las claves comunes de la epistemología feminista y la extensión crítica latinoamericana donde cobran relevancia los posicionamientos éticos-políticos vinculados al conocimiento situado, sujeto parte, transformación social.

Palabras clave: co-producción de conocimientos, técnicas narrativas, salud mental y situación de calle, trabajo, autogestión

¹¹ Servicio Central de Extensión y Actividades en el Medio

¹² Facultad de Ciencias Sociales

¹³ Comisión Sectorial de Investigación Científica

¹⁴ Universidad de la República (Uruguay)

ECONOMIA SOLIDÁRIA: UMA FORMA CONTRA-HEGEMÔNICA DE ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO NO CAMPO DA SAÚDE MENTAL

Lisabelle Manente Mazaro
Universidade Federal de São Carlos - UFSCar
lisabellemazaro@hotmail.com

Isabela Aparecida de Oliveira Lussi
Universidade Federal de São Carlos - UFSCar
bellussi@ufscar.br

Resumo

A economia solidária tem possibilitado o acesso ao trabalho às pessoas que passam pela experiência do sofrimento psíquico, especialmente por sua racionalidade mais ética, humana, inclusiva e solidária, que contradiz, veementemente, o sistema capitalista. Por sua ideologia, princípios básicos, produção e organização sociocultural, tem revelado seu potencial emancipatório no âmbito da saúde mental. O presente estudo tem como objetivos: compreender os impactos da vivência no trabalho na trajetória de vida de pessoas com sofrimento psíquico que participam de empreendimento econômico solidário; identificar possibilidades de enfrentamento do contexto capitalista a partir de uma proposta solidária; e refletir sobre a inclusão no trabalho à luz do referencial teórico da Ecologia de Saberes. Trata-se de um estudo de abordagem qualitativa, que faz uso da história oral de vida. Será apresentada a narrativa de história de vida de um membro trabalhador do Recriart (empreendimento econômico solidário do campo da saúde mental), que foi analisada sob a ótica das sociologias das ausências e das emergências e da ecologia de saberes, referencial teórico-filosófico desenvolvido pelo sociólogo português Boaventura de Sousa Santos. Os resultados apontam para o elevado potencial transformador, emancipatório e de emergência de uma experiência de inclusão social pelo trabalho na perspectiva da economia solidária. Apontam, ainda, que o Recriart tem um papel fundamental na vida do narrador, uma vez que, para além de um espaço de trabalho, significa valorização como ser humano, pertencimento a um grupo, exercício de autonomia, ampliação da autonomia, (re)estruturação da rotina, criação de laços e desenvolvimento da afetividade. Concluímos este estudo demarcando o grande potencial de emergência do trabalho na perspectiva da economia solidária, uma vez que permite às pessoas em sofrimento psíquico a vivência de alternativas que cabem no horizonte das possibilidades concretas, somando ao real as possibilidades e expectativas futuras que ele comporta. Isso se traduz enquanto possibilidade de enfrentamento do contexto capitalista uma vez que, para além da questão econômica, estabelece um espaço para trocas sociais, culturais e políticas, além de valorizar o ser humano e o seu conhecimento.

Palavras-chave: economia solidária; saúde mental; trabalho; emancipação social.

SOBRE LA VIDA ACTIVA EN COMUNIDAD A PESAR DE PADECER SUFRIMIENTO MENTAL: PRÁCTICAS DE EMPRESAS SOCIALES EN SALUD MENTAL

Selva Sena, Universidad Nacional de Quilmes, Buenos Aires, Argentina,
selva.sena@unq.edu.ar

Resumo

Esta presentación elaborada desde el Proyecto “Emprendimientos Sociales y Salud Comunitaria” el cual tengo el honor de dirigir y que forma parte del Programa prioritario de investigación “Dimensiones y Alcances del Desarrollo Territorial” dirigido por el Doctor Carlos Fidel, con sede en el Departamento de Economía y Administración de la Universidad Nacional de Quilmes, Buenos Aires, Argentina. A partir del uso de la información de entrevistas realizadas a emprendimientos sociales integrados por usuarios de espacios de Salud Mental, integrantes de la comunidad, maestrxs de oficio y equipos de coordinación del sistema público de salud en ocasiones de presentación de las organizaciones en distintos espacios, tomadas como fuente de información, se aplica el procedimiento de codificación a las entrevistas, orientado por el objetivo general de la investigación que da origen al informe de investigación, y que consiste en indagar las transformaciones subjetivas que se dan a partir de prácticas en Economía Social y Solidaria, que favorecen la Salud Comunitaria, promoviendo el desarrollo y el fortalecimiento de la identidad colectiva plasmada en empresas sociales. En este marco el concepto de “apertura” aparece asociado a la subcategoría “organización”, y nos parece un analizador de la posibilidad de vida en la comunidad. Esto incluye la inserción comunitaria como proceso de desarrollo. Los emprendimientos lo hacen notar en diversos dichos: “ampliamos espacios, ...se van abriendo otros”, expresan. La comercialización se asocia a lo económico como apertura a espacios colectivos de venta cuando dicen “nos presentamos con los productos más allá de ser la gente del hospital...ven que sus productos pueden competir con otros que no están en el hospital”. La capacitación como cooperativa se realiza abierta a la comunidad, fortaleciendo la identidad, esto es solidario con el concepto de apertura. También sostienen que “entramos en un proyecto que se llama Proyecto Dignidad...”, en este sentido la apertura está asociada a un proceso inclusivo. Con la visibilización del emprendimiento social “Cuando hay stock hacemos ferias...” La comunidad de aprendizaje como espacio donde uno aprende de otro también es una nota distintiva, “...a un chico de 8 años, el loquito del pueblo le explica como trabajar la cerámica”. Nos interesa resaltar la apertura en los vínculos, comercializaciones e integración en la comunidad para ejemplificar, a partir de los dichos en las entrevistas por integrantes de los emprendimientos, como una demostración del proceso de construcción de comunidad de aprendizaje, inclusión en proyectos y visibilización de las experiencias.

Palabras clave: Empresa social, Comunidad, Salud Mental, apertura

TALLER ECONOMÍA SOCIAL COOPERATIVA DE TRABAJO LIBERTÉ

Giudice, Adrián, Coop. Minga / Grupo ESyS, adriangiudice@gmail.com
Chromechek, Lucas, Coop. Minga / Grupo ESyS, elcrome@gmail.com

Resumen

El presente trabajo muestra los resultados de una capacitación brindada por la Cooperativa de Trabajo Minga Ltda. a propuesta de la Cooperativa de Trabajo "La Redacción" Ltda., realizada en la Unidad Penal 15 del Servicio Penitenciario de la provincia de Buenos Aires, en la localidad de Batán, a los integrantes de la Cooperativa de Trabajo "Liberté" Ltda., primer y única experiencia en su tipo en contexto de encierro, con el objetivo de acompañar y fortalecer a dicha cooperativa una vez formalizada como tal. A partir del principio cooperativo de "Cooperación entre Cooperativas" y, además, considerando el de "Educación, Formación y Capacitación Cooperativa", la cooperativa Minga fue convocada para la realización de un taller de formación en cooperativismo a los integrantes de la Cooperativa Liberté. El taller consistió en seis encuentros, en donde integrantes de la Cooperativa "Minga", trabajamos los principales conceptos asociados a la economía social y solidaria y el cooperativismo, así como herramientas para generar estrategias de desarrollo de negocio de las distintas unidades productivas que la componen. A través de los mismos, mientras se trabajaban en formato participativo y debatían los diferentes conceptos y se los relacionaba con la realidad de la cooperativa, las personas privadas de su libertad contaban su experiencia y expectativas en cuanto a su participación en la misma. A su vez, al trabajar las herramientas para el desarrollo de la cooperativa, los integrantes compartían sus experiencias laborales y profesionales que enriquecían los resultados de cada una de las propuestas que desde "Minga" se proponían. Al finalizar los encuentros, y dadas las particularidades de esta cooperativa en particular y del Servicio Penitenciario en general, podemos afirmar que, además de poder cumplir con el objetivo previsto, se generaron vínculos institucionales y propuestas para desarrollar futuros trabajos conjuntos entre las cooperativas participantes.

Palabras Clave: Cooperativismo – Educación – Contexto de Encierro – Dignidad

OS DESAFIOS DE EGRESSOS DO SISTEMA PRISIONAL NA INSERÇÃO EM AMBIENTES LABORAIS E O PAPEL DA POLÍTICA PÚBLICA DE ECONOMIA SOLIDÁRIA

Larissa Lamoglia Bastos, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo - campus
São Carlos, larissalamoglia@hotmail.com

Hugo Pires Barbosa, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo - campus São
Carlos, hpiresb@hotmail.com

Rita de Cássia Arruda Fajardo, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo -
campus São Carlos, ritacaf@ifsp.edu.br

Resumo

As instituições carcerárias, no Brasil, deveriam ser um instrumento efetivo para ressocialização dos detentos após cumprimento de pena, preparando essas pessoas para o convívio em sociedade sem cometer deslizes éticos ou morais graves, passíveis de condenação. No entanto, a esfera prisional não tem proporcionado oportunidades efetivas de preparo desses indivíduos. O ambiente hostil, a falta de capacitação, estrutura precária, distanciamento familiar e outras adversidades deixam o sistema ineficiente ao seu real objetivo. Como consequência, as pessoas que saem do cárcere sofrem árduas dificuldades, mesmo já tendo cumprido sua pena perante à justiça. Um dos pontos principais e impulsionadores desse processo é a dificuldade dos egressos do sistema prisional em se inserir no mundo do trabalho. Considerando-se o trabalho como um dos principais instrumentos de pertencimento e construção de vínculos sociais, que permite a obtenção de renda para a subsistência e propicia a ressocialização, ele é visto pelo indivíduo ex-apenado como ponto-chave para a sua reinclusão efetiva na sociedade. Assim, o objetivo geral deste artigo foi identificar os desafios encontrados por egressos do sistema prisional para sua inserção no mundo do trabalho e as contribuições que a política pública de economia solidária pode fornecer nesse processo. Tratou-se de um estudo multicase e o método de coleta de dados consistiu em entrevistas semiestruturadas com indivíduos que já passaram pelo cárcere e integram Cooperativas de Economia Solidária na cidade de Araraquara – SP. Como resultados encontrados pela pesquisa com os egressos, ao tentar se reinserir em ambientes laborais, podem-se apontar as seguintes dificuldades: preconceito e discriminação, falta de documentação, multa devida com a justiça, baixa escolaridade, qualificação profissional insuficiente para acessar trabalhos mais valorizados no mercado e ausência de programas que gerem oportunidades, tanto por parte do poder público quanto da sociedade. A dificuldade de inserção em ambientes laborais, com geração de trabalho e renda, é um fator potencial de reincidência criminal de egressos do sistema prisional. Os resultados desta pesquisa apontam também que a política pública de Economia Solidária, que fomenta a organização dos egressos em Empreendimentos de Economia Solidária, pode ser uma das alternativas para impedir a reincidência criminal, pois pode propiciar aos egressos a geração de trabalho e renda, reconhecimento pessoal e ressocialização.

Palavras-chave: Cooperativa; Economia Solidária; Egressos do Sistema Prisional; Mundo do Trabalho; Política Pública.

¿CÓMO HACER SOSTENIBLE LA LOCURA?

Almiron Pérez Marcos, Integrante Radio Vilardevoz, pepitorokanrol@gmail.com
Amorena De Cola Joaquin, Radio Vilardevoz, F. de Psicología Udelar, pocopelo9@gmail.com
Villalba Alba, Integrante Radio Vilardevoz, alba.villalba2012@gmail.com
Martínez Giorello Cynthia, F. de Psicología Udelar, Radio Vilardevoz, titin.uy@gmail.com

Resumen

A partir de una Sistematización de experiencias del Espacio de Emprendimientos Socio Laborales, Club de Soci@s, Radio Vilardevoz 2021-2022, proponemos algunos conceptos y tensiones identificados en procesos de desinstitucionalización. Quienes escribimos este resumen integramos desde diferentes roles, un equipo interdisciplinario, que lleva adelante un proyecto comunitario comunicacional y autogestionado, propiciando la participación y organización colectiva desde un enfoque de salud mental y DDHH, respetando todo tipo de saberes, sobre todo los de clases populares, saberes socialmente construidos en la práctica comunitaria (Freire, 2004). El trabajo desde una perspectiva integral nos permite lograr una mirada integradora, articulando funciones y actores sociales e interactuando en el territorio. Es un desafío generar nuevas narrativas que propicien miradas amplias para generar propuestas y soluciones a problemáticas concretas que emergen en el medio. Hemos integrado procesos de discusión en el marco del cambio de normativa a nivel nacional, destacando la aprobación de la Ley de Salud Mental N°19.529, que establece el cierre de las estructuras asilares y monovalentes hacia 2025, proponiendo procesos de desinstitucionalización. Para construir una perspectiva desmanicomializante (Cardozo, 2014) consideramos fundamental fortalecer procesos asociativos y autogestionarios entendiendo que permiten alternativas a las empresas capitalistas-individualistas que generan procesos de exclusión-segregación-encierro. A su vez los procesos de institucionalización (Amarante, 2009) generan pérdidas de vínculos y redes afectivas por lo que entendemos lo asociativo como parte de un proceso de reconstrucción de vínculos promoviendo salud en un sentido integral (Bejanaro-Vázquez, 2020). Creemos indispensable generar instancias participativas acompañando procesos de autonomía que permitan recomponer los efectos de los procesos desubjetivantes (Pérez 2016). En este sentido entendemos el trabajo en los espacios como trabajo vivo (Dejours, 2012). Pensamos que desde la Economía Social y Solidaria es posible generar espacios de trabajo con otros tiempos, desde el cuidado y saludables, generando los acompañamientos necesarios, problematizando los estigmas (Goffman, 1963/2006) de quienes han pasado procesos de institucionalización. El Espacio Club de Soci@s funciona como emprendimiento y genera ingresos para quienes realizan las tareas y para el Colectivo, a la vez que es un espacio de tejer redes y generar vínculos para sostenernos mutuamente. En el periodo de trabajo analizado se realizó una Mesa sobre Emprendimientos SocioLaborales, se presentó una ponencia en el 1er Encuentro Latinoamericano de Estudios Locos, se participó en programas de Radio, se realizaron CineForos, a la vez que se iban promoviendo vínculos con otros colectivos y programas de formación y capacitación.

Palabras Clave: Desmanicomialización; Participación; Subjetivación; Salud mental.

POTENCIALIDADES DA PRODUÇÃO DE CANNABIS POR EMPREENHIMENTOS DE ECONOMIA SOLIDÁRIA

Rogério de Mambro, Mestrando no Programa de Integração da América Latina da Universidade de São Paulo (PROLAM - USP)¹⁵,
rogerio.mambro@usp.br

Resumo

O presente artigo tem como objetivo analisar qualitativamente as Associações de Pacientes de Cannabis Medicinal (APCM's) presentes no Brasil e os Clubes de Cannabis (CC's) presentes no Uruguai sob a perspectiva da economia solidária. Este artigo chama a atenção para a dominação de grandes corporações sob o mercado canábico sendo ele legal ou não, porém estuda as pequenas iniciativas de produção nesse setor. No século XXI a produção e comércio de cannabis transita entre o legal, o ilegal e o ilícito, dependendo das leis nacionais que regulamentam a produção e o consumo. Figura como principal agente do circuito ilegal e ilícito as “mega-corporações do narcotráfico”, no circuito legal, somente a título de exemplo o comércio de medicamentos à base de *cannabis* vem sendo dominado pela indústria farmacêutica oligopolística, como a Prati-Donaduzzi no Brasil, assim como no Uruguai o trabalho relacionado às plantações de cannabis seguem lógicas do trabalho flexível e sem direitos. Assim, partindo do pressuposto que o trabalho realizado na produção de *cannabis* está relacionada à inúmeras opressões, entre elas a exploração do trabalho, analisar as APCM's e os CC'S é de fundamental relevância, já que essas organizações propõe formas inovadoras de produção que não se inserem no circuito das grandes corporações. A partir de entrevistas com atores das APCM's e dos CC'S e análises bibliográficas os resultados parciais do estudo apontam que apesar dessas iniciativas não se definirem como Empreendimentos de Economia Solidária (EES), elas apresentam formas de produzir em pequena escala que garantem sem a finalidade de lucro o acesso à *cannabis*, seja por forma de medicamentos pelas APCM's brasileiras que funcionam via *Habeas Corpus* ou para uso social nos CC's uruguaios. O ensaio de um possível pacto que possa ser realizado entre esses pequenos empreendimentos que descentralizam a produção de *cannabis* e a economia solidária pode servir para a elaboração de políticas públicas que pensem em termos de justiça social e reparação histórica para a população, pobre, negra e indígena, principal atingida pela “guerra às drogas” e que não vem sendo incluídas no setor produtivo legal e lucrativo da *cannabis* como apontou o rapper *Snoop Dogg* no documentário *Baseado em Fatos Raciais*.

Palavras Chaves: Clubes de Cannabis, Associações de Pacientes de Cannabis Medicinal, Economia Solidária.

¹⁵ Mestrado Interunidades no Programa de Integração da América Latina da Universidade de São Paulo (PROLAM - USP), cujo título é “*Associações e Clubes de Cannabis: Estudo Comparativo entre Brasil e Uruguai*”, sob orientação do Prof. Edgard Monforte Merlo da Faculdade de Economia da USP de Ribeirão Preto (FEA-RP/USP), e-mail: edgardmm@usp.br.

A QUESTÃO DA PROMOÇÃO DE SAÚDE MENTAL PARA MULHERES ENGAJADAS EM PROJETOS DE ECONOMIA SOLIDÁRIA: UM ESTUDO A PARTIR DE ENTREVISTAS

Bernardo Parodi Svartman, Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo (IP-USP)/Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da Universidade de São Paulo (ITCP-USP), bernardo@usp.br

Olivia Kari Nagayama Boarini, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (FAU-USP)/Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da Universidade de São Paulo (ITCP-USP), olivia.boarini@usp.br

Thiago Giancoli Berto, Escola Politécnica da Universidade de São Paulo (Poli-USP)/Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da Universidade de São Paulo (ITCP-USP), thiago.qberto@gmail.com

Resumo

A maneira como os trabalhadores e as trabalhadoras lidam com o sofrimento que provém de situações abusivas e opressoras de trabalho é atravessada pela divisão sexual do trabalho. As relações de gênero apresentam-se como uma dimensão decisiva para a compreensão da organização social do trabalho, sendo a mulher socialmente atrelada ao trabalho reprodutivo e, frequentemente, realizando jornadas duplas do mesmo. Tal distinção entre trabalho produtivo e reprodutivo marca o modo como, historicamente, as mulheres se inseriram no mercado de trabalho: muitas vezes, designadas às profissões que detinham características similares às do trabalho doméstico (HIRATA; KERGOAT, 2007). A separação por gênero com que se distribui a força de trabalho no capitalismo também implica no meio como as pessoas enfrentam o sofrimento causado pela atividade produtiva. Por isso, parece-nos importante estudar e analisar as trajetórias de mulheres trabalhadoras da Economia Solidária para conhecer, mais apropriadamente, as implicações do gênero no trabalho cooperado e autogestionário. Interessa-nos entender como, nas trajetórias dessas mulheres, a mudança para o trabalho autogestionado e cooperado impacta na saúde mental. Este artigo pretende discutir as relações entre experiências de trabalho, a saúde e o sofrimento psíquico observando aspectos relacionados ao gênero e à participação em projetos de Economia Solidária. Discutiremos nossa experiência como formadores, e apresentaremos duas entrevistas realizadas com mulheres trabalhadoras engajadas em iniciativas conforme as caracterizadas. A fim de buscar entender o caminho percorrido por elas com diversas formas de trabalho, com atenção à autogestão e seus impactos na saúde mental. A metodologia a ser utilizada consistirá na da pesquisa qualitativa baseada na “pesquisa-ação” e em entrevistas semiestruturadas. Buscaremos analisar as relações entre as experiências de trabalho ao longo da biografia das mulheres e a relação com a elaboração de sofrimentos psíquicos e violência de gênero. Nossa hipótese é a de que o trabalho coletivo – o trabalho conjunto – permite a construção de uma experiência comunitária que vai para além da comercialização. A experiência de comunidade e de participação na gestão do trabalho gera uma transformação da identidade, baseada no compartilhamento de angústias e sofrimentos, acrescido de iniciativas concretas de resistência e de luta contra a opressão. A pessoa rompe com a visão estigmatizada que recebeu em outros contextos sociais e isso permite desenvolver o senso de pertencimento. Esse é um aspecto psicossocial importante para a promoção da saúde mental.

Palavras-chave: Questão de gênero; Saúde mental; Economia Solidária.

ECONOMIA SOLIDÁRIA E A ITCP-IFRJ: A EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA E OS DESAFIOS DA GERAÇÃO DE TRABALHO E RENDA NA SAÚDE MENTAL

Neli de Almeida, IFRJ, neli.almeida@ifrj.edu.br

Resumo

Apresentação de um conjunto de ações desenvolvidas no âmbito de um Programa de Extensão Universitária - Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares /IFRJ – tendo por objetivo geral contribuir para a consolidação dos programas de geração de trabalho e renda voltados para a inclusão social pelo trabalho de usuárias dos serviços públicos de saúde mental. Fundamenta-se nos princípios da Economia Solidária, com ênfase na autogestão e no associativismo, e tem por diretrizes conceitos basilares da Reforma Psiquiátrica brasileira, tais como, protagonismo das usuárias, cuidado em liberdade e reabilitação psicossocial. São utilizadas metodologias participativas para as tomadas de decisão, com formação de grupos de artesãs da comunidade do entorno, incluindo as usuárias dos serviços de saúde mental. Os resultados alcançados: (a) participação em feiras de tecnologias sociais e comercialização de produtos artesanais produzidos em oficinas de saúde mental e outras, (b) ampliação dos empreendimentos solidários incubados pela ITCP, (c) estruturação permanente das atividades da ITCP, (d) difusão das tecnologias sociais junto ao campo da Saúde Mental e da Economia Solidária, (e) contribuição para ampliação de Centros de Convivência (Cecos) - dispositivos de saúde mental e economia solidária destinados a programas de geração de trabalho, renda e cultura e f) criação de uma Escola Livre de Artesania com potencial de formação de professoras comunitárias de artesanato. Esta iniciativa tem sido importante para discutir a necessidade da extensão universitária ser um vetor de integração da Universidade e da Comunidade, incentivando a participação popular nos equipamentos públicos de saúde e de educação, e de difusão junto à comunidade de informações sobre as políticas públicas de Saúde Mental e de Economia Solidária. Também se considera que, ao buscar desenvolver metodologias e práticas de geração de trabalho e renda para grupos mais vulnerabilizados, via ações extensionistas, a Universidade contribui para mitigar os efeitos atuais da grave crise sanitária e humanitária instalada em tempo recente no país.

Palavras-chave: Economia Solidária, Saúde Mental, Extensão Universitária, ITCP.



GT 08: Soberania, segurança alimentar e nutricional, e agroecologia: interfaces e diálogos com a economia social e solidária / Soberanía, seguridad alimentaria y nutricional, y agroecologia: interfaces y diálogos com la economía social y solidaria

HORTAS URBANAS, AGROECOLOGIA, ECONOMIA SOLIDÁRIA: A HORTA COMUNITÁRIA DA ZONA NORTE EM ARARAQUARA-SP

Sergio Azevedo Fonseca – UNESP. sergio.fonseca@unesp.br

Leandro Pereira Morais – UNESP. leandro.morais@unesp.br

Caio Luis Chiariello – UFGD. caiochiariello@ufgd.edu.br

Resumo

Entre os efeitos provocados pela COVID-19, têm tido destaque as implicações negativas nas dimensões do contato, da vivência, da partilha de relações, das condições materiais para a vida, entre outras. Em um campo particular, o correspondente ao mundo dos empreendimentos de economia solidária as dificuldades têm se disseminado nas esferas da produção, da comercialização e dos processos de trabalho. Diante desse quadro, emerge o desafio para que a economia solidária venha a superar tais dificuldade conjunturais e possa voltar a contribuir com alternativas de enfrentamento dos efeitos da pandemia. Ações coletivas, vinculadas à agricultura urbana, notadamente aplicadas na construção coletiva das Hortas Comunitárias, representam uma possibilidade, implicando o questionamento do tipo de cidade em que se deseja viver, das relações sociais e com a natureza. A temática das Hortas Comunitárias adentra no debate sobre o direito à cidade, direito coletivo que representa um exercício de poder coletivo no processo de urbanização. Essas experiências são entendidas como uma tecnologia social, que vem ganhando força como forma de segurança alimentar, sobretudo em momentos de profundas crises econômicas. O objeto deste estudo é a constituição da Horta Comunitária da Zona Norte, no município de Araraquara-SP, atuante no contexto da pandemia de Covid-19, demandando ação coletiva de atores locais para perenidade das atividades já desenvolvidas, frente o agravamento da insegurança alimentar. O vetor da iniciativa foi o desenvolvimento do projeto “Corredor Verde Agroflorestal: tecnologia social para o plantio e a produção de alimentos saudáveis, com geração de renda, recuperação de manancial urbano e educação socioambiental em área de alta vulnerabilidade social no município de Araraquara (SP)”, apoiado pelo CNPQ e fundamentado nos seguintes tópicos: Produção agroecológica; Educação alimentar e nutricional; Inovações em tecnologias sociais; Empreendedorismo; Economia solidária. Dentre resultados das ações, pode-se destacar: plantio de 1500 mudas de espécies arbóreas nativas na APP da nascente do Ribeirão das Cruzes; limpeza e o preparo do solo em área de 6.230 m², para ocupação pela Associação Horta Comunitária da Zona Norte; plantio de 1200 mudas de espécies arbóreas no terreno da horta; disseminação de conhecimentos e de técnicas para o melhor aproveitamento dos alimentos. Vale frisar que todas as ações mencionadas tem por objetivo e resultado contribuir para com a segurança alimentar da comunidade do entorno dos espaços cultivados. A pesquisa realizada, de natureza qualitativa, encerra um caráter exploratório, delineada como pesquisa ação, tendo os dados sido coletados por meio da observação participante.

Palavras-Chave: Economia Solidária; segurança alimentar; hortas urbanas.

REDES ASOCIATIVAS ALIMENTARIAS

Cecilia Matonte, Universidad de la República, ceciliamatonte@gmail.com

Walter Oreggioni, Universidad de la República, woreggioni@gmail.com

Gerardo Sarachu, Universidad de la República, gsarachu@gmail.com

Juan Riet Correa, Universidad de la República, juaneriet@gmail.com

Resumen

El objetivo general de este trabajo es abordar las generalidades del sistema alimentario del Uruguay, especialmente en sus especificidades y condicionamientos, en un contexto pautado por la consolidación de un sistema alimentario capitalista sobre la agricultura y la alimentación del mundo. El eje temático central es la conformación de redes de producción y consumo de alimentos, y las huertas comunitarias como escenario privilegiado de estas tramas. Uruguay es un país de base agropecuaria, destacado por el perfil exportador de su producción de alimentos, principalmente de carne, granos (mayormente soja y arroz) y leche. Por otra parte, presenta un sector de producción de alimentos (frutas y verduras) mayoritariamente para el mercado interno. Se pretende una aproximación descriptiva del sistema alimentario y productivo general y al análisis de prácticas colectivas desplegadas por las organizaciones y redes asociativas de base agroecológica ilustrando con algunos casos a los efectos de establecer limitantes y posibilidades de las estrategias de trabajo, formación y apoyo mutuo para su sostenibilidad como aporte a la soberanía alimentaria. Se exploran los vínculos entre el movimiento agroecológico, las huertas comunitarias y sus nexos con las organizaciones de consumidores en las ciudades en clave de economías solidarias. El campo temático de las redes asociativas alimentarias refiere a la conformación y evolución histórica de los vínculos e interacciones en los circuitos de producción, distribución y consumo de alimentos. Se aborda desde la interpretación de Mance (1999) de redes de colaboración solidaria y su vinculación con la perspectiva latinoamericana de la Economía solidaria. En el contexto de la crisis económica, sanitaria y alimentaria derivada de la pandemia COVID-19 surgen respuestas que intentan paliar la situación de emergencia alimentaria en base a la conformación de ollas populares y merenderos que son organizados por diversas organizaciones sociales. Se debe considerar la presencia del Estado en su devenir y las múltiples configuraciones que han intentado adaptar, resistir y/o transformar la realidad y los vínculos urbano – rurales, agrícola – industrial, y entre producción, distribución y consumo.

Palabras Clave: sistema agroalimentario, redes de producción y consumo, soberanía alimentaria

ESTUDO ETNOEDAFOLÓGICO COM MULHERES DO QUILOMBO CAMPO GRANDE (MG): PERCEPÇÕES SOBRE O CUIDADO COM A TERRA E SISTEMATIZAÇÃO DE PRÁTICAS DE PRÁTICAS DE MANEJO AGROECOLÓGICO

Helena Lelli Riga, Universidade Federal de São Carlos, helena.elli@estudante.ufscar.br
Ricardo Serra Borsatto, Universidade Federal de São Carlos, ricardo.borsatto@ufscar.br

Resumo

Apesar dos processos de modernização da agricultura, mulheres camponesas continuam resistindo e desempenhando papéis vitais para a conservação dos solos, pois acumularam ao longo da história diversos saberes agroecológicos com base nos conhecimentos de inúmeras estratégias de manejo para a produção de alimentos diversos e saudáveis. Assim, tendo em vista as problemáticas que envolvem a degradação dos solos, a pesquisa propõe um estudo etnoedafológico sobre a percepções das mulheres do assentamento Quilombo Campo Grande (MG) no que se refere ao cuidado com a terra. O principal objetivo deste trabalho consiste em relacionar os dados coletados para o posterior desenvolvimento de técnicas que visam à conservação dos solos atendendo à complexidade do conteúdo sociocultural e político do campesinato, que determina sua experiência de classe por meio do seu modo de produção e reprodução social estritamente ligado à terra e atrelado às questões de desigualdade racial e de gênero. O trabalho assumirá as mulheres rurais como sujeitas cuja identidade e percepção possuem grande relevância tanto para a conservação dos solos quanto para a garantia de segurança alimentar através de manejos agroecológicos. A coleta dos dados será dividida em dois momentos: no primeiro será realizada a triangulação dos dados das percepções por meio de observações, entrevistas individuais semiestruturadas e grupo focal; o segundo momento consistirá na sistematização do manejo do solo utilizando um modelo para acompanhamento de práticas agroecológicas. A análise de dados, por sua vez, depreenderá o uso de softwares adequados (p. ex. Atlas.ti), assim como interpretações baseadas na revisão bibliográfica. A pesquisa pretende colaborar com estudos de desenvolvimento de manejos agroecológicos que correspondam com a realidade de quem maneja a terra e que favoreçam a conservação dos solos. Sendo assim, análise dos dados coletados não se limita apenas ao desenvolvimento de conhecimento científico acadêmico, e sim, busca demonstrar compromisso com a luta para a superação e transformação de sistemas que dominam, violentam e exploram tanto as mulheres quanto os recursos naturais.

Palavras-chave: Etnoedafologia, percepções, mulheres assentadas, manejo agroecológico, conservação dos solos.

A EXPERIMENTAÇÃO AGRÍCOLA REALIZADA POR AGRICULTORES FAMILIARES DO AGRESTE PARAIBANO: RESISTÊNCIA, PERMANÊNCIA NA TERRA, SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL SOB OS PRECEITOS DA AGROECOLOGIA

Alexandra Leite de Farias, UEPB, alefarias@gmail.com
Janice Rodrigues Placeres Borges, CCA/UFSCar - Ar, janice@ufscar.br

Resumo

Este trabalho identificou e estudou a inovação sociotécnica e a produção de conhecimento entre os agricultores familiares sindicalizados, pertencentes ao chamado Polo da Borborema – uma rede de Sindicatos de Trabalhadoras(es) Rurais, que se encontram realizando experimentação agroecológica no município de Remígio, PB, localizado no planalto da Borborema, uma região marcada pela alta concentração de propriedades familiares, dedicadas à policultura associada à pecuária, à fruticultura, à criação de gado combinada à roçados de milho e feijão, à criação de gado de corte e leiteiro e produção de fava e milho, dependendo da região. O Polo da Borborema vem apoiando redes locais de inovação agroecológica que articulam mais de 5 mil famílias agricultoras, atualizando a tradição antissistêmica local, por meio da agroecologia, em resposta às políticas econômicas e sociais aversas à agricultura familiar. Para tanto, optou-se pelo pelos agricultores familiares sindicalizados, do referido município, como estudo de caso e pela abordagem qualitativa. A coleta dos dados foi realizada por meio de entrevistas semiestruturadas. Os principais resultados indicam que a agricultura ecológica praticada no município de Remígio é um avançado processo de desenvolvimento local. A partir da experimentação, da necessidade de cada agricultor e respeitando o bioma, o processo de produção de conhecimento e inovação se dão a partir da prática reflexiva e da contextualização de conhecimentos através de processos cotidianos e informais de inovação. Como importantes inovações que surgem através destes processos, encontrou-se diversas técnicas e ações implantadas, como banco de semente (as ‘sementes da paixão’), fundos rotativos solidários, entre outros, que assumem papel de conscientização e de mudança crescente e constante no modo de pensar dos agricultores, proporcionando segurança alimentar e nutricional. Ressalta-se o rico processo de inovações e conhecimentos produzidos por esses agricultores em comunhão com seus saberes trazidos pelo Polo da Borborema, reafirma e valoriza suas identidades, resistindo com sucesso às relações de produção hegemônicas. As variadas redes e ações proporcionadas pelo Polo da Borborema confirmam a existência de atividades de produção e de intercâmbio de conhecimentos entre produtores, de observação mútua e de diálogo político, técnico e social com algumas variantes de uma região a outra. Nesse contínuo processo de desenvolvimento local, os agricultores familiares têm buscado, cada vez mais, a autonomia econômica, técnica e produtiva, contribuindo para o alcance, também, da segurança alimentar e nutricional.

Palavras-chave: Agricultura familiar; Inovação; Produção de conhecimento; Soberania; Segurança alimentar e nutricional.

HORTAS COMUNITÁRIAS: CULTIVANDO RELAÇÕES.

Ronaldo Munenori Endo, Mentoria Ribeirão,
ronaldo.kami@institutoseb.org.br

Resumo

Este trabalho foi coordenado pelo Mentoria Ribeirão, em parceria técnica com o Centro de Formação Hélder Câmara e Núcleo de Pesquisa e Extensão Rural da Universidade Federal de São Carlos e apoio voluntário de Agentes Populares em Agroecologia, entre Jul/21 e Jun/22, na Comunidade da Paz, conjunto habitacional periurbano precário com 370 famílias, em Ribeirão Preto – SP. O projeto objetivou implantar uma horta comunitária em sistema agroflorestal (Horta-SAF) como ferramenta sociopedagógica de soberania e segurança alimentar, empoderamento de moradores, educação ambiental nas relações comunitárias e agroecológicas, e gestão coletiva do espaço e de sua produção. Seu marco teórico fundamentou-se na prática da horticultura social e terapêutica e nos benefícios e perspectivas dos trabalhos com hortas urbanas ao longo da história. A metodologia de trabalho envolveu a sensibilização da liderança comunitária e co-agricultoras em assentamento e sítio agroflorestal, em Ribeirão Preto e Cravinhos – SP. A partir daí, fomentou-se a implantação dos canteiros agroflorestais, totalizando 130m² de área produtiva, em sete mutirões comunitários. A sustentabilidade do projeto foi buscada pela articulação de uma rede de apoio, formada por organizações sociais, voluntários e outros atores sociais. Apesar de muitas falhas e subnotificação na produção e distribuição, tivemos o fornecimento estimado de 240 hortaliças folhosas e legumes, 258 espigas de milho e 66 pés de mandioca, entre 26 espécies de plantas cultivadas. No campo das práticas socioambientais e pedagógicas, o projeto conseguiu mobilizar a participação direta de 35 moradores em trabalhos de limpeza, preparação dos canteiros, plantio de hortaliças, doação da produção, fornecimento de alimentação aos co-agricultores, mudança positiva da paisagem, melhoria nas condições ambientais, integração com o fragmento de mata local, percepção social do espaço e criação de espaço educador para 30 crianças em trabalhos quinzenais de educação ambiental. Apesar disso, o projeto apresentou baixa adesão e descontinuidade na participação de co-agricultores efetivos (dez) ao longo do projeto. Contudo, o Mentoria Ribeirão aproveitou as experiências, aprendizados e transformação de locais ociosos em espaços socioprodutivos e pedagógicos para sistematizar conhecimentos e elaborar um curso (videoaulas e apostila) de Horta-SAF, voltado às instituições filantrópicas, organizações do Terceiro Setor e outros assentamentos precários periurbanos, além de refletir sobre melhorias nos critérios de escolha de comunidades e processo de sensibilização e treinamento para a execução de novos projetos. Concluiu-se que esse modelo de Horta-SAF se mostrou economicamente viável e produtivo, ambientalmente regenerativo e socialmente pedagógico e integrativo.

Palavras-chave: horta comunitária; empoderamento; espaço social; sistema agroflorestal; segurança alimentar.

SEGURANÇA E SOBERANIA ALIMENTAR PARA OS INDÍGENAS GUARANI, KAIOWA E TERENA NO MS: UMA EXPERIÊNCIA DE MINI PROCESSADOS NA INCUBADORA DA UFGD

Márcio Rogério Silva, UFSCAR, email@email.com

Nelson Ávila, UFGD, avilanelson231@gmail.com

Zefa Valdivina Pereira, UFGD, zefapereira@ufgd.edu.br

Mariana Justino Masugossa, UFGD, marianamasugossa@ufgd.edu.br

Amilton Luiz Novaes, UFGD, amiltonnovaes@ufgd.edu.br

Thais Cremon, thaiscremon@outlook.com

Resumo

O objetivo geral foi a criação de uma cadeia produtiva agroecológica da produção, processamento e comercialização de produtos de indígenas na cidade de Dourados-MS. O desafio teórico foi a construção de um diálogo entre a cosmologia indígena Guarani e Kaiowá pautada no conceito indígena *Teko Araguje* (Jeito Sagrado de Ser), mas muito impactado pela subjugação e trocas culturais com os brancos em uma aldeia urbana. O método implantado foi o “método participativo”, apontando como a forma adequada na agroecologia interface entre os atores sociais, os quais reivindicaram o aprendizado e implantação de hortas, frutíferas, mas combinadas com seus cultivos tradicionais e plantas medicinais. Tomando por base tanto o método participativo, como a metodologia de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER). Foram implantadas 3 SAFS indígenas (híbridas), sendo uma delas focadas na produção de sementes crioulas, 25 hortas iniciais e 5 hortas permanentes com controle de sazonalidade e escalonamento da produção (ciclos curto, médio e longo). Como resultado, o Núcleo de Produtores Orgânicos Indígenas (NUPOIN), que foi aprovado como membro da Associação dos Produtores Agroecológicos do Mato Grosso do Sul (APOMS), foi incubado na Incubadora de Tecnologias Sociais e Solidárias (ITESS/UFGD) para mini processar produtos que eles mais têm e desejavam (mandioca, milho e frutas). Foram adquiridas com recursos de doação/projeto: máquina de descascar mandioca; embaladora a vácuo; impressora térmica e balança inteligente (já em execução); caixas de transporte de hortaliças e outros produtos (já em execução); ralador de mandioca e milho; máquina de caldo de cana; despulpadeira de frutas; ralador de milho e mandioca; câmara fria e de congelamento, triturador e debulhador de milho (em processo de aquisição). Os produtos já estão sendo comercializados em uma feira agroecológica e também na unidade 2 da UFGD, onde ficam a quase totalidade dos cursos de graduação e pós-graduação. Está sendo incubada a estratégia visual dos produtos indígenas com o nome provisório *Kokue* (incluindo os artesanatos) e vídeos/rastreabilidade (QR CODE) nos produtos, que contêm a cultura indígena, aproveitamento dos alimentos, dicas nutricionais e história dos produtores, aproximando produtores e consumidores, valorizando a cultura indígena. A ideia é que não seja apenas um elemento de geração de renda, mas de armazenamento de alimentos para promoção da segurança e soberania alimentar, bem como para gerar solidariedade e combate à estigmatização dos indígenas e sua cultura.

Palavras-chave: Comunidades tradicionais; Indígenas; Agroecologia; Mini Processamento; Consumo de Ativismo.

AGROINDÚSTRIA FAMILIAR ECOLÓGICA: EXPERIÊNCIAS E POSSIBILIDADES DA COOPERATIVA AGROECOLÓGICA DOS PRODUTORES E DE ÁGUA LIMPA DA REGIÃO SUL DE SÃO PAULO - COOPERAPAS

Ana Beatriz França Siqueira, graduanda em Engenharia de Alimentos, vinculada ao Centro de Ciências da Natureza, Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), Buri, São Paulo, Brasil, anafranca@estudante.ufscar.br

Leandro de Lima Santos, professor vinculado ao Centro de Ciências da Natureza, Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), Buri, São Paulo, Brasil, leandrodelima@ufscar.br

Henrique Carmona Duval, professor vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente da Universidade de Araraquara (Uniará); Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), Buri, São Paulo, Brasil, henriquecarmona@hotmail.com

Resumo

O objetivo geral do trabalho compreendeu uma análise de possibilidades de processamento agroindustrial ecológico em atendimento a preceitos fundamentais para a promoção de segurança alimentar, baseadas na experiência e recursos disponíveis dos agricultores familiares da região de Parelheiros, especificamente dos agricultores da Cooperapas - Cooperativa Agroecológica dos Produtores e de Água Limpa da Região Sul de São Paulo. O conceito de segurança alimentar é norteado por cinco eixos instituídos a partir da Cúpula Mundial da Alimentação, de 1996, que instruem a produção e consumo de alimentos para além do abastecimento, são eles: saúde, higiene, autenticidade, meio ambiente e solidariedade, os quais envolvem a preservação de recursos naturais, a valorização da economia regional e da cultura das comunidades rurais, e que atreladas às vertentes do cultivo orgânico visam ofertar produtos saudáveis, nutritivos, sem uso de defensivos agrícolas, que prezam pela natureza, acarretando assim um desdobramento da segurança alimentar ao mesmo passo que proporciona alimentos mais seguros à população e gera renda aos produtores rurais familiares. Nesse sentido, realizou-se um diagnóstico das formas e possibilidades de processamento agroindustrial ecológico, sendo apontada a significância da agroindústria familiar ecológica para os agricultores na intenção de valorização de seus produtos e preservação de suas características ambientais e culturais, em atendimento à promoção da segurança alimentar a partir de seus eixos norteadores. Para tanto, o estudo fundamentou-se em categorias de análise que instruíram a coleta de dados junto aos agricultores por intermédio de entrevistas orientadas por questionários semiestruturados com questões de caráter quantitativo, quanto à identificação de padrões e qualitativo para uma abordagem aprofundada em significados e singularidades contando com a interação entre o pesquisador e os sujeitos de pesquisa. Os resultados foram organizados conforme o conjunto temático de informações que se desejou obter sobre: 1. Perfil socioeconômico dos agricultores, 2. Identificação de elementos de compatibilidade de produção, comercialização e consumo aos eixos norteadores de segurança alimentar, e 3. Experiências e possibilidades de processamento agroindustrial de base ecológica.

Palavras-chave: Segurança alimentar, agroindústria familiar, produção agroecológica.

POSSÍVEIS RELAÇÕES ENTRE OS PRINCÍPIOS E PRÁTICAS DA AGROECOLOGIA E ECONOMIA SOLIDÁRIA: EXPERIÊNCIA DO MOVIMENTO TÔ AQUI (2020-2022) PIRACICABA – SP

Ana Luiza Medeiros Bernussi, Graduanda em Gestão Ambiental na ESALQ-USP, analubernussi@usp.br
Stella Pacheco Oliveira, Graduanda em Gestão Ambiental na ESALQ-USP, stellinha.cpv@usp.br
Danilo Malta Ferreira, NuMI-EcoSol/UFSCar, dnylon@gmail.com
Savana Marilu Fernandes, Assistente Social Servidora Pública, savanex@gmail.com
Ubirajara Cristiano B. Sabino, Coordenador da Casa do HipHop, Piracicaba, SP, birapper.mc@gmail.com
Lidiane H. Mansanari, Graduanda em Nutrição na Universidade Anhembi Morumbi, lidihm@hotmail.com

Resumo

No contexto da Pandemia Covid-19, surge em 2020, Piracicaba - SP, o Movimento Tô Aqui, uma iniciativa colaborativa que reúne agricultoras/es agroecológicos urbanos e rurais, sociedade civil organizada, poder público, comunidades, grupos, lideranças, coletivos, entidades e movimentos. Juntos, esses atores se mobilizam desde então para arrecadar recursos para financiar cestas de alimentos agroecológicos, advindas das agricultoras/es do movimento, destinadas às comunidades das periferias da cidade de Piracicaba. O objetivo do artigo é analisar a experiência do Movimento Tô Aqui, a partir da construção de uma linha do tempo, no período de 2020 e 2022. As estratégias gerais do estudo foram: pesquisa-ação participativa e estudo de caso. Para a sistematização da experiência, foi construída coletivamente uma linha do tempo, utilizando as seguintes fontes de informação: observação direta, relato de reuniões, de oficinas e de encontros e registros fotográficos. Os resultados obtidos referem-se a: 1. Linha do tempo em eixos e subeixos no período de 2020 e 2022; 2. Mapa com a localização das agricultoras/es e das comunidades parceiras; 3. Caracterização dos agricultores/es e demais participantes desde a captação dos recursos financeiros, organização da cesta, distribuição, entrega e atividades ligadas a soberania alimentar; 4. Composição das cestas verdes; 5. Articulação das atividades junto com lideranças e agricultoras/es; 6. Construção participativa de política pública de soberania alimentar no município. Os resultados obtidos, até o momento, indicam que o Movimento Tô Aqui é uma articulação de diferentes atores sociais que fomentam os princípios e práticas da Agroecologia e da Economia Solidária e tem a intencionalidade de incidir na soberania alimentar das comunidades atendidas. As perspectivas principais do movimento são: 1. incentivar a formação de formadores sobre o plantio de roças/hortas; 2. promover oficinas que promovam o resgate e a troca de saberes durante os encontros de entrega de alimentos e; 3. fomentar a proposição de políticas públicas de soberania alimentar, a partir de uma experiência piloto.

Palavras-chave: Solidariedade; Sustentabilidade; Alimentação; Sistematização e Agroecologia.

ESTRATÉGIAS DE ENFRENTAMENTO DA INSEGURANÇA ALIMENTAR NO PDS MÁRIO LAGO

Ana Veron, Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), anaveron@estudante.ufscar.br
Joelson Gonçalves de Carvalho, Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), joelson@ufscar.br

Resumo

A insegurança alimentar (IA) se intensificou nos últimos anos no Brasil, em função, dentre outros fatores, do desmonte de políticas públicas para a agricultura familiar, aumento do desemprego e dos impactos da pandemia de Covid-19. Em que pese ser um fenômeno geral, a zona rural concentra os mais elevados índices de pobreza e de insegurança alimentar do país, chegando a atingir 35% de todos os domicílios rurais no início de 2022. Em sentido contrário ao esperado, o governo federal extinguiu, em 2019, o Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA), responsável por articular diversos setores para a garantia do direito à alimentação e reduziu drasticamente o orçamento disponibilizado para o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). Neste contexto, esse artigo tem como foco investigar a IA presente no assentamento rural Projeto de Desenvolvimento Sustentável (PDS) Mário Lago, localizado no município de Ribeirão Preto (SP). A hipótese aventada é que, diferente da realidade nacional, o trabalho coletivo, cooperativo, a produção agroecológica e o autoconsumo que caracterizam o assentamento investigado contribuem para redução da insegurança alimentar e nutricional das famílias camponesas assentadas. Metodologicamente, a investigação está estruturada, para além de revisão bibliográfica, em pesquisa de campo com entrevistas semiestruturadas, observação participante e análise de dados secundários. Ademais, por meio de uma adaptação à realidade local do questionário que mensura a Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (EBIA), buscaremos uma análise comparativa com outras realidades, notadamente as descritas nos inquéritos de Vigilância de Segurança Alimentar e Nutricional (VIGISAN) da Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (Rede PENSSAN). O intuito é lançar luz sobre as estratégias exitosas de produção agrícola e reprodução social camponesa na garantia de segurança alimentar e nutricional. A priori, pode-se inferir, pelas observações já realizadas, que o PDS Mário Lago se distingue da realidade de insegurança alimentar rural brasileira, mas que não ficou imune aos retrocessos das políticas públicas direcionadas à agricultura familiar.

Palavras-chave: Insegurança Alimentar; Segurança Alimentar e Nutricional; Soberania Alimentar; Assentamentos rurais; PDS Mário Lago.

A TEORIA DAS COOPERATIVAS CAMPONESAS DE CHAYANOV E O DEBATE DA SOBERANIA ALIMENTAR NO SÉCULO XXI

Paolo Marti Grasson Pereira de Souza Viola, Universidade de São Paulo,
paolo.viola@usp.br

Resumo

Este trabalho pretende analisar alguns conceitos presentes na obra “A Teoria das Cooperativas Camponesas”, de Chayanov (2017), e sua pertinência para o debate da Soberania Alimentar no século XXI. Este debate, preconizado pela Via Campesina Internacional, compreende como um direito dos povos, comunidades e países, a definição das políticas sobre agricultura e alimentação, mais ajustadas ecológica, social e culturalmente aos seus territórios e às condições objetivas de sua formação social. Para Chayanov, a cooperativa seria a instituição melhor vocacionada à coordenação e implementação de tais políticas. Os conceitos de concentração vertical e horizontal elucidam as diferenças entre o tipo de concentração organizacional e de capital que ocorre na indústria, daquele que ocorre na agricultura. Para o autor, a agricultura se desenvolve no capitalismo por meio de um processo de concentração vertical, em que as determinações do capital não necessariamente impõem uma padronização no formato de grandes empreendimentos com mão-de-obra assalariada. Contudo, capital comercial subordina a produção camponesa controlando os vínculos entre os pequenos produtores e o mercado. No Brasil, é possível observar essa tendência a partir da manutenção de pequenos e médios camponeses na bananicultura do Vale do Ribeira-SP, baseadas fundamentalmente na mão-de-obra familiar. Para Chayanov, o objetivo principal da cooperativa deve ser o de garantir ao camponês o preço mais alto pela produção resultante de seu trabalho. Este é também um desafio da luta por soberania alimentar, dado que a forma como o agronegócio está estruturado mundialmente, é contraditória aos objetivos de uma agricultura efetivamente sustentável, cabendo ao campesinato organizado direcionar politicamente uma transição técnico-científica para formas de produção agroecológicas e sustentáveis, em uma aliança com o proletariado urbano e as camadas médias (profissionais liberais e pequenos empreendedores). A garantia de bons preços para sua produção é uma condição elementar, não somente para sua reprodução social, mas para o aprimoramento técnico e organizacional de seus processos de produção, por sua vez, necessário à sustentação de seu protagonismo político. Para tanto, destaca-se a necessidade de redução dos custos operacionais de comercialização e a redução do poder de oligopsônio das grandes redes de varejo, proeminentes no abastecimento dos grandes centros urbanos. Os resultados preliminares das análises, apontam para a necessidade de um sistema integrado de abastecimento, que além do fomento às cooperativas camponesas, disponha também de uma estrutura institucional de apoio ao varejo fora dos supermercados, baseada em Pesquisa & Desenvolvimento, na área de logística e rastreabilidade dos produtos.

Palavras-chave: cooperativas; camponeses; soberania alimentar; Chayanov

APORTES TEÓRICOS E METODOLÓGICOS PARA A FORMAÇÃO DE AGENTES POPULARES DE AGROECOLOGIA

Eduardo José Rezende Pereira, Unicamp, rezende.eduardo@outlook.com

Joelson Gonçalves de Carvalho, UFSCar, joelson@ufscar.br

Resumo

A agroecologia, entendida a partir de seu tripé constituinte como ciência, prática e movimento social, tem se destacado cada vez mais como estratégia de produção e resistência, tanto na ação dos movimentos sociais do campo e da cidade quanto na produção científica das universidades. Há inegável potencialidade da agroecologia como forma de produção contra-hegemônica por meio de práticas ecologicamente sustentáveis e comprometidas com as gerações atuais e futuras e, também, por se constituir por meio de relações de trabalho mais humanizadas, pautadas em valores comunitários e solidários. Partindo do pressuposto de que o método da educação popular pode ser combinado com a prática agroecológica, o presente trabalho tem por objetivo oferecer um aporte teórico e metodológico para a formação de agentes populares em agroecologia, chamado por nós como pedagogia do caminhar, sistematizado por meio da experiência de um projeto de extensão universitária denominado “Terra, Agroecologia e Universidade: articulando saberes, trocando experiências e construindo conhecimentos”. O referido projeto foi financiado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e, dentre seus produtos, ofertou um curso de formação voltado à assistência técnica rural agroecológica que recebeu aproximadamente 2,2 mil inscrições de pessoas interessadas oriundas de todas as unidades federativas do Brasil. Em função da elevada demanda, em meio a necessidade de distanciamento social por conta dos riscos de contágio do novo coronavírus, houve a necessidade de se adaptar metodologias e criar estratégias pedagógicas que, uma vez aplicadas, foram avaliadas como muito exitosas e replicáveis em outros cursos e realidades. Assim, para cumprir o objetivo proposto, abordaremos o tema a partir da sua associação com a educação popular enquanto práxis que fortalece o caráter antissistêmico da agroecologia. As conclusões do trabalho indicam que a pedagogia do caminhar, elaborada para superar as dificuldades da formação remota direcionada a um público expressivo e bastante heterogêneo, foi exitosa e conseguiu, por meio das ações práticas desenvolvidas pelas pessoas cursandas, impactar positivamente os territórios nos quais foram realizadas essas ações. Ademais, os aportes teóricos e metodológicos desenvolvidos pela equipe responsável pelo curso tem capacidade de replicação em localidades distintas em prol da agroecologia.

Palavras-chave: Agentes populares em agroecologia; Agroecologia; Educação popular; Extensão universitária.

HORTA COMUNITÁRIA URBANA DE BASE POPULAR, AGROECOLÓGICA E SOLIDÁRIA. EXPERIÊNCIA DA HORTA GERA JUNCAL, ZONA LESTE, SÃO PAULO, SP.

Paloma Ribeiro Tarrão, CEPROCIG/CMP, São Paulo, SP, palomatarrao@hotmail.com

Valéria Freixedas, NACE-PTECA, Piracicaba, SP, vmfreixe@gmail.com

Danilo Malta Ferreira, NuMI-EcoSol/UFSCar, dnylon@gmail.com

Uranide Sacramento Cruz, CEPROCIG/CMP, nani.ceprocig@gmail.com

Rita Almeida, assessora em horta comunitária urbana populares, ritacaper@gmail.com

Paulo José Pereira dos Santos, CEPROCIG, paulinhopaulosantos2015@gmail.com

Resumo

A experiência da horta comunitária Gera Juncal é uma articulação entre diversos atores: Grupo Técnico de Apoio (GTA), Centro de Promoção e Resgate da Cidadania do Grajaú (CEPROCIG), Central dos Movimentos Populares (CMP), pesquisadores, especialistas e professores de diferentes instituições. A iniciativa visa fortalecer as lutas por direito à moradia popular digna, soberania alimentar, educação popular, agroecologia e economia solidária. O objetivo do artigo é analisar o processo de implantação da horta comunitária urbana Gera Juncal, localizada em São Mateus, na zona Leste de São Paulo, no período de outubro de 2021 até julho de 2022, utilizando a linha do tempo como ferramenta de sistematização da experiência. As estratégias gerais foram: pesquisa-ação participativa, educação popular, pedagogia da alternância e estudo de caso. A coleta de dados foi por meio de observação direta, registro escritos, registros fotográficos, vídeos e depoimentos. Os produtos obtidos foram: 1. Mapa com a localização e os antecedentes de implantação da horta; 2. Linha do tempo no período de outubro de 2021 até julho de 2022; 3. Linha do tempo do eixo Tempo “Escola” (encontros presenciais para programação e reflexão); 4. Linha do tempo do eixo Tempo Comunidade (ações e atividades, principalmente no canteiro da horta); 5. Exemplos de linhas de tempo de preparação do solo, plantio, manejo, colheita, distribuição e consumo das hortaliças. Os resultados obtidos indicam: 1. grau de adequação das relações entre Tempo “Escola” e Tempo Comunidade; 2. a vivência e aprendizagem dos princípios e práticas da agroecologia, da economia solidária e da educação popular por parte das envolvidas/os; 3. a eficácia da agroecologia e economia solidária na produção, distribuição e consumo de alimentos; 4. as mudanças na concepção e condutas individuais e dos grupos envolvidos, em relação aos resultados concretos da luta coletiva, popular e solidária; 5. formação de formadores em agroecologia e economia solidária; 6. o fomento à construção de políticas públicas de soberania alimentar conectada com moradia digna a partir dos debates sobre questionamento ao capitalismo, exploração, sistemas de produção entre outros temas relacionados.

Palavras-chave: Horta comunitária urbana; Soberania alimentar; Agroecologia urbana; Economia solidária e; Educação popular e ambiental.

ESCREVIVÊNCIA AGROECOLÓGICA

Camila do Nascimento Cultri,
Universidade Federal de São Carlos, Centro Paula Souza
camilacultri10@gmail.com

Resumo

Este documento apresenta experiência agroecológica via participação e observação na Feira Saberes e Sabores, que ocorreu em novembro de 2019, na Universidade Federal de Sergipe, Campus São Cristóvão, junto ao XI Congresso Brasileiro de Agroecologia (CBA). De acordo os organizadores do evento, esta feira reuniu produtores de diversas regiões do Brasil e o intuito foi promover a economia criativa e a cultura popular dos territórios, sob a ótica da multifuncionalidade da agricultura familiar e da sustentabilidade ambiental. Os espaços da feira foram destinados à comercialização de alimentos (*in natura*, beneficiados, lanches e refeições), bebidas, artesanatos, medicina natural, mudas e materiais para cultivo de plantas. Foi possível participar também, de diversas atividades artístico-culturais e rodas de conversa, integrando assim congressistas, feirantes e o público em geral. Desfrutei dos ambientes denominados “tapiris de saberes”, “ambientes organizativos/identitários” e nos “ambientes de interação agroecológica” que envolvia rodas de diálogos, oficinas, conferências, casa do NEAs, instalações artístico pedagógicas, entre outras vivências. Tudo serviu para uma leitura atenta tanto do ambiente da feira, conhecendo os organizadores, voluntários e demais expositores, assim como os consumidores e pessoas interessadas na criação de abelhas. Uma das experiências que mais me marcou foi ouvir o relato de um apicultor de Fortaleza – CE, que estava comercializando sua própria produção de mel agroecológico. Ele contou que criava “colméias de cimento” no início da sua carreira, isso há 33 anos atrás. Ele quis dizer que a caixa para acomodar as abelhas era à base de cimento, algo de baixo custo e alta durabilidade. Conversar com este produtor foi comovente, ele expressou felicidade em relação as abelhas, afirmando a seguinte frase: - Eu não crio abelhas, elas que me criam (Tadeu). Outra iniciativa que ouvi durante conversa com feirantes, foi de um vendedor que “dava desconto para o cliente devolvesse as embalagens”. Essa ação ambiental, reforça o sentido da redução de materiais para um menor impacto ambiental e maior aproximação com o cliente. Entre outras histórias de vendedores que fazem muitas feiras, também ouvi uma experiência de vender balde de Mel e favos nas feiras. Todas estas experiências são responsabilidades e comportamentos que demonstram práticas atuais rumo à sustentabilidade, alinhada aos princípios e valores do movimento agroecológico que pautou pela segurança e soberania alimentar, incentivos à transparência na procedência do alimento e consideração pelo modo do “artesão”, “artista”, “sujeito proponente” que realiza sua arte.

Palavras-chave: Agroecologia; consumidores; produtores; abelhas; relato de experiência.

A SEGURANÇA ALIMENTAR DOS QUINTAIS BIODIVERSOS NA HINTERLÂNDIA AMAZÔNICA

Maria Isabel de Araújo, PPGCASA/UFAM, mbelaraujo@gmail.com
Silas Garcia Aquino de Sousa, Embrapa, silas.garcia@embrapa.br

Resumo

As populações tradicionais da hinterlândia amazônica, detêm um conhecimento ecológico versado nas técnicas ancestrais do senso comum, de preservação e uso sustentável da biodiversidade. Este conhecimento etnobotânico, reportam a memória biocultural dos comunitários, que contam histórias de família, simbologias presente no modo de plantar, de respeitar a natureza e as fases da lua para plantar, colher, o preparo dos alimentos para consumo. A problemática que motiva a pesquisa é: as atividades de manejo e uso do solo pelos agricultores familiares consolidam o direito a produção de uma alimentação saudável? A pesquisa se justifica considerando os dispositivos constitucionais que acentuam o direito à segurança alimentar e nutricional como garantia fundamental da pessoa humana, não somente dos alimentos processados e comercializados, mas também pelo acesso à terra como princípio da função social da propriedade rural, cujos requisitos compreendem a adequação dos recursos naturais disponíveis, o aproveitamento racional e a preservação do meio ambiente. Nesse sentido, essa pesquisa objetiva identificar as espécies vegetais à produção e oferta dos alimentos nos quintais agroflorestais da agrovila Terranostra, zona rural da cidade de Manaus/AM, como garantia de Soberania e Segurança Alimentar (SSA) dos agricultores familiares. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, o método utilizado é o dedutivo, quanto aos meios, foi conduzida pela pesquisa bibliográfica, com aporte no estudo de caso, com técnicas da pesquisa-ação etnográfica, para conhecimento das formas de uso e manejo do quintal no cultivo das espécies em janeiro/2022. O estudo possibilitou identificar nos quintais visitados 39 etnoespécies pertencentes a 21 família botânica com diferentes usos e consumo alimentar, representando grande potencial de alimentação e comercialização. Quanto a distribuição da produção das espécies no quintal agroflorestal tem-se: alimentar, madeireira, medicinal e múltiplos uso, além dos frutos e condimentos para o preparo dos alimentos. As espécies de preferência dos quintais pelas famílias são as frutas, utilizadas como alimentação e comercialização. Infere-se que os quintais agroflorestais, são espaço de conhecimento ecológico e cultural no manejo das mais variadas espécies, como resultante da prática cotidiana e experimentação, advindos das relações socioculturais com o meio ambiente, que tem contribuído ao desenvolvimento social e econômico dos agricultores familiares com garantia e soberania alimentar, pautada nos pressupostos da sustentabilidade para a comunidade.

Palavras-chave: Biodiversidade; Quintais agroflorestais; Segurança Alimentar.

PROJETO AGROECOLÓGICO E EDUCAÇÃO AUTÔNOMA REBELDE ZAPATISTA: MÚTUOS APORTES DIANTE DOS DESAFIOS CONJUNTURAIS E ESTRUTURAIS DA HIDRA CAPITALISTA

Cláudio Rodrigues da Silva, Universidade Estadual Paulista (UNESP)/Marília,
silvanegrao@email.com

Resumo

Com o aporte de estudos empíricos, bibliográficos e documentais atinentes ao tema, nesta comunicação tem-se por objetivo apresentar apontamentos sobre desafios enfrentados pelo Movimento Zapatista (Chiapas – México) para a execução do seu projeto agroecológico. No momento do Levante realizado em 1.º de janeiro de 1994, o Zapatismo apresentou as suas demandas – posteriormente ampliadas –, que são: trabalho, terra, teto, alimentação, saúde, educação, independência, liberdade, democracia, justiça, paz, cultura e informação. Várias dessas demandas, conhecidas como “demandas zapatistas”, têm relações diretas ou indiretas com a questão da agroecologia, que, por sua vez, é intrincada com a cosmovisão dos povos indígenas que compõem esse Movimento. O Zapatismo possui diversas “áreas da autonomia” – expressão análoga a frentes de trabalho –, dentre elas, a saúde, a educação e a agroecologia. O Movimento implementa várias ações nessa área que, assim como as demais, tem equipes específicas – os promotores de agroecologia – para coordenar e apoiar as autoridades autônomas e as comunidades zapatistas em assuntos direta ou indiretamente com ela relacionados. O Zapatismo registra resultados exitosos em suas iniciativas, entretanto, por outro lado, enfrenta condições adversas para levar a termo o seu projeto agroecológico, haja vista o avanço, não obstante as suas tentativas de resistência, das relações pautadas pelos princípios capitalistas em seus territórios e nos seus entornos, principalmente os projetos de variados portes, pautados por perspectivas desenvolvimentistas. Os denominados megaprojetos destacam-se por seus impactos negativos para os objetivos políticos, econômicos e culturais zapatistas. O Movimento implementa variadas iniciativas para a execução do seu projeto agroecológico, que é imbricado com outras iniciativas zapatistas nas esferas da política, da economia e da cultura. Nessa luta o Movimento enfrenta desafios externos – combinados ou não entre si – de variadas ordens, conjunturais e estruturais, em âmbitos local, regional, nacional e/ou transnacional, em decorrência de ações, articuladas ou não, de agentes privados e/ou estatais, envolvendo tanto aparelhos ideológicos quanto aparelhos repressivos de Estado. A educação rebelde autônoma zapatista configura-se como um elemento-chave nessas iniciativas, tanto pela presença da agroecologia (na acepção zapatista) nos seus currículos, quanto pelos aportes técnico-científicos e políticos propiciados à formação de promotores de agroecologia. Aliás, pelo fato de as áreas da autonomia serem, de variadas maneiras, articuladas entre si, ocorre o fornecimento de aportes mútuos, potencializando a capacidade de atuação de cada uma delas e, por conseguinte, a capacidade de auto-organização, autoeducação e de resistência do Zapatismo diante dos desafios conjunturais e estruturais postos pela hidra capitalista.

Palavras-chave: Movimento Zapatista; Agroecologia; Educação autônoma.



AMANHÃ VAI SER
OUTRO DIA

As múltiplas crises do presente e o
papel das iniciativas associativas
autogestionárias na reorganização da
sociedade



GT 09: Tecnologia social e economia solidária / Tecnología social y economía solidaria

ARTICULAÇÕES DO SOFTWARE LIVRE COM A ECONOMIA SOLIDÁRIA COMO TECNOLOGIA PARA INCLUSÃO SOCIAL

Flávio Gomes da Silva Lisboa, UTFPR, flavio.lisboa@fgsl.eti.br

Marilene Zazula Beatriz, UTFPR, marilenez@utfpr.edu.br

Resumo

O *Software* Livre e Aberto (FLOSS) possui características que o identificam com o conceito de Tecnologia Social de Renato Dagnino (renomeado pelo autor em 2019 para Tecnociência Solidária). Essa seria a tecnologia adequada para a criação e sustentação de empreendimentos de Economia Solidária. Entretanto, a apropriação do FLOSS por empreendimentos de Economia Solidária não parece ocorrer de fato. Neste artigo, fizemos uma revisão da literatura que relaciona o *Software* Livre e Aberto com a Economia Solidária no Brasil e procuramos casos em que o *software* foi apropriado pelos empreendimentos por meio do processo que Dagnino chama de Adequação Sociotécnica. Nossa hipótese era de que não havia apropriação de FLOSS pelos empreendimentos, no sentido de que os empreendimentos não adaptavam o *software* livre para sua realidade, quando o usavam, mas que o tratavam como um *software* proprietário, em uma relação cliente-fornecedor. Os resultados mostram que o potencial do FLOSS é inexplorado pelos empreendimentos de Economia Solidária. Esses resultados mostram uma contradição para uma tecnologia que tem como um dos princípios a liberdade, o qual é comum com a Economia Solidária na definição de Paul Singer para o conceito. Enquanto grandes empresas de tecnologia da informação e comunicação se apropriaram da liberdade de uso e modificação do *Software* Livre e Aberto, os empreendimentos de Economia Solidária parecem desconectados dessa possibilidade. Uma questão-chave para essa desconexão é a dificuldade de acesso à infraestrutura de tecnologia da informação, pois *software* não funciona sem *hardware*. Empreendemos então uma discussão sobre a inclusão digital dos empreendimentos de Economia Solidária e a necessidade de tratamento dessa questão para a formação efetiva de redes de empreendimentos que não estejam limitadas territorialmente.

Palavras-chave: Economia Solidária; FLOSS; *Software* Livre; Tecnociência Solidária; Tecnologia Social; Tecnologia Solidária.

TECNOLOGIAS PARA A ECONOMIA SOLIDÁRIA: A EXPERIÊNCIA DA CONSTRUÇÃO DE UMA METODOLOGIA PARA O CURSO DE COMUNICAÇÃO POPULAR MEDIADO POR TICS DURANTE A PANDEMIA DA COVID-19

Prof. Lino Trevisan, Universidade Tecnológica Federal do Paraná-Curitiba-Brasil, trevisan@utfpr.edu.br

Prof. Marcos Antonio Silverio, Universidade Tecnológica Federal do Paraná-Curitiba-Brasil, marcoassilverio@utfpr.edu.br

Rhuan Carlos Borges, Universidade Tecnológica Federal do Paraná-Curitiba-Brasil rhuanborges@alunos.utfpr.edu.br

Profa. Maria Luisa Carvalho, Universidade Tecnológica Federal do Paraná-Curitiba-Brasil, mluisacarvalho@utfpr.edu.br

Profa. Marilene Zazula Beatriz, Universidade Tecnológica Federal do Paraná-Curitiba-Brasil, marilenez@utfpr.edu.br

Resumo

O objetivo desta pesquisa é analisar a metodologia do Curso de Comunicação Popular, mediado por TICs, em relação à apropriação de tecnologias para Economia Solidária. Esta pesquisa foi realizada a partir do curso de extensão universitária “Comunicação Popular para Empreendimentos Econômicos Solidários” coordenado pela Tecsol - Incubadora de Economia Solidária da UTFPR (Curitiba) e pelo Centro de Formação Urbano Rural Irmã Araújo (CEFURIA) dirigido a trabalhadores/as da Rede Mandala - Rede Paranaense de Economia Solidária Campo Cidade. Trata-se de uma pesquisa qualitativa e exploratória, cujas fontes de dados foram as avaliações realizadas pelos/as educandos/as e pela equipe técnica dos 21 encontros. Os dados foram analisados por meio da análise de conteúdo e com base nos seguintes autores: Dagnino (2014; 2019); Winner (1986); Feenberg (s/d); Hernan (2009); Freire (2017, 2021); Singer (2002) e Corragio (2017). As análises preliminares indicaram que a modalidade remota possibilitou a apropriação do uso das TICs por parte dos/as trabalhadores/as, que passaram a utilizá-las de forma autônoma, na medida em que o curso avançou, ao mesmo tempo que houve aumento das dificuldades para apropriação do conteúdo técnico apresentado no curso por falta de prática, de equipamentos mais adequados, de acesso à internet e de uma supervisão presencial. Já a equipe técnica se apropriou da plataforma na mesma medida em que desenvolveu práticas autogestionárias e coletivas do uso da ferramenta sem, no entanto, haver o questionamento quanto a troca de uma plataforma de *software* livre para outra de tecnologia comercial. Embora não percebam as contradições entre a inclusão e a exclusão digital, considera-se que a realização do curso e a apropriação do uso de TICs contribuíram para inclusão digital dos/as trabalhadores/as, bem como abertura para novas aprendizagens em tempos pandêmicos e de isolamento social. Apesar desta experiência ter demonstrado ser possível adequar o uso da tecnologia convencional aos objetivos dos/as trabalhadores/as da Rede Mandala que passaram a utilizá-la para fins da ES, numa modalidade inicial de adequação sociotécnica, não se percebeu uma reflexão nesse processo. Conclui-se que é ainda necessária uma intensa aproximação entre a Economia Solidária e a Tecnociência Solidária, desmistificando a perspectiva da neutralidade e da linearidade da ciência e da tecnologia.

Palavras-Chave: Tecnologia; Economia Solidária; TICs; Ensino Remoto; Pandemia.

COOPERATIVISMO DE PLATAFORMA E INDÚSTRIA 4.0: EXPERIÊNCIA DE COMERCIALIZAÇÃO DE PRODUTOS DOS INDÍGENAS GUARANI, KAIOWA E TERENA NO MS

Márcio Rogério Silva, UFSCAR, marciosilva@ufscar.br
Carlos Eduardo Soares Camparotti, UFGD, email@email.com
Amilton Luiz Novaes, UFGD, amiltonnovaes@ufgd.edu.br
Myllena Araújo de Freitas, UFGD, myllena.freitas31@gmail.com
João Henrique Ferreira Barbosa da Silva, UFGD, joaohenriquee1@gmail.com
João Miranda Kikuta, UFGD, joaopedrokikuta@gmail.com

Resumo

O objetivo geral foi a aplicação de um e-commerce com ERP para suporte a comercialização do Núcleo de Produtores Orgânicos Indígenas do Mato Grosso do Sul (NUPOIN-APOMS/MS). Como objetivos específicos, foi implantada uma plataforma ativista já existente (<https://www.fazafeira.com/produtores?city=Dourados&state=MS>) e montados grupos de consumo ativistas, e uma barraca em uma feira em Dourados e outra na Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), bem como foram desenvolvidos módulos de um ERP com e-commerce e integração com circuitos de baixo custo para irrigação automática (tecnologia social com base em indústria 4.0). Como marco teórico que sustentam o trabalho, destacam-se as definições de cooperativismo de plataforma de Scholz (2017) e de consumo de ativismo de Miranda e Domingues (2018). Como principais resultados alcançados, aliado ao projeto de extensão ânimo, que ajudou a viabilizar a implantação de Sistemas Agroflorestais Indígenas, hortas e galinheiro pilotos, foi possível realizar uma aproximação entre os produtores do NUPOIN e consumidores, por meio de uma tecnologia existente Aplicativo “Faz a Feira”, bem como a elaboração do módulo de cadastro e estoque de ERP próprio e controle de irrigação automática controlada por Smartphone; como limitações, ainda é necessário desenvolver o módulo de e-commerce, inspirado no aplicativo já existente, também o módulo de planejamento de produção e rastreabilidade e alimentação de banco de dados por balança comercial inteligente. Ficou para elaboração futura, também, a incorporação da comercialização de artesanatos, prestação de serviços e trocas/escambo entre os cooperados, especialmente indígenas, mas também quilombolas, agricultores familiares; a ideia é que também seja programada uma interatividade e promoção de dom e contradom entre os membros da cooperativa de plataforma, com base em Mauss (2008). Foi possível concluir a importância de ressignificar as relações entre produtores e compradores, bem como os usos sociais do dinheiro e seu significado, na busca pelo redirecionamento do consumo e das relações sociais entre comunidades tradicionais e consumidores ativistas e de ativismo, não apenas como geração de renda, mas também de laços de solidariedade em uma perspectiva autogestionária, em que o desenvolvimento de apps baseadas na necessidade, cultura e organização social de comunidades tradicionais coloca a tecnologia a performar o dom e contradom, no sentido de Callon (2007).

Palavras-chave: Comunidades tradicionais; Indígenas; Cooperativismo de Plataforma; Indústria 4.0; Consumo de Ativismo.

COMÉRCIO DIGITAL DE ALIMENTOS ORGÂNICOS: ESTUDO DE CASO DO USO DE SUPORTES TECNOLÓGICOS DIGITAIS PELA COOPERATIVA TERRA E LIBERDADE

Caio Olivette Pompeu (ITCP-USP), cpolivette@usp.br
Carla Victória Ferreira Irrazabal (ITCP-USP), carla.irrazabal@usp.br
Lucca Perez Pompeu (NESOL-USP), lucca.tks@gmail.com

Resumo

Este trabalho resulta de reflexões construídas a partir de um projeto de extensão da ITCP-USP junto à cooperativa Terra e Liberdade, ligada ao setor de produção da Regional Grande São Paulo do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), com a função da comercialização dos alimentos orgânicos produzidos em assentamentos na Região Metropolitana de São Paulo. Buscamos, através dele, um duplo objetivo: em primeiro lugar, realizar uma sistematização da evolução histórica do uso de suportes tecnológicos para as vendas da cooperativa. Em segundo lugar, realizar um diagnóstico participativo com os cooperados acerca dos limites e possibilidades da configuração atual do trabalho de vendas. Como resultado da pesquisa, será feito um delineamento de um plano de ação a partir do diagnóstico participativo, tendo por horizonte a elaboração de estratégias para o aumento das vendas por meio do site da cooperativa. A pesquisa junto à cooperativa está fundamentada no paradigma da pesquisa-ação, proposta metodológica e epistemológica que defende que a produção do conhecimento é resultante de um processo dialógico de interação entre pesquisadores e os grupos, juntamente implicados na situação investigada em um processo de transformação desta situação. Nesse sentido, mobilizamos o referencial teórico da “Ergonomia da Atividade”, um tipo específico de pesquisa-ação, cuja metodologia canônica, a “Análise Ergonômica do Trabalho”, oferece um arcabouço metodológico que possibilita “compreender o trabalho para transformá-lo” (GUÉRIN et. al, Compreender o trabalho para transformá-lo: a prática da ergonomia, 2001), envolvendo etapas de diagnóstico participativo, construção e análise de uma demanda para a ação, materialização de dispositivos organizacionais que permitam a construção sociotécnica dessa ação, observações da atividade, concepção de soluções e implementação. Com este trabalho, esperamos alcançar uma visão longitudinal da organização do trabalho da cooperativa com foco na questão das vendas e sua relação com os suportes tecnológicos utilizados, bem como um diagnóstico mais preciso dos obstáculos que impedem ou dificultam o aumento das vendas, passo importante para se buscar a viabilidade econômica da cooperativa, e realizar um levantamento de alternativas para superá-los, buscando também alcançar a apropriação do conhecimento tecnológico por parte dos cooperados.

Palavras-chave: Comércio digital; Cooperativismo; Adequação sociotécnica; Alimentos agroecológicos.

POR QUE TECNOCIÊNCIA SOLIDÁRIA?

Renato Dagnino (Unicamp), rdagnino@unicamp.br

Resumo

Este texto pretende responder duas perguntas - por que tecnociência? e por que solidária - que com razão fazem as companheiras e companheiros que trabalham em instituições de ensino e pesquisa, seduzindo-os para que reorientem suas agendas. Nós, que visamos a resultados tecnocientíficos sabemos que eles precisam ser filtrados ou decantados até chegarem a ser utilizados. Eles têm que penetrar no ambiente da *politics* (política como campo de enfrentamento de visões de mundo sistematizadas por partidos políticos em busca de poder governamental) e da *policy* (política como resultado desse enfrentamento legitimado pelo Estado como políticas públicas, planos e projetos) até chegarem aos que podem ser por eles beneficiados. Essa razão já seria suficiente, como pretendo mostrar, para fazer com que o emprego do conceito de Tecnociência Solidária fosse mais adequado para a concepção de nossas agendas de ensino, pesquisa e extensão. E, também, junto aos atores e a elas externos, para que a partir disto, com o potencial cujo amadurecimento é sabidamente lento. E, também para nos permitir identificar os atores sociais que queremos servir, cujos projetos políticos hoje só difusamente aparecem no campo da política cognitiva (de educação e de ciência, tecnologia e inovação). Este texto está composto por três seções. A primeira - Por que tecnociência? – apresenta quatro razões que fundamentam o uso do termo tecnociência como referência para o conhecimento necessário para a produção de bens e serviços objeto de nossa ação profissional e de nossas opções ideológicas. A segunda - Por que “solidária”? – vai além do entendimento da Tecnociência Solidária como aquilo que a Tecnociência Capitalista não é centrando-se na necessidade de adaptação dos processos relacionados à produção de bens e serviços na Economia Solidária. Resgatando experiências contra-hegemônicas de organização da produção e consumo de bens e serviços baseadas na propriedade coletiva dos meios de produção e na autogestão, que ressurgem em momentos de crise do capital, a Economia Solidária vem ganhando força no ambiente internacional da *politics* e da *policy*. A terceira seção - Concluindo... – aborda os três momentos de análise através dos quais se tenta modificar de modo radical situações desse tipo (descritivo, explicativo, normativo) para sugerir ações aos integrantes de instituições de ensino e pesquisa.

palavras-chave: Tecnologia social, tecnociência solidária, política cognitiva

ECONOMIA SOLIDÁRIA E COMERCIALIZAÇÃO EM TEMPOS DE PANDEMIA: UM ESTUDO DE CASO DE SÃO CARLOS-SP

Amanda Gonçalves de Lima, PET- Ecosol/UFSCar, agoncalveslima001@gmail.com

Daniele Francisco, NuMI-EcoSol/UFSCar, dani.uba@gmail.com

Fernanda Siani, PET-Ecosol/UFSCar, fernandalopes@estudante.ufscar.br

Rafaela dos Reis Martins, NuMI-EcoSol/UFSCar, rafaelarmartins8@gmail.com

Resumo

Os avanços tecnológicos apropriados pela sociedade em termos gerais têm gerado significativas transformações no mundo do trabalho impactando a capacidade produtiva de empresas e pessoas e acelerando a velocidade da comercialização e circulação de mercadorias. Neste contexto, a economia solidária atua como alternativa aos impactos negativos impostos aos trabalhadores mais vulneráveis, buscando se contrapor ao agravamento da exclusão social por meio do trabalho associado. Soma-se a esse quadro, a pandemia da Covid-19 que impôs custos econômicos e sociais mais elevados aos pequenos empreendimentos com menos condições de se viabilizarem depois das restrições impostas à comercialização presencial. Diante disso, o movimento de economia solidária foi impelido a dar respostas a empreendimentos e sujeitos sociais no que se refere à produção e comercialização, levando-se em consideração inclusão social e o desenvolvimento territorial. Para tanto, o conhecimento acumulado da economia solidária permite o uso de metodologias e técnicas para soluções de problemas sociais por meio das condições locais e interação entre população envolvida no processo, materializando e dando sentido ao que se convencionou chamar de Tecnologia Social (TS). O presente trabalho tem como objetivo apresentar e analisar as ações voltadas à comercialização online durante a pandemia realizadas pela Rede EcoSanca em conjunto com o Programa de Educação Tutorial da Universidade Federal de São Carlos (PET EcoSol/UFSCar). Metodologicamente, o trabalho se valerá da descrição e análise de um estudo de caso para, a partir dele, refletir sobre os desafios e as superações das dificuldades da comercialização online de empreendimentos econômicos solidários no município paulista de São Carlos, durante a pandemia. Para isso, serão analisados dados dos indicadores de tráfego das redes sociais e a participação dos produtores nas atividades. Adianta-se que, enquanto estratégias de comercialização, foram realizadas feiras online e catálogos para divulgação de produtos e serviços que, junto com outras atividades desenvolvidas pela Rede EcoSanca e pelo PET EcoSol, possibilitaram dar continuidade às atividades de comercialização e relacioná-las à articulação política do movimento de economia solidária em São Carlos. A relevância dos conjuntos de ações realizadas para possibilitar as vendas online foram avaliados não somente em relação às técnicas utilizadas e resultados práticos obtidos, mas também em relação ao processo desenvolvido por esse grupo de sujeitos sociais, considerando seus conhecimentos, possibilidades materiais e contexto socioeconômico. As conclusões iniciais permitem inferir que as TSs atuaram enquanto processo emancipatório dos trabalhadores da economia solidária, além de propiciar uma nova forma de organização de trabalho.

Palavras-chave: economia solidária, comercialização, pandemia, geração de renda, tecnologia social.

REFLEXÕES SOBRE A AUTOGESTÃO: A EXPERIÊNCIA DO SISTEMA DE IRRIGAÇÃO NO PRÉ- ASSENTAMENTO ELIZABETH TEIXEIRA

Paulo Henrique Nascimento Cruz, ITCP - Unicamp, p250725@dac.unicamp.br
Olívia Blanc, ITCP - Unicamp, o223003@dac.unicamp.br
Larissa Uceli, ITCP - Unicamp, l200898@dac.unicamp.br
Ana Luisa Farina Souto, ITCP - Unicamp, anaitcp@unicamp.br
Gabriela Varjão Oliveira, ITCP - Unicamp, g235292@dac.unicamp.br
Luisa Oliveira Modolo, ITCP - Unicamp, l202336@dac.unicamp.br
Bruna Helena Novaes, ITCP - Unicamp, b213860@dac.unicamp.br
Raissa Alves Da Purificação, ITCP - Unicamp, r188389@dac.unicamp.br
Lais Fraga, ITCP - Unicamp, lais.fraga@fca.unicamp.br

Resumo

Este trabalho tem como objetivo principal refletir criticamente sobre a ação autogestionária da ITCP/Campinas na implementação da tecnologia social relacionada a um projeto de sistemas de irrigação, que incluía microaspersores, gotejamento, além de outras tecnologias associadas, no Pré-Assentamento do MST Elizabeth Teixeira, localizado na cidade de Limeira, interior do estado de São Paulo. Buscamos discutir alguns conceitos que tangenciaram todas nossas ações, dentre eles a autogestão, a educação popular e a extensão universitária. Nossa escrita partiu de uma conversa inicial sobre os processos coletivos de planejamento e implementação das tecnologias, reconhecemos que o modo de organização e o tempo dispendido para as tomadas de decisões, por exemplo, não se assemelhavam àqueles vivenciados em outros espaços de trabalho e estudo. Os conflitos, as divergências, as demoras encontradas nesse percurso, nos fez questionar se nós estaríamos fazendo o trabalho da melhor forma. Para refletir sobre essas indagações buscamos referenciais teóricos que conversassem com essas nossas experiências, dentre eles os conceitos de “homem lento” e “tempo lento” de Milton Santos, que descreve a atuação de atores não hegemonzados no tempo e no espaço, e também de Paulo Freire e suas teorias sobre a educação popular, democrática, emancipadora e libertadora. Ainda que o sistema de irrigação não esteja finalizado e caminhando devagar, compreendemos que, nessa demora, permitimos que seja construída uma ética coletiva. Que dentro do processo está também a escuta, a dúvida e o silêncio. Essa forma de organização permite que o conhecimento seja construído coletivamente e subjetivamente, sendo apropriado por cada membro do projeto e trazendo assim sentido para a tecnologia. Buscamos desconstruir a concepção de técnica enquanto um conhecimento objetivo, impessoal e deslocado do espaço, valorando o processo de compreensão, construção e aplicação da mesma enquanto processo pedagógico e parte fundamental do trabalho. O desafio é interiorizar em nós mesmos que o problema não está na demora daquilo que fazemos, entendendo que, como diz Milton Santos “A força dos fracos é seu tempo lento” (SANTOS, 1994).

Palavras-chave: MST; sistema de irrigação; autogestão; tecnologia social

PROJETO ECO CRECHE

Baltazar Morgado Neto, UFRJ/Nides,, baltazarmorgado@gmail.com

:

Resumo

O Projeto Eco Creche tem como objetivo geral levar educação ambiental para creches comunitárias, tendo como conceito promover uma aprendizagem prática e teórica, através da troca de conhecimentos entre comunidades e a implementação de exemplos de tecnologia social. Como metodologia usaremos ferramentas como cursos de educação ambiental, construção de biodigestores para tratamento biológico dos esgotos e geração de energia, hortas didáticas e instalação de filtros de água nas creches.

O projeto visa atuar em comunidades de baixa renda na região Metropolitana de Rio de Janeiro. Territórios frequentemente marcados por pobreza, violência, narcotráfico, falta de ofertas de educação, saúde, lazer e outros serviços públicos, desemprego, trabalho informal e falta de perspectivas de mobilidade social.

A implantação territorial será no município de São Gonçalo, onde 84% da população tem acesso a água potável. Mesmo havendo uma cobertura razoável no nível municipal, pouca água chega às comunidades de baixa renda, onde apenas existe o acesso a água clandestina, um acesso muito precário, não havendo coleta ou tratamento de esgoto. Apenas 39% dos habitantes do município dispõem de coleta de esgotos e 8% de esgotos tratados (Quintslr e Britto 2014, SNIS 2013). Esses números se referem a toda população do município. Nas comunidades de baixa renda a situação é claramente mais precária, poucas iniciativas foram realizadas seja pelo poder público, seja por organizações da sociedade civil. O acesso universal à água potável é uma necessidade fundamental e um direito humano indispensável para levar uma vida digna. É um pré-requisito para a realização de outros direitos humanos. Garantir o acesso de todos seria um grande passo na redução de doenças e mortes, especialmente entre crianças (ONU (a) 2018, ONU (b) 2018). Esses temas a serem trabalhados no projeto são importantes porque foram identificados como desafios locais pelas lideranças comunitárias e pelos pais das crianças das creches. O papel que as creches cumprem nas comunidades resulta no respeito e simpatia dos moradores por esses núcleos de conhecimento e cuidado destinados à primeira infância, através de décadas de trabalho no território. As relações próximas, e parceiras durante muitos anos com as creches, permitem que o projeto possa atuar em áreas de difícil acesso, através de uma articulação de instituições comunitárias que trabalham em rede. Como resultado esperamos um engajamento social, através do conhecimento adquirido e a reflexão sobre os problemas ambientais, gerando protagonismo social no encaminhamento de propostas para a resolução dos problemas levantados.

Palavras-chave: Educação Ambiental; Saneamento Biológico; Hortas didáticas; Primeira infância; Redes comunitárias.

LA INVESTIGACIÓN ACCIÓN PARTICIPATIVA COMO TECNOLOGÍA DE CO- CONSTRUCCIÓN DE SABERES Y PRÁCTICAS

Altschuler, Bárbara. Universidad Nacional de Quilmes, baltschuler@unq.edu.ar
Viviani, Gabriela. Universidad Nacional de Quilmes, gabriela_viviani@yahoo.com.ar

Resumen

El desarrollo de la Economía Social y Solidaria (ESS), en tanto campo socioeconómico en construcción y expansión, requiere un componente clave de innovación social y socio-técnica que a su vez implica importantes esfuerzos de acompañamiento, desarrollo e investigación. Desde el Proyecto CREES y el Observatorio del Sur de la Economía Social y Solidaria de la Universidad Nacional de Quilmes (UNQ), venimos desarrollando desde 2006 una vasta experiencia en extensión, formación e investigación, a la cual se suma en 2013 la incubación en ESS, con la creación del Programa Universitario de Incubación Social (PUIS). En este marco, nuestro equipo de investigación-acción-participativa (IAP) viene trabajando desde 2017 en el relevamiento y análisis de los procesos que desarrollan las Incubadoras Universitarias (IUESS); las características propias y distintivas de la *Incubación de proceso* que propone el PUIS; la identificación de necesidades e intereses de investigación de las IU y el estudio en profundidad de algunos dispositivos innovadores desarrolladas por las mismas, como son el *Obrador*, la *Tienda Colectiva* y *Mercado Territorial*, un circuito corto de abastecimiento de verduras en transición agroecológica y otros productos de la ESS a partir de la intermediación entre productores y el consumo organizado. Actualmente, nos encontramos sistematizando dicha experiencia para extraer aprendizajes significativos, elaborar materiales de difusión y manuales metodológicos que sirvan para pensar y facilitar procesos de *re-aplicación* de las mismas en otros contextos territoriales, actorales y socio institucionales. Desde nuestra perspectiva metodológica, nos proponemos también avanzar en el desarrollo y sistematización de una metodología de IAP para la ESS y consolidar un equipo de investigadores/as, docentes, estudiantes y actores sociales formados en dicho enfoque, así como aportar a una mayor y mejor articulación entre las funciones de formación, extensión e incubación universitarias y la investigación social aplicada. Desde esta práctica universitaria y multiactoral, entendemos a la IAP así como a la sistematización de experiencias como *tecnologías sociales* de co- construcción de saberes, aprendizajes y prácticas que, en diálogo con la educación popular resultan especialmente pertinentes para el campo de la ESS ya que plantean una ruptura epistemológica con la investigación tradicional así como una apropiación colectiva de los saberes y aprendizajes generados. Esta ponencia pretende así compartir los avances, aprendizajes y desafíos que enfrentamos en este apasionante camino.

Palabras Clave: Investigación Acción Participativa; Incubación universitaria, Economía Social y solidaria, Universidad Nacional de Quilmes; Argentina.

TECNOLOGIAS SOCIAIS NA APICULTURA E MELIPONICULTURA: ANÁLISE SOBRE A PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO CIENTÍFICO

Camila do Nascimento Cultri, Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) / Centro Paula Souza, camilacultri10@gmail.com
Maria Lúcia Teixeira Machado, Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), mluciamachado@gmail.com

Resumo

Considerando o campo Ciência, Tecnologia e Sociedade (CTS) observou-se o movimento agroecológico e a economia solidária como alternativas para o desenvolvimento justo e sustentável. Este documento é parte da pesquisa de doutorado de Cultri (2022) que realizou análises de informações científicas, tecnológicas e populares sobre apicultura e meliponicultura. Os métodos aplicados privilegiam a construção do cenário atual da produção e evolução do conhecimento científico correlacionado com Tecnologia Social versus a Apicultura e Meliponicultura. A análise incluiu aferição por: tipologia, publicações por ano, periódicos, autores que mais publicam com essa temática, entre principais métricas para delineamento do perfil e identificação de tendências. Apresenta-se uma análise bibliométrica de dados internacionais coletados na base de dados da Web of Science em 2019 e 2020. Notadamente, a apicultura é praticada nas zonas rurais e as condições agrárias no Brasil não estão nada estimulantes se considerados o aumento do uso de agrotóxicos, a mortalidade das abelhas e a falta de incentivos. Com isso, os atores envolvidos vêm passando por problemas cada vez mais complexos e com a pandemia Covid-19 novas dificuldades se somaram. Os resultados apresentados contribuem para a difusão do conhecimento. Todavia, cabe um monitoramento acerca dos avanços científicos pelas áreas de estudos métricos da ciência, assim como nas áreas interdisciplinares, ciências sociais e humanas para que se possa acompanhar a temática Tecnologia Social e Apicultura, que hoje encontra-se com poucos investimentos e incentivos. Além disto, verifica-se a oportunidade de investir mais recursos para compreender os projetos dedicados a estudar esta temática de difusão da ciência e da tecnologia para a sociedade. Por fim, sugere-se também que os autores direcionem suas publicações para periódicos/repositórios públicos, privilegiando dados abertos, que aumentem a chance de recuperação das pesquisas. Sobretudo, reforçam a necessidade de que sejam implantadas ações para preservar, transmitir, ancorar e polinizar o conhecimento econômico e solidário junto aos cooperados, organizações, pesquisadores, associados.

Palavras-chave: Apicultura; Meliponicultura; Comunicação; Agroecologia; Tecnologia Social.

LA ECONOMÍA SOCIAL EN ESPACIOS VIRTUALES: EL CASO DE LA COOPERATIVA CULTURAL TRAFKINTU

Llera, Daniela Soledad

Departamento de Economía, Universidad Nacional del Sur (UNS), Bahía Blanca, Argentina
daniela.llera@uns.edu.ar

Tortul, Marina.

Departamento de Economía, IIESS-CONICET, Universidad Nacional del Sur, Bahía Blanca, Argentina.
marina.tortul@uns.edu.ar

Leonardi, Viviana

Departamento de Economía, IIESS-CONICET, Universidad Nacional del Sur, Bahía Blanca, Argentina.
viviana.leonardi@uns.edu.ar

Resumen

La posmodernidad y la era digital ha dado lugar a la configuración del ciberespacio como un “territorio digital” que expande el contexto relacional y el entorno de información a partir del ejercicio de nuevas praxis culturales, que incluyen producir, intercambiar y controlar impresiones” (Bernal Hidalgo, 2020). Además, se ha propiciado la digitalización de la economía, dando forma a la denominada “economía de plataforma”. La economía de plataforma es la actividad económica y social facilitada por plataformas digitales o marcos tecnológicos que promueven la interacción entre diferentes actores, permite la sincronización de la oferta y demanda en tiempo real, típicamente mediante la utilización de dispositivos móviles (CACS, 2018). Este proceso de digitalización de la economía se ha acelerado con el COVID-19 y la economía social (ES) no es ajena a este fenómeno. Por otro lado, esta economía da lugar a una nueva manera de circulación del arte y sin duda se convirtió en una oportunidad para los trabajadores del arte y la cultura en tiempos de pandemia. El objetivo del presente trabajo es dar a conocer una experiencia autogestiva, asociativa y solidaria vinculada al sector cultural cuyo territorio de acción es la virtualidad. La misma se consolida en contexto de pandemia como un medio para la circulación de las producciones artísticas de diversos autores. Hoy cuenta con el aporte de 125 autores. La metodología empleada tiene carácter descriptivo a partir de un estudio de caso concreto. Se trata de diseño flexible que permite utilizar tanto análisis cuantitativo como cualitativo con el objeto de comprender las peculiaridades del caso bajo indagación. El estudio de caso posee orientación empírica y descriptiva detallada (Sautu, 2003), como así también la condición de un contexto delimitado. Los datos serán recopilados a través de un formulario en línea a los diferentes autores que publican sus producciones en la plataforma y entrevistas semiestructuradas a los socios fundadores de la misma. Se analiza el proceso de creación de La Cooperativa Cultural Trafkintu, el cumplimiento de los objetivos propuestos y la percepción de los autores.

Palabras clave: territorios digitales, economía de plataforma, economía social y solidaria, cooperativas culturales



AMANHÃ VAI SER
OUTRO DIA

As múltiplas crises do presente e o
papel das iniciativas associativas
autogestionárias na reorganização da
sociedade



GT 10: Finanças solidárias / Finanzas solidarias

O PAPEL DOS BANCOS COMUNITÁRIOS DE DESENVOLVIMENTO E SUAS MOEDAS SOCIAIS NO COMBATE À EXCLUSÃO FINANCEIRA

Lucas Ferdinando Rorato, FCLAr - Unesp, lucas.rorato@unesp.br
Leandro Pereira Morais, FCLAr - Unesp, Leandro.morais@unesp.br

Resumo

Segundo Pires-Alves *et al* (2020, p. 12), de modo geral, “o conceito de exclusão financeira se refere a um processo que limita ou impede o acesso de indivíduos ou grupos a produtos e serviços financeiros”. No Brasil, de acordo com o Relatório de Cidadania Financeira (2021), elaborado pelo Banco Central do Brasil (BCB), atualmente apenas 77% dos adultos brasileiros mantêm algum tipo de relacionamento com alguma instituição do Sistema Financeiro Nacional (SFN). Essa alta e persistente exclusão financeira prejudica a capacidade de alavancagem via crédito da população de baixa renda, contribuindo para a continuidade das desigualdades sociais e econômicas. As causas dessa exclusão possuem origens que podem estar ligadas à natureza econômica, social, cultural, demográfica, regulatória, tecnológica, entre outras, entretanto, a natureza econômica é a que, normalmente, pesa para a inclusão financeira, pois as instituições acabam por exigir níveis de renda bastante elevados e garantias reais para liberar o acesso a seus produtos (LEYSHON & THRIFT, 1996). Em virtude desse cenário excludente, nos últimos anos, começaram a surgir diversas formas de Finanças Sociais como é o caso dos Bancos Comunitários de Desenvolvimento (BCD) e suas moedas sociais. Segundo Singer (2009, p. 3), as moedas sociais são “um instrumento de troca e meio de pagamento criado e operado por associações autogestionárias” que circula juntamente com a moeda oficial em determinada região, com foco na inclusão de grupos que normalmente são excluídos do mercado financeiro tradicional. Nos locais que foram implementadas, essas moedas se mostraram uma ferramenta capaz de reduzir a exclusão financeira, uma vez que elas, além de serem já destinadas para as pessoas financeiramente marginalizadas, são capazes de manter a renda gerada em uma região dentro da própria região, o que contribui para o desenvolvimento socioeconômico local. Diante disso, o objetivo do presente artigo é analisar e compreender o papel dos BCD e suas moedas sociais no combate à exclusão financeira. Para tanto, o artigo está dividido em três seções, além da introdução e das considerações finais. A primeira seção busca uma explanação do atual cenário de exclusão financeira e seus impactos socioeconômicos na sociedade brasileira. Já a segunda seção busca apresentar uma rápida revisão bibliográfica das finanças sociais e sua importância no âmbito da economia social e solidárias e, por fim, a terceira seção analisa o papel dos bancos comunitários de desenvolvimento e das moedas sociais no combate à exclusão financeira.

Palavras-chave: Exclusão Financeira; Finanças Solidárias; Bancos Comunitários de Desenvolvimento; Moedas Sociais.

MOEDAS SOCIAIS PARA A ECONOMIA SOCIAL: CLASSIFICAÇÃO, PAPEIS NA ECONOMIA FORMAL E INFORMAL E POSSIBILIDADES PARA O MICROCRÉDITO

Yasuyuki Hirota, miquel@ineval.org

Resumo

Este artigo intenta posicionar várias modalidades de moedas sociais dentro do marco teórico da economia social, particularmente das cooperativas e das associações. Estes meios de intercâmbio, criados para facilitar transações dentro de um coletivo de indivíduos, entidades da economia social, às vezes a administração pública (normalmente prefeituras e semelhantes) e outros atores econômicos, ajudam a estabelecer relações socioeconômicas baseadas na reciprocidade sem visar a maximizar o lucro monetário, além de permitir a autogestão parcial da nossa economia, ou seja a criação de uma economia em que a sociedade civil pode controlar o próprio meio de intercâmbio. O artigo começa por justificar a existência destes circulantes, referindo-se em primeiro lugar às palavras do Aristóteles que o dinheiro existe apenas como lei e em segundo lugar à definição mais sofisticada de Lietaer (2001) de “*acordo dentro da comunidade de usar algo como meio de intercâmbio*”, que são distintos à moeda de curso legal (R\$ no contexto brasileiro). E depois de aclarar a arbitrariedade do meio de intercâmbio, se apresenta a classificação de distintos variantes dessas experiências, não só pelo lastro (moeda oficial, outros bens e/ou serviços depositados, confiança mútua = compromisso dos utentes a oferecer bens e/ou serviços equivalentes posteriormente, empréstimo em moeda social, fiat) mas também pelo papel que jogam na economia formal e informal (aquelas experiências que envolvem atores da economia formal precisam encaixar-se às exigências relativas, enquanto que as moedas sem tais atividades econômicas têm a possibilidade de estar livres delas) e também pela possibilidade de conseguir financiamento para novos empreendimentos. Depois analisa distintas relações que podem estabelecer-se entre a economia social e esses mesmos meios, não só como ferramentas para fortalecer aquela economia não capitalista, mas também como ator deste mesmo setor econômico. Dito de outro modo, apesar da importância de estudar contribuições socioeconômicas dessas moedas sociais para cooperativas e associações, é também preciso prestar atenção ao fato que as próprias entidades gestoras das mesmas podem ser esses atores já mencionados da economia social, com a necessidade de alinhar os objetivos dos meios de intercâmbio com aqueles da economia social em geral.

Palavras-chaves: moeda social, microcrédito, lastro, moeda complementar



FINANÇAS SOLIDÁRIAS COMO ESTRATÉGIA PARA COLETIVOS CULTURAIS

Nathália Fernandes da Silva, SENAC Franca/ Oriri Agência Cultural/Coletivo Fuligem/Cia. Teatral Boccaccione/ Cia. Teatro de Riscos/ ONG Vivacidade/ Centro Cultural Cerâmica São Luiz

nath.trovoa@gmail.com

Maria Zanin, NuMI-EcoSol /Universidade Federal de São Carlos

mariazanin55@gmail.com

Ioshiaqui Shimbo, NuMI-EcoSol /Universidade Federal de São Carlos,

ishimbo50@gmail.com

Resumo

Um dos maiores desafios da economia solidária é a sustentabilidade e sobrevivência financeira das iniciativas econômicas solidárias, principalmente no campo da arte e cultura, na produção e comercialização de conteúdos artísticos e culturais. Essas áreas, nem sempre fomentadas por políticas públicas, carecem de estratégias de recursos administrativos e financeiros monetários e não monetários. Neste contexto, a questão principal desta pesquisa foi identificar em que medida e de que forma, estratégias de finanças solidárias podem fortalecer grupos culturais que almejam atuar dentro dos princípios da economia solidária? Para desenvolver o trabalho, estudou-se a experiência do Coletivo Fuligem, que surgiu em 2010 em Ribeirão Preto/SP, com o desafio de manter o princípio da autogestão (presente na economia solidária) e sobreviver às exigências monetárias capitalistas presentes na prestação de serviços culturais e de comunicação. Por meio da construção coletiva da Linha do Tempo, o presente artigo propõe analisar o processo administrativo do Coletivo Fuligem de 2010 a 2017, apresentando duas ferramentas estratégicas de finanças solidárias: Caixa Coletivo, com informações extraídas da movimentação monetária; e Rede de Trocas Solidárias, com dados referentes às parcerias de serviços e produtos efetuados com trocas não monetárias. A partir das informações econômicas coletadas, foi possível quantificar suas receitas e despesas a partir da origem de captação dos recursos, identificando três vertentes econômicas que compõem o conceito de Economia Plural: a) mercantis - envolvendo a captação de recursos atrelada à prestação de serviço; b) não-mercantis - quando envolvem patrocínios ou premiações por editais públicos; c) não-monetária - quando realiza trocas solidárias de serviços e/ou produtos, que não envolvem a circulação monetária. As ferramentas de finanças solidárias analisadas nesta pesquisa e utilizadas pelo Coletivo Fuligem, auxiliaram a estruturação econômica do grupo, ao possibilitar que sua sustentabilidade financeira fosse sustentada pela articulação de diversas fontes de recursos mercantis, não mercantis e não monetários, favorecendo a permanência de integrantes no grupo e a expansão de trocas não monetárias. Espera-se que com os resultados deste trabalho possam ampliar as possibilidades de gestão e distribuição de recursos para coletivos culturais e empreendimentos de economia solidária.

Palavras-chave: Caixa coletivo; Rede de trocas solidárias; Linha do tempo; Economia Plural; Coletivos Culturais.

ECONOMIA SOLIDÁRIA E FINANÇAS SOLIDÁRIAS: O PAPEL DO BANCO COMUNITÁRIO DO PREVENTÓRIO NO ENFRENTAMENTO DA PANDEMIA DO COVID-19

Pedro Paulo Souza da Silva, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro,
pedropaulosilva@id.uff.br
Janaina Machado Simões, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro,
janainamsimoes@gmail.com

Resumo

O mundo foi surpreendido no início de 2020 com o alastramento do novo coronavírus (Covid-19), onde a Organização Mundial da Saúde (OMS), no dia 11 de março, caracterizou a nova doença como uma pandemia. De outro lado, observa-se uma mobilização, no cenário brasileiro, da sociedade e de algumas instâncias governamentais, em várias linhas para mitigar os efeitos causados pela pandemia. O presente estudo tem como objetivo geral verificar de que maneira foram desenvolvidas as estratégias de Finanças Solidárias e Economia Solidária, realizadas pelo Banco Comunitário de Desenvolvimento do Preventório durante o contexto da Pandemia de Covid-19 entre os anos de 2020 e 2021, focando na descrição do Banco Comunitário de Desenvolvimento do Preventório, identificação das estratégias no período da pandemia, verificação dos atores e recursos utilizados, e apontamento das ações. O referencial teórico do trabalho está estruturado em um primeiro tema principal de Economia Solidária, com subtemas, tais como Caracterização da Economia Solidária, Autogestão, Estratégias de Desenvolvimento Local, e o segundo tema principal, Finanças Solidárias, contém subtemas que debatem o Sistema Atual Financeiro, Tipos de Organização nas Finanças Solidárias e Bancos Comunitários de Desenvolvimento. O trabalho baseia-se metodologicamente na pesquisa social descritiva, com o apoio da pesquisa documental onde foram coletados dados relacionados às ações de afretamento da pandemia entre 2020 e 2021. Em um primeiro bloco de resultados, encontra-se uma organização com mais de 10 anos de atuação social, que vem se reinventando para além da finalidade teórica de um Banco Comunitário. Além disso, o Preventório desenvolveu 9 projetos entre 2020 e 2021, com aportes financeiros que somam mais de 1 milhão de reais, captados através de editais e doações, que apoiaram ações diretas e indiretas para responder problemas agravados pela pandemia como a insegurança alimentar e nutricional, geração de trabalho e renda, dinamização da economia local através do fomento à cultura e ações de preservação do meio ambiente, entre outros.

Palavras-chave: Bancos Comunitários de Desenvolvimento; Economia Solidária; Finanças Solidárias.

AUTOSSUSTENTABILIDADE DOS BANCOS COMUNITÁRIOS: APLICAÇÃO DE INDICADORES ECONÔMICO-FINANCEIROS

Wiliam Retamiro, PPGCTS/UFSCar, wretamiro@retamiro.com.br
Maria Lúcia Teixeira Machado, PPGCTS/UFSCar, mluciatmachado@gmail.com
Wagner Leite Souza Molina, PPGGOSP/UFSCar, molinawsl@gmail.com

Resumo

Após o advento do Banco Palmas em 1998, os Bancos Comunitários de Desenvolvimento (BCD) se constituíram como uma imprescindível tecnologia solidária financeira que contribuem para a difusão, democratização e consolidação da democracia financeira por meio do uso das moedas sociais. Sua expansão ocorreu de forma significativa por intermédio do apoio da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES), a qual por meio de editais e demais formas de apoio, proporcionou a constituição e recursos financeiros aos BCD. Contudo, após o período da crise política e econômica iniciada em 2013, os recursos destinados aos BCD foram extintos, o que deixou os equipamentos menos estruturados e, conseqüentemente, em situação de difícil continuidade de suas atividades ou até mesmo o encerramento de suas atividades. Dessa forma, por meio de uma pesquisa exploratória e documental com dados extraídos do Sistema de Informação da Economia Solidária (SIES) e do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), este trabalho objetiva apontar as evidências relacionadas a necessidade de reposicionamento de gestão estratégica dos BCD. Por vezes criticadas pelos acadêmicos defensores da permanente dependência de subsistência de origem exclusivamente pública dos recursos financeiros, das perspectivas de dinamização das atividades de comercialização no território de atuação, sensibilização e empoderamento da comunidade quanto a riqueza territorial e, principalmente, o aprimoramento da aplicação das técnicas de gestão por meio de indicadores de desempenho financeiro. Dessa forma, é possível, analisar a origem dos recursos, as modalidades de garantias e os acordos para a devolução do crédito concedido para lucubrar ações que identifiquem e mitiguem as deficiências da gestão, com o propósito de lograrem a autossustentabilidade financeira destes. Verifica-se, portanto, que tais renovações implicarão na mudança do comportamento de gestão, bem como no *modus operandi* da equipe gestora e que a expansão de alternativas como a dos bancos municipais poderá enfraquecer o surgimento comunitário endógeno, porém a sobrevivência dos BCD tradicionais dependerá de uma mudança comportamental da equipe gestora ante ao avanço da tecnologia financeira (*fintechs*) e a necessidade de ingressar no mercado financeiro secular sem perder os princípios das finanças solidárias.

Palavras-chave: Autossustentabilidade financeira; Bancos Comunitários de Desenvolvimento; Finanças Solidárias; Gestão bancária; Tecnologia financeira

FUNDOS ROTATIVOS SOLIDÁRIOS: POTENCIALIDADES E LIMITAÇÕES NO MUNICÍPIO DE VOLTA REDONDA-RJ

Milena dos Santos Cerqueira, Universidade Federal Fluminense, milenacerqueira@id.uff.br
Carlos Frederico Bom Kraemer, Universidade Federal Fluminense, carloskraemer@id.uff.br
Thais Soares Kronemberger, Universidade Federal Fluminense, thaisk@id.uff.br
Luis Henrique Abegão, Universidade Federal Fluminense, lhabetgao@id.uff.br

Resumo

A economia solidária tem como base as atividades econômicas sustentáveis, sob os princípios da autogestão, da igualdade nas relações sociais e da cooperação entre os trabalhadores e trabalhadoras organizados em empreendimentos econômicos solidários, cujo potencial encontra-se na resolução de problemas públicos concretos e na promoção do desenvolvimento territorial. As finanças solidárias constituem uma das experiências da economia solidária e são consideradas uma tecnologia social cujo objetivo consiste na democratização do sistema financeiro. Os fundos rotativos solidários, em especial, são práticas de finanças solidárias que tem como instrumento o crédito solidário, no qual reúne recursos financeiros ou não. Sustentado em tal discussão, o artigo possui como objetivo geral analisar as potencialidades e limitações para a constituição de fundos rotativos solidários no município de Volta Redonda- RJ, localizado na Mesorregião Sul Fluminense do Estado do Rio de Janeiro, Brasil. A escolha do município justificava-se pela trajetória no campo de construção da economia solidária; na representatividade desse público pelos seguimentos das cooperativas de catadores e catadoras de materiais recicláveis, artesanato, culinária gourmet, coletivos de pequenos produtores agroecológicos; existência do Fórum de Economia Solidária de Volta Redonda-RJ, além da presença de uma Incubadora Tecnológica de Empreendimentos de Economia Solidária vinculada a uma universidade pública. A metodologia, de natureza qualitativa e do tipo exploratório, adota como coleta de dados as pesquisas bibliográfica, documental e de campo. Esta última com a realização de entrevistas semiestruturadas com membros de empreendimentos econômicos solidários e de entidades de apoio tanto da universidade quanto da gestão pública. A análise dos dados seguiu a elaboração de categorias e critérios de análise do tipo grade mista. Os principais resultados apontam para a necessidade de compreensão acerca dos fundos rotativos solidários pelos sujeitos que compõem a própria economia solidária do município. Destaca-se também, a importância de ações continuadas de formação junto aos empreendimentos econômicos solidários, além da promoção da institucionalização de uma política pública municipal de economia solidária.

Palavras-chave: Economia Solidária; Finanças Solidárias; Fundo Rotativo Solidário.

MICROCRÉDITO HABITACIONAL DO BANCO COMUNITÁRIO DE DESENVOLVIMENTO BANCO BEM, VITÓRIA-ES -ANÁLISE DO PROCESSO DE CONCESSÃO DO FINANCIAMENTO COMO INSTRUMENTO AUTOGESTIONÁRIO DE MELHORIA DAS MORADIAS

Callil João, Universidade Federal de São Carlos (PPGCTS-UFSCar), joaocallil@gmail.com
Hilano José Rocha de Carvalho, Universidade Federal do Ceará, hilanocarvalho@gmail.com
Ioshiaqui Shimbo, Universidade Federal de São Carlos, NuMI-EcoSol, ishimbo50@gmail.com
Patricia Zandonade, Universidade Federal da Integração Latino-Americana (Docente Adjunta);
Universidade Federal de São Carlos (NuMI EcoSol - Pós Doc), patzand@gmail.com
Danilo Malta Ferreira, Universidade Federal de São Carlos, NuMI-EcoSol, dnylon@gmail.com

Resumo

A população de baixa renda, com pouco acesso aos recursos financeiros, normalmente também não tem acesso a serviços de crédito do sistema financeiro tradicional. Seja crédito para consumo ou mesmo para produção, aquele com intuito de investimento em algum empreendimento que supostamente traria retorno financeiro. Isso acontece em parte pelo fato de o sistema tradicional exigir garantias que essa população costuma não conseguir atender. Os Bancos Comunitários de Desenvolvimento são iniciativas de finanças solidárias que oferecem, dentre outras atividades, os serviços de créditos (para produção, consumo e habitacional) para as populações de seus territórios de abrangência. Apesar da existência de uma rede de Bancos Comunitário de Desenvolvimento, nem todos trabalham com a linha de crédito habitacional. Um dos pioneiros na oferta de crédito habitacional foi o Banco Bem em Vitória-ES, oferecendo também a possibilidade de assessoria técnica à autoconstrução para seus tomadores de crédito. O objetivo geral do trabalho é analisar o processo de constituição do fundo habitacional e concessão do crédito habitacional por meio de fluxogramas detalhados, desde a fundação do Banco Bem, construção do seu fundo habitacional, avaliação do crédito até o encerramento do contrato de crédito habitacional. As estratégias gerais do trabalho foram: pesquisa de levantamento e documental; entrevista com atores envolvidos nos processos apresentados; observação direta; e estudo da experiência: Banco Bem, Vitória-ES. Os produtos obtidos neste artigo referem-se a: 1) caracterização do território e do Banco Comunitário de Desenvolvimento Banco Bem, Vitória-ES; 2) caracterização do serviço de crédito habitacional; 3) elaboração de fluxogramas desde a constituição do Banco Bem, do seu fundo habitacional, a concessão de crédito, acompanhamento, até o encerramento do contrato de crédito habitacional e a volta completa do recurso emprestado para o fundo do banco; e por fim 4) análise das estratégias gerais, condições facilitadoras, potencialidades, dificuldades e limites da experiência. Os resultados obtidos indicam: 1) a importância de desenvolvimento de ferramentas, por meio de fluxogramas, para compreensão e atuação nas diferentes etapas da concessão crédito habitacional como condição para replicação da experiência do Banco Bem em outros Bancos Comunitários de Desenvolvimento na perspectiva da autogestão. 2) as potencialidades dos processos autogestionários das periferias urbanas, considerando as necessidades e potencialidades do território na perspectiva da melhoria das condições da habitação.

Palavras-chave: Economia Solidária; Banco Comunitário de Desenvolvimento; Crédito habitacional; Fluxograma.



AMANHÃ VAI SER
OUTRO DIA

As múltiplas crises do presente e o
papel das iniciativas associativas
autogestionárias na reorganização da
sociedade



GT 11: Desenvolvimento territorial / Desarrollo territorial

ACCESO COLECTIVO A TIERRAS PÚBLICAS EN URUGUAY

Juan Riet Correa, juaneriet@gmail.com
Gerardo Sarachu, gsarachu@gmail.com
Walter Oreggioni, woreggioni@gmail.com
Cecilia Matonte, cecilia.matonte@gmail.com

Área Estudios Cooperativos y Economía Solidaria SCEAM
Universidad de la República

Resumen

El objetivo general del presente trabajo es analizar el desarrollo de la política de acceso a tierras públicas en el nuevo contexto político institucional de la República Oriental de Uruguay, caracterizado por el recorte de la financiación del Instituto nacional de Colonización (INC), la desafectación de tierras de su gestión y el detenimiento de un proceso de 15 años de ampliación de su cartera de tierras. Las Formas de Acceso Colectivo a Tierra, refiere a una categoría que resulta central para describir y comprender una modalidad de acceso a tierras públicas, principalmente, que ha permitido a trabajadoras/es y productoras/es familiares, desarrollar emprendimientos colectivos en los que, en mayor o menor medida, se comparte el trabajo, los medios de producción, la toma de decisiones y los resultados del emprendimiento. Se busca conocer cuáles son los arreglos organizativos presentes, y como se incide en la territorialidad asociativa, así como las condiciones materiales que permiten el funcionamiento de los emprendimientos. Para ello se sistematizan los datos provenientes del INC junto al análisis del mapeo y caracterización de la Economía Solidaria en el Uruguay. Se procesaron datos actualizados a marzo de 2022 en relación a la evolución del acceso colectivo a tierras públicas del INC. Principales resultados y reflexiones: Existe una continuidad de la política de adjudicación de tierra en régimen colectivo, a pesar del cambio de gestión establecido por el cambio de gobierno. Sin embargo, es de destacar que las adjudicaciones realizadas durante la gestión del nuevo gobierno nacional, responden a tierras que ya se encontraban incorporadas a la cartera del INC y cuyos trámites se habían iniciado mayoritariamente en la gestión anterior. Si analizamos la tendencia a la nula incorporación de tierras a la cartera del INC en el último año y medio, es posible sugerir que el proceso de adjudicación de nuevas tierras se verá enlentecido o directamente detenido en términos generales. Por lo tanto, de no existir una política de adjudicación que priorice la asignación colectiva sobre la adjudicación individual de tierras, el crecimiento de unidades productivas asociativas en tierras públicas también se detendrá.

Palabras clave: Acceso a tierra, territorialidad asociativa, política pública

ELEMENTOS CENTRAIS PARA O DESENVOLVIMENTO LOCAL A PARTIR DA ECONOMIA SOCIAL E SOLIDÁRIA

Juan Fernando Alvarez Rodriguez, Pontificia Universidad Javeriana de Bogotá,
juanfernandoalvarez@gmail.com
Daniel Francisco Nagao Menezes, Universidade Presbiteriana Mackenzie,
nagao.menezes@gmail.com

Resumo

A Economia Social e Solidária é chamada a desempenhar um papel importante no desenvolvimento local dos territórios onde está implantada, especialmente em regiões em desenvolvimento como a América Latina. Neste sentido, as ligações entre Economia Social e Solidária e Desenvolvimento Local são numerosas e daí resulta que é interessante a promoção da Economia Social e Solidária por parte das diferentes administrações públicas locais e territoriais. Neste artigo de pesquisa, aprofunda-se essa realidade existente baseada em experiências variadas. Para isso, o trabalho refletirá sobre a relação entre Desenvolvimento Local e Economia Social e Solidária. De igual modo, serão analisadas as diversas políticas públicas das entidades locais para a promoção da Economia Social e Solidária, especialmente em países latino-americanos, entre as quais se destacam as políticas públicas denominadas de “segunda geração”, as quais oferecem a possibilidade de fertilizar experiências de Economia Social e Solidária, ao mesmo tempo que dão uma resposta satisfatória aos desafios colocados pelo desenvolvimento territorial. O texto trabalha com a hipótese de embora haja uma grande variedade e diversidade entre as experiências em vários países latino-americanos, tanto no que se refere às formas de Economia Social e Solidária promovidas quanto às ferramentas públicas e privadas acionadas, muito poucas conseguem transcender o nível mais específico ou setorial da experiência, de modo que o alinhamento das experiências analisadas com os modelos de desenvolvimento de “segunda geração” ainda é fraco. Esse fato mostra que, embora existam casos cuja lógica mais profunda se baseie em processos bottom-up que buscam a ativação de diversos agentes territoriais (ecossistêmicos) e institucionais (transversais e holísticos), em nenhum caso ele poderia ser extrapolado como um modelo mais generalizado a nível da comunidade. Esta constatação (hipótese) não faz mais do que evidenciar a ausência de uma visão estratégica partilhada entre os agentes de desenvolvimento local e os agentes da Economia Social e Solidária, para desenhar conjuntamente um “roteiro” partilhado no domínio das políticas públicas. Trata-se de trabalho investigatório, com utilização de metodologia hipotético dedutivo e uso de revisão bibliográfica como procedimento metodológico a revisão bibliográfica.

Palavras-chave: Economia Social e Solidária; Desenvolvimento local; Contratação Pública Responsável; Políticas públicas; Emprego.

PROJETO MANEJO AGROFLORESTAL, POR UMA IDENTIDADE TERRITORIAL

Joaquim Lauro Sando, Engenheiro Agrônomo, mestrando em Geografia pelo Instituto de Políticas Públicas e Relações Internacionais (IPPRI- UNESP),
joaquim.sando@unesp.br

Resumo

O Projeto Manejo Agroflorestal em implantação no assentamento de reforma agrária Mário Lago - Ribeirão Preto (SP), de fevereiro/22 a janeiro/23, conta com apoio financeiro do Instituto Nova Era. A partir de 10 (dez) dos 264 (duzentos e sessenta e quatro) lotes existentes, são aplicadas técnicas de manejo agroflorestal adequadas a cada paisagem presente nos respectivos lotes; com envolvimento das famílias no processo decisório desde a elaboração da proposta do projeto. Dessa forma, pautados na percepção dessas famílias, soluções foram construídas e estão sendo aplicadas para mitigar problemas econômicos, sociais e ambientais. Economicamente busca-se gerar renda a partir do aumento da produção e da criação de um Grupo de Consumo Agroecológico que, somado aos mecanismos existentes, aproxima os assentados de novos consumidores de forma direta. Socialmente assumiu-se o desafio de incluir, integrar e formar mulheres que cuidam de lotes, além de identificar e incluir jovens que sofrem com a falta de oportunidade, formação e renda. Identificou-se também a necessidade de um olhar mais atento para os problemas de saúde, para tanto, a equipe do Núcleo de Apoio a Saúde da Família (NASF), da Prefeitura de Ribeirão Preto, integrou-se ao projeto. Ambientalmente o território de implantação do projeto é reconhecido como área de recarga do Aquífero Guarani e dotado de reservas legais e áreas de proteção permanente, preservá-las, mas torná-las produtivas por meio do manejo agroflorestal passou a constituir um dos focos de atuação. Tem o projeto como objetivo geral construir coletivamente soluções para os problemas gerados pelo monocultivo da cana-de-açúcar promovido historicamente pelo agronegócio na exploração do latifúndio existente anteriormente naquele território, mitigando seus impactos negativos causados na esfera econômica, social e ambiental. O marco teórico se contrapõe a visão exclusivamente economicista de desenvolvimento, entendendo o território como espaço de poder e disputa, onde o sujeito é o agente de transformação. A metodologia aplicada ao projeto é o materialismo histórico-dialético, tendo os grupos focais como as principais formas de articulação e discussão. Como resultado espera-se o protagonismo feminino e jovem; o aumento da renda; a preservação ambiental; a valorização do associativismo e do cooperativismo; a ampliação da prática agroflorestal; o desenvolvimento; e, o fortalecimento de uma identidade territorial.

Palavras-chave: agroflorestal; território; assentado; protagonismo; desenvolvimento.



RACISMO AMBIENTAL: COMUNIDADES DO CERRADO DO PANTANAL MATO-GROSSENSE

Giovana Rosangela Ferreira Mendes, Docente do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso - IFMT giovana.mendes@ifmt.edu.br
Hugo Fernandes Lopes Filho, Pós Graduando do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso - IFMT hugofernandeslf@gmail.com

Resumo

A proposta deste trabalho é refletir sobre as consequências provocados pelo racismo ambiental nos/as moradores/as das comunidades do Cerrado do Pantanal, no município de Poconé que está localizada na porção centro-sul do Estado de Mato Grosso, na microrregião do Alto Pantanal, que se destaca pela sua exuberante biodiversidade e no modo de vida dos/as moradores/as que na maioria são formadas por quilombolas, assentados e ribeirinhos, que sofrem os efeitos da transformação do seu território com a resignificação decorrente da intensificação do plantio da soja, do avanço dos garimpos e da pecuária. Busca-se fazer uma reflexão sobre o espaço social e as inter-relações entre os danos ambientais e sociais resultantes das atividades produtivas na região. O modelo econômico baseado em grandes latifúndios e na monocultura altera os espaços de vida dos/as moradores/as e transformam os ativos naturais, esse tipo de intervenção resulta na retirada compulsória de moradores/as que acabam por deixar a comunidade em virtude da precarização do meio de vida dos seus agentes sociais, que sem alternativas são obrigados a morar nas periferias da capital ou buscar outros estados. O presente trabalho tem como proposta metodológica fazer um estudo de caráter qualitativo, adota como técnicas de pesquisa a observação direta e a aplicação de questionários, fotografias e vídeos. Em fase de diagnóstico, conforme dados obtidos por meio de visitas in lócus e entrevistas foi possível constatar a poluição dos resíduos provocados pelos garimpos e da monocultura que está obrigando moradores/as a migrarem de suas casas. Esse processo revela que a discrepância de poder é determinante para uma distribuição espacial desigual dos impactos ambientais, recaindo a maior carga de danos naqueles que são considerados pessoas em situação de vulnerabilidade o que caracteriza o racismo ambiental na região.

Palavras-chave: Racismo Ambiental; Cerrado do Pantanal; Poder Econômico.

UMA ANÁLISE DO DIREITO ÀS TERRAS TRADICIONALMENTE OCUPADAS POR ÍNDIGENAS NO BRASIL NA PERSPECTIVA DOS DIREITOS HUMANOS

Yuri Pereira Gomes

Mestrando em Direito pela Universidade Federal de Pelotas

yuripgcedd@gmail.com

Resumo

O presente trabalho visa analisar o direito às terras tradicionalmente ocupadas pelos povos indígenas no Brasil na perspectiva dos direitos humanos. Os direitos humanos consistem em direitos garantidos a qualquer indivíduo, de caráter universal, estendendo a pessoas de todos os povos e nações, independentemente de sua etnia ou nacionalidade. Em relação à legislação internacional, destacam-se na proteção internacional dos povos indígenas: a Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas, e a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho sobre Povos Indígenas e Tribais. A Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas foi aprovada pela Assembleia Geral da ONU, não tendo caráter vinculante. Esta Declaração é uma referência à legislação internacional na formulação e execução de políticas internacionais para os indígenas. Nessa declaração constam princípios como o direito à autodeterminação e a necessidade do consentimento e do acordo de vontades entre povos indígenas e Estados. A Declaração da ONU garante o direito de os povos indígenas serem consultados antes da adoção de medidas legislativas ou administrativas de qualquer natureza, incluindo obras de infraestrutura, mineração em seus territórios. A Convenção nº 169 Sobre os Povos Indígenas é considerada o primeiro instrumento internacional vinculante com enfoque na proteção de direitos dos povos indígenas. Esse é o documento internacional mais abrangente em respeito às condições de vida dos indígenas. A Convenção destaca o direito de consulta e participação dos povos indígenas no uso, gestão e conservação de seus territórios. Também prevê o direito a indenização por danos e proteção contra despejos e remoções de suas terras tradicionais. São consideradas terras tradicionalmente ocupadas pelos indígenas, as terras por eles habitadas em caráter permanente, imprescindíveis à preservação dos recursos naturais indispensáveis ao seu bem-estar, à sua reprodução cultural, segundo seus usos, costumes e tradições. Destarte, é demonstrado que as terras indígenas apresentam características como delimitação geográfica, princípios comunitários de se manterem em equilíbrio com a natureza, entre outros princípios que possibilitam às comunidades indígenas serem modelos de sociedades sustentáveis. Para tanto, metodologicamente foram realizadas pesquisas bibliográficas e documentais. As pesquisas bibliográficas se ativeram às doutrinas e às normas, a fim de fundamentar os conceitos de direitos humanos, povos indígenas e terras tradicionalmente ocupadas. Pode-se concluir, que a legislação internacional serve de justificativa para que as terras indígenas sejam demarcadas no Brasil, considerando sua cultura de sustentabilidade do território, servindo de modelo para promover o desenvolvimento territorial sustentável.

Palavras-chave: Povos Indígenas; Terras Tradicionalmente Ocupadas; Direitos Humanos; Desenvolvimento Sustentável.

A INSEGURANÇA JURÍDICA E INSTITUCIONAL NA LUTA PELA TERRA: O CASO DO ACAMPAMENTO QUILOMBO CAMPO GRANDE (MG)

Jadir Eduardo Corrêa Junior, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente (PPGDTMA/UNAIRA), jadir-junior@hotmail.com
Joelson Gonçalves de Carvalho, UFSCar, joelson@ufscar.br

Resumo

O Brasil é um país marcado historicamente pela concentração fundiária e, atualmente, pela hegemonização do agronegócio enquanto modelo de desenvolvimento que, mesmo caracterizado pelas modernas forças de produção, não resolveu os problemas sociais no campo e não arrefeceu a necessidade de uma reforma agrária mais ampla e de caráter mais social. Ressalta-se que existem mecanismos legais, presentes na Constituição Federal que permitem a desapropriação de imóveis rurais quando estes não cumprem sua função social, mesmo assim, a luta pela terra e a reforma agrária não caminham na mesma velocidade no país, gerando uma massa de sem terras que tentam sobreviver com subempregos ou com empregos de baixa qualificação e remuneração. Dito isso, este trabalho versa sobre a insegurança jurídica e institucional da condição camponesa do demandante de programas de redistribuição fundiária no Brasil. O objetivo é investigar os impasses e incertezas jurídicas e institucionais da política de reforma agrária no Brasil e como as relações sociais de produção criaram e mantêm as condições favoráveis à manutenção e reprodução do latifúndio no país, a partir de um estudo de caso: o acampamento Quilombo Campo Grande, no sul de Minas Gerais. Este recorte territorial se justifica pelo fato de ser uma área internacionalmente conhecida por sua capacidade produtiva agroecológica e que se encontra sob a ameaça de reintegração de posse, mesmo depois de 20 anos de existência e tentativas estatais de desapropriação para fins de reforma agrária. Enquanto método, o trabalho se vale do materialismo histórico-dialético e, procedimentalmente, está sendo construído com revisão bibliográfica, análise documental e de dados secundários, entrevistas semiestruturadas e pesquisa de campo. A vasta bibliografia sobre assentamentos rurais indica que a constituição de assentamentos gera efeitos positivos, tanto em termos de melhoria da qualidade de vida dos assentados quanto de trabalho e renda e, também, que as estratégias simples de produção e reprodução social contribuem para o desenvolvimento territorial das diversas localidades onde estão inseridos.

Palavras-chave: Reforma Agrária; Assentamentos rurais; Desenvolvimento Territorial; Quilombo Campo Grande.

MOBILIZAÇÃO LOCAL PARA INSERÇÃO PRODUTIVA E DESENVOLVIMENTO LOCAL

Eliane Navarro Rosandiski, PUC-Campinas,
eliane.rosandiski@gmail.com

Resumo

No Brasil, a pandemia da COVID-19 encontrou uma economia fragilizada pela crise política de 2016, que vivia um processo muito lento de recuperação não respondendo às propostas liberais adotadas desde então. Ao contrário, as condições de inserção mercado de trabalho estavam fragilizadas pela implantação de medidas mais flexíveis de contratação e o desemprego estava num patamar elevado mesmo antes da pandemia. Em finais de 2021, a situação socioeconômica se mostra mais preocupante ainda, visto que mais de 12 milhões de brasileiros (11% da PEA) estão em busca de emprego, a remuneração média caiu em torno de 8% e a algum grau insegurança alimentar afeta 30% das famílias, dentre esses 33 milhões de brasileiros passam fome. Nesse grave cenário social, deteriorado pelo retorno da inflação, e diante de um Estado ideologicamente incapaz de articular políticas sociais, vem ganhando destaque as ações da sociedade civil realizadas em prol de mitigar tamanha desigualdade e exclusão. Esse trabalho compartilha a experiência de uma ação, desenvolvida por um conjunto de instituições civis locais que, atuando na forma de rede, tem como objetivo promover a inclusão produtiva numa região município de Campinas-SP cuja vulnerabilidade foi agravada em função da crise da COVID. Em termos conceituais, essa ação está sendo estruturada tomando como base os princípios do cooperativismo e da autogestão como forma de organização e gestão das atividades identificadas junto às comunidades. Metodologicamente, o projeto de intervenção no território está sendo impulsionado por uma Fundação que tradicionalmente financia um conjunto de Organizações da Sociedade Civil nos territórios de vulnerabilidade. A novidade desse projeto está relacionada ao foco e direcionamento das atividades: uma estrutura em rede está sendo construída sob a liderança de uma OSC que articula as ações de capacitação desenvolvidas pelas demais OSCs. Além das OSCs que atuam diretamente com o público-alvo, serão envolvidas outras instituições locais de formação capazes de promover e disseminar os conteúdos detectados capazes de promover os empreendimentos identificados e realizáveis junto à comunidade local. Cabe destacar que o ponto de partida é entender e mapear as demandas locais para que sejam lançadas as bases da construção da identidade e do desenvolvimento territorial. A base da pirâmide é a comunidade. Espera-se, implantar um ecossistema empreendedor social e solidário (sistema de cooperação entre sociedade civil e atores não governamentais), compatível com a capacidade de remuneração digna e trabalho decente, cujos resultados possam ser monitorados e replicados em diferentes regiões de vulnerabilidade.

Palavras-chave: Desenvolvimento Local; Economia Solidária; Inovação Social

GARANTIAS DE REPRODUÇÃO SOCIAL CAMPONESA NA CAPITAL BRASILEIRA DO AGRONEGÓCIO.

Marina Fernandes, UFSCar,
marinafernandes@estudante.ufscar.br
Joelson Gonçalves de Carvalho, UFSCar,
joelson@ufscar.br

Resumo

Este projeto de pesquisa consiste em um estudo de caso do Projeto de Desenvolvimento Sustentável (PDS) da Barra, localizado no município de Ribeirão Preto-SP. E tem como objetivo analisar as estratégias de produção agrícola e reprodução social dos assentados frente às alterações no Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). Neste sentido, o que se aborda, neste projeto, é um dos elementos centrais para o desenvolvimento rural: a questão agrária presente no diálogo dos assentamentos com o Estado. Desta forma, o objetivo final dessa investigação é diagnosticar as mudanças ocorridas no PAA que alteraram (ou não) a própria condição camponesa dos assentados do PDS da Barra, condição essa caracterizada, em última instância, pela compreensão da terra como espaço gerador da vida e dignificado pelo trabalho dos assentados. Assim o projeto se desenvolverá a partir da pesquisa de campo, em que serão aplicadas entrevistas com roteiros semiestruturados com dois tipos de agentes: um representativo, com atores ligados ao Programa e aos movimentos sociais de luta pela terra, e outro formado por sujeitos escolhidos aleatoriamente dentro do assentamento, garantindo uma maior confiabilidade nos dados primários coletados, até alcançarmos a saturação qualitativa. A base de dados secundários será composta pelo levantamento jurídico-legal que sustenta o PAA. Serão descritos seus rearranjos institucionais nos diferentes níveis, os quais serão comparados com os arranjos de anos anteriores. A análise histórico-estrutural terá a finalidade de assegurar a congruência entre os dados teóricos e empíricos, proporcionando caminhos para entender as alterações ocorridas no PAA e as novas dinâmicas de relações e/ou resistências no campesinato em Ribeirão Preto.

Palavras-chave: Campesinato; Políticas Públicas; Questão Agrária.

PESQUISA-AÇÃO EM TERRITÓRIOS INTERIOANOS E DESENVOLVIMENTO NA PERSPECTIVA LATINOAMERICANISTA: CAMINHOS PARA PENSAR OUTRAS ECONOMIAS TRANSFORMADORAS

Patricia Zandonade, (CAU e PPGPPD UNILA, TIPPA - Grupo de Pesquisa Territórios Interioranos, Paisagem e Povos na América Latina, NuMI-Ecosol UFSCar), patzand@gmail.com
Fernando Carneiro Pires, (PPGPPD UNILA, TIPPA - Grupo de Pesquisa Territórios Interioranos, Paisagem e Povos na América Latina), fernandocarneiropires@gmail.com
Mariana Barbosa de Souza (Universidade Federal da Integração Latino-Americana e TIPPA - Grupo de Pesquisa Territórios Interioranos, Paisagem e Povos na América Latina), barbosadesouzamariana@gmail.com
Leandro Barbosa Rolim, (PPGD UNICAP, TIPPA - Grupo de Pesquisa Territórios Interioranos, Paisagem e Povos na América Latina), leandrusbarbosa@gmail.com
Alessandra de Sant'Anna (PPGPUR/IPPUR/UFRJ, TIPPA - Grupo de Pesquisa Territórios Interioranos, Paisagem e Povos na América Latina, ETTERN/IPPUR/UFRJ), alessandradesantanna@gmail.com
Rosane Nauderer (ICMBio, TIPPA - Grupo de Pesquisa Territórios Interioranos, Paisagem e Povos na América Latina), rosane.nauderer@icmbio.gov.br
Cecilia Maria de Moraes Machado Angileli (CAU UNILA, TIPPA - Grupo de Pesquisa Territórios Interioranos, Paisagem e Povos na América Latina), cecilia.angileli@unila.edu.br
Thais de Oliveira (UNIOESTE, ICMBio, TIPPA - Grupo de Pesquisa Territórios Interioranos, Paisagem e Povos na América Latina)
Selma Passos Cardoso, (CAU UNILA, TIPPA - Grupo de Pesquisa Territórios Interioranos, Paisagem e Povos na América Latina), selma.cardoso@unila.edu.br
Manuel Joseph Corman, (Coletivo Contackte / TIPPA - Grupo de Pesquisa Territórios Interioranos, Paisagem e Povos na América Latina), manuel.corman@gmail.com

Resumo

Este trabalho tem como objetivo geral mostrar o percurso dos fundamentos teóricos e ações integradas, que permearam a trajetória de consolidação de um grupo multidisciplinar de pesquisa e ação, sediado na UNILA – Universidade Federal da Integração Latino-americana, de nome *TIPPA Territórios Interioranos, Paisagem e Povos na América Latina*, cujos desdobramentos levaram ao coletivo a se aproximar da discussão da Economia Solidária e outras economias transformadoras. A trajetória inicia-se em 2014 nas ações práticas baseadas em projetos de extensão universitária em territórios interioranos no Brasil, voltadas ao trabalho com comunidades periféricas e em risco de remoção, no sentido da educação popular e das pedagogias de Paulo Freire e os aprendizados com os movimentos comunitários por moradia urbana, e em pesquisas nos mesmos contextos territoriais, a partir da implantação de grandes empreendimentos energéticos na fronteira trinacional do Iguaçu, onde as discussões de Henri Acselrad, Rogério Haesbaert e Arilson Favareto foram as bases principais, com reflexões a partir do aprendizado com o MAB Movimento dos Atingidos por Barragens e outros movimentos sociais não-urbanos. Em seguida somaram-se discussões e preocupações relacionadas a modelos de desenvolvimento e meio ambiente na América Latina, valores patrimoniais populares e ambientais no território, patriarcado e racismo na estrutura territorial, favelização nas áreas urbanas interioranas e conflito e lutas por terra e território nas áreas urbanas e não-urbanas, em frentes de ação, ensino, pesquisa, nos níveis de graduação e pós-graduação e ações populares. Este movimento levou o grupo a refletir a relação dos povos e seus modos de morar com o contexto de expansão do neoliberalismo no interior da América Latina e suas estruturas territoriais. Este percurso teórico e sua correspondência com a ação contextualizada serão o objeto de estudo deste trabalho, verificando sua aproximação gradual aos princípios da economia solidária. A hipótese que nos ampara é a de que pensar territorialidades latino-americanas, modelos de desenvolvimento, modos de vida e preservação ambiental e cultural nos leva necessariamente a atravessar, em algum momento da trajetória, a discussão e engajamento em reflexões e ações contextualizadas a partir dos princípios da economia solidária ou outras economias transformadoras. Como metodologia, vamos resgatar as frentes de ação do grupo e suas bases de reflexão teórica no tempo, percorrendo o seu desdobramento até a inserção da economia solidária e outras economias transformadoras como uma das linhas base do coletivo e sua vinculação ao NUMI-EcoSol na UFSCar.

Palavras-chaves: Grupo de Pesquisa-Ação, Desenvolvimento e América Latina, Economia Solidária.

IMPACTOS DA ATIVIDADE SUCROENERGÉTICA NA REPRODUÇÃO DE GRUPOS CAMPONESES NA REGIÃO DE RIBEIRÃO PRETO

Victor Marchesin Corrêa, UFRRJ, victormarchesin@ufrrj.br
Joelson Gonçalves de Carvalho, UFSCar, joelson@ufscar.br
Marina Fernandes, UFSCar, marinafernandes@estudante.ufscar.br

Resumo

A cana-de-açúcar é um agrocombustível que tem ganhado destaque no debate da matriz energética global por conta da incapacidade de manutenção do modelo industrial baseado nos combustíveis, fósseis, notadamente o petróleo. Todavia, no Brasil, mais recentemente, com o avanço da área plantada de cana-de-açúcar, importantes debates estão sendo travados sobre os danos ambientais desta monocultura, bem como as formas de exploração do trabalho humano. Neste sentido, o presente trabalho busca analisar os impactos sociais da atividade sucroenergética para assentamentos rurais localizados em território de disputas, como é o caso da região de Ribeirão Preto, localizada no norte do estado de São Paulo e hegemonizada pelo agronegócio. Assim, nosso objetivo é analisar o avanço da cultura canavieira sobre o território da região ribeirão-pretana e os impactos da agroindústria sucroalcooleira sobre os assentamentos rurais desta mesma região. Nos cabe lançar luz aos sujeitos sociais que vivem e trabalham no campo. Metodologicamente, para além de entrevistas com agentes representativos, camponeses e pesquisadores do tema, também nos valeremos de análise documental e de dados secundários dos censos agropecuários, visitas de campo e entrevistas com famílias camponesas assentadas na região. Partimos de um referencial crítico e do materialismo histórico-dialético, buscando identificar os conflitos que permeiam as relações sociais de produção no território investigado e que indicam – antecipando as conclusões do trabalho – que na região, a imposição de um modelo de desenvolvimento rural excludente e espoliativo que, por meio de mudanças institucionais que impactam no uso e ocupação da terra, tem afetado a produção agrícola nos assentamentos rurais localizados na área de estudo. Adianta-se que tem aumentado, em alguns assentamentos rurais, o plantio de cana-de-açúcar, por meio de parcerias com usinas presentes na região, configurando relações próximas ao arrendamento que tendem a fragilizar a autonomia camponesa das famílias assentadas envolvidas. Por outro lado, em oposição a esse processo, outros assentamentos estão fortalecendo a agroecologia em contraposição ao modelo predominante do agronegócio. Todos esses elementos, por seu turno, têm dado sentido à complexidade da questão agrária na região estudada.

Palavras-chave: Agronegócio sucroalcooleiro; Impactos socioambientais; Questão Agrária; Assentamentos rurais.

ECONOMIA SOCIAL E SOLIDÁRIA COMO APOIO À IMPLEMENTAÇÃO DOS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: UM ESTUDO DE CASO DA ASSOCIAÇÃO AMA DO MUNICÍPIO DE ARARAQUARA (SP)

Jorge Ernesto Salvador Bazán Aparicio, NEPESC/UNESP,
ernesto.bazan.aparicio@gmail.com
Leandro Pereira Morais (orientação), UNESP,
leandro.morais@unesp.br

Resumo

Esta é uma pesquisa exploratória, com o objetivo geral de analisar como a Economia Social e Solidária (ESS) é capaz de contribuir à implementação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), através do estudo do caso da Associação de Mulheres Assentadas do Assentamento Monte Alegre Seis (AMA) do município de Araraquara (São Paulo). Utiliza os métodos de revisão bibliográfica para os conceitos tratados, pesquisa documental, e coleta de dados da observação participante do autor como membro do Núcleo de Extensão e Pesquisa em Economia Solidária, Criativa e Cidadania (e seu Grupo de Trabalho para apoio à AMA). As crises decorrentes da pandemia por covid-19, junto de demais problemáticas ambientais, econômicas e sociais experimentadas no séc. XXI, e do impulso dado na Agenda 2030, têm animado a busca por formas alternativas de organizar o consumo, a produção e a distribuição e, nesse contexto, a ESS teria o potencial de contribuir ao alcance do objetivo de “não deixar ninguém para trás” da agenda, por seu potencial de aplicação local dos ODS. Este cenário obriga a ressignificar a implicância da ação pública, as iniciativas privadas e as coletivas para os projetos de desenvolvimento, pois a crise pode demonstrar por um lado como não só são “deixadas para trás” as pessoas de condições socioeconômicas menos favoráveis, mas também como recaem nelas os maiores impactos e, por outro, como um construto teórico e projetado a outra economia possível pode esbarrar na realidade do instinto da sobrevivência imediata. Entre os resultados, observamos que a AMA parte do fruto da necessidade e do desfavorecimento socioeconômico, mas também da vontade e do livre comprometimento das mulheres, e suas características comunitárias, de solidariedade e associatividade, as quais são finalmente responsáveis pela resiliência, superação, continuidade e êxito do seu empreendimento de uma padaria rural e turística. As práticas existentes na AMA na atualidade e ao longo de sua construção, condizem com as áreas de ação dos ODS, sendo primordiais as sinergias locais do ecossistema empreendedor solidário de Araraquara, composto pela política pública, instituições de ensino superior, órgãos de capacitação, e os próprios EES, para o desenvolvimento destas. Consideramos que o estágio de ESS em Araraquara, no qual se insere a AMA, se encontra ainda como um subsistema dentro do modelo de desenvolvimento econômico vigente, e por outro lado suas sinergias locais são condizentes com o cenário requerido nos ODS e para o alcance de uma sociedade de desenvolvimento da vida.

Palavras-chave: Economia Social e Solidária; ODS; associação; empreendimento



AMANHÃ VAI SER
OUTRO DIA

As múltiplas crises do presente e o
papel das iniciativas associativas
autogestionárias na reorganização da
sociedade



GT 12: Economía Solidária e Políticas Públicas / Economía Solidaria y Políticas públicas

REDE DE GESTORES EM ECONOMIA SOLIDÁRIA E OS MARCOS NORMATIVOS MUNICIPAIS: A INSTITUCIONALIZAÇÃO DA ECONOMIA SOLIDÁRIA

Caio Luis Chiariello – UFGD. caiochiariello@ufgd.edu.br

Resumo

Nos últimos anos verificou-se uma menor incidência de políticas públicas no âmbito Federal direcionadas para a Economia Solidária. Neste contexto, se faz necessária uma maior contribuição de instâncias subnacionais na elaboração e execução das políticas públicas, como estados e municípios, inserindo em sua agenda governamental o suporte aos empreendimentos solidários e suas atividades produtivas. A atuação dos níveis subnacionais se mostra essencial para proposição e perenidade de atividades produtivas voltadas para geração de trabalho e renda em modalidades associativas. O foco deste estudo reside justamente na análise deste maior protagonismo das ações municipais no que tange a recepção das demandas diversas da Economia Solidária. O recorte metodológico está direcionado para o levantamento do rol de dispositivos normativos das prefeituras, vinculadas a Rede de Gestores em Economia Solidária, composta por atores ligados a políticas públicas específicas para a Economia Solidária. Dentre os objetivos do estudo estão o levantamento da inserção na legislação municipal de marcos normativos direcionados para o suporte e proposição de políticas públicas voltadas para a Economia Solidária. No presente caso, pode-se elencar dispositivos legais promulgados em alguns municípios, capitais de estados no Brasil:

São Paulo – SP	Decreto nº 56.884, de 21 de março de 2016 institui o centro público de economia solidária e direitos humanos e a incubadora pública de empreendimentos econômicos solidários
Maceió – AL	Projeto de lei nº 6.008/2009 autor: poder executivo municipal dispõe sobre a política e criação do conselho de economia solidária
Fortaleza – CE	Lei nº 9622 de 28 de janeiro de 2010 institui a política municipal de fomento à economia solidária em fortaleza, e dá outras providências.
Belo Horizonte – MG	Lei nº 10.152, de 24 de março de 2011 dispõe sobre a política municipal de fomento à economia popular solidária
João Pessoa – PB	Lei nº 12.211, de 27 de setembro de 2011. Dispõe sobre a criação do fundo municipal de desenvolvimento da economia popular e solidária
Recife – PE	Lei nº 16.732, de 27 de dezembro de 2001. Fundo municipal de desenvolvimento da economia popular e solidária
Curitiba – PR	Lei nº 14.786 de 23 de fevereiro de 2016 institui a política de fomento à economia popular solidária e cria o conselho municipal de economia popular solidária.
Rio de Janeiro – RJ	Decreto nº 38.218 de 18 de dezembro de 2013 regulamenta o conselho municipal de economia solidária
Porto Alegre – RS	Lei 6000 de 28 de abril de 2003: implanta o programa municipal de incubadoras de economia solidária

Palavras-Chave: Legislação municipal; Economia Solidária; Rede de gestores de Economia Solidária.

MARCO LEGAL DA ECONOMIA SOLIDÁRIA NO BRASIL: UMA ALTERNATIVA PARA MATERIALIZAÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS.

Lucas Haygert Pantaleão, professor do curso de Serviço Social da UEPG,
lucashaygert@gmail.com
Manuela Salau Brasil, Incubadora de Empreendimentos Solidários da UEPG,
manu_lela2@hotmail.com

Resumo

O presente trabalho propõe uma discussão desde os direitos humanos até a necessidade da implementação de um marco legal para a economia solidária no Brasil. A Declaração Universal dos Direitos Humanos prevê, como um ponto importante para a garantia da dignidade humana, a produção e manutenção de espaços para o desenvolvimento do trabalho, emprego e renda, visando a efetivação destes direitos em cada sociedade e se colocando como um norteador para as resoluções internacionais que regulamentam a organização do trabalho junto aos países signatários. Nesse sentido, de acordo com a resolução relativa ao trabalho decente elaborado pela Organização Internacional do Trabalho, a economia solidária aparece como uma importante alternativa ao sistema capitalista e uma forma de materializar um modelo econômico centrado em uma série de valores e princípios que transcendem a simples obtenção de excedente financeiro, abrindo a possibilidade de uma transição de empreendimentos informais para a formalidade, na perspectiva de que estes grupos passem a integrar, e acessar, a seguridade social. No caso brasileiro podemos encontrar uma ampla gama de empreendimentos e experiências no campo da economia solidária espalhadas ao longo do território nacional, das quais, grande parte se encontram na informalidade, sem acesso a seguridade social ou contemplação pelas políticas públicas existentes, mantendo seus integrantes em um contínuo processo de vulnerabilidade social. A discussão sobre a proposta da criação de um marco legal para a economia solidária no Brasil, se mal conduzida, pode representar ainda mais barreiras para a formalização destes grupos, por outro lado, traz consigo a possibilidade de implementação de uma Política Nacional de Economia Solidária e os empreendimentos econômicos solidários, introduz o Sistema Nacional de Economia Solidária e apresenta alternativas de financiamento para esses grupos, ajudando a trazer esses trabalhadores para a formalidade e se constituindo em um passo importante para a materialização dos direitos humanos no Brasil.

Palavras-chave: Direitos Humanos; Economia Solidária; Marco Legal.

O ESPAÇO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE ECONOMIA SOLIDÁRIA NA PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA DO MUNICÍPIO DE ARARAQUARA-SP

Julia da Silva Gutierrez Ruiz, Faculdade de Ciências e Letras da UNESP Araraquara,

julia.ruiz@unesp.br

Leandro Pereira Moraes, Faculdade de Ciências e Letras da UNESP Araraquara,

leandro.moraes@unesp.br

Resumo

O presente trabalho tem como objetivo observar o histórico de políticas públicas para Economia Solidária (ESOL) presentes no município de Araraquara-SP (uma vez que este é considerado um exemplo de “boas práticas” de políticas públicas de ESOL), observando também, a partir dos Plano Plurianuais Municipais (PPAm), qual o espaço da temática de temas transversais à ESOL dentro da previsão orçamentária municipal, para fazer uma reflexão sobre a quantidade/intensidade dessas políticas públicas e quanto elas ocupam dentro da previsão orçamentária. A ESOL, neste trabalho, é definida a partir de Paul Singer, o economista e ex-secretário que liderou a antiga Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES) no Ministério do Trabalho, a SENAES foi um importante órgão de regulamentação e implementação das políticas públicas de ESOL e da transversalização da temática com outros ministérios; as políticas públicas de ESOL são determinadas a partir do órgão municipal a qual estão submetidas e de seu direcionamento nos PPAm; a transversalidade das políticas e quais políticas são essas foram determinadas a partir da leitura de autores brasileiros, trazendo temas não só que dizem respeito a geração de emprego e renda, mas também a questões como educação, meio ambiente, gênero, entre outros. Além disso, a observação dos PPAm foi feita de acordo com o observado em trabalhos que dizem respeito aos Plano Plurianuais Federais, em um trabalho que visava observar a trajetória das políticas de ESOL em âmbito federal. A metodologia utilizada neste trabalho foi de revisão bibliográfica narrativa e integrativa da literatura sobre o tema e dos marcos regulatórios disponíveis do município de Araraquara-SP e, só então, é feita uma descrição dos programas e valores presentes nos PPAm de Araraquara (todos os valores foram atualizados para fim de comparação) referentes às políticas de ESOL e temas transversais. Observou-se que, a partir do contexto de desmonte das políticas públicas federais de ESOL, tornou-se mais importante a presença de políticas subnacionais ligadas ao tema. Araraquara-SP é um município que conta com uma grande proposta dessas políticas públicas, porém o orçamento para estas políticas ainda é bem limitado: além de ser oscilante (o que demonstra ser uma agenda de governo e não de Estado – e estável), o valor previsto para as políticas de ESOL é muito pequeno em relação ao valor municipal que, assim como as políticas transversais, possui um valor crescente com os passar dos quadriênios.

Palavras-chave: Políticas Públicas; Política Subnacional; Planos Plurianuais, Transversalidade, Economia Solidária.

É O FIM? A POLÍTICA NACIONAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA E A ANÁLISE DO CICLO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

Claudia Maria Barbosa, Doutora;
Professora Titular em Direito - Pontifícia Universidade Católica do Paraná

Yuri Fedrigo Dutra, Mestra, Aluna
do doutorado em Direito da Pontifícia Universidade Católica do Paraná,
yuridutra@gmail.com

Resumo

O estudo do ciclo da política pública é importante para que se possa avaliar, implementar e corrigir os rumos para o seu melhor desenvolvimento. Os indicadores são elementos essenciais no suporte dessa avaliação. O problema do artigo é verificado na pergunta: O retrocesso dos direitos fundamentais e sociais advindo pelo Decreto nº 9.674 de 2 de janeiro de 2019, finalizou o ciclo a política de economia solidária política pública nacional de economia solidária? Levanta-se como hipótese, que a política pública de economia social e solidária, sofreu apenas um abalo e devido a sua característica de movimento de resistência, futuramente se reestruturará. O objetivo geral é analisar o ciclo da política pública nacional de economia social e solidária no Brasil e o processo político de institucionalização. Os objetivos específicos são: a) conceituar o movimento de economia solidária; b) conceituar políticas públicas e a sua titularidade; c) apresentar o ciclo da política pública nacional de economia solidária, ou seja, o seu surgimento, a importância dos indicadores para análise de políticas públicas; a previsão nas finanças governamentais nacional d) analisar brevemente o plano nacional de economia solidária e a sua fragmentação. Os principais resultados foram a) o levantamento dos principais indicadores específicos para avaliação da urgência em implantar políticas públicas em economia solidária, pelo governo, b) apresentar os principais programas implantados pelo governo federal referente a política nacional de economia solidária nos anos de 2004 a 2016 e sua fragmentação nacional nos anos de 2016 à 2022. Conclui-se que, no Brasil as políticas públicas constantemente sofrem com o problema de descontinuidade com mudança de governo e devido a característica de resistência do movimento social de economia solidária, pode-se dizer que houve apenas uma fragmentação. A metodologia utilizada é a dedutiva. O procedimento de pesquisa será o monográfico. A técnica de pesquisa será a bibliográfica.

Palavras -chaves: Políticas públicas, economia solidária, institucionalismo

MUNICIPIOS EN LA PROMOCIÓN DE COOPERATIVAS EN CHILE: LA RED DE MUNICIPIOS POR EL COOPERATIVISMO Y LA ECONOMÍA SOCIAL COMO PROCESO DE CO-CONSTRUCCIÓN DE POLÍTICA PÚBLICA LOCAL

Patricio Inostroza Rebolledo, Universidad de Santiago de Chile, patricio.inostroza.r@usach.cl

Luis Hernández Astudillo, Universidad de Santiago de Chile, luis.hernandez.a@usach.cl

Mario Radrigán Rubio, Universidad de Santiago, mario.radrigan@usach.cl

Resumo

Al analizar el desarrollo actual del modelo cooperativo en Chile en comparación con América se observa que, a pesar de tener una tradición importante en términos históricos en la creación y presencia de cooperativas, desde el ámbito de las instituciones públicas que fomentan el sector no es aquel de mayor fortaleza, tal como lo refleja el último informe de la Cepal sobre Instituciones y Políticas Públicas para el Desarrollo Cooperativo en AL (Correa, 2021). En la actualidad, las políticas públicas si bien se han desarrollado de manera sectorial, en los últimos años ha habido una tendencia importante de algunos Municipios del país en la promoción y fomento del sector cooperativo desde el enfoque del desarrollo local y territorial, donde las unidades municipales de desarrollo económico han generado acciones de diversa índole para apoyar la creación de cooperativas en sus territorios. Sin embargo, las capacidades de cada municipio han sido dispares en el fomento del sector, creando un modelo de implementación que responden a intereses de autoridades locales así como de la sociedad civil muy disímiles, donde algunos municipios han incorporado el sector en los instrumentos de planificación de nivel local como los PLADECO (Fuentes et al, 2020) mientras otros han generado acciones puntuales de fomento de este tipo de organizaciones. A partir del levantamiento de información cualitativa de distintos actores públicos a nivel municipal se ha logrado establecer una serie de modelos a través de los cuales se impulsa el sector cooperativo a nivel local, identificando modelos desde la lógica del fomento empresarial hasta procesos de incorporación a nivel institucional, creando oficinas de fomento cooperativo y economía social para apoyar procesos de incubación principalmente de cooperativas y Asociaciones Gremiales en los territorios. Desde el nivel central no se han sostenido políticas públicas que otorguen herramientas a los municipios para poder impulsar el sector cooperativo, por el contrario, se ha identificado de manera inicial que hay tres factores que influyen directamente en la implementación del fomento de cooperativas; el apoyo político, la capacidad técnica instalada en los funcionarios y los recursos económicos para apoyar las iniciativas. En un esfuerzo conjunto entre cuatro municipios y el Centro Internacional de Economía Social y Cooperativa (CIESCOOP) de la Universidad de Santiago durante el año 2021 se inició una mesa territorial para el fomento de cooperativas, la que evolucionó durante el 2022 a la primera “Red de Municipios por el Cooperativismo y la Economía Social”, conformada por veintidós municipios de distintos lugares del país, donde la secretaría técnica de coordinación de la Red ha sido asumida por CIESCOOP y se ha establecido en conjunto acciones de fortalecimiento entre municipios para impulsar políticas públicas locales de fomento e incubación de cooperativas. Desde aquí se han elaborado distintas instancias participativas de diagnóstico y planificación de acciones concretas que permitan consolidar los procesos de fomento que se han llevado adelante por parte de algunos municipios, así como disminuir las carencias técnicas de los municipios que han iniciado recientemente acciones en el fomento del modelo, poniendo a disposición una serie de lecciones aprendidas en procesos ya implementados.

Palabras Claves: Municipios, Políticas Públicas de Fomento, Cooperativas.

ESTUDO DE CASO: ASSESSORAMENTO A PROJETOS DE PRODUÇÃO AGROECOLÓGICA PARA A AGRICULTURA FAMILIAR EM MUNICÍPIOS DO VALE DO AÇU/RN

Sandra Maria Campos Alves, IFRN Campus Ipanguaçu/RN, Sandra.campos@ifrn.edu.br
Luiza Mara da Silva, IFRN Campus Ipanguaçu/RN, L.mara@escolar.ifrn.edu.br
Janine Pereira Peixoto, IFRN Campus Ipanguaçu/RN, janine.pereira@escolar.ifrn.edu.br
Francisco Glauber Fonseca, IFRN Campus Ipanguaçu/RN, francisco.fonseca@escolar.ifrn.edu.br
Antonia Gilvanira da Silva, IFRN Campus Ipanguaçu/RN, gilvanira.silva@academico.ifrn.edu.br

Resumo

A literatura aponta que há um número cada vez maior de pessoas desempregadas e a margem da pobreza por falta de capacitação e pela falta de postos de trabalhos, os empreendimentos solidários buscam de certa forma atenuar essa disparidade, proporcionando para essas pessoas a criação de novos empregos, geração de renda e criando oportunidades para que se insiram no mercado de trabalho. O Vale do Açu possui cerca de nove Municípios (Alto do Rodrigues, Assú, Carnaubais, Ipanguaçu, Itajá, Jucurutu, Pendências, Porto do Mangue e São Rafael), e microrregião vem experimentando um expressivo crescimento populacional ao longo do tempo, baseado em atividades agrícolas contrastantes entre setores do agronegócio e comunidades tradicionais que habitam essa mesma região. O IFRN Campus Ipanguaçu está localizado nesse mesmo território com ofertas de cursos ligados a atividades agrícolas e ambientais que podem fornecer suporte as atividades de empreendimentos solidários instalados na região e ao mesmo tempo contribuindo para a formação profissional dos discentes inseridos nesses cursos através de práticas profissionais em áreas agrícolas familiares. A Agroecologia se propõe a construir novas práticas ecológicas, sociais e econômicas, levando em consideração a perspectiva cultural, política e ética, a fim de transformar a sociedade de uma maneira geral. E nesse processo a participação dos estudantes junto aos produtores atua como alicerce na construção de novas práticas sociais, pois compreende que a inter e multidisciplinaridade que são indispensáveis nesse trabalho coletivo, além de ativar a associação entre ensino, pesquisa e extensão e viabilizando a transferência de conhecimentos e tecnologias à comunidade. Propomos uma assessoria a projetos em áreas de agricultura familiar através de capacitação mediante demandas de comunidades locais e orientação as famílias para melhorar o consumo dos produtos bem como a comercialização dos excedentes, observando medidas de reciclagem e reaproveitamento dos alimentos produzidos na própria área. A educação social e a metodologia permitem o desenvolvimento das ações com as famílias, proporcionando espaço para reflexões pessoais que não envolvem apenas desenvolvimento de produção e geração de renda, mas sim um conjunto de necessidades, sentimentos que se interligam no cotidiano das comunidades. Alguns princípios que fundamentaram a nossa metodologia e incentivar a ampliação de processos autônomos de relacionamento interpessoal e no mecanismo de inserção no processo de geração de renda.

Palavras-chave: Economia solidária; Políticas públicas; Agricultura Familiar.

A EXPERIÊNCIA DA IPECS - INCUBADORA PÚBLICA DE ECONOMIA CRIATIVA E SOLIDÁRIA EM ARARAQUARA-SP.

Ana Patricia Ferreira da Silva, Prefeitura de Araraquara, ferreira.anapatricia.silva@gmail.com

Camila Capacle Paiva, Prefeitura de Araraquara, camila.capacle@gmail.com

Flávia de Jesus Andrade, Prefeitura de Araraquara, fla_fcl@yahoo.com.br

Resumo

O presente trabalho tem por objetivo apresentar e avaliar o trabalho desenvolvido pela IPECS – Incubadora Pública de Economia Criativa e Solidária, subordinada à Coordenadoria Executiva do Trabalho e de Economia Criativa e Solidária, da Secretaria Municipal do Trabalho, Desenvolvimento Econômico e Turismo, da Prefeitura de Araraquara – SP no âmbito de uma política pública voltada ao fomento e promoção da economia solidária e do cooperativismo solidário como alternativas de geração de trabalho e renda. A IPECS constitui-se de espaços públicos compreendidos em sua sede administrativa e em espaços descentralizados, destinados a ações de fomento ao processo de incubação, de apoio à organização, consolidação e sustentabilidade de empreendimentos econômicos solidários, sediados no município de Araraquara. É parte de uma política pública estruturante que estabeleceu estratégias e garantiu inicialmente a articulação e o cruzamento de diferentes programas municipais para assistir social e economicamente pessoas em situação de vulnerabilidade, formou e sensibilizou esse público para a economia solidária e, posteriormente, fomentou o acesso aos equipamentos e serviços públicos, por meio de formação e suporte técnico para grupos da população que historicamente são excluídos do processo de conhecimento, construção, organização, tomada de decisões, formando coletivos que se estruturam principalmente a partir da autogestão e do trabalho solidário e emancipatório. Utilizamos como principal marco teórico o quadro de análise de políticas públicas desenvolvido por Camila Capacle (2010), para avaliação de política municipal de economia solidária e como metodologia a avaliação de políticas públicas sociais nas fases de implementação e análise de dados: beneficiários, marco legal e condições de perenidade. Temos como principais resultados o atendimento de dez empreendimentos, entre estes estão grupos de egressos do sistema prisional, motoristas de aplicativos, cooperadas na área de preparação de alimentos, multisserviços, empreendimentos rurais e de mulheres artesãs. A IPECS-Araraquara-SP busca fomentar o desenvolvimento de empreendimentos econômicos solidários apoiada nas reflexões sobre a relação dialética entre o Estado e um modelo de sociedade que se organiza pela primazia da valorização do trabalhador/trabalhadora e exercita a solidariedade como instrumento emancipador.

Palavras-chave: Cooperativismo; Incubadora Pública; Economia Solidária; Política Pública; Araraquara.

RESOLUCIONES COLECTIVAS A PROBLEMAS INDIVIDUALES. PROCESO DE CONSTRUCCIÓN DE UN SISTEMA DE AMPLIACIÓN DE DERECHOS PARA ASOCIADOS/AS DE COOPERATIVAS DE TRABAJO.

M. Eleonora Feser (Contadora y Abogada. UBA - Facultad de Derecho), mfeser@gmail.com.

Juliana Salvemini (Asociada Cooperativa Eryx), jsalvemini@eryxsoluciones.com.ar.

Dalma Borda (Asociada Cooperativa Eryx), dborda@eryxsoluciones.com.ar.

Valeria Mutuberría Lazarini (Cooperativista. Coordinadora Dto. de Economía Social, Cooperativismo y Autogestión Centro Cultural de la Cooperación Floreal Gorini), valemutu@gmail.com

Resumen

El presente trabajo tiene como objetivo general sistematizar y analizar el proceso de problematización, debates, intercambios y diseño de un sistema de ampliación de derechos que trabajadores/ras autogestionados/as están vivenciando en una cooperativa de trabajo vinculada a la economía del conocimiento en Argentina. Esta cooperativa tiene 11 años de vida, actualmente cuenta con 30 asociados/as de los/as cuales 24 son varones y 6 son mujeres cuyo rango etario va desde los 20 a los 49 años de edad. El 14% tienen hijos/as, están inscriptos/as en el monotributo (régimen impositivo en el que se encuadran a los/as cooperativistas de trabajo), cuentan con cobertura de salud que afronta la cooperativa, el nivel educativo alcanza a los estudios universitarios, los retiros/retribuciones promedio son \$208.000 mensuales (1700 USD). Es una cooperativa que tiene estabilidad en cuanto a permanencia de asociados/as en la organización. A raíz de necesidades surgidas en el grupo de trabajadores/as asociados/as, surge la idea de construir un sistema de ampliación de derechos para los/as trabajadores/as asociados/as a los efectos de generar soluciones colectivas a problemas individuales, dada la ausencia de resolución por parte de la normativa y políticas públicas existentes. Cabe mencionar que, en este caso puntual, la cooperativa genera recursos a través de la producción de servicios que permiten pensar en estrategias para costear o llevar adelante actividades que tengan como finalidad la reproducción ampliada de la vida de los/as asociados/as, como ser, el alojamiento, los gastos de traslados, la educación, entre otros. Además de estas erogaciones cotidianas, o de corto y mediano plazo, se suma que en Argentina, existe una particularidad en lo que refiere a seguridad social en las cooperativas de trabajo y es que ninguno de los regímenes existentes responde a las características de estos colectivos, aspecto que lleva al propio sector, y a cada organización, a generar acuerdos entre partes y propuestas normativas para poder resolver de manera colectiva problemas, que desde la normativa se encuadran en forma individual. Metodológicamente, se realizará un estudio caso enmarcado en una investigación en co-labor, donde tomaremos herramientas tanto cualitativas como cuantitativas, para ello se implementarán grupos focales, entrevistas semi estructuradas, observaciones participantes, un formulario autoadministrado por sus asociados/as, relevamientos documentales, entre otros. Este estudio de caso, permitirá sistematizar el proceso de diseño de un sistema que brindará herramientas para evaluar y ser replicado en otras organizaciones, que generen sinergias para fortalecer la autogestión; y por otro lado, que pueda vislumbrar aspectos para las políticas públicas y normativas para el sector.

Palabras claves: cooperativismo de trabajo. Seguridad Social. Sistema de ampliación de derechos.